

ISSN: 2178-8987

SER Social

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

COMUNICAÇÕES E POLÍTICAS SOCIAIS



Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

SER Social

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

© Copyright by *SER Social (versão eletrônica)*

Todos os direitos editoriais são reservados para a Revista SER Social. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou ser criada sem a prévia permissão por escrito da Comissão Editorial ou sem constarem os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, a adequação e a procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial. SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).

Editora-Chefe

Thaís Kristosch Imperatori, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Comissão Editorial

Janaína Lopes do N. Duarte, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Kênia Augusta Figueiredo, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Michelly Ferreira M. Elias, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Thaís Kristosch Imperatori, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita da UnB/Brasília-Brasil)

Domenico Carrieri (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”/Roma-Itália)

Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal)

Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina)

Ivete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil)

Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba)

José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil)

Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha)

Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil)

Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhagen-Dinamarca)

Vicente Faleiros (Professor Emérito da UnB/Brasília-Brasil;UCB/Brasília-Brasil)

Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Equipe de apoio: Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas (Estagiária)

Revisão gramatical: Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação e programação visual: Books Maze Publishers

Imagem da capa: Título: “Nas Redes, Falo como os Papagaios”

Técnica: colagem digital com ilustrações e scanner de material físico

Artista: Lauanda Mariane de Oliveira Querino (Batmangai), a quem agradecemos pela elaboração e cessão da arte para esta edição da Revista SER Social. **E-mail:** lauanda.mariiane@gmail.com

SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

**COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS**

SER Social

Nº 56 | jan.-jul. 2025

COMUNICAÇÕES E POLÍTICAS SOCIAIS |
COMMUNICATIONS AND SOCIAL POLICIES |
COMUNICACIONES Y POLÍTICAS SOCIALES

EDITORIAL

COMUNICAÇÕES E POLÍTICAS SOCIAIS / COMMUNICATIONS AND SOCIAL POLICIES /
COMUNICACIONES Y POLÍTICAS SOCIALES

Thaís Kristosch Imperatori
Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Kênia Augusta Figueiredo
Michelly Ferreira Monteiro Elias

8

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES | ARTÍCULOS TEMÁTICOS

Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação
/ Technological sovereignty and the struggle for hegemony in a changing world /
Soberanía tecnológica y lucha por la hegemonía en un mundo cambiante

Helena Martins do Rêgo Barreto
Ruy Sardinha Lopes

17

Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e *ilusão de desintermediação* / Hegemony in the post-truth era: right-wing extremism and the *illusion of disintermediation* / Hegemonía en la era de la posverdad: el extremismo de derecha y la *ilusión de la desintermediación*

Fábio Palácio de Azevedo

39

Robôs falantes, inteligência artificial e impactos na comunicação / Talking robots,
artificial intelligence and impacts on communication / Robots parlantes, inteligencia
artificial e impactos en la comunicación

Ruth de Cássia dos Reis

63

Alvo juventudes: do sangue nas ruas ao ódio na *internet* / Targeting youth: from blood in the streets to hate on the internet / La juventud en el punto de mira: de la sangre en las calles al odio en *internet*

Giovane Antônio Scherer

Israel Silveira Rocha

82

A comunicação popular e comunitária como estratégia na luta por políticas sociais / Popular and community communication as a strategy in the struggle for social policies / La comunicación popular y comunitaria como estrategia en la lucha por las políticas sociales

Rozinaldo Antonio Miani

102

A democratização da comunicação como bandeira de luta no Serviço Social / The democratization of communication as a flag of struggle in Social Services / La democratización de la comunicación como bandera de lucha en los Servicios Sociales

Leonardo Koury Martins

124

Serviço Social e Comunicação: os caminhos da informação produzida pelo Conjunto CFESS/CRESS / Social Service and Communication: the paths of information produced by CFESS/CRESS / Servicio Social y Comunicación: los caminos de la información producida por el Conjunto CFESS/CRESS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

Mabel Mascarenhas Torres

Eduardo Luis Couto

143

O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas / The right to communication as an instrument of citizenship: the case of the Quilombola Management Committee of Pelotas / El derecho a la comunicación como instrumento de ciudadanía: el caso del Comité de Gestión Quilombola de Pelotas

Eliana Mourgues Cogoy

Roberth Steven Gutiérrez Murillo

Patricia Krieger Grossi

Eliane Moreira de Almeida

163

Educomunicação: caminhos de transformação nas práticas e políticas sociais / Educommunication: paths for transformation in social practices and policies / Educomunicación: caminos de transformación en prácticas y políticas sociales

Ismar de Oliveira Soares

Michele Marques Pereira

Daniele Próspero

186

ENTREVISTAS TEMÁTICAS | THEMATIC INTERVIEWS | ENTREVISTAS TEMÁTICAS

Comunicação e educação popular no século XXI: entre a rua e a história /
Communication and popular education in the 21st century: between the street and
history / Comunicación y educación popular en el siglo XXI: entre la calle y la historia

Entrevistado: Thiago Gomide Nasser

Entrevistadora: Kênia Augusta Figueiredo

207

Comédia, crítica social e educação popular em rede / Comedy, social criticism and
popular education on-line / Comedia, crítica social y educación popular en *internet*

Entrevistado: Paulo Martins Faleiro dos Santos

Entrevistadora: Kênia Augusta Figueiredo

213

ARTIGOS DE TEMAS LIVRES | FREE THEME ARTICLES | ARTÍCULOS DE TEMAS LIBRES

A atualização da *cultura da crise* expressa na proposta do “INSS Digital” /
The update of the *culture of crisis* expressed in the “INSS Digital” proposal /
Actualización de la *cultura de crisis* expresada en la propuesta del “INSS Digital”

Jaime Hillesheim

Germano Rama Molardi

220

O reformismo neoliberal na atenção básica à saúde brasileira entre 2017 e 2022 /
Neoliberal reformism in brazilian primary health care between 2017 and 2022 / El
reformismo neoliberal en la atención primaria de la salud brasileña entre 2017 y 2022

Bruno Reis de Oliveira

Ricardo Carneiro

Flávia de Paula Duque Brasil

240

Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social
brasileira / Present past: racism and capitalism in the particularity of the brazilian
social formation / Pasado presente: racismo y capitalismo en la particularidad de la
formación social brasileña

Sandra Regina Vaz da Silva

259

Male and female (in)tolerance profile in regard to living with diversity in a
southern brazilian community / Perfis de (in)tolerâncias masculina e feminina
frente à convivência com diversidades em comunidade no Sul do Brasil / Perfiles
de (in)tolerancias masculina y femenina hacia la convivencia con la diversidad en
comunidad en el sur de Brasil

Mário Antonio Sanches

Clara Nasser Scherer

Giovana Maestrelli

282

Serviço Social e (neo)conservadorismo: rupturas e continuidades necessárias ao debate da profissão / Social Work and (neo)conservatism: necessary ruptures and continuities in the profession's debate / Trabajo Social y (neo)conservadurismo: rupturas y continuidades necesarias en el debate de la profesión

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Mikaele De Vêras Matias

Anna Raquel Andrade Gonzaga

303

RESENHAS | REVIEWS | RESEÑAS

Cultura e Representação / Culture and Representation / Cultura y Representación

Leonardo Martins Prudente

322

Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams / Culture and Social Transformation: Gramsci, Thompson and Williams / Cultura y transformación social: Gramsci, Thompson y Williams

Verônica Moreira Oliveira

327

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES | ABSTRACTS OF DISSERTATIONS AND THESES | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS

332

CONSULTORES(AS) AD HOC DA REVISTA SER SOCIAL | AD HOC CONSULTANTS OF SER SOCIAL MAGAZINE | CONSULTORES AD HOC DE LA REVISTA SER SOCIAL

364

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

EDITORIAL

Comunicações e políticas sociais

A Revista SER Social, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass), traz nesta edição artigos, resenhas e entrevistas que aprofundam o debate acadêmico acerca das comunicações, que são determinantes na nova base técnica da economia capitalista e, portanto, tão presentes nas políticas sociais, na cultura e no Serviço Social, bem como em experiências de educação popular.

Importa reconhecer que as fronteiras entre as telecomunicações, a radiodifusão e a *big data* têm sido diluídas no processo de mercantilização da vida, possibilitando a produção e a coleta de dados sobre tudo e sobre todos, a modulação de comportamentos e a ampliação da vigilância (capitalismo de vigilância). A junção das esferas da informação, da publicidade e da cultura de massa – isto é, a mescla do texto, do som e da imagem –, que agora pode ser utilizada na produção da informação (a princípio, por qualquer indivíduo) e lançada em rede, dificulta a distinção nítida entre o mundo da mídia, da comunicação, da cultura de massa e da publicidade do mundo em que vivemos e que devemos compreender materialmente.

As informações circulam e migram de uma mídia para outra sem se saber ao certo a origem da fonte ou mesmo a que objetivam. Estudos divulgados pela empresa Cibersegurança Kaspersky (2020) indicam que cerca de 62% da população brasileira não sabe identificar uma notícia falsa. Outra característica da linguagem do tempo atual é a naturalização do discurso rápido, com vistas a se evitar o tédio. Tudo é feito a partir de um modelo publicitário, que utiliza artigos curtos, frases breves e títulos impactantes, com elementos de espetacularização ou de dramatização, para que se provoquem emoções. A comunicação é construída de forma bem elementar e simples, por meio de um discurso infantilizante, uma vez que articula simplicidade, brevidade e superficialidade de uma maneira emocional, com vistas a possibilitar a compreensão da maioria dos indivíduos. A era digital tem alterado a totalidade das relações sociais, pautando uma mudança de época. Ao mesmo tempo, a quebra do monopólio da comunicação – agora nas mãos de qualquer um com acesso às redes sociais – abre espaços para novas vozes, sejam elas comprometidas com a educação popular e a defesa de direitos, sejam elas propulsoras do ódio, do extremismo e do preconceito.

O tempo atual, marcado pelas mudanças indicadas, bem como pelo surgimento de tecnologias acessíveis de inteligência artificial, torna o mundo mais complexo e, ao mesmo tempo, ávido por estudos que permitam conhecê-lo. A dinâmica do capitalismo, apoiada nas tecnologias de informação e comunicação, inspira estudos e análises, como veremos no artigo: *“Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação”*, elaborado por Helena Martins do Rêgo Barreto e Ruy Sardinha Lopes. Na perspectiva da economia política da comunicação, os autores discutem a relação entre o capitalismo e a tecnologia, tendo em vista o processo à luz da concentração e da centralização do capital em torno das plataformas digitais, tomadas como resultado da reestruturação capitalista, que, no campo das comunicações, levou à conformação de uma nova estrutura de mediação social, marcada pela hegemonia norte-americana. Os autores detalham, especificamente, o caso brasileiro, abordando como as políticas neoliberais aprofundaram a dependência do País também no referido campo, cuja questão exige um confronto não apenas pela reivindicação de uma soberania tecnológica, mas também em torno de um projeto político alternativo que articule também outro olhar sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade.

Ainda em uma perspectiva de totalidade, fundamentada em Antonio Gramsci e Raymond Williams, o autor Fábio Palácio de Azevedo, no artigo “*Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e ilusão de desintermediação*”, analisa as condições do exercício da hegemonia como um sistema de significações experimentado no cotidiano, o qual conforma um “senso de realidade” para as pessoas, criando uma atmosfera cognitiva que se convencionou denominar de pós-verdade. O autor nos apresenta a paisagem de pós-verdade, ressaltando um traço definidor: a crise das modernas mediações epistêmicas e sua substituição por mediações mercadológicas de tipo algorítmico, orientadas pela gramática neoliberal. Ele finalmente mostra como a extrema direita vivencia, de maneira militante, o mundo da pós-verdade com foco em um fundamento do discurso reacionário, que o autor define como *ilusão de desintermediação*, forma fetichizada de conceber as interações digitais como capazes de propiciar uma experiência de “liberdade” e “autonomia”, pautada em um suposto “acesso direto” à realidade. O artigo tem o objetivo de evidenciar como, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se tornam disposições da mente, configurando formas sutis e penetrantes de exercício da hegemonia.

Outra importante reflexão vem da autora Ruth de Cássia dos Reis, com o artigo: “*Robôs falantes, inteligência artificial e impactos na comunicação*”. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, o texto aborda o recente surgimento das ferramentas de inteligência artificial baseadas em processamento de linguagem natural, abrindo novas questões para uma sociedade midiaticizada e com ampla conectividade. Segundo a autora, as inteligências artificiais generativas, com capacidade de produzir textos, imagens e vídeos, já começam a ocupar espaço em diversas dimensões da atividade social, razão pela qual é importante entender as repercussões dessas tecnologias para a produção e a circulação de conteúdos no atual sistema de comunicação em rede, com ênfase nas ameaças de incremento da desinformação, além das implicações para o jornalismo e o direito à comunicação. Entre as conclusões, a autora aponta o risco de que as citadas ferramentas propaguem mais preconceito e comprometam ainda mais a qualidade e a confiabilidade da informação jornalística, problema já observado na automatização de certos tipos de notícias. Tais desafios exigem medidas para garantir o uso responsável e ético dessas tecnologias no ambiente comunicacional, como a regulação, a transparência e o letramento comunicacional.

Na mesma direção está o artigo: “*Alvo juventudes: do sangue nas ruas ao ódio na internet*”, de Giovane Antônio Scherer e Israel Silveira Rocha. O artigo tem o objetivo de refletir as dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros. Para isso, os dados obtidos estão divididos entre a rua e a *internet*. Na rua, apresentam-se números que retratam a violência sofrida tanto na dificuldade de acesso a direitos quanto nos homicídios. Na *internet*, os dados demonstram a aceitação do discurso da mídia pelos espectadores, que não somente concordam com ele como também disseminam as informações. Percebe-se nesse fenômeno a plena relação entre a hegemonia do capital e a não efetividade dos direitos dos jovens, ocasionada pela ação do mercado da mídia e da publicidade, bem como de seus agentes, culminando na violência identificada nas ruas e na *internet*.

Para além das formas de como a comunicação se insere na exploração capitalista, outros artigos abordam o potencial da comunicação e igualmente o direito à comunicação na defesa de direitos e na sua articulação com o Serviço Social. Diante desse cenário, a Revista SER Social abriu espaço para as produções acadêmicas advindas de estudos e pesquisas que têm se aprofundado na relação entre comunicação, políticas sociais e Serviço Social, bem como para experiências diferenciadas de comunicação articuladas à educação popular.

Nesse compasso, encontramos o artigo: “*A comunicação popular e comunitária como estratégia na luta por políticas sociais*”, de Rozinaldo Antonio Miani. Segundo o autor, um dos grandes desafios para os intelectuais orgânicos do campo classista popular é dimensionar e problematizar os impactos produzidos pelas tecnologias digitais nas diversas áreas do conhecimento e, principalmente, nos diferentes contextos econômicos e sociais no âmbito das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a partir de procedimentos metodológicos pautados na abordagem qualitativa e com o subsídio da pesquisa bibliográfica não sistemática, o autor apresenta considerações críticas à perspectiva determinista em relação às tecnologias da informação e da comunicação como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial em tempos de mundialização do capital. O artigo ainda oferece bases argumentativas para a concepção da comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social, com

vistas a impulsionar os processos de organização e de luta popular e institucional por políticas sociais.

Igualmente, apresentamos o artigo: “*A democratização da comunicação como bandeira de luta no Serviço Social*”, de Leonardo Koury Martins, que se dedica ao estudo do direito humano à comunicação e da sua democratização a partir dos posicionamentos construídos pelas entidades representativas do Serviço Social. Para o autor, as redes privadas nacionais de comunicação, em conjunto com as *big techs* e a internacionalização do domínio da informação em grande escala, permitem ou possibilitam um cenário de notícias falsas e um deserto provocado pela desinformação, o que afeta a vida da população brasileira e o trabalho cotidiano do assistente social.

Os autores Claudiana Tavares da Silva Sgorlon, Mabel Mascarenhas Torres e Eduardo Luis Couto nos apresentam o artigo: “*Serviço Social e Comunicação: os caminhos da informação produzida pelo Conjunto CFESS/CRESS*”. O artigo traz a análise da comunicação realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS entre 2020 e 2021, a partir de uma pesquisa exploratória sobre a relação entre o Serviço Social e a Comunicação, a Política de Comunicação do Conjunto, suas publicações em *sites* e informações de suas peças comunicacionais. O artigo identifica as estratégias de diálogo do Conjunto com a categoria e a sociedade, bem como suas características comunicacionais, além da capacidade analítico-interventiva dos assistentes sociais e da contribuição para a formação, o trabalho e a produção de conhecimento da categoria.

A esse esforço soma-se o artigo: “*O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas*”, de Eliana Mourgues Cogoy, Roberth Steven Gutiérrez Murrillo, Patricia Krieger Grossi e Eliane Moreira de Almeida. Trata-se de um estudo de caso que examina a trajetória histórica e legal do Comitê Gestor Quilombola (CGQ) do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Embora constitua um espaço pioneiro e único no Brasil para a participação democrática e o atendimento das necessidades das comunidades quilombolas, que historicamente foram submetidas à exclusão social e encontram grandes barreiras no acesso aos direitos fundamentais, o CGQ enfrenta desafios para garantir o direito à comunicação como meio de exercício da cidadania quilombola. O estudo revela potencialidades e restrições da gestão participativa no contexto das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas a partir da realidade de Pelotas.

Por fim, mas não menos importante, a revista apresenta o artigo: “*Educomunicação: caminhos de transformação nas práticas e políticas sociais*”, da autoria de Ismar de Oliveira Soares, Michele Marques Pereira e Daniele Próspero. O artigo apresenta a educomunicação e sua relação intrínseca enquanto conceito e práxis social presentes nas políticas públicas, nas organizações governamentais, na sociedade civil e nas práticas de comunicação e educação popular e, sobretudo, como caminho para ações e políticas que objetivem a transformação social. A partir da investigação de elementos históricos, teóricos e práticos, o artigo argumenta que as iniciativas educacionais transcendem o uso instrumental da comunicação, ampliando a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos, fortalecendo a educomunicação enquanto campo que promove a mobilização e a transformação social em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Ainda com o objetivo de aprofundar o conhecimento e a leitura da realidade a partir da articulação entre comunicação e políticas sociais, esta edição da Revista SER Social traz, ainda, duas entrevistas e duas resenhas de livros sobre o tema.

As duas entrevistas presentes nesta edição exploram experiências práticas de educação popular nas redes sociais. Conhecer a práxis inovadora significa permitir conhecer as transformações do campo da comunicação e seus novos protagonistas. Por isso, nesta edição, a professora Kênia Augusta Figueiredo entrevista dois criadores de conteúdo digital. Thiago Gomide, historiador e jornalista, fala sobre as origens e os objetivos do canal “Tá na História”, no qual apresenta as trajetórias e histórias de lugares. O entrevistado reflete sobre as oportunidades da educomunicação para que as comunidades possam reconhecer e afirmar seu valor histórico. Por sua vez, Paulo Faleiro, assistente social e criador do perfil “*Assistente Social Irônico*”, fala do humor como estratégia de comunicação popular, conscientização, denúncia e compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Dentre os resenhistas desta edição, Leonardo Martins Prudente contribui com a resenha do livro: “*Cultura e Representação*”, do teórico cultural jamaicano Stuart Hall (1932-2014), cuja obra foi publicada em língua portuguesa, em 2016, pela editora PUC-Rio. O livro aprofunda sua teoria sobre o sistema representacional, isto é, a prática significativa que nos permite criar e comunicar pensamentos, ideias e sentimentos

e que, portanto, dá sentido à nossa compreensão de mundo. A partir da teoria proposta, Hall investiga a estereotipagem racial do negro como prática representacional na cultura popular e na mídia, o chamado “espetáculo do outro”, que mostra como a representação funciona na prática. A resenha, feita a partir dos olhos do campo da Política Social, ressalta como a dinâmica entre representação e poder perpetua estereótipos e desigualdades e lança desafios à gestão das políticas sociais.

Já Verônica Moreira Oliveira escreve a resenha do livro: “*Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams*”, das autoras Angela Maria Souza Martins e Lúcia Maria Wanderley Neves, publicado pela editora Mercado de Letras em 2021. A partir das transformações hodiernas na produção e no consumo, na educação e na cultura, na sociabilização, na participação política e nos modos de vida em geral, as autoras, fazendo o uso das produções dos três pensadores teóricos escolhidos, discutem a centralidade da educação, da cultura e da comunicação na formação das relações sociais e de poder, bem como seu potencial no necessário processo de transformação social. Afinal, educação e cultura consistem em escolhas de ênfases e omissões.

Na seção de temas livres, encontramos cinco artigos em diferentes temáticas. Os artigos “*A atualização da cultura da crise expressa na proposta do ‘INSS Digital’*”, de Jaime Hillesheim e Germano Rama Molardi, e “*O reformismo neoliberal na atenção básica à saúde brasileira entre 2017 e 2022*”, de Bruno Reis de Oliveira, Ricardo Carneiro e Flávia de Paula Duque Brasil, abordam os efeitos do neoliberalismo na gestão das políticas públicas. No primeiro artigo, o foco é a gestão da previdência social brasileira a partir de argumentos acerca da “modernização” do Estado e da desburocratização no acesso a benefícios previdenciários. Com base em uma pesquisa documental e bibliográfica, os resultados apontam para o aumento das filas e de recursos como decorrência da redução do quadro funcional, o que fragiliza a garantia de direitos. O segundo artigo, por sua vez, debate a gestão da política básica de saúde no Brasil à luz das proposições reformistas subjacentes ao *new public management* (NPM) a partir de 2017. Como conclusões, são apontados os retrocessos e prejuízos aos direitos de saúde da população, com destaque para a perda da universalidade e da integralidade, princípios centrais instituídos no Sistema Único de Saúde (SUS).

O artigo “*Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira*”, de Sandra Regina Vaz da

Silva, tem o objetivo de refletir sobre a particularidade da formação social brasileira, destacando o colonialismo como marco principal da gênese, da combinação e do desenvolvimento do racismo, de modo a evidenciar sua confluência com a emergência do capitalismo no Brasil.

Mário Antonio Sanches, Clara Nasser Scherer e Giovana Maestrelli são autores do artigo “*Male and female (in)tolerance profile in regard to living with diversity in a southern brazilian community*”, cujo texto traz reflexões a partir da pergunta: “como você se posiciona quando o seu filho ou a sua filha busca conviver com pessoas de outro sexo, de outra religião, de outras etnias ou raças, de outra classe social, com deficiência, homossexuais e filhos de presidiários?”. Os resultados apontam como as populações feminina e masculina compreendem a convivência com a diversidade.

Por fim, o artigo “*Serviço Social e (neo)conservadorismo: rupturas e continuidades necessárias ao debate da profissão*”, de Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Mikaele De Vêras Matias e Anna Raquel Andrade Gonzaga, aborda o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e os tensionamentos no cenário atual, marcado pelo neoconservadorismo, pelo pensamento pós-moderno e pela recuperação de correntes teóricas conservadoras no interior do Serviço Social.

Desejamos uma boa leitura!

Comissão Editorial

Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
<https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori
<https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

COMPASS

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Fabrícia Cristina de Castro Maciel
<https://orcid.org/0000-0002-3001-5276>

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes
<https://orcid.org/0000-0003-0073-2001>

Ms. Leonardo Martins Prudente
<https://orcid.org/0009-0008-1921-9463>

Estagiária

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

Preparação de originais e revisão gramatical

Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação

Books Maze Publishers

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação

Technological sovereignty and the struggle for hegemony
in a changing world

Soberanía tecnológica y lucha por la hegemonía
en un mundo cambiante

Helena Martins do Rêgo Barreto¹

<https://orcid.org/0000-0002-3210-4969>

Ruy Sardinha Lopes²

<https://orcid.org/0000-0002-0469-0729>

1 Pós-doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com estágio na Universidade do Minho (Portugal). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche no Instituto Superior de Economia e Gestão (Iseg) da Universidade de Lisboa (Portugal), com financiamento do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES. Professora do curso de Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Políticas, Tecnologia e Economia da Comunicação (Telas). Pesquisadora do GT Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e do grupo de Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM/CEPOS). Possui mestrado em Comunicação e graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFC. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0282160708821061>>. E-mail: <helena.martins@ufc.br>.

2 Professor-doutor no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e da área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo do Programa de Pós-Graduação do IAU. Pesquisador do Programa de Ano Sabático do IEA-USP (2024). Bacharel (1987), mestre (1995) e doutor em Filosofia (2006) pela FFLCH-USP. Líder do GP Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-USP), pelo CNPq, e pesquisador do GT Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura do CLACSO. Vice-presidente da Comissão de Inclusão e Pertencimento do IAU-USP (2023-2025). É membro titular da Comissão de Pesquisa do IAU-USP (2018-2021), membro suplente da Congregação do IAU-USP (2019-2021) e do Conselho Gestor do Campus de São Carlos da USP (2021-2023). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4355973632621156>>. E-mail: <rsard@sc.usp.br>.

Recebido em: 13/09/2024

Aprovado em: 18/10/2024

Resumo: Trata-se de artigo teórico fundamentado na perspectiva da Economia Política da Comunicação. Discute a relação entre capitalismo e tecnologia, tendo em vista o processo de concentração e centralização de capital em torno das plataformas digitais, tomadas como resultado da reestruturação capitalista que, no campo das comunicações, levou à conformação de uma nova estrutura de mediação social marcada pela hegemonia norte-americana. Detalha, especificamente, o caso brasileiro, tratando de como as políticas neoliberais aprofundaram sua dependência também no referido campo. Propõe que a situação expressa o problema de hegemonia, que deve ser confrontado não apenas pela reivindicação de uma soberania tecnológica, mas em torno de um projeto político alternativo que articule também outro olhar sobre a relação entre tecnologia e sociedade.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; tecnologia; plataformas digitais; soberania tecnológica.

Abstract: This is a theoretical article based on the perspective of the Political Economy of Communication. It discusses the relationship between capitalism and technology, taking into account the process of concentration and centralization of capital around digital platforms, seen as a result of capitalist restructuring which, in the field of communications, has led to the formation of a new structure of social mediation marked by North American hegemony. It looks specifically at the Brazilian case, dealing with how neoliberal policies have deepened its dependence in this field as well. It proposes that the situation expresses the problem of hegemony, which must be confronted not only by claiming technological sovereignty, but around an alternative political project that also articulates another view of the relationship between technology and society.

Keywords: Political Economy of Communication; technology; digital platforms; technological sovereignty.

Resumen: Este es un artículo teórico basado en la perspectiva de la Economía Política de la Comunicación. Discute la relación entre capi-

talismo y tecnología, teniendo en cuenta el proceso de concentración y centralización del capital en torno a las plataformas digitales, visto como resultado de la reestructuración capitalista que, en el campo de las comunicaciones, ha llevado a la formación de una nueva estructura de mediación social marcada por la hegemonía estadounidense. Examina específicamente el caso brasileño, analizando cómo las políticas neoliberales han profundizado su dependencia también en este campo. Propone que la situación expresa el problema de la hegemonía, que debe enfrentarse no sólo reivindicando la soberanía tecnológica, sino en torno a un proyecto político alternativo que articule también otra visión de la relación entre tecnología y sociedad.

Palabras clave: Economía Política de la Comunicación; tecnología; plataformas digitales; soberanía tecnológica.

Introdução

Recentemente, Marc Andreessen (2023), cofundador da empresa de capital de risco Andreessen Horowitz, publicou seu manifesto techno-otimista,³ segundo o qual “a única fonte perpétua de crescimento é a tecnologia”, que seria a responsável pelo crescimento da produtividade, pela queda dos preços e pelo aumento da oferta, bem como pela “melhoria do bem-estar material de toda a população”. Para tanto, segundo Andreessen, há de se defender a “racionalidade” do mercado: “um sistema exploratório, evolutivo e adaptativo”. A junção de mercado [“livre”] e tecnologia, expressa por aquilo que Nick Land denominou como “máquina tecnocapital”, garantiria o cumprimento da Lei dos Retornos Acelerados (Ray Kurzweil): o avanço tecnológico e seu aumento da “taxa de avanço adicional”.

A jornada de Andreessen contra a regulação do mercado e também da tecnologia não é, entretanto, nova. Como relembra Slobodian (2021), já em 1955 Wilhelm Röpke, em conferência na Academia de Direito Internacional de Haia (Países Baixos), pontuava que a redução do “excesso de soberania” era, sem dúvida, “uma das necessidades prementes do nosso tempo”. Reeditava, assim, a Escola de Genebra (Suíça) (da qual Röpke foi um ilustre representante) e a contraposição posta,

3 Cf. “The Techno-Optimist Manifesto” (October 16, 2023). Disponível em <<https://a16z.com/the-techno-optimist-manifesto/>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

entre os anos de 1930 e 1940, entre o “internacionalismo econômico” e a “autossuficiência” ou “autonomia” nacionais.

Importa destacar que, para Röpke, a oposição entre a “lógica do capital” e as “lógicas territoriais do poder” (ARRIGHI, 2012) não implica – e a observação é de Slobodian (2021) – o *laissez-faire* econômico ou o encolhimento do poder do Estado, mas a salvaguarda da constituição econômica do mundo, posta em perigo pela pressão democrática, por meio da gerência de uma federação supranacional.

Diante da dominância digital (MOORE; TAMBINI, 2018), operada por poucas plataformas, essencialmente norte-americanas, há um crescente apelo à soberania nacional não apenas de países que têm buscado sua relativa autonomia cultural, caso da China (BOLAÑO, 2023), mas também dos que participaram ativamente do projeto neoliberal de abertura dos mercados, como os países da União Europeia, que têm apontado a soberania digital como uma agenda estratégica do presente (PERNAUD, 2024). A reivindicação começa a crescer também no Brasil. No País, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA),⁴ lançado em agosto de 2024, aponta que o domínio nacional da referida tecnologia pode ajudar o Brasil a chegar à soberania digital. É necessário, contudo, compreender tal movimento, tendo-se em vista a própria organização capitalista contemporânea e sua crise, esforço para o qual buscamos contribuir com este texto, que detalha, especificamente, o processo que levou o Brasil a se tornar profundamente dependente também no citado campo.

O universalismo capitalista e suas fissuras

Ainda que a contestação (interna aos neoliberais) do “universalismo” tenha se dado já em 1957 pelos “constitucionalistas”, com o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia, do lado do chamado “Sul global”, os agentes dos ditos “países em desenvolvimento”, como aqueles situados na Ásia, na América Latina e na África, que tentavam erguer sua própria indústria e proteger-se da competição global, adotaram, segundo a leitura de Slobodian (2021, posição 8083), uma postura ambígua, ao mesmo tempo de proteção e de liberalização econômica.

4 Disponível em: <<https://www.gov.br/lnc/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias-1/plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial-pbia-2024-2028>>. Acesso em: 12 set. 2024.

Não se tratava de eleger entre um imaginário protecionista ou um de livre comércio, no qual os países em via de desenvolvimento se tornassem atávicos defensores do mundo falido da década de 1930, mas do fato de que os países mais débeis empregaram todas as ferramentas que estivessem ao seu alcance em matéria de políticas, inclusive o GATT [Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio] (SLOBODIAN, 2021, posição 8092).

No referido contexto, é importante lembrar do quanto a agenda desenvolvimentista e a discussão sobre a “eficácia ou não da intervenção estatal, para acelerar o crescimento econômico por cima das ‘leis de mercado’” (FIORI, 2013, p. 2), levaram a América Latina a desenvolver um conjunto de teorias, muitas vezes divergentes, além de políticas próprias, tais como as “teorias da dependência”. Não se tratava, entretanto, observa Fiori (2013), de uma ruptura ou crítica radicais, mas da busca por uma melhor inserção dos países no mercado mundial. No caso do país onde tais teorias melhor ressoaram, o Brasil, tal busca considerou uma matriz geopolítica internacional bipolar, “onde as lutas de poder entre os estados e nações ocupavam um lugar secundário” (FIORI, 2013, p. 5). Não obstante, nos anos de 1970, o sentimento de que o chamado Sul global representava uma ameaça à ordem econômica internacional era autêntico e implicou, como sabemos, uma série de ações de contenção e ajustes de conduta, inclusive por meio da promoção de golpes militares (como exemplifica o caso do Chile, liderado por Augusto Pinochet contra Salvador Allende).

A tensão entre os defensores de uma ordem supranacional e aqueles que defendiam uma integração mais reduzida e certa autonomia dos Estados nacionais foi atravessada, não podemos esquecer, pela resistência de todos aqueles diretamente afetados pela “nova ordem econômica”. Os anos de 1980 e 1990 representaram o esforço de constituição de uma nova aliança de classe do capital a favor dos seus interesses, movimento que recebeu a alcunha de *globalização*. Ainda que, apesar da cantilena dominante, não seja possível atribuir aos neoliberais a pena capital dos Estados nacionais, parecia claro que havia logrado êxito o seu projeto de aprisionamento do mundo aos ditames do mercado mundial e imposição do federalismo competitivo.

Os custos e as contradições inerentes a tais doutrinas foram altos e logo se fizeram sentir, levando a diversas crises desde os anos de

1980 e também no momento atual. Entretanto, causou certa surpresa o fato de que a nova “inflexão nacionalista” tenha se dado e se propagado a partir do centro do sistema, especialmente nos Estados Unidos, com a ascensão de Donald Trump.

Ainda que, como demonstrou Slobodian (2021), a “pressão democrática” sempre tenha sido vista com reservas pelos neoliberais, não se trata, agora, de contê-la pelo fortalecimento de uma instituição supranacional, nem tampouco de constranger a “liberdade econômica” às externalidades oriundas dos poderes territoriais. O que a associação contemporânea do ultraliberalismo com o conservadorismo parece demonstrar é a tentativa de aplainamento de tais arestas por meio da internalização das funções mercantis pelos Estados nacionais em permanente “jogo de guerra de posições” (FIORI, 2013, p. 13).

Sabemos, apesar das apostas tecno-otimistas de Andreessen, o quanto no mundo dos negócios a concorrência intercapitalista leva à necessidade de se obterem “vantagens competitivas” e à interposição, pelos grandes predadores, de barreiras de entrada cada vez mais intransponíveis. Aqueles que logram alcançar situações monopólicas – não mais, apenas, aquelas derivadas das características excepcionais de uma propriedade, mas, sobretudo, “as categorias que derivam do processo de produção em si e que têm sua magnitude determinada pela forma de sua condução”⁵ (PAULANI, 2016, p. 523) – terão, evidentemente, grandes vantagens em relação aos seus concorrentes. Vantagens que buscam sua ampliação com o desenvolvimento tecnológico, o que leva a competição a um outro patamar.

O dado cenário corresponde a um aguçamento do processo de concentração e de centralização de capital e à crescente dominância financeira, que obstaculizam uma política de ganha-ganha mesmo entre capitais individuais e, obviamente, para a classe trabalhadora. Desde a crise de 2007-2008, os donos do dinheiro buscaram impor seu projeto com força, seja a partir da Troika, na Europa, seja a partir de governos de extrema direita, seja valendo-se de guerras. Em tal disputa, pautada pela busca por vantagens competitivas e, quiçá, por posições monopólicas,

5 Segundo Leda Paulani, assentada no fato de ter o monopólio sobre alguma condição de produção que permita o fabrico de bens excepcionais, a regra impositiva para a adequação do processo produtivo àquilo que é posto como norma e regulado a partir do tempo de trabalho socialmente necessário não funciona para os produtores que galgaram tal posição (PAULANI, 2016, p. 524). Afirma Paulani: “Como quem tem a posse dessa condição mágica é o produtor [que é o proprietário da força de trabalho], é a ele que cabem os ganhos derivados e ele se apropria desses ganhos sob a forma de uma renda de monopólio” (PAULANI, 2016, p. 525).

os donos do dinheiro não hesitarão em dirigir vultosos recursos para o apoio de governos neoliberais “progressistas” ou “hiperconservadores”, para usarmos a terminologia de Nancy Fraser (2018).

A referência à classificação feita por Fraser é oportuna. Se a hegemonia capitalista norte-americana foi forjada a partir da combinação de “dois aspectos diferentes de direito e justiça – um focado na *distribuição*, o outro no *reconhecimento*” (FRASER, 2018, p. 45), coube ao bloco progressista neoliberal “soltar as forças do mercado da mão pesada do Estado” e da mina de “impostos e gastos”, combinando-a com uma “política progressista de reconhecimento, diversificando a hierarquia social existente”, sem enfrentar o fundamento das desigualdades e opressões. Na boa observação de Fraser, “por mais enviesada que fosse, essa política de reconhecimento funcionou para seduzir as principais correntes sociais progressistas para o novo bloco hegemônico” (FRASER, 2018, p. 48). Graças ao referido *ethos* de reconhecimento e inclusão, as políticas daí derivadas, que “fomentaram uma vasta redistribuição de riqueza e de renda para estratos superiores” (FRASER, 2018, p. 48), adquiriram legitimidade.

Não é de se estranhar que tanto esse tipo de política quanto essa espécie de discurso tenham atraído os capitalistas de risco, animados pelas performances tecno-otimistas do Vale do Silício. Uma aproximação se dá com contradições permanentes, como discute Noble (2020), ao tratar do mito pós-racial fomentado pelas elites tecnológicas e, na esteira de seu discurso meritocrático, da sua oposição a políticas de combate às opressões. Ainda assim, o Vale do Silício foi profícuo na promoção de promessas de liberdade e igualdade (MOROZOV, 2018), inclusive no mundo do trabalho.

Não é o caso de aqui rememorarmos as lacunas, as consequências e a “dizimação dos padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média” (FRASER, 2018, p. 50) norte-americanas, bem como a ruína da utopia tecno-solucionista que embasava tais apostas. O fato é que, como demonstra uma matéria publicada no *Financial Times* em 27 de maio de 2024,⁶ tendo o vento soprado para outros lados (ainda que não mudado de direção) e com os Estados Unidos e seus parceiros tendo de lidar com seus próprios fracassos, vários dos proeminentes capitalistas do Vale do Silício – dentre eles, Elon Musk, David Sacks, Jacob Heberg, Vinod Khosla e Alex Karp – não hesitaram em declarar seu apoio a uma

6 Para mais informações, conferir: “Silicon Valley elite warms to Donald Trump”. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/341376d4-1f29-4cd4-97a9-40e1b02aa722>>. Acesso em: 10 set. 2024.

nova candidatura de Donald Trump em 2024. O ex-presidente, embora se diga defensor do cinturão da ferrugem, região que ilustra a mudança no padrão de indústria manufatureira, devido à globalização e às antes chamadas *novas tecnologias*, também não hesitou em aceitar tais adesões.

A acumulação do poder cria situações monopólicas. De igual modo, a acumulação do capital “financia” a luta por novas fatias de poder. Como evidencia Fiori (2016), recuperando Braudel, a conquista e a preservação de “situações monopólicas” constituem, talvez, “o lugar ou conexão onde fica mais visível a relação entre a acumulação do poder e a acumulação do capital”, e isso desde o século XIII. Nesse processo conjunto, os estados estimularam e financiaram, desde o início, o desenvolvimento e o controle monopólico de “tecnologias de ponta” responsáveis pelo aumento do excedente econômico e da capacidade de defesa e ataque dos mesmos estados. Assim mesmo, com o passar dos séculos, o mundo do capital adquiriu uma autonomia relativa e crescente em relação ao mundo do poder, mas manteve-se a sua relação de dependência essencial, sem a qual não existiria o próprio sistema “interestatal capitalista” (FIORI, 2016, p. 10).

É claro que, desde a aurora do sistema-mundo capitalista até os dias atuais, há continuidade, mas também particularidades, inclusive nos modos a partir dos quais os movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos são constituídos e dissolvidos. Uma forma de se verificar a pertinência contemporânea da referida ideia é se ater às questões envolvidas na chamada *plataformização da sociedade*.

A soberania em questão

O impulso de mundialização do capital das últimas décadas, em sua relação com o desenvolvimento da arquitetura da rede mundial de computadores, significou, no setor de tecnologia, a hegemonia das plataformas comerciais estadunidenses, que conquistaram alcance global e monopolizaram a mediação entre os participantes das redes. Desde a Economia Política da Comunicação, entendemos que a plataformização, expressão de uma nova fase da reestruturação capitalista em curso nas últimas décadas, tem como base a digitalização, viabilizada pela microeletrônica, que ampliou a oposição entre *hardware* e *software*, permitindo o aprofundamento da subsunção do trabalho intelectual e a intelectualização geral dos processos de trabalho e do próprio consumo

(BOLAÑO, 2002). Em termos mais concretos, a ascensão das empresas-plataforma consiste na forma madura da economia da *internet*.

Trata-se de uma exploração privada que foi resultante da agenda neoliberal, parte daquilo que Mastrini e Mestman (1996) chamaram de “rerregulação”. O Estado foi acionado para viabilizar a ampliação do espaço de atuação do setor privado e facilitar a circulação de capitais. Para tanto, diversos países, como o Brasil, em que até então o Estado controlava as telecomunicações, seguiram a definição do modelo privado de telecomunicações e de informática deflagrado, nos Estados Unidos, a partir do desmembramento da AT&T, depois dos padrões de infraestruturas e protocolos que passaram a organizar a rede mundial de computadores, inclusive o funcionamento transfronteiriço dela. Toda essa mudança foi definidora do padrão da convergência audiovisual-telecomunicações-informática (MARTINS, 2018a), a que se seguiu a plataformização, que possibilita a concentração da produção social (BOLAÑO; MARTINS; VALENTE, 2022).

Consequentemente, a plataformização se deu com uma presença muito minoritária, para não dizer inexistente, da ideia de serviço público provido pelo Estado, fruto ainda das pressões para que o Estado atuasse no sentido de compatibilizar interesses e garantir formas de legitimação extraeconômicas. Ela é resultado, ainda, de uma abordagem sobre a questão da regulação, que, de “[...] um conjunto de mediações que asseguram que as distorções criadas pela acumulação de capital se mantenham dentro de limites compatíveis com a coesão social dentro de cada nação” (AGLIETTA, 2001, p. 19), passa a ser tratada em um nível inferior, como governança, cuja abordagem gira “[...] em torno da valorização de uma multiplicidade de intervenientes nas várias fases de debate, concessão e implementação de políticas e de uma interação assente na horizontalidade de práticas e de complementaridade mútua, não pretendendo sobrepor ou sobrevalorizar um dos elementos face a outro(s)” (LAMEIRAS, SOUSA, 2015, p. 124). Na prática, isso tem permitido a expansão e a remodelagem não só de um setor, mas do próprio capitalismo.⁷

7 Trata-se da lógica geral, que não ocorre sem contradições, seja pela dinâmica de interatividade (em que a nova estrutura está assentada), seja pelos resultados das lutas que buscam ampliar o espaço de resistência frente ao poder daqueles agentes. É parte desse quadro a afirmação de novos direitos, como o direito à proteção de dados pessoais (DONEDA, 2011), inscrito em regras recentes, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Brasil. Não será possível, aqui, entrar em tal discussão, que envolve a própria ideia de direitos e as lutas em torno dela.

A *internet* que temos hoje, sob o domínio das corporações de plataformas digitais, é expressão desse novo momento, com a transição do modo de regulação taylorista-fordista-keynesiano para aquele pautado pelas políticas neoliberais e pela crescente financeirização. A economia de dados que ela suporta, segundo Bolaño e Zanghelini (2024), está diretamente relacionada a três formas de enfrentamento da crise estrutural dos anos de 1970: (I) uso de dados em processos produtivos, a fim de aumentar a produtividade do trabalho, o controle ou mesmo a substituição sobre o trabalhador; (II) dados como insumos para as ferramentas de gestão pública, da propaganda e da publicidade; e (III) como instrumento para a valorização fictícia do capital. Não é possível, aqui, sumarizar cada um desses aspectos, mas apenas notar que as mencionadas formas remetem às contradições do próprio capitalismo, como a necessidade do trabalho vivo para a produção de valor, o impacto da tecnologia na composição orgânica do capital e a relação da abstração financeira com a economia real. Em síntese, a economia plataformizada e datificada não leva à superação da crise, mas à sua agudização.

Em relação à segunda questão, que nos interessa mais diretamente, há a conformação de uma nova estrutura de mediação social, ainda mais concentrada em âmbito transnacional. Trata-se de uma estrutura que não rompe com a lógica de funcionamento da indústria cultural, mas a atualiza (BOLAÑO; MARTINS; VALENTE, 2022). Nas plataformas, o fluxo de comunicação tem características próprias, associado ao modelo de negócios baseado na utilização de dados pessoais, na segmentação da audiência, na produção de grande volume de conteúdos e na circulação organizada a partir de sistemas algorítmicos. No caso das redes sociais, tudo isso é operado para a obtenção de ganhos com publicidade, mas também para o desenvolvimento de formas mais pervasivas de manipulação.

O problema deve ser pensado em termos de hegemonia, isto é, da capacidade de produção de coerção e consenso, segundo Gramsci (2002), em meio às disputas imperialistas pelo domínio do mundo. Entre os anos de 1990 e 2000, a reorganização das telecomunicações e da informática mencionada antes teve como pano de fundo a tentativa de retomada da hegemonia norte-americana, cujo projeto foi “formulado nos idos do governo Reagan no plano macroeconômico, político e militar, mas completado, no concernente à política industrial, pelo projeto das infraestruturas globais da informação do governo Clinton” (BOLAÑO, 2023, *on-line*). Não à toa, o Estado estimulou o desenvolvimento das

companhias do Vale do Silício, o que geralmente é desconsiderado quando se trata do tema, mas está bem documentado nos trabalhos de Mazucatto (2014) e Srnicek (2017), dentre outros.

Os Estados Unidos desenvolveram uma política clara de estímulo ao avanço da mercantilização da rede com suporte do Estado. Promoveram, a partir de meados dos anos de 1990, a visão sobre a Global Information Infrastructure (GII) como uma “rede de redes”, com o objetivo de criar “um mercado global de informações”. Preparando o terreno, o governo norte-americano participou do desenvolvimento da *internet* por meio de subsídios públicos até 1993 (MCCHESNAY, 2013). Depois, a *National Science Foundation* passou o controle e a exploração da rede para as companhias privadas, que se tornaram proeminentes criadoras de serviços para a comercialização da informação. Estimularam, então, que os demais países instituíssem “as reformas regulatórias, legislativas e de mercado adequadas para criar as condições necessárias para atrair investimentos privados em seus mercados de telecomunicações, tecnologia da informação e serviços de informação”.⁸ Um marco dessa mudança – o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), definido entre 1996 e 1997 – direcionou a abertura dos mercados de telecomunicações em todo o mundo.⁹ O Estado seguiu cooperando, como ocorreu após a crise de 2007-2008, quando permitiu investimentos financeiros para manter e expandir companhias, possibilitando a formação de plataformas digitais (SRNICEK, 2017). Com isso, as principais plataformas – o GAFAM: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft – conseguiram superar o poder financeiro de importantes estados e organismos multilaterais.

Hoje, a disputa geopolítica passa centralmente pelo controle das tecnologias da informação e da comunicação. Isso é particularmente evidente nas tensões entre Estados Unidos e China em torno da chamada *internet de quinta geração* (o 5G) e, recentemente, da chamada *inteligência artificial* (IA). Além da tentativa de vetar operações chinesas nos Estados Unidos, o que ocorre na relação inversa, durante o governo de Donald Trump houve pressão para que parceiros comerciais (como Canadá, Nova Zelândia, Austrália e União Europeia) banissem os equipamentos da Huawei, empresa chinesa que está na dianteira da

8 Disponível em: <<https://clintonwhitehouse4.archives.gov/WH/EOP/OSTP/forum/html/giipa-per.html>>. Acesso em: 7 maio 2024.

9 Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/summary.htm>. Acesso em: 13 maio 2024.

nova tecnologia. Rousset (2020) destaca a tentativa da administração Trump de proibir empresas norte-americanas de vender tecnologia para empresas chinesas, principalmente no setor de telecomunicações, o que incluiria atualizações de sistemas existentes, como o Google. “Isso deve ter um grande impacto sobre a reorganização do mercado global. Não apenas o GAFA[M] está perdendo mercado, mas isso significaria a implantação mundial de tecnologias incompatíveis” (ROUSSET, 2020), alerta o autor. Não é demais ressaltar que o domínio norte-americano se dá sobretudo naqueles setores que são portas de entrada para as aplicações e informações em geral, como os sistemas operacionais e de buscas, sendo que o Google detém o controle de mais de 90% das buscas no mundo.¹⁰ Aprofunda-se, com isso, a desigualdade entre os países nas diversas instâncias.

É fato, como Winseck (2019) mostra, que há um crescente poderio de cabos submarinos, pontos de troca de tráfego (IXP), números de sistema autônomo (ASN) cadastrados, *data centers* e outros recursos por parte de países dos BRICS e mesmo da União Europeia. Não obstante, é evidente a desvantagem dos demais países em relação aos Estados Unidos e à China. Segundo a Comissão Europeia,¹¹ em 2021, menos de 4% das principais plataformas *on-line* eram europeias e 90% dos dados da UE eram geridos por empresas dos EUA. Os microcircuitos produzidos na Europa representavam menos de 10% do mercado europeu. Por não figurar como importante competidora no dado cenário, a União Europeia tem adotado uma postura reativa, por meio de regulações, caso do Regulamento dos Mercados Digitais e do Regulamento da Inteligência Artificial, aprovados em 2022 e 2024, respectivamente. Tais normas objetivam impor certos controles à operação das corporações dominantes e abrir espaço para que empresas europeias explorem o mercado comum europeu sem alterar efetivamente o quadro da concorrência. Na verdade, a própria União Europeia perdeu importância na concorrência após longo histórico de desinvestimento público, privatizações e desregulação (NIEMISEN; PADOVANI; SOUSA, 2023).

No contexto da América Latina, é essencial considerar sua história, moldada por processos de colonização, que resultaram em profundas desigualdades sociais e em um modelo econômico baseado

10 Disponível em: <<https://gs.statcounter.com/search-engine-market-share#monthly-202306-202406-bar>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

11 Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52021DC0118#footnote10>>. Acesso em: 15 maio 2024.

na dependência tecnológica (SANTOS, 1994). Tais fatores geram um “desenvolvimento desigual” no sistema mundial capitalista (OSÓRIO, 2017). A plataformização aprofunda a referida dinâmica ao se apoiar na globalização e na financeirização do capital, bem como ao facilitar a captura de valor produzido nos países do continente. No caso de tais países, como o Brasil, eles têm participado dessa transformação a partir do lugar de consumidores de tecnologias estrangeiras – embora haja pontuais experiências exitosas na camada de serviços e aplicações com seus *softwares* –, de provedores de mão de obra barata e de bens naturais, como o lítio, situação que atualiza o seu papel de exportadores de produtos primários.

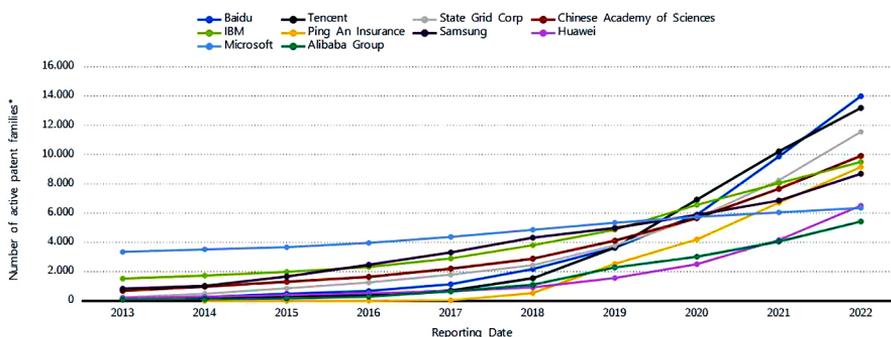
Diante do referido conjunto de fatores, as políticas de enfrentamento por via da contenção de poder de mercado das plataformas tornam-se limitadas se não forem desenvolvidas também alternativas que tensionem a mencionada divisão internacional do trabalho. Em marcos capitalistas, na China, há uma importante ascensão das plataformas, que Davis e Xiao (2021) explicam ocorrer de forma muito próxima ao Estado, em um “tecnonacionalismo”, que contribui para os projetos de modernização deste, ao passo que fomenta o desenvolvimento tecnológico. Diferentemente das plataformas norte-americanas, que emergiram em um contexto de crise financeira, as chinesas emergiram, segundo os autores, a partir dos anos de 1990, em um período de crescimento econômico do país, tendo sido posicionadas como “pilares dos projetos de mercantilização do Estado, possibilitando coisas como a reorganização do trabalho” (DAVIS; XIAO, 2021, p. 110). “Como todas as plataformas, as plataformas chinesas são hegemônicas, mas, por meio de seu papel intimamente ligado ao Estado, desempenham um papel multifacetado como criadoras da economia, nas estratégias do governo para garantir a estabilidade social e como meio para as estratégias de expansão da China”, detalham Davis e Xiao (2021, p. 110).

O resultado é visível nos números. Quanto à presença de empresas chamadas de *unicórnios*, até 2023, eram 1.539 norte-americanas, 387 chinesas e 263 europeias.¹² Em relação à inteligência artificial, nome que reúne um conjunto de tecnologias que podem vir a modificar a dinâmica da concorrência, por terem potencial disruptivo, há uma disputa maior do que a verificada no âmbito das plataformas digitais,

12 Disponível em: <<https://ec.europa.eu/newsroom/dae/redirection/document/106688>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

mas também aqui ela se dá entre China e Estados Unidos, conforme é detalhado na figura 1.

Figura 1. Maiores proprietários de patentes em aprendizado de máquina e inteligência artificial (IA) em todo o mundo de 2013 a 2022, por número de famílias de patentes ativas



Fonte: Statista (2023).¹³

Diante de tal quadro, a soberania tecnológica mostra-se uma questão. Mas seu significado demanda precisão – ou posição. Floridi (2020), por exemplo, argumenta que a ideia da soberania nacional, como o poder de controle exercido pelo Estado sobre seu território, sobre os recursos que nele se encontram e sobre as pessoas, é uma ideia moderna, ao passo que qualifica o presente como não só uma era “pós-moderna”, mas como “era digital”. Constitui uma visão que acaba tratando o digital de uma forma determinista e apologética. Na prática, é inapreensível pelos estados nacionais, quando, na verdade, a organização das redes, inclusive o funcionamento transfronteiriço delas, se dá a partir de uma série de definições sobre infraestruturas e protocolos, bem como de decisões que orientam a forma de sua exploração. Há visões ainda mais limitadas, que pensam a soberania essencialmente como uma questão geográfica. Soberania pode significar, nesse sentido, manutenção de dados em determinado território, o que é visível em iniciativas como a da Amazon, que promete uma nuvem soberana para países europeus, que garantiria “capacidade de atender a rigorosos requisitos de autonomia operacional e residência de dados”.¹⁴

¹³ Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1032627/worldwide-machine-learning-and-ai-patent-owners-trend/>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

¹⁴ Disponível em: <<https://aws.amazon.com/pt/compliance/digital-sovereignty/>>. Acesso em: 12 set. 2024.

A soberania que precisa ser reafirmada, ao contrário, é a de projeto político. Arboleda (2023) resgata, sobre isso, o exemplo chileno durante o governo de Allende, que avalia ter combinado preocupação com a soberania econômica e o humanismo, culminando em um modelo de socialismo democrático, distinto tanto da democracia liberal quanto do socialismo de Estado. Dussel (1993) também discute o tema a partir do caso da revolução cubana, cujo desenvolvimento tecnológico passou a ser voltado ao desenvolvimento do país e ao atendimento das necessidades da população. O fato de que são experiências de países que vivenciaram diferentes processos revolucionários não é menor, ao contrário. É expressão do nosso desafio, diante de um cenário catastrófico, em que o próprio sistema capitalista não consegue sequer amenizar suas contradições.

A situação do Brasil

Estamos, a América Latina e o Brasil, muito distantes do cenário mencionado, que é resultado de toda a política neoliberal que posicionou tais países como consumidores de tecnologias e provedores de matérias-primas. Lembremos que houve, nesses países, políticas que ampliaram a capacidade tecnológica, desde a política de substituição de importações e, sobretudo, na segunda metade do século XX, como mencionado no início do texto. No Brasil, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) e a Telebras tiveram um papel importante, acompanhando de perto inovações tecnológicas, como os satélites. Mas nunca os referidos projetos se vincularam a uma perspectiva contra-hegemônica e de respostas às necessidades das maiorias sociais, ainda que houvesse contradições internas, como o exemplo da luta dos trabalhadores das telecomunicações contra a privatização não nos deixa esquecer.

Mesmo as citadas instituições públicas, a partir dos anos de 1980 e, sobretudo, de 1990, com a hegemonia da doutrina neoliberal, foram desmontadas, o que prejudicou a expansão e o melhoramento das telecomunicações, situação que favoreceu a defesa da privatização do setor, efetivada em meados dos anos de 1990 (MARTINS, 2018b). O resultado que temos hoje é que as telecomunicações são controladas por três empresas transnacionais (Vivo, Claro, Tim) e pela Oi.¹⁵ Esta é

15 Disponível em: <https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO5pXwXpon5nAIoh9A2oAkwF4y6hNUtlFCd2BxutpFojIDkh23vF9WnsKySU4v7eU85dLzLqclOf2oFZ6Tc6roX>. Acesso em: 1º mar. 2024.

a única ainda controlada por capital nacional, embora não mais apenas, com o adendo de que há anos enfrenta processo de falência, embora as políticas dos primeiros governos de Lula tenham tentado fazer da Oi uma “campeã nacional”, sem alterações no processo de privatização efetivado antes. Trata-se de uma situação que ilustra o limite da aposta no referido tipo de política.

O provimento de *internet* tornou-se, assim, essencialmente privado e dependente de poucas empresas. É fato que houve, nos últimos anos, uma dinamização no setor, com maior participação, inclusive, de companhias nacionais. Os provedores de pequeno porte (PPP) já são mais de 60% dos contratos de banda larga fixa feitos no País, o que incomoda os grandes *players*.¹⁶ Eles cresceram por ofertar conexão em espaços que não eram de interesse das grandes companhias e valendo-se de medidas como exceções tributárias e isenção de obrigações (FERNANDES; CHAGAS, 2019). À primeira vista, isso pode ser visto como um exemplo de política industrial de sucesso, a ser replicado na camada de aplicações. Não obstante, não é difícil ver o processo de aquisição dessas companhias pelo capital internacional. A pesquisa TIC Provedores, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br),¹⁷ constatou a redução da participação das microempresas, que passou de 56% para 46% entre 2020 e 2022, ao passo que o percentual de médias cresceu de 13% para 17%. Dentre os motivos elencados para a mudança, são citadas as fusões e as aquisições no setor, bem como a crise econômica no contexto da pandemia de Covid-19.

Além disso, o que nos parece essencial é que a referida política não confronta fundamentalmente a lógica de operação das empresas transacionais. Cumpre ter em vista que a privatização das telecomunicações manteve dois regimes: público e privado. No caso do público, com obrigações de cobertura, modicidade tarifária etc., o que permitiu que houvesse a garantia de acesso por meio de orelhões, por exemplo, nos mais diversos locais do País. Houve a defesa de que o regime público fosse ampliado para que o provimento de conexão à *internet* fosse prestado nesse regime,¹⁸ o que poderia levar à obrigatoriedade de universalização do acesso. No entanto, o que vimos foi uma reafirmação da

16 Disponível em: <<https://teletime.com.br/23/11/2022/anatel-deveria-revisar-definicao-de-ppps-defende-a-claro/>>. Acesso em: 1º mar. 2024.

17 Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20231206171400/tic_provedores_2022_livro_completo.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

18 Proposta apresentada pela campanha: “Banda larga é um direito seu”. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/mobilize/banda-larga/>>. Acesso em: 1º mar. 2024.

lógica privatista (MARTINS, 2018b), por meio de medidas legislativas que reduziram o regime público em benefício dos interesses privados, isto é, da ampliação da mercantilização. O setor empresarial já anuncia uma nova fase de aquisições, agora por parte de grandes operadoras.¹⁹

Guiada pela lógica da mercantilização, a garantia do acesso no Brasil permanece desigual. Embora a desigualdade no acesso venha diminuindo com a ampliação da conexão da população mais pobre, a diferença na qualidade evidencia que se trata de uma inclusão precária. A pesquisa TIC Domicílios 2023²⁰ mostra que o percentual de domicílios da classe C conectados passou de 87% em 2022 para 91% em 2023. No caso da DE, de 60% para 67%, sendo que 87% destes acessaram a rede exclusivamente pelo telefone celular, sobretudo por *wi-fi* (36%) ou somente pela rede móvel (11%), a maioria a partir de planos pré-pagos, cujo tipo de acesso limita as habilidades digitais, conforme a pesquisa. Os planos pré-pagos possuem franquia de dados, mas geralmente permitem o acesso às grandes plataformas de rede sociais, como Facebook e Instagram, com as quais as operadoras possuem acordos. Ou seja, a população mais pobre é levada a usar mais essas plataformas.

A desigualdade tecnológica fundamenta a ampliação das demais desigualdades. Isso não será resolvido pela criação de empresas nacionais simplesmente. Aliás, no âmbito das aplicações, uma grande plataforma brasileira é exemplo de como tal espelhamento pode ser devastador para a classe trabalhadora. A plataforma de *delivery* iFood atua na América do Sul e tem como fundamento de seu “sucesso” a intensificação do trabalho precário (SETO, 2023).

Considerações finais

Sem uma reflexão, sem políticas que reponham a discussão sobre a soberania nacional, sem uma visão clara e estratégica sobre o lugar que o Brasil quer ocupar na nova divisão social do trabalho em nível mundial e sem um projeto de sociedade diferente, permanecerão as grandes fissuras sociais que marcam a sociedade brasileira e que são acentuadas pela dinâmica neoliberal, com o auxílio das plataformas digitais.

19 Disponível em: <<https://teletime.com.br/21/08/2023/proxima-fase-de-consolidacao-de-provedores-deve-envolver-grandes-operadoras/>>. Acesso em: 4 mar. 2024.

20 Disponível em: <<https://www.nic.br/noticia/releases/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023/>>. Acesso em: 4 mar. 2024.

Na contramão de um projeto que caminhe na direção de uma soberania ou de maior autonomia tecnológica, sob o governo de Jair Bolsonaro, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologias e Informações da Previdência Social (Dataprev) chegaram a ser ameaçados de privatização.²¹ Corretamente, o governo Lula mostrou-se contrário e efetivamente sustou tais iniciativas. Mas ainda não há um movimento no sentido de ampliar as capacidades, por exemplo, de desenvolvimento tecnológico e armazenamento de dados, atualmente objetos de um vasto número de acordos entre o governo brasileiro e corporações como Cisco, Amazon e Microsoft (AMADEU, 2020).

Além disso, se a soberania tecnológica se refere à disputa de hegemonia na etapa atual do capitalismo, deve envolver a propriedade sobre a infraestrutura, a capacidade de proteção de dados, a definição sobre os objetivos e conteúdos de aplicações (as já existentes, que precisam ser revistas, e também as que devem ser desenvolvidas) e, sobretudo, a inserção do desenvolvimento tecnológico em um projeto mais amplo para o País.

As regulações e as promoções de usos são também partes dessas iniciativas, mas limitadas se não forem casadas com políticas que rompam a dependência tecnológica e que promovam uma soberania tecnológica popular, com vistas a atender às necessidades da população e não à dinâmica de acumulação do capital. Como se trata de um setor bastante integrado em âmbito internacional, para além das políticas locais, é preciso pensar em uma regulação que também seja pautada pela promoção da soberania popular. Isso envolve problemas complexos, como a relação entre os estados nacionais e a criação de instâncias supraestatais. Para que os problemas sejam enfrentados, é necessário que sejam postos na agenda de debates. É esse o movimento que este texto busca fortalecer.

Referências

AGLIETTA, Michel. El capitalismo en el cambio de siglo: la teoría de la regulación y el desafío del cambio social. *New Left Review*, Madrid, nº 7, p. 16-70, 2001.

21 Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/11/27/serpro-dataprev-privatizacao/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

AMADEU, S. Brasil, colônia digital. **IHU** (*on-line*), 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600360-brasil-colonia-digital-artigo-de-sergio-amadeu>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

AMADEU, S. Soberania de dados indígenas. **A terra é redonda**, 18 nov. 2023. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/soberania-de-dados-indigenas/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ARBOLEDA, M. Development as national liberation. The experience of the Popular Unity government in Chile. **Radical Philosophy** 215, Autumn 2023, pp. 23-38. Disponível em: <<https://www.radicalphilosophy.com/article/development-as-national-liberation>>.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 11, dez. 2002, p. 53-78.

BOLAÑO, C. A regulação das plataformas e o projeto nacional. **Outras Palavras**, 12 maio 2023. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-regulacao-das-plataformas-e-o-projeto-nacional/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BOLAÑO, C.; MARTINS, H.; VALENTE, J. C. L. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Revista Avatares**, nº 24, dez., 2022. Disponível em: <<http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s18535925/wdrcmrjxo>>.

BOLAÑO, C.; ZANGHELINI, F. Economia de dados ou soberania nacional? **Outras Palavras**, 31 jul. 2024. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/economia-de-dados-ou-soberania-nacional/>>.

DAVIS, M.; XIAO, J. De-Westernizing Platform Studies: History and Logics of Chinese and U.S. Platforms. **International Journal of Communication**, v. 15, nº 0, p. 20, Jan. 1st, 2021.

DONEDA, D. **A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental**. Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 12, nº 2, p. 91-108, jul./dez., 2011.

FERNANDES, V. **Direito da Concorrência das Plataformas Digitais**. Brasília: Revista dos Tribunais, 2022.

FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. 21 anos de privatização da Telebras: políticas públicas para o setor de telecomunicações. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política, da Informação, da Comunicação e da Cultura**, 21(3), 61-73, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12469>>.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina: notas para um novo “programa de pesquisa”. LC/BRS?R.286. CEPAL, novembro de 2013. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/cdf10966-c322-4cb9-9727-8458a4deaf75/content>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FINANCIAL TIMES. “Silicon Valley elite warms to Donald Trump”. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/341376d4-1f29-4cd4-97a9-40e1b02aa722>>.

FLORIDI, L. The Fight for Digital Sovereignty: What It Is, and Why It Matters, Especially for the EU. **Philosophy & Technology**, v. 33, nº 3, p. 369-378, Sept., 2020.

FRASER, N. (2018b). Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Revista Política & Sociedade**, 17(40). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43/38983>>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.

GORWA, R. What is Platform Governance? **Information, Communication & Society**: DOI: 10.1080/1369118X.2019.1573914. 2019.

LAMEIRAS, M.; SOUSA, H. Perplexidades e incertezas da regulação dos media na Europa. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política, da Informação, da Comunicação e da Cultura**, 17(2), p. 120-136, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/120>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARTINS, H. **O mercado de comunicações brasileiro no contexto da convergência**: análise das estratégias do Grupo Globo e da América Móvil (2018). 369 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), 2018.

MARTINS, H. Telecomunicações: sob o signo da lógica privatista. **Revista**

Eletrônica Internacional de Economia Política, da Informação, da Comunicação e da Cultura, 20(2), 196-215. 2018b. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9639>>.

MASTRINI, G.; MESTMAN, M. ¿Desregulación o re-regulación? De la derrota de las políticas a la política de la derrota. **CIC Cuadernos de Información y Comunicación**, Madrid, nº 2, 1996.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MORAES DE LIMA, M. F. U.; VALENTE, J. C. L. Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 16, nº 1, p. e5100, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5100. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5100>>. Acesso em: 17 out. 2023.

MOORE, M.; TAMBINI, D. **Digital dominance**: the power of Google, Amazon, Facebook, and Apple. New York, NY, Oxford University Press, 2018.

NIEMINEN, H.; PADOVANI, C.; SOUSA, H. Why Has the EU Been Late in Regulating Social Media Platforms? **Javnost: The Public**, v. 30, nº 2, p. 174-196, 3 abr. 2023.

OSÓRIO, J. Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 24, nº 44, p. 73-85, 2017. DOI: 10.53000/cma.v24i44.19116. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19116>>.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy** 36(3), jul-sept. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>>.

PERARNAUD, C. Finding the path to a more open internet. A new European approach toward internet standards. **Open Future**, 12 fev. 2024. Disponível em: <<https://openfuture.eu/publication/finding-the-path-to-a-more-open-internet/>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ROUSSET, P. **Où peut mener le conflit entre les États-Unis et la Chine?** Disponível em: <<https://lanticapitaliste.org/opinions/international/ou-peut-mener-le-conflit-entre-les-etats-unis-et-la-chine>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SETO, K. S. Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados diante das Big Techs sul-americanas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política, da Informação, da Comunicação e da Cultura**, 25(2), 165-184, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54786/revistaepitic.v25i2.19199>>.

SLOBODIAN, Q. **Globalistas. El fin de los imperios y el nacimiento del neoliberalismo**. Traducción de Paula Zumalacárregui, Madrid, Capitán Swing, 2021.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

WINSECK, D. Internet Infrastructure and the Persistent Myth of U.S. Hegemony. In: HAGGART, B.; HENNE, K.; TUSIKOV, N. (Eds.). **Information, Technology and Control in a Changing World: Understanding Power Structures in the 21st Century**. International Political Economy Series. Cham: Springer International Publishing, 2019, p. 93-120.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e *ilusão de desintermediação*

Hegemony in the post-truth era: right-wing extremism
and the *illusion of disintermediation*

Hegemonía en la era de la posverdad: el extremismo
de derecha y la *ilusión de la desintermediación*

Fábio Palácio de Azevedo¹

<https://orcid.org/0000-0002-8276-0104>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de analisar as condições de exercício da hegemonia na nova atmosfera cognitiva que se convencionou denominar *pós-verdade*. Revisitamos elaborações de Antonio Gramsci e Raymond Williams, definindo a hegemonia como um sistema de significações experimentado no cotidiano, o qual conforma um “senso de realidade” para as pessoas. Em seguida, apresentamos

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor de magistério superior no Departamento de Comunicação Social e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA. Editor da revista Princípios. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0398897702758733>>. E-mail: <fabiopalacio@uol.com.br>.

a paisagem de pós-verdade, ressaltando um traço definidor: a crise das modernas mediações epistêmicas e sua substituição por mediações mercadológicas de tipo algorítmico, orientadas pela gramática neoliberal. Finalmente, mostramos como a extrema direita vivencia, de forma militante, o mundo da pós-verdade, focando um fundamento do discurso reacionário que definimos como *ilusão de desintermediação*, forma fetichizada de conceber as interações digitais como capazes de propiciar uma experiência de “liberdade” e “autonomia” pautada em suposto “acesso direto” à realidade. O artigo tem o objetivo de evidenciar como, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se tornam disposições da mente, configurando formas sutis e penetrantes de exercício da hegemonia.

Palavras-chave: hegemonia; pós-verdade; extrema direita; ilusão de desintermediação.

Abstract: This paper aims to analyse the conditions for exercising hegemony in the new cognitive atmosphere that has been conventionally called post-truth. We revisit the elaborations of Antonio Gramsci and Raymond Williams, defining hegemony as a system of meanings experienced in everyday life, which shapes a “sense of reality” for people. We then present the post-truth landscape, highlighting a defining feature: the crisis of modern epistemic mediations and their replacement by algorithmic market mediations, guided by neoliberal principles. Finally, we show how the far right lives, in a militant way, the post-truth world, focusing on a foundation of today reactionary discourse that we define as *illusion of disintermediation*, a fetishized way of conceiving digital interactions as capable of providing an experience of “freedom” and “autonomy” based on supposed “direct access” to reality. The article aims to demonstrate how, based on specific economic and sociotechnical infrastructures, the coordinates of social order become dispositions of the mind, resulting in more subtle and penetrating ways of exercising hegemony.

Keywords: hegemony; post-truth; far right; illusion of disintermediation.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las condiciones bajo las cuales se ejerce la hegemonía en el nuevo ambiente cognitivo

que convencionalmente se llama posverdad. Revisamos las elaboraciones de Antonio Gramsci y Raymond Williams, definiendo la hegemonía como un sistema de significados experimentado en la vida cotidiana, que forma un “sentido de realidad” para las personas. A continuación, presentamos el panorama de la posverdad, destacando una característica definitoria: la crisis de las mediaciones epistémicas modernas y su sustitución por mediaciones algorítmicas de mercado, guiadas por la gramática neoliberal. Finalmente, mostramos cómo la extrema derecha vive, de manera militante, el mundo de la posverdad, centrándonos en un fundamento del discurso reaccionario que definimos como *ilusión de desintermediación*, una forma “fetichizada” de concebir las interacciones digitales como capaces de proporcionar una experiencia de “libertad” y “autonomía” basadas en un supuesto de “acceso directo” a la realidad. El artículo busca resaltar cómo, a partir de determinadas infraestructuras económicas y sociotécnicas, las coordenadas del orden se convierten en disposiciones mentales, configurando formas sutiles y penetrantes de ejercicio de la hegemonía.

Palabras clave: hegemonía; posverdad; extrema derecha; ilusión de desintermediación.

Introdução

Este artigo analisa as condições de exercício da hegemonia na nova atmosfera ética e epistêmica que tem sido chamada de *pós-verdade*. Para isso, revisitamos, em primeiro plano, o conceito de hegemonia conforme elaborado pioneiramente por Antonio Gramsci (1891-1937) e seus desenvolvimentos na obra do marxista galês Raymond Williams (1921-1988). Procuramos destacar que não se trata simplesmente de formas impostas ou daquilo que entendemos como “manipulação”, mas de um sistema de significações experimentado na vida cotidiana, o qual constitui um “senso de realidade” para as pessoas. O conceito de hegemonia, especialmente na abordagem de Williams, realça elementos comunicacionais, valorativos, sentimentais e “enérgicos”, servindo de *framework* teórico-metodológico para o entendimento dos processos culturais e das estratégias discursivas que configuram a paisagem pós-verdadeira.

Em seguida, passamos a expor os traços gerais que configuram o cenário de pós-verdade, relacionando o referido conceito à ascensão do neoliberalismo no plano global e às correspondentes mudanças nos planos econômico, político e cultural. Enfatizamos uma particularidade marcante desse novo panorama cognitivo: a crise das mediações epistêmicas da época moderna e sua substituição por mediações mercadológicas que fortalecem, como elementos imanentes à subjetividade dos indivíduos, a lógica do efêmero e do descartável, a dominância da *performance* publicitária em todos os setores da vida e a metástase de um sentido de curto prazo inerente ao mundo financeirizado.

No momento seguinte, explicitamos a forma como o extremismo de direita vivencia, de forma militante, o mundo da pós-verdade, focando a descrição no fenômeno que definimos como *ilusão de desintermediação*. Trata-se de uma forma fetichizada de conceber as interações no âmbito das novas infraestruturas comunicacionais, vistas como aparatos capazes de proporcionar uma experiência de “liberdade” e “autonomia” pautada em um suposto “acesso direto” à realidade. O que se dá, contudo, no extremo oposto disso, é a sujeição de valores e práticas, com a penetração cada vez maior, no tecido social, das complexas operações sistêmicas do mundo neoliberal, agora organizado segundo modelos algorítmicos.

A conclusão retoma os tópicos elaborados rumo a uma síntese sobre como a noção de hegemonia, tanto na versão precursora elaborada por Gramsci quanto em seus desdobramentos com Williams, é pródiga em fornecer um quadro teórico profundo e realista, de grande poder explicativo, sobre a cultura no neoliberalismo plataformizado. A obra de Williams, em particular, ajuda-nos a pensar as questões propostas porque muitas delas, embora assumam hoje novas configurações, não são exatamente inéditas, tendo-se colocado já à época dos meios de massa e, em particular, da televisão.

A questão central, portanto, é rastrear as formas pelas quais, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se interiorizam e se tornam disposições da mente, num processo que faz desmoronarem as fronteiras entre o deliberado e o automático, a consciência e a espontaneidade, a liderança e as massas. Desnecessário é dizer que uma compreensão acurada desse novo contexto é fator de fundamental importância para o êxito da luta por uma nova sociedade.

O conceito de hegemonia em Antonio Gramsci e Raymond Williams

Nas primeiras décadas do século XX, o capitalismo assistia à consolidação de complexas mudanças socioeconômicas, as quais traziam à cena política e intelectual problemas inéditos: o caráter crescentemente mediado do poder político; a complexificação da burocracia estatal; o fortalecimento do movimento operário e popular; a diversificação de formas associativas no plano da sociedade civil; a emergência de uma cultura produzida industrialmente, com fortes repercussões para a política e a democracia; e a ascensão de regimes reacionários com o apoio das massas, como na Alemanha, na Itália e em outros países. Esses e outros fenômenos passavam a exigir do materialismo histórico respostas novas, capazes de revigorá-lo como abordagem crítica e transformadora.

É assim que, no conjunto das formulações teóricas do marxismo pós-clássico, uma noção ganha proeminência. Trata-se do conceito de hegemonia, elaborado pioneiramente pelo marxista italiano Antonio Gramsci. No conjunto das elaborações gramscianas, a formulação se apresenta como vértice de uma estratégia politicamente matizada de abordagem dos problemas da cultura. Na síntese posterior de Raymond Williams, “a ‘hegemonia’ vai além da ‘cultura’ [...] em sua insistência em relacionar ‘o processo social global’ com distribuições específicas de poder e influência” (1977, p. 108).

O conceito de hegemonia assenta-se na observação de que as estruturas da sociedade capitalista são sustentadas por algo além da propriedade econômica e do poder estatal. Trata-se de uma percepção que traz à tona, como problema-chave de uma nova compreensão do processo político, a questão da comunicação, dos valores e da ideologia, assim como a proeminência das entidades e instituições que, na sociedade civil, vieram a conformar a assim chamada *esfera pública*. As classes dominantes teriam conjugado o exercício do poder de Estado às instituições dirigentes da ação política (partidos, movimentos, campanhas) e da produção e reprodução de significados e valores sociais (imprensa, igrejas, universidades, associações culturais). Configuram-se, dessa maneira, estratégias ampliadas de exercício do poder político, capazes de incorporar aspectos não apenas políticos e jurídicos, mas também intelectuais e morais.

A nova situação conformaria uma dualidade, que foi denominada por Gramsci *dupla perspectiva* na ação política e na vida estatal. O poder se distribui em dois grandes planos ou momentos: a sociedade civil — que compreende o conjunto de organismos considerados privados, mas com destacado papel público — e a sociedade política — que reúne as instituições “oficiais”, definidoras do poder de Estado. Segundo Gramsci, as duas esferas “correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (1977, p. 1518-1519).²

Para o autor dos *Cadernos do Cárcere*, as modernas instituições políticas burguesas não mais operam apenas a partir de formas estritamente coercitivas. A hegemonia de uma classe ou segmento passa pela anuência de outras camadas sociais, que devem assentir aos valores, às ideias e, enfim, ao modo de vida imposto à sociedade pelo grupo tornado, dessa forma, dominante. Nas sociedades do capitalismo contemporâneo, portanto, uma classe não detém o poder, no sentido gramsciano, se apenas mantém a direção sobre seus aliados ou mesmo se, em conjunto com tais aliados, governa as instituições do Estado. Tudo isso é importante, mas a hegemonia implica também o consenso da maioria da sociedade, mediante a disseminação de valores e estilos de vida por parte do grupo social dominante, o qual precisa exarar um tipo de autoridade intelectual e cultural capaz de atestar sua aptidão para a regência do processo político. É como se parte da autoridade do poder público, absoluta até o *Ancien Régime*, se transferisse para instituições que não exercem diretamente o poder, mas são capazes de estabelecer-lhe condições e limites.

A concepção de hegemonia elaborada nos trabalhos seminais de Gramsci seria mais tarde aprofundada e desenvolvida por outros pensadores do campo marxista. É o caso do galês Raymond Williams. Autor de obra vasta e multifacetada, ele assumiu um papel protagonista em um momento de grande importância para a cultura humanística do século XX: a fundação dos *estudos culturais*. Também se destacou na elaboração de uma nova síntese do pensamento marxista: o *materialismo cultural*, definido como “uma teoria das especificidades da produção material de cultura e literatura no campo do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1977, p. 5).

2 Segundo Gruppi (1991, p. 11), “Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e dominação”.

Na visão de Williams (1977), a ideia de hegemonia tem o condão de contribuir para o entendimento das formas de dominação e subordinação como algo mais próximo do processo normal de organização e controle em sociedades contemporâneas. Longe de restringir-se ao domínio da exploração econômica, da deliberação política ou das lutas sociais, o conceito interpela os mais variados domínios da vida, inclusive aqueles que, vistos como parte da “vida privada”, são comumente abduzidos da análise. As artes, o lazer e o entretenimento, as relações interpessoais, a pedagogia, o comportamento, a conservação ambiental, o uso de materiais e recursos, sejam eles “naturais” ou elaborados tecnologicamente: é preciso considerar tudo o que conforma uma experiência vivida, mas permanece, muitas vezes, à margem de análises voltadas ao dimensionamento de relações de poder.

Conforme já afirmara Gramsci (1977), a dominação classista também se baseia na cultura do oprimido. Quando chegamos ao mundo, já pertencemos a um grupo social particular. Junto a ele, adquirimos ideias, práticas, valores e convicções, que são também de todos os indivíduos inseridos no mesmo modo de vida. Essa dimensão simbólica, contudo, é atravessada pelas assimetrias de classe que marcam a vida social. Os segmentos hegemônicos conseguem elaborar sua consciência de maneira mais sólida e menos fragmentada. Em primeiro lugar, porque sua experiência assenta-se em longeva trajetória. Além disso, os grupos dominantes têm à sua disposição um enorme volume de recursos, incluindo quadros nas mais diversas áreas. Dominam não apenas a produção material, mas também os meios ideológicos com o quais, como já asseveravam Marx e Engels (1982; 1996), produzem a consciência social.

Entre os grupos subalternos, por outro lado, em função de sua relativa falta de autonomia histórica, decorrente da dominação, são mais agudos os efeitos da desagregação da consciência. Entre essas forças, é “mais grave e penosa a luta para libertar-se dos princípios impostos” e adquirir uma “consciência histórica autônoma” (GRAMSCI, 1977, p. 1875), isto é, uma consciência que reflita seus verdadeiros interesses. Trata-se de uma tendência que conduz, frequentemente, à adesão acrítica a pressupostos que mais interessam aos adversários de classe. Além disso, como detêm um arsenal ideológico menor em termos de recursos humanos e materiais, as classes subalternas têm consciência e práticas menos maciças e articuladas.

Por conta dessas e de outras diferenças, há uma dessimetria de eficácia entre a ação das classes dominantes e a ação das classes subalternizadas (aquelas que vivem não da propriedade, mas da venda do próprio trabalho). A hegemonia deve ser entendida a partir dessa, digamos, *assimetria de condições iniciais*. Não se trata simplesmente de uma imposição exógena. A dominância se impõe a partir do próprio modo de vida das classes subalternas – de seus hábitos, seus modos de pensar, sentir e agir, maturados sob a pressão de significados pré-definidos –, de modo que a vivência de tais classes reproduz também a ordem social entronizada. Nessa perspectiva, afirma Williams, a hegemonia diz respeito a um “sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz” (2011, p. 53). Esse *sistema de significações* fornece as coordenadas mais amplas de determinado ordenamento social e político. Coordenadas que, embora abstratas, constituem-se em uma idealidade vivida, experimentada concreta e cotidianamente pelos membros de uma sociedade.

As elaborações de Williams voltam-se contra entendimentos ossificados. “Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis” (WILLIAMS, 1977, p. 112). Como corolário, também não se trata de algo que possa ser concebido apenas no plano da mera opinião ou, pior, da “doutrinação”. Há muito mais em jogo. Estamos diante de um emaranhado de práticas e expectativas, do investimento de nossas energias físicas e psicológicas, da mais corriqueira de nossas compreensões sobre o ser humano e seu mundo. A hegemonia constitui um sentido de realidade para as pessoas, um sentido absoluto porque vivenciado, que abrange muitas áreas de nossas vidas, além do qual é muito difícil mover-se. “Se as pressões e os limites de uma determinada forma de domínio são experimentados em tais proporções e na prática internalizados, toda a questão do domínio de classe e da oposição a ele se transforma”, conclui Williams (1977, p. 110).

Diferentemente do conceito de ideologia, muitas vezes usado para enfatizar sistemas de pensamento mais formais e articulados, a hegemonia enxerga a dominação sob a ótica da consciência prática, isto é, como “saturação do processo de vivência global”, uma saturação de tamanha profundidade que “as pressões e os limites do que pode finalmente ser visto como um sistema econômico, político e cultural surgem para a

maioria de nós como as pressões e os limites da experiência simples e do senso comum” (WILLIAMS, 1977, p. 110). A hegemonia é, com base na mesma perspectiva, a ideologia em seu movimento próprio, operando na dinâmica concreta de vivências individuais, em meio ao jogo das forças econômicas, políticas e intelectuais.

Tal compreensão faz-se não menos, porém ainda mais atual em tempos de convergência digital e capitalismo plataformizado. É o que veremos adiante, ao comentar a forma como se materializa o exercício da hegemonia em meio à atmosfera de pós-verdade – marcada pela crise das mediações cognitivas – e como o discurso da extrema direita reforça essa atmosfera, enxergando tendências colocadas pela dinâmica hegemônica do capitalismo como o resultado abonador de suas próprias escolhas e percepções, de suas experiências vividas sob o signo de uma suposta “autonomia”.

A pós-verdade e a crise das mediações cognitivas

O fenômeno denominado *pós-verdade* pode ser definido como uma nova *paisagem cognitiva*, que se caracteriza por inéditos padrões éticos e epistêmicos (PALÁCIO; CAPOVILLA, 2021). Nessa nova atmosfera, modificam-se as condições sociais de produção da verdade. Esta última pode ser compreendida como uma *mediação*: mediação entre o ser humano e a natureza, entre as ideias e o mundo, entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível.

Para que se realize, a produção da verdade requer instâncias mediadoras. A primeira delas é a própria linguagem. Sem ela, não é possível operar o trabalho mediador pelo qual o ser humano produz registros e explicações sobre a realidade que o cerca. Há, contudo, para além da linguagem, outras instâncias de mediação, algumas delas físico-materiais (certos materiais e instrumentos), outras de cunho ideacional (técnicas e procedimentos). E há, finalmente, instâncias mediadoras que assumem o formato de instituições: universidades e centros de pesquisa, imprensa, museus, associações culturais, agências do Estado.

Para verificar como a verdade é produzida a partir de tais instâncias e instituições, tomemos o exemplo do jornalismo. Ele se define como uma narrativa pública periódica da atualidade social (GENRO, 1987). Uma narrativa que construiu sua legitimidade a partir da generalização

do entendimento segundo o qual, por realizar-se a partir de certos parâmetros técnicos e éticos – observação minuciosa, registro impessoal, linguagem mais “limpa” de conotações, checagem de fontes, princípio do contraditório etc. –, o jornalismo habilita-se a produzir um tipo de conhecimento confiável e não arbitrário, costumeiramente classificado como *verídico* e *objetivo*.

É fato que a chamada *objetividade jornalística* pode ser entendida de muitas formas. Como explica Laje (1979), trata-se de uma noção tomada, em sua versão mais difundida, como a faculdade de descrever os fatos *tal como aparecem*. Seria um abandono consciente das interpretações ou do diálogo com a realidade, buscando extrair desta apenas o que se faz *evidente*. Por esse motivo, a notícia não deve, do ponto de vista dos cânones jornalísticos, emitir juízos de valor explícitos, pois tal procedimento aproximaria o trabalho da imprensa de uma abordagem propagandística, esvaziando-o, portanto, de seu propósito específico (GENRO, 1987).

Muitos derivam disso que o jornalismo é objetivo porque descreve *a realidade como ela é*. Essa visão, eivada de um positivismo ingênuo, chegou a definir a primeira generalização teórica sobre o jornalismo – a chamada *teoria do espelho* (PENA, 2005; TRAQUINA, 2012). O que, um dia, já foi visão teoricamente rigorosa terminou por “descair” para o senso comum, perfazendo, hoje, o núcleo do entendimento mais corriqueiro sobre o que é e o que faz o jornalismo. Ele seria, nessa perspectiva, um registro objetivo e verdadeiro por sua propriedade de *refletir os fatos*.

Os que assim pensam talvez não se deem conta de que, não obstante a técnica noticiosa evite explicitar juízos de valor, é igualmente pacífico que tais apreciações se embutem inevitavelmente na forma de apreensão, seleção e hierarquização dos fatos, bem como na constituição da linguagem (que jamais será inteiramente pura de conotações), assim como no relacionamento espacial e temporal das notícias, quando de sua difusão. Desde a coleta dos dados, passando pelo enfoque a ser escolhido, até a redação e edição, nada disso é “neutro” em termos axiológicos. Ao coletar as evidências e reordená-las num texto, incluindo algumas e excluindo outras, colocando algumas no *lead* e outras no final, o jornalista sempre revela suas inclinações, seu olhar particular.

Ora, isso significa que a objetividade jornalística não existe, que não passa de engodo? De forma nenhuma. Significa apenas que não

precisamos conceber esse atributo como a faculdade de *espelhar* a realidade. Podemos pensar a objetividade como uma questão de método, não de substância. A adoção de certos critérios e normas, juntamente com o emprego de técnicas consagradas, habilita o jornalismo não a refletir a *realidade como ela é*, mas a promover uma aproximação possível, isto é, a buscar um *improvável ponto de equilíbrio* (LAJE, 1979), diante do qual os fatos possam ser narrados de uma forma que consideramos não *infalível*, mas *justa e verossimilhante*.

A objetividade jornalística não deve ser entendida, portanto, como um conceito ontológico, mas gnosiológico. Trata-se de uma representação possível da realidade construída por meio de técnicas de linguagem e procedimentos reconhecidos como capazes de produzir um resultado que classificamos como verdadeiro. Dito de outro modo, a objetividade é uma estratégia discursiva que visa a um efeito de veracidade e, conseqüentemente, à conquista da legitimidade e da credibilidade, que se traduzem na confiança do público leitor ou espectador.

O que afirmamos em relação ao jornalismo, vale notar, pode ser dito igualmente sobre a ciência e outras formas de conhecimento que reclamam a objetividade como atributo. Também a produção científica possui técnicas e padrões normativos cuja aplicação, acredita-se, pode nos levar a uma representação da realidade que, por falível e provisória que seja, fornece um retrato dotado de razoabilidade sobre o mundo em que vivemos. Métodos como observação, experimentação, indução, raciocínio hipotético-dedutivo e replicabilidade somam-se a procedimentos normativos como *peer review* e análise por comitês de ética para resultar em um conhecimento que se legitima, na modernidade, como uma das principais instâncias mediadoras de produção da verdade.

Isso posto, podemos afirmar que um dos fatores determinantes da pós-verdade – entendida aqui como *crise das condições sociais de produção da verdade* – diz respeito à desestabilização de instâncias mediadoras como as já referidas. Trata-se de um processo que se liga à ascensão planetária do neoliberalismo como padrão de *capitalismo realmente existente*. A nova realidade enseja a proliferação de mediações simplificadas, mais adequadas ao caráter efêmero e volátil das relações de mercado. Acompanhando esse processo, verifica-se um déficit de confiança que afeta as instâncias mediadoras consagradas na era moderna, como a imprensa e a ciência, além de outras mais tradicionais, como a filosofia, a literatura e as artes. É como se as pessoas deixassem de

acreditar que tais mediações, apesar de sua maior complexidade, sejam de fato um caminho seguro para produzir aquela forma de asserção que costumamos ter como verdadeira.³

Cesarino (2021, p. 79) vê no referido processo uma “substituição gradual do arranjo moderno pela proliferação de mediações algorítmicas (e mercadológicas) de ciclos cibernéticos curtos, intensivos e que operam numa espacialidade de rede e temporalidade de crise permanente”. É quando se revelam notáveis homologias entre a arquitetura algorítmica das redes e os valores mercadológicos onipresentes na era neoliberal. A “temporalidade de crise permanente” ajusta-se bem à necessidade, colocada pelo fundamentalismo de mercado, de impulsionar o instantâneo e o descartável, numa espécie de desenraizamento temporal que se constitui como o próprio *modus operandi* das redes. Da fugacidade dos *stories* do Instagram aos vídeos do TikTok, há sempre um clima de *apocalypse perpétuo*, uma atmosfera de instabilidade que faz pensar se a obsolescência programada, mais do que um princípio de mercado, não se teria tornado um modo dominante da vida social. Terry Eagleton (2005) chega a falar de uma *política da amnésia*, em cujo âmbito as pessoas, soterradas no presente e impotentes em recordar o passado, não teriam também a capacidade de formular projetos de futuro. Essa tendência não começa com as redes sociotécnicas, mas certamente encontra nelas um poderoso vetor de realização.

Seria errado afirmar que a perpetuação de práticas e valores interessa sempre e tão somente ao conservadorismo. Muitas vezes ocorre o contrário: a afirmação de valores reacionários se dá pela aceleração vertiginosa das mudanças, implicando o apagamento de importantes referências do passado. À medida que, visando à expansão do consumo e da circulação de mercadorias, os acontecimentos se sucedem em rápida rotatividade, revezando-se em velocidade estonteante, configura-se uma área de fugacidade que muitos festejam como “inovação”. Mas há inovações e inovações. Para pensar com Williams, estamos diante de formas de “inovação” que conservam, essencialmente, “uma função mercadológica, e isso contrasta nitidamente com outras espécies de inovação [como aquelas da ciência e das artes], as quais, dirigidas por objetivos culturais

3 Vale notar que muito da referida descrença tem como ponto de partida a crítica à noção positivista de uma verdade que reflete o *mundo como ele é*. Recusa-se essa versão da verdade como se se estivesse negando toda e qualquer concepção de verdade, inclusive aquela que fala de uma representação possível, baseada em mediações razoáveis. Ou seja: o realismo ingênuo de uma verdade que corresponde à *realidade em si mesma* acaba dando margem, numa pirueta discursiva, ao extremo oposto: à negação absoluta de toda e qualquer noção de verdade objetiva.

internos, frequentemente se encontram na margem extrema do mercado, quando não inteiramente fora dele” (WILLIAMS, 2000, p. 105).

Seria ingênuo pensar que, em tal ambiência, a noção de verdade não sofreria metamorfoses, assumindo inéditas configurações. É preciso registrar, antes de mais, a perda de importância da ideia de verdade, que acaba por condicionar a própria crise das mediações – afinal, se a verdade não tem mais importância, tampouco terão as instituições que a produzem. A tendência de enfraquecimento da noção de verdade como eixo norteador da racionalidade pública surge, aliás, bem expressa no próprio termo *pós-verdade*. No editorial “Art of the lie”, publicado no imediato pós-Brexit, a revista *The Economist* afiançava: “A verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária” (“ART...”, 2016).

Acompanhando o descrédito da noção de verdade, verifica-se um desbalanço entre objetividade e subjetividade. No mesmo despacho do periódico *The Economist*, podia-se ler que “são os sentimentos, não os fatos, que importam nesse tipo de discurso” (“ART...”, 2016). Como vimos anteriormente, uma forma de conhecimento como o jornalismo produz uma espécie de “equilíbrio” entre as dimensões objetiva e subjetiva. Não é que a subjetividade não exista; é que se busca equilibrá-la por intermédio de disposições normativas que, supõe-se, aproximam a descrição noticiosa daquela riqueza material que permite que os fatos tenham sempre algo novo a dizer, para além de nossas próprias circunscrições mentais.

O contrário se verifica na nova atmosfera de pós-verdade. Os planos objetivo e subjetivo entram em desequilíbrio em favor deste último, o que permite que os fatos se dissolvam na mais completa subjetivação. Em 2017, furioso com as matérias jornalísticas que relatavam ter sido a posse de Barack Obama mais concorrida do que a sua, Donald Trump não se deu por vencido. Ele e seus subordinados apelaram para “fatos alternativos” [*alternative facts*],⁴ denunciando como falsos os números da imprensa e apresentando sua própria versão, desprovida de fontes e baseada em impressões pessoais. É como se já não houvesse eixos mediadores aos quais remeter a verificação de nossas opiniões. Tudo

4 A expressão “*alternative facts*” surgiu em uma entrevista da conselheira presidencial Kellyanne Conway, em 22 de janeiro de 2017, na qual ela defendeu a falsa declaração do secretário de imprensa da Casa Branca, Sean Spicer, sobre o número de participantes na posse de Donald Trump. Pressionada pelo jornalista Chuck Todd a explicar por que Spicer apresentara números comprovadamente falsos, Conway afirmou que ele não estava mentindo, mas apenas apresentando “fatos alternativos”, ao que Todd respondeu: “Veja, fatos alternativos não são fatos” (SINDERBRAND, 2017).

se resumiria a uma espécie de pugilato (pseudo)argumentativo: *meus* “fatos” contra *seus* “fatos”.

No mesmo contexto, cada um pode acreditar no que quiser – seja do ponto de vista teórico (epistêmico), seja do ponto de vista prático (político e moral). Novamente, isso se liga ao imperativo mercadológico. À medida que o *marketing* deixa de ser lateral e passa a se confundir com a própria cultura,⁵ as formas de verificação e validação dos enunciados se apresentam crescentemente desacopladas da complexidade dos métodos instituídos na modernidade. Assumem, agora, uma forma espetacular, dada pelo efeito publicitário, isto é, “pela lógica performativa do *marketing*, que é a base do modelo de negócios das grandes plataformas” (CESARINO, 2021, p. 79).

Organizadas com base em tais pressupostos, as redes digitais ajudaram a implodir o arranjo liberal de produção de consensos, fundado na ideia de uma esfera pública de debates orientados pelo dissenso fundamentado e pela deliberação racional (HABERMAS, 2014). As novas infraestruturas da esfera pública alteraram o processo de curadoria e filtragem da informação conhecido como *gatekeeping*. Ao se realizar sob os auspícios da gramática neoliberal, esse processo transfigurou os padrões modernos de racionalidade pública – nascidos sob a égide do Iluminismo –, impulsionando a hipertrofia dos temas privados, reduzindo a complexidade dos juízos e reforçando um sentido monológico, pelo qual a interlocução é substituída pela simples recusa de opiniões contrárias. A consideração atenta à argumentação do outro, buscando fios de convergência que sirvam de base para afinar o próprio dissenso, é trocada por um maniqueísmo no qual não há dúvidas, mas apenas afirmações peremptórias; não há interlocutores, mas apenas inimigos; não há busca da verdade, mas apenas afirmação dos interesses e das crenças fechadas de cada um. Note-se, aliás, que o princípio solipsista segundo o qual “a verdade está nas crenças de cada um” embute um componente de egoísmo que termina por conformar uma visão individualista da liberdade de expressão:

A ideologia burguesa procura isolar a questão da liberdade de expressão das questões do poder e da propriedade, transformando-a assim num princípio abstrato que

5 Para uma história da publicidade que acompanha essa metamorfose, recomendo o ensaio “Publicidade: o sistema mágico”, constante de Williams (2011).

governa as ações de indivíduos isolados. Tal abordagem tenta excluir qualquer análise materialista dos meios de comunicação, além da importantíssima questão de identificar quem os detém e controla. Assim, essa ideologia desloca todo o campo de análise da totalidade social para a relação abstrata entre princípios teóricos e atos isolados de um discurso individual (ROCKHILL; DINGQI, 2024, p. 141).

Na mesma atmosfera em que o egoísmo suplanta os projetos coletivos, em que a solidariedade define na exata medida em que cada um se torna vitrine de si mesmo, mudanças anômalas vêm à luz. Na economia, sai de cena a indução estatal, entra a anarquia de mercado; na política, sai o documento programático, entra o plano de *marketing*; na cultura, sai o orador humanista (que debatia temas existenciais estribado nas regras clássicas) e entram o animador de TV, o *youtuber*, o *tiktoker*. Em uma só assertiva, saem as mediações modernas e entra a convicção de que a complexidade do mundo pode ser driblada e simplificada por esforços voluntariosos, que se confundem, na mesma perspectiva, com uma ideia ilusória de “liberdade”.⁶

Essa tendência, como vimos, tem um lado objetivo: liga-se à hegemonia avassaladora dos valores de mercado, que acompanha o avanço do neoliberalismo no plano global. Mas a questão possui ainda outro lado. A desconstrução das mediações tradicionais não se realiza apenas por meio da fria objetividade das relações de mercado e de suas novas infraestruturas algorítmicas. Ela também se impõe a partir de esforços orgânico-subjetivos que envolvem um discurso e uma militância ativa. Ao associar a crise das mediações modernas à ideia de uma vida mais “livre” e “autêntica”, o extremismo de direita impulsiona as tendências à pós-verdade, conferindo-lhes fôlego redobrado.

Extremismo de direita e *ilusão de desintermediação*

Como vimos anteriormente, uma das características da nova atmosfera ética e epistêmica que se convencionou chamar de pós-verdade

⁶ Note-se como tal descrição apresenta pontos de contato com o combate da extrema direita contra as medidas de isolamento social à época da pandemia de Covid-19, combate este igualmente movido em nome da “liberdade”. Para uma discussão mais pormenorizada sobre a noção de liberdade no discurso pandêmico da extrema direita, cf. Palácio & Capovilla (2021).

é a crise das mediações convalidadas na época moderna, incluindo especialistas e suas instituições. Nessa nova ambiência cultural, as fontes credenciadas têm seu prestígio debilitado à medida que se esfarela a legitimidade das instâncias tradicionais de validação da informação.

Ao perceberem que se beneficiam com a referida tendência, as forças do autoritarismo contemporâneo a impelem ativamente. Tentam solapar a credibilidade daquilo que podemos definir como uma *institucionalidade do verídico* – universidades, mídia convencional, centros de produção do conhecimento, agências do Estado. A fim de ilustrar essa orientação, Stanley cita o exemplo de Rush Limbaugh, um conhecido radialista norte-americano de extrema direita. “Limbaugh denunciou, em seu popular programa de rádio, ‘os quatro cantos do engano: governo, academia, ciência e mídia’” (STANLEY, 2018, p. 62). Tais instituições são retratadas como “corruptas” e distanciadas dos “reais” anseios da população.

Note-se que o extremismo de direita busca fragilizar não apenas as instituições epistêmicas, mas também os próprios códigos linguísticos. Trata-se de uma tendência facilmente perceptível em correntes como o trumpismo e o bolsonarismo, cuja pobreza vocabular é tomada como sinal de “autenticidade” (STANLEY, 2018). Quando se reforça ativamente a crise das mediações tradicionais, incluindo a linguagem, o que se pretende é eliminar qualquer exigência de um debate público sofisticado, pois o declínio das instâncias mediadoras abre espaço para o avanço da desinformação (MAIA et al., 2024).

Em sua luta contra a democracia e a racionalidade pública, os arautos (aríetes?) do extremismo de direita difundem ideias desagregadoras. Sugerem a existência de um hiato intransponível entre as pessoas comuns – com ênfase nas populações periféricas e de cidades do interior – e os circuitos intelectuais metropolitanos. Estes, vistos como afetados e petulantes, viveriam a disseminar informações e conhecimentos nocivos aos costumes tradicionais e ao modo de vida da população simples (PALÁCIO; CAPOVILLA, 2021).

Nessa perspectiva, os agentes mediadores – que não se restringem às elites epistêmicas, uma vez que abarcam também os representantes políticos – são vistos como os emissários de uma realidade falsa, porque inautêntica. O mundo que comunicam não é o que vivenciamos genuinamente, mas, ao contrário, uma realidade postiça, submetida

ao filtro de interesses inconfessáveis. Não é difícil notar que, por trás desse discurso, espreitam ideias de “liberdade” e “autenticidade” que se apoiam numa visão “fetichizada”⁷ sobre os novos meios técnicos. Estes teriam a propriedade mágica de eliminar intermediários, proporcionando um “faça por si mesmo” tanto no campo político quanto no midiático (PALÁCIO, 2023).

Surge, assim, um sentido de “desintermediação” que já não é mero anseio abstrato, mas uma experiência sentida. Ela decorreria, por um lado, de uma tendência “natural”, ligada ao progresso técnico. Por outro lado, seria uma “descoberta” (ou “redescoberta”) puramente individual, ligada à busca de uma essência recôndita, que teria sido obnubilada pelos intermediários e por suas mediações “perniciosas”.⁸ Essa experiência de “autenticidade” deve ser ativamente encorajada. Seria algo pelo qual vale a pena lutar.

É assim que, no lugar das modernas mediações epistêmicas, entram a “experiência de vida”, os impulsos, as vontades e os afetos. E, claro, a “verificação por conta própria” – “é só dar um Google”, costuma-se dizer. Como parte dessa sanha autocertificadora, reforça-se o empirismo ingênuo do “ver para crer”: por meio dele, finalmente, os agentes “desintermediados” se entregam, qual presa obediente – que se expõe sem proteções ou anteparos –, à voracidade daquele mundo de imagens onipotentes que Debord (2017) chamou de *sociedade do espetáculo*.

Quando analisamos esse discurso de uma vida supostamente mais “genuína”, pois que vivida “diretamente”, sem a interferência de instâncias mediadoras, não é difícil captar homologias entre as propostas de desregulamentação no plano econômico e a ideia de “desintermediação” nos

7 Usamos a noção de *fetichismo*, aqui, no sentido definido por Marx em “*O Capital*”: sob o capitalismo, as relações sociais aparecem sob a forma de uma relação entre mercadorias. “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 1985, p. 81). Na mesma perspectiva, as redes digitais são frequentemente vistas como portadoras de propriedades extra-humanas, quando, na verdade, são apenas formas de realização do trabalho social. Longe de eliminarem as mediações humanas, as redes são fruto delas: vêm para possibilitar novas formas – mais produtivas – de realizar as mesmas mediações.

8 Esse sentido de uma experiência “pura”, guardada nas profundezas da intimidade, costuma associar-se ao culto, de base romântica, à natureza e à vida no campo. “Esses mitos geralmente se baseiam em fantasias de uma uniformidade pregressa inexistente, que sobrevive nas tradições das pequenas cidades e dos campos, os quais permanecem relativamente isentos da decadência liberal dos grandes centros urbanos” (STANLEY, 2018, p. 20). Tal bucolismo contrasta estranhamente com o uso de recursos de alta tecnologia.

planos político e cultural.⁹ O Estado, com seus regulamentos econômicos e suas mediações políticas, é venal: encontra-se corrompido pela mácula do favoritismo de interesses. Só o mérito individual é “asséptico”; só a iniciativa do indivíduo é fonte imorredoura de liberdade. Pesquisando as narrativas antivacina, Maia *et al.* (2024, p. 6) afirmam que “estavam relacionadas sobretudo ao argumento da liberdade e a desconfianças em torno das instituições democráticas e epistêmicas”. Percebem-se, assim, notáveis correspondências entre o discurso neoliberal, de um lado, e o ativismo dos setores mais reacionários da sociedade, de outro.

Os apelos à “desintermediação” colocam na ordem do dia a necessidade de uma abordagem crítica. Cabe às ciências sociais a tarefa de analisar até que ponto tais apelos se ajustam às tendências contemporâneas da esfera pública, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas tecnologicamente mais avançadas. É fato que a arquitetura distribuída das redes sociotécnicas sugere uma menor tolerância às relações assimétricas. É igualmente verdadeiro que a comunicação em rede traz inovações ao processo de *gatekeeping*, incluindo novos atores – com diferentes pesos de curadoria – na edição e promoção de conteúdos, o que, todavia, não elimina os desníveis realmente existentes: apenas os oculta do campo de visão dos usuários.

A concentração de poder continua a se reproduzir nos meios virtuais, ainda que ocorram mudanças nos processos de mediação. Hoje, surge clara a percepção de que o ciberespaço não é tão simétrico quanto se pensava a princípio. É certo que mais atores tomam parte nos fluxos comunicacionais, mas apenas uma minoria deles controla os fluxos – fato visível nos mecanismos de busca, poderosos instrumentos de poder informacional. Corporações como Alphabet e Meta estabelecem, isentas de qualquer inspeção pública, os critérios que determinam a visibilidade relativa de agentes e conteúdos em todo o planeta (PALÁCIO, 2023). Não há, portanto, “desintermediação”, mas, para usar os termos de Santos (2022, p. 92), uma “reintermediação”, isto é, uma realidade caracterizada por novas formas de mediação (na maioria das vezes, invisíveis). O poder se transfere, em larga medida, da mídia tradicional para as plataformas de conteúdo, em cujo âmbito “o papel de ‘*gatekeeper*’ não só não desaparece, mas se aprofunda a partir dos novos mecanismos disponíveis” (BASTOS, 2024, p. 25).

9 O próprio discurso bolsonarista contra as urnas eletrônicas não deixa de conter o mesmo elemento de crítica às mediações. Ao contrário da “pureza” das cédulas de papel, as urnas seriam “intermediárias” enviesadas a subverter a “legítima” vontade do povo.

As transformações no processo de mediação de forma alguma autorizam a falar em ocorrências acessadas diretamente. O que existe não é “desintermediação”, mas, quando muito, uma *ilusão de desintermediação*. Esse fenômeno não chega a ser novo: verifica-se desde os tempos em que reinava soberana, no topo da ecologia comunicacional, a televisão – meio cujas características integradoras e sequenciais já antecipavam muitas das experiências que hoje vivenciamos na *internet*.

Em sua análise sobre o meio televisivo, Williams classifica como enganosa a impressão televisual de “ver os acontecimentos por si próprio”. Para exemplificar esse ponto de vista, ele cita o exemplo de uma greve ou sublevação. A “câmera” jamais filmará a totalidade do acontecimento, mas apenas um recorte, que sempre dependerá da posição – e não falamos aqui somente da posição *física* – do *cameraman*. Ora, faz muita diferença se ele está apontando seu instrumento de trabalho para os policiais que estão sendo apedrejados ou para os manifestantes que estão correndo de balas de borracha. O fato é que “um intermediário está sempre presente, mesmo que não visível, e isso pode ser mais enganador do que situações em que a consciência de um intermediário é inevitável. Tal consciência, porém, é comumente absorvida, em grau não desprezível, pelo hábito e pela rotina” (WILLIAMS, 1990, p. 43-44).

É notável o quanto o discurso da “desintermediação” depende do ilusionismo de um “acesso direto” à realidade – algo que nunca existiu. Em qualquer situação, a realidade jamais é percebida de modo direto, à margem das mediações histórico-sociais. É fato que, embebidas da ingenuidade do senso comum, as pessoas costumam conceber a observação direta dos fatos como critério infalível para desfazer dúvidas. Esse equívoco resulta das “ideias de que o mundo exterior tem certas propriedades que lhe são inerentes e de que diferentes observadores olhando o mesmo fenômeno veem a mesma coisa” (MATALLO JR., 1994, p. 19-20). De um ponto de vista dialético (ou, pelo menos, não positivista), não é assim que as coisas funcionam. Mesmo na percepção individual, temos a mediação da linguagem e dos componentes culturais que interferem no processo de apreensão da imediatidade.

A ideia de “desintermediação” se baseia, ao final, na naturalização de alguns mediadores, o que apaga os rastros de seus pressupostos. É essa prestidigitação politicamente interessada que permite que muitas pessoas tenham uma experiência de liberdade e autonomia, sentindo-se no controle de suas próprias ações. “Como no neoliberalismo de

forma mais ampla, as redes legitimam-se pela ilusão de liberdade, de espontaneidade e de meritocracia”, afirma Cesarino (2021, p. 89). As verdadeiras determinações não são percebidas: mantêm-se na penumbra, ocultadas pelo caráter distribuído das infraestruturas em rede, assim como pela caixa-preta tecnológica dos algoritmos.

Conclusão

Conforme argumentamos neste artigo, as condições de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase neoliberal, afetam drasticamente as formas de exercício da hegemonia. O poder, já longe de estar apenas no Estado, transferiu-se, em larga medida, para a sociedade. Por isso estranhamos – e perguntamos: “Como pode?” – que a extrema direita perca eleições, mas continue exibindo musculatura. Por isso as forças progressistas vencem eleições, chegam ao poder central da República, mas parecem “sitiadas”.

É que as formas de hegemonia se tornam, como já sugeria Williams (1977; 2011), mais sutis e penetrantes. A dominância habilita-se a cobrir áreas mais vastas da experiência. Sistemas de ideias e práticas até então reservados, comumente entendidos como parte da “vida privada”, passam a ser interpelados. A ordem dominante penetra o processo social e cultural de forma significativamente maior.

Trata-se de um processo que se deve a mudanças: (I) econômicas, com a desregulamentação generalizada e o desmonte de estruturas do Estado; (II) políticas, com a crise das representações e da democracia liberal; e (III) culturais, que envolvem a desestabilização das mediações epistêmicas legitimadas na modernidade e sua substituição por arranjos mercadológicos. Esse processo foi reforçado por transformações nas infraestruturas comunicacionais que apontam para uma nova *mudança estrutural da esfera pública*.

A irrupção planetária do neoliberalismo moldou subjetividades segundo os valores da *performance* publicitária e da lógica de curto prazo própria das finanças, sendo este um dos componentes destacados da atmosfera de pós-verdade. Na nova paisagem ética e epistêmica, as pessoas não são mais persuadidas da superioridade do mercado: elas simplesmente o vivem em cada dimensão de suas vidas como experiências profundamente interiorizadas. Não se trata de algo que

devamos entender na chave da “manipulação”, mas como estilos de vida diretamente emanados das infraestruturas econômico-produtivas e dos complexos funcionamentos sistêmicos, hoje predominantemente algorítmicos, que vertebram a vida social. Nas palavras de Eagleton,

o predomínio do utilitário e da tecnologia oblitera a significação da vida social, subordinando o valor de uso ao formalismo vazio do valor de troca. O consumismo afasta-se do significado, a fim de enredar o sujeito subliminarmente, libidinalmente, no nível da resposta visceral e não da consciência refletida (1997, p. 44-45).

No novo panorama de pós-verdade, as pessoas vivem a dominação de forma lúbrica. Como naquilo que denominamos *ilusão de desintermediação*, enxergam como “autonomia” e “acesso direto” à realidade aquilo que são, com efeito, os pressupostos da ordem hegemônica, codificados sob a forma de modelos algorítmicos que capturam e enredam experiências individuais. Modelos que, “apesar de sua reputação de imparcialidade, refletem objetivos e ideologias. [Pois] modelos são opiniões embutidas em matemática” (O’NEIL, 2020, p. 35). Interiorizam-se, dessa forma, as coordenadas de uma sociedade profundamente desigual, repleta de assimetrias de poder. À medida que esse processo avança, ficam borradas as fronteiras entre o deliberado e o automático, entre consciência e espontaneidade, entre o líder e seus sequazes.

Vale notar que a ilusão de desintermediação não atinge apenas a extrema direita, mas também, de forma mais ampla, vastos segmentos da população. A diferença é que o extremismo reacionário vive de forma militante aquilo que, para outras pessoas, não vai além de uma percepção difusa. Daí a importância de, por um lado, implementar dispositivos de regulação dos meios digitais, submetendo seu funcionamento ao escrutínio público. Por outro lado, como propunha Williams (1968), a nova realidade torna ainda mais importante o reforço da conscientização sobre os meios, incluindo na educação formal e regular o ensino de fatos básicos sobre as instituições de comunicação – sua história, sua organização social, seus métodos de trabalho –, de forma a combater visões reificadas, a exemplo daquela que se expressa como ilusão de desintermediação. Se o que pretendemos é travar, de forma minimamente consequente, a luta contra-hegemônica por um novo modelo de sociedade, pós-capitalista e pós-neoliberal, a primeira de todas as tarefas

é explicitar as novíssimas condições que emolduram, nos dias de hoje, as formas de exercício da hegemonia.

Referências

ART of the Lie: Post-Truth politics. The Economist [*on-line*]. 10 set. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>>. Acesso em: 23 set. 2024.

BASTOS, M. A crise imanente da comunicação como forma social e os limites da concepção de “esfera semipública”: Notas dialéticas sobre Habermas e a “nova reestruturação da esfera pública”. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 26, nº 2, p. 9-29, 2024.

CAPOVILLA, C.; PALÁCIO, F. Visões da pandemia: As teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente. **Princípios**, v. 40, nº 160, p. 24-59, 15 jan. 2021.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, nº 1, p. 73-96, 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp; Boitempo, 1997.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo – Quaderni 12-29. Edizione critica dell’Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977, pp. 1507-2362.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAIA, L. R.; MASSARANI, L.; SANTOS JÚNIOR, M. A. dos; OLIVEIRA, T. Comunidades de pertencimento, desinformação e antagonismo: processos interacionais em grupos antivacina no Telegram no Brasil. **Galáxia** (São Paulo, *on-line*), v. 49, 2024, p. 1-24.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro primeiro: O processo de produção do capital, v. I e II. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). In:_____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982, v. 1, p. 4-75.

_____. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATALLO JR., H. A problemática do conhecimento. In: CARVALHO, M. C. M. de (org.). **Construindo o saber**: metodologia científica – fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1994, p. 13-28.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o *big data* aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

PALÁCIO, F. **Sob o céu de junho**: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

PALÁCIO, F.; CAPOVILLA, C. Posverdad: etapa suprema de la postmodernidad. In: MANCINAS-CHÁVEZ, R.; CÁRDENAS-RICA, M. L. **Medios y comunicación en tiempos de posverdad**. Madrid: Editorial Fragua, 2021, p. 183-203.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. V. I: por que as notícias são como são. 3ª ed. Florianópolis: Insular Livros, 2012.

ROCKHILL, G.; DINGQI, Z. A propaganda imperialista e a ideologia da *intelligentsia* da esquerda ocidental: Do anticomunismo e a política identitária às ilusões democráticas e o fascismo. **Princípios**, v. 43, nº 169, p. 124-152, 25 jun. 2024.

SANTOS, N. **Social media logics**: visibility and mediation in the 2013 Brazilian protests. London: Palgrave Macmillan, 2022.

SINDERBRAND, R. How Kellyanne Conway ushered in the era of 'alternative facts'. **The Washington Post**, Washington, DC, January

22, 2017. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2017/01/22/how-kellyanne-conway-ushered-in-the-era-of-alternative-facts/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

WILLIAMS, R. **Communications**. London: Penguin Books, 1968.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 231-266. Trad.: André Glaser. Disponível em: <<https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/williams-raymond-cultura-e-materialismo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2024.

_____. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

_____. **Television: technology and cultural form**. New York: Routledge, 1990.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Robôs falantes, inteligência artificial e impactos na comunicação

Talking robots, artificial intelligence and impacts on communication
Robots parlantes, inteligencia artificial e impactos en la comunicaci3n

Ruth de Cássia dos Reis¹

<https://orcid.org/0000-0003-3571-3580>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 12/11/2024

Resumo: O surgimento recente das ferramentas de inteligência artificial (IA) baseadas em processamento de linguagem natural abre novas questões para uma sociedade midiaticizada e com ampla conectividade. As IA generativas, com capacidade de produzir textos, imagens e vídeos, já começam a ocupar espaço em diversas dimensões da atividade social. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, buscamos entender as repercussões dessas tecnologias para a produção e circulação de conteúdos no atual sistema de comunicação em rede, com ênfase nas ameaças de incremento da desinformação, além das implicações

1 Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio pós-doutoral em Comunicação pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Jornalista e professora titular da UFES. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2483123134241477>>. E-mails: <ruth.reis@ufes.br> e <ruthdosreis@gmail.com>.

para o jornalismo e o direito à comunicação. Entre as conclusões, apontamos o risco de que essas ferramentas propaguem mais preconceito e comprometam ainda mais a qualidade e a confiabilidade da informação jornalística, já observada na automatização de certos tipos de notícias. Tais desafios exigem medidas para garantir o uso responsável e ético dessas tecnologias no ambiente comunicacional, como a regulação, a transparência e o letramento comunicacional.

Palavras-chave: inteligência artificial; comunicação; ChatGPT; desinformação; viés de discurso.

Abstract: The recent emergence of artificial intelligence (AI) tools based on natural language processing raises new questions for a media-driven society with broad connectivity. Generative AIs, capable of producing texts, images, and videos, are already beginning to occupy space in various dimensions of social activity. Based on bibliographic and documentary research, we seek to understand the repercussions of these technologies for the production and circulation of content in the current networked communication system, with an emphasis on the threats of increased disinformation, in addition to the implications for journalism and the right to communication. Among the conclusions, we point out the risk that these tools will propagate more prejudice and further compromise the quality and reliability of journalistic information already observed in the automation of certain types of news. Such challenges require measures to ensure the responsible and ethical use of these technologies in the communication environment, such as regulation, transparency, and communication literacy.

Keywords: artificial intelligence; communication; ChatGPT; misinformation; discourse bias.

Resumen: La reciente aparición de herramientas de inteligencia artificial (IA) basadas en el procesamiento del lenguaje natural abre nuevas preguntas para una sociedad mediatizada y con amplia conectividad. Las IA generativas con capacidad de producir textos, imágenes y vídeos ya están empezando a ocupar espacio en diferentes dimensiones de la actividad social. A partir de investigaciones bibliográficas y documentales, buscamos comprender las repercusiones de estas tecnologías para la producción y circulación de contenidos en el actual sistema

de comunicación en red, con énfasis en las amenazas de la creciente desinformación, además de las implicaciones para el periodismo y el derecho a la comunicación. Entre las conclusiones, señalamos el riesgo de que estas herramientas difundan más prejuicios y comprometan aún más la calidad y confiabilidad de la información periodística ya observado en la automatización de ciertos tipos de noticias. Tales desafíos requieren medidas para garantizar el uso responsable y ético de estas tecnologías en el entorno de la comunicación, como la regulación, la transparencia y la alfabetización comunicacional.

Palabras clave: inteligencia artificial; comunicación; ChatGPT; desinformación; sesgo del discurso.

Introdução

O desenvolvimento recente de dispositivos baseados em processamento de linguagem natural treinados em grandes modelos de dados (LLM – *large language model*) inaugura mais uma etapa na experiência de comunicação, ao inserir um novo mediador na sociedade, cuja atuação se concentra principalmente na criação de conteúdos textuais e imagéticos. A capacidade desses dispositivos de gerar respostas imediatas, criativas e convincentes é proporcional à velocidade e à abrangência com que se disseminam, permitindo inferir que se tornam entes robóticos com amplo potencial de sociabilidade e inserção nas relações humanas, impactando as formas com que interagimos, recebemos e assimilamos informações e realizamos nossas atividades profissionais em vários campos de atuação.

Embora a inteligência artificial já esteja presente em nosso cotidiano, até o lançamento dos atuais novos produtos de IA generativa, ela tinha uma atuação mais discreta, integrada a aplicativos, automatizando uma série de funções e sustentando os recursos (*affordances*) que organizam e determinam a relação entre o humano e a máquina. Foi a partir do surgimento de aplicativos geradores de textos e imagens e, principalmente, a partir da apresentação pública do *chatbot* ChatGPT, no final de 2022, que a atual virada de chave para uma outra etapa das tecnologias digitais começou a acontecer e a ser percebida de forma mais massiva e veloz. A versão *chatbot* trouxe o que parecia impossível: um sistema artificial que pode “conversar” de forma muito semelhante

a um humano. No universo da inteligência artificial, os *chatbots* são programas com capacidade de estabelecer interações por texto escrito ou oral com usuários humanos. “Eles também são conhecidos como *bots* inteligentes, agentes interativos, assistentes digitais ou entidades de conversação artificiais” (ADAMOPOULOU *et al.*, 2020, p. 373).

E o que nos dizem esses robôs falantes neste momento, em que emergem na cena cotidiana? Como eles impactarão efetivamente o nosso fazer e o nosso pensar? Em que medida os discursos que enunciam atuarão para melhorar e qualificar o ambiente comunicacional ou para acentuar conflitos e polarizações? Que implicações podem ser observadas no campo da comunicação? O objetivo deste artigo é identificar e discutir as repercussões que a popularização das novas ferramentas de produção automatizada de textos e imagens pode trazer, considerando o quadro de desinformação que encontramos na atualidade. Também se propõe compreender como o jornalismo, instância profissional de relevo na produção e circulação de informações sobre o presente, vem se apropriando desses instrumentos. A perspectiva do direito à comunicação é mobilizada para discutir essas questões, uma vez que ele é considerado como uma dimensão da cidadania que implica não apenas o acesso às materialidades midiáticas, mas também ao conjunto de poderes e saberes que elas fazem circular.

O campo da comunicação é fortemente marcado pela midiaticização, entendida – segundo a forma proposta por Sodré (2021) – não somente como o processo massivo de múltiplas trocas e conexões informacionais, que se tornou uma realidade inexorável na vida social, mas também como mobilizadora das dinâmicas econômicas e de poder, dos afetos e das subjetividades. “Midiaticização é basicamente um fenômeno discursivo, tal e qual explicitado no conceito foucaultiano de discurso [...]. Ou seja, não um conceito puramente linguístico, mas um conjunto de regras geradoras de sentido e capazes de modelar e influenciar as ações sociais” (SODRÉ, 2021, p. 122). A crescente expansão das mídias digitais trouxe inúmeras mudanças que incrementaram a midiaticização, abarcando quase todas as formas de realização da vida. A cultura, a política, o trabalho, a convivência social e até mesmo as relações privadas são realizadas com a interveniência de uma estrutura tecnológica complexa, envolvente e individualizada, com um *ethos* próprio, que transforma a mídia em modelo de referência para a produção do social, que Sodré (2013) denomina *bios* midiático.

Esta é uma pesquisa exploratória, que adota como método a revisão bibliográfica e documental. As obras acadêmicas compreendem, além de livros, artigos em periódicos nacionais e internacionais localizados por meio de pesquisa realizada com palavras-chave em plataformas como Google Acadêmico, Scispace, Scielo e Portal de Periódicos Capes, aplicando-se critérios de relevância e com data de publicação a partir de 2020 na maior parte deles. A pesquisa documental abarca notícias e dados publicados em *sites* jornalísticos ou de organizações sociais de reputação.

A partir da seleção de obras e documentos, discutimos o tema da inserção das IA generativas, tomando como variáveis de análise: (I) os riscos que podem oferecer ao incremento da desinformação pela via dos vieses de discurso; (II) o papel e as responsabilidades dos desenvolvedores de IA generativas e das plataformas digitais presentes no ecossistema de comunicação; (III) a questão da regulamentação; e (IV) o letramento comunicacional. Consideramos que o debate dessas questões interessa ao conjunto da sociedade, que, historicamente, constrói formas de produção e manutenção de seus vínculos, nos quais os processos, as formas e os modelos midiáticos são decisivos para a vida política, econômica e cultural.

A inteligência artificial e a chegada dos robôs falantes

É atribuída ao cientista da computação estadunidense John McCarthy a criação da expressão inteligência artificial (IA), em 1956, em Dartmouth, EUA, em um *workshop* que foi considerado o momento de nascimento oficial da IA. A já longa história da IA é apresentada por Bonaldo (2023) em três grandes abordagens: uma organizada segundo a ótica do progresso técnico da indústria; outra, sob a regência da crítica da técnica, com contornos político-econômicos e guiada pela evolução dos algoritmos; e uma terceira, também organizada segundo os avanços tecnológicos, porém de caráter tecnofuturista.

A primeira abordagem é marcada pelos movimentos iniciais em busca de uma lógica computacional e algorítmica nos anos de 1940, seguidos pelo seminário no Dartmouth College e por outros eventos até chegar à fase atual, com o desenvolvimento do modelo de redes neurais. A segunda abordagem adota uma perspectiva crítica e sugere que o desenvolvimento das tecnologias pode ser dividido em três eras:

a analógica, até 1945; a digital, de 1946 a 1998, marcada pelo surgimento e pela popularização dos computadores; e a era das plataformas, impulsionada pelo lançamento de ferramentas como o buscador Google. Já a terceira abordagem aponta para um amadurecimento crescente da capacidade de processamento digital, até o ponto em que alcançaríamos uma superinteligência de máquina autônoma, ligada ao projeto de criação da inteligência artificial geral (AGI). Tal projeção refere-se ao conceito de “singularidade tecnológica”, no qual as máquinas se autoaperfeiçoariam continuamente, superando a inteligência humana. O movimento singularista postula que essa superinteligência poderia até adquirir e manter qualidades morais de forma mais permanente do que o ser humano. No entanto, um ente robótico com alto grau de autonomia pode levar os humanos a uma condição de subalternidade ou até ocasionar a eliminação da existência humana (ALVES, 2008).

A ascensão atual dos modelos LLM para o processamento de linguagem natural deve-se à criação das redes neurais e, mais especificamente, de uma arquitetura chamada *Transformer*, apresentada por uma equipe do Google em 2017 (VASWANI *et al.*, 2023). A geração de imagens também é beneficiada pelo amadurecimento das redes neurais e pelo aprendizado da máquina. Segundo Dias (2000), os modelos cognitivos usados na computação são divididos em dois tipos: o simbólico (mais interpretativo) e o conexionista (que se baseia na estrutura dos neurônios e no funcionamento cerebral humano). É com o tipo de rede conexionista que operam ferramentas como ChatGPT, Gemini, Claude e Llama (para a geração de textos) e Dall·E, Midjourney, Stable Diffusion e outras (para a criação de imagens).

A forma *chatbot*, com interface e usabilidade extremamente simples, permite a obtenção de respostas para inúmeras demandas, bastando para isso que escrevamos ou falemos frases curtas (*prompts*) para solicitar o que desejamos: desde uma informação sobre qualquer assunto até a realização de diferentes tarefas. No campo das imagens, tais aplicativos são capazes de produzir fotografias e vídeos com alto grau de realismo. O mesmo ocorre com os sons, já que os referidos aplicativos podem clonar vozes e aplicá-las a quaisquer conteúdos orais. Trata-se de soluções de IA generativas que já estão em ampla circulação e produzindo mudanças e repercussões em diversas áreas, mais propriamente na produção intelectual. Veja-se, por exemplo, a greve desencadeada em Hollywood para criar limites e novos pactos trabalhistas para o processo

crescente de substituição do trabalho humano pela inteligência artificial (“Greve [...]”, 2023) ou as previsões de extinção de postos de trabalho humano devido à IA (BERNARDI, 2024).

Os recursos de IA podem ser reconhecidos como valiosos se mobilizados para os avanços sociais, culturais e políticos na perspectiva de uma sociedade inclusiva, solidária e democrática, mas também podem aprofundar desigualdades, violências, preconceitos, manipulações e explorações, além de impulsionarem modelos econômicos altamente concentrados, excludentes e precarizantes, como já são observados atualmente. No campo da comunicação humana, eles têm um potencial para produzir ganhos; contudo, são também reais as chances de que eles ampliem a desinformação, com a disseminação de *fake news*, *deep fakes*, teorias da conspiração e negacionismos de todos os níveis. Por isso, é importante que se promovam reflexões sobre tais questões e exercícios de antecipação dos riscos, a fim de evitá-los e para buscar o aperfeiçoamento dessas tecnologias e sua destinação adequada.

Transformações no campo da comunicação

Vivemos hoje em um território comunicacional que se organiza na forma de uma grande teia social múltipla e complexa. Como afirma Sodré (2002; 2021), uma das marcas do século XXI é a midiaticização da vida cotidiana, com seus dispositivos sociotécnicos conectados diretamente a um amplo projeto de desenvolvimento do capitalismo, especialmente o financeiro. Materializado em plataformas de redes sociais controladas por empresas transnacionais – as chamadas *big techs* (MOROSOV, 2018) –, esse território comunicacional-midiático proporciona não apenas o suporte para a circulação de inúmeros tipos de conteúdos e mensagens despejados diariamente por uma infinidade de atores singulares, como funciona também segundo diretrizes de produção, distribuição e consumo algoritmizadas, determinadas por tais empresas.

As interações entre usuários dessa rede também são operadas pelas definições quase nada transparentes das plataformas, tendo como base os rastros digitais deixados por todos aqueles que as utilizam, que se convertem em ativos para as *big techs*, uma vez que são transformados em valor e lucro, fenômeno que Zuboff (2021) denomina capitalismo de vigilância. Em 2023, o número de usuários ativos nas redes sociais superava 5 bilhões, o que corresponde a 62,3% da população mundial.

No Brasil, 187,9 milhões de pessoas – do total de 212,6 milhões que compõem a população brasileira – têm acesso à *internet* e dispõem mais de 9 horas por dia acessando conteúdos diversos, entre as quais 3 horas e 37 minutos usando as mídias sociais. A busca por informações (78,7%) é a razão mais apontada pelos pesquisados para o uso dessas mídias (KEMP, 2024).

No ecossistema de comunicação contemporâneo, as tecnologias digitais e os equipamentos móveis nos proporcionaram instrumentos relevantes de produção e de participação na vida social, tornando a sociedade atual mais equipada para captar, reunir e gerenciar informações e incrementando a capacidade de registro e documentação do presente. É importante reconhecer que há projetos e produtos de qualidade disponíveis para quem quiser e souber se apropriar deles e que os avanços tecnológicos podem promover inúmeros ganhos. No entanto, essas novas possibilidades de vivência comunitária e de construção de vínculos sociais vêm impondo um paradoxo: ao mesmo tempo em que conseguimos alcançar fabulosos níveis de conhecimento, observamos o crescimento de tensões e conflitos, intolerância e violência. A sensação é a de que as mediações até então conhecidas, oriundas da moral, da ética e da política e dos seus respectivos equipamentos sociais e institucionais – família, partidos, sindicatos, imprensa, Estado, dentre outros –, não mais atuam para conter emoções, ódios, dissabores e contrariedades. Também temos visto o recrudescimento do conservadorismo, com as tensões promovidas pela extrema direita, que vem ganhando terreno em diversos países, inclusive no Brasil, além das ameaças aos sistemas democráticos, mobilizadas por meio das redes sociais e dos aplicativos de mensagens. Ameaças que podem ser exemplificadas pelas invasões ao Capitólio dos Estados Unidos em 2020 (“Invasão [...]”, CNN Brasil, 2024) e às sedes dos Três Poderes no Brasil em 8 de janeiro de 2023 (CAMAZANO, 2023).

A esses primeiros movimentos de transformação proporcionados pela inteligência artificial atuando no interior dos dispositivos midiáticos e favorecendo a criação de uma densa camada de conteúdos produzidos por humanos, temos agora que acrescentar as produções oriundas dos novos entes robóticos. As preocupações em relação à disseminação das IA generativas no campo da comunicação se concentram, sobretudo, na qualidade dos conteúdos por elas gerados. Como foi demonstrado em diversas pesquisas e experimentos científicos nos primeiros dois

anos de uso dos robôs falantes, há riscos de que tais ferramentas gerem alucinações – como têm sido chamadas as combinações de palavras sem amparo no real ou na razoabilidade (AHMADI, 2024) – e produzam e reproduzam respostas tendenciosas (KATZENBACH, 2021).

Os resultados equivocados surgem nos modelos de LLM porque eles são programados para calcular probabilidades de encadeamento de palavras, a fim de construir enunciados semelhantes aos de um humano. As formulações discursivas que entregam não decorrem de julgamentos ou de confirmação de fatos empíricos. Elas refletem o aprendizado da máquina realizado em bases de dados, apresentados em textos convincentes e linguisticamente coerentes, de modo que, mesmo enganosos, podem ser tomados como verossímeis. Também decorrem da natureza do funcionamento desses sistemas de aprendizagem por métodos não supervisionados e autossupervisionados, como explica Ahmadi (2024, p. 6): “À medida que o modelo se envolve no intrincado processo de mecanismos de autoatenção, atribuindo pesos aos componentes e integrando ideias, o risco de informações falsas surge”. Portanto, a fase atual de desenvolvimento aponta que a supervisão humana é necessária.

Os vieses algorítmicos vêm sendo estudados desde antes da explosão dos modelos de linguagem generativa, conforme mostram Silva e Rodrigues (2024), que identificam preconceitos de gênero, raça, religião e política, dentre outras dimensões socioculturais. No caso das IA de LLM, os conteúdos gerados também carregam toda a sorte de tendenciosidades presentes nas bases de dados usadas para treinamento, como estudos recentes têm demonstrado (LAURITO et al., 2024; ZHOU et al., 2024). Não seriam uma particularidade dos robôs a produção e a disseminação de informações falsas, pois os humanos têm demonstrado fartamente que são capazes de mentir e enganar. Um dos fenômenos produzidos pela comunicação digital é a desinformação (*dis-information*), entendida como uma informação falsa deliberadamente compartilhada com a intenção de causar dano. Constitui um conceito que se firmou a partir do relatório elaborado por Wardle e Derakhshan (2023) e publicado pelo *Council of Europe* em 2017. Outros dois tipos também foram encontrados: *mis-information* (informação falsa veiculada sem o propósito de ocasionar dano) e *mal-information* (informação genuína que é compartilhada com a intenção de acarretar danos).

Trata-se de um conjunto de produções tendenciosas e de baixa qualidade que também servem para o treinamento das IA generativas e

que contribuem para que os robôs falantes se tornem máquinas eficientes de propagação de preconceitos, proposições falsas e de violências, já arraigados nas formações sociais e discursivas, presentes nos dados. Considere-se também que a disseminação de tais recursos tende a acrescentar ainda mais informações, que retroalimentarão os referidos sistemas. Com isso, é possível especular o risco de deterioração informacional, com perda de qualidade e integridade, de modo que, em um futuro próximo, seja possível haver uma camada informacional produzida apenas por máquinas, podendo ser considerada uma tendência muito provável de que os humanos deleguem a elas a produção dos conteúdos postos em circulação.

Os vieses algorítmicos são reconhecidos pelos programadores dos *chatbots* de linguagem generativa, o que pode ser confirmado pela ocorrência de alertas inseridos nos finais de algumas respostas, de maneira a orientar os usuários a confirmar as informações fornecidas e nas diversas situações em que são usadas palavras e expressões condicionais que indicam insegurança nas informações geradas. Portanto, há para os usuários uma transferência da responsabilidade pelo uso dos *outputs* gerados, ficando a interrogação sobre a responsabilidade das empresas proprietárias das plataformas que publicam e das que mantêm os assistentes virtuais geradores desses conteúdos.

IA no jornalismo: avanço gradual e implicações

A inteligência artificial também traz implicações para a produção midiática profissional, no interior da qual se situa o jornalismo. Segmento que, desde o século XVIII, tem ocupado importante espaço na produção e circulação de informações, o jornalismo vem sendo fustigado pelas mídias e plataformas digitais em sua estrutura empresarial e mercadológica adquirida na modernidade e em seu modelo de negócios. Mídias e plataformas que drenaram, para o seu próprio proveito, a principal fonte de financiamento do jornalismo, trazendo como consequência a morte de diversos títulos jornalísticos e a necessidade de que o referido campo profissional se reinventasse, transferindo-se da base tecnológica anterior para a atual e construindo novas formas de financiamento, narração e relações com os consumidores (BELL *et al.*, 2017).

Sistema de produção informacional que tem a credibilidade como principal capital simbólico, devido às suas técnicas de processo

comunicativo baseadas em uma sempre desejada objetividade, o jornalismo, em seu percurso de adaptação às novas tecnologias, também se vê às voltas com as IA generativas. Segundo Canavilhas (2023) e Franganillo (2023), a produção automática de textos já é uma realidade em jornais impressos e *on-line*. Em busca de uma história do uso de IA no jornalismo, Canavilhas (2023, p. 23) constrói três fases: de 2010 a 2013, com experiências localizadas em um pequeno grupo de mídias nos EUA; de 2014 a 2017, com o aumento do número de casos por todo o mundo; e de 2018 a 2022, período de maior procura por esse tipo de ferramenta. Franganillo (2023) mostra que periódicos jornalísticos e agências de notícias usam geradores de linguagem natural para automatizar textos, principalmente de notícias baseadas em dados quantitativos.

O Brasil ainda ocupa posição marginal em relação ao acesso a recursos tecnológicos de IA, segundo amplo estudo conduzido por Pinto e Barbosa (2024), durante o período de 2018 a 2023. “As diferenças transnacionais na distribuição de tecnologia, que se baseia, entre outras coisas, na distribuição do capital” (PINTO; BARBOSA, 2024, p. 328), seriam a razão para o quadro atual. Entre os 23 veículos de comunicação e instituições brasileiras que promoveram iniciativas de IA, 40% foram criadas pelas mídias digitais nativas, enquanto que a mídia tradicional criou apenas 28%. Entre os recursos desenvolvidos, os principais eram destinados à visualização de dados, notificações aos usuários, verificação de *fake news* e “raspagem” (*scraping*) de bases de dados em redes sociais e nas páginas *web*. A redação de notícias por *chatbots* foi adotada em 13% das iniciativas, enquanto a geração de imagens foi utilizada em apenas 4%. A maior parte das soluções de IA no jornalismo (65%) dependia de supervisão humana.

Em pesquisa sobre notícias redigidas pelos dispositivos de IA, Zandomênic (2022, p. 36) confrontou esses conteúdos com as conceituações de autores de relevo na pesquisa de jornalismo no Brasil e concluiu que eles não conseguem atingir os conceitos e as características esperadas para o jornalismo. As notícias automáticas foram consideradas com baixa qualidade de apuração e redação e não apresentavam citações diretas e indiretas de entrevistados. Franganillo (2023, p. 5) partilha da mesma conclusão, ao afirmar que, “pelo menos hoje, os artigos redigidos por um modelo tendem a ter textos assépticos, impessoais e algo superficiais, carecendo de contexto, de narrativa e de comentário de uma pessoa especialista no ambiente”.

Canavilhas (2023) aponta a transparência do jornalismo em relação ao uso das ferramentas generativas como uma questão importante, considerando que, cada vez mais, elas se inserem nos processos de produção jornalística, o que diferencia o momento atual do anterior, quando essas inovações se concentravam mais nos processos de impressão ou de distribuição. Um levantamento feito por Cools e Diakopoulos (*apud* CANAVILHAS; BIOLCHI, 2024), até julho de 2023, identificou que apenas 21 organizações de jornalismo tinham divulgado orientações sobre o uso de IA. Os autores registram que a BBC foi uma das pioneiras na elaboração de orientações sobre a IA, tendo-as publicado em 2021.

No Brasil, o Estadão (“Estadão [...]”, 2023), a Folha de São Paulo (“Jornalismo [...]”, 2024) e a Globo (“Grupo [...]”, 2024) já tomaram a iniciativa de produzir documentos de autorregulamentação da IA. Dessa forma, procuram criar condições para absorver essas ferramentas sem afetar ainda mais a confiança do público, já abalada desde o surgimento das mídias digitais e das redes sociais. O Digital News Report, pesquisa periódica do Reuters Institute, revela que, de 2015 a 2024, a confiança dos pesquisados nas notícias caiu de 62% para 43% (CARRO, 2024), índice que se coloca como um alerta importante para o segmento.

Direito à comunicação: novas questões

Como pensar o direito à comunicação diante deste novo momento de desenvolvimento comunicacional e computacional que vivemos? A emergência do direito à comunicação surge no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nos anos de 1970, quando a entidade elaborou uma crítica à concentração dos meios de comunicação (limitados, então, à televisão, ao rádio e aos jornais) em nível internacional. Antes, apenas o direito à informação era mencionado como essencial para o acesso à cidadania e à vida democrática. O relatório MacBride, intitulado: “*Um Mundo, Muitas Vozes*”, publicado em 1980 pela Unesco (LADEIRA, 2012), é considerado o documento inaugural dos movimentos em torno do direito à comunicação, uma vez que coloca a necessidade de sua democratização para dar voz a inúmeras nações e segmentos sociais que permaneciam submetidos à mídia dominada pelo Norte global.

O surgimento da *internet*, no final do século passado, estimulou a construção de um cenário diferente e começou a constituir um novo

modelo, em que a comunicação deixava de funcionar segundo os princípios da escassez – de meios e de produtores de informação – e passava para o excesso. Escassa se tornou a atenção dos indivíduos para tantos conteúdos produzidos por uma multidão conectada. Essa mudança de matriz trouxe uma série de questões, inclusive sobre o alcance do conceito do direito à comunicação. Se, antes, se podia pensar tratar-se apenas de um problema de acesso ao sistema midiático para a produção de informações, hoje essa perspectiva se mostra limitada diante dos problemas que se constituíram com a chegada da hiperinformação e, em paralelo, da desinformação. A este cenário já complexo vêm se juntar os produtores maquínicos de conteúdos, capturando habilidades e capacidades que até então eram dos humanos e contribuindo para novas experimentações na produção de conteúdos com as habilidades próprias de um artifício digital, que pode incrementar o já saturado ambiente informacional.

Ambos os fenômenos, hiperinformação e desinformação, resultam de uma série de fatores, que podem ser atribuídos: (I) à forma hipersegmentada de distribuição das informações, baseada em dados e preferências individuais, por meio dos filtros-bolha, que isolam grupos de pessoas em bolsões midiáticos sem contradições ou visões múltiplas (PARISER, 2012); (II) à concentração das plataformas comunicacionais nas mãos de poucas empresas, que fazem do extrativismo e do manejo de dados sua principal fonte de capitalização (ZUBOFF, 2021); (III) à carência de regulação com princípios e regras, para que um ambiente comunicacional democraticamente saudável seja produzido; e (IV) à opacidade dos sistemas algorítmicos (DONEDA; ALMEIDA, 2018), entre outros.

É preciso também que se fale da necessidade de educação midiática, o chamado letramento digital e comunicacional dos usuários dos dispositivos de comunicação. Aos que defendem apenas esta como única alternativa para uma qualificação do sistema midiático atual, é importante lembrar que não se pode fazer recair sobre os usuários toda a responsabilidade pela seleção da infinidade de conteúdos excretados a cada instante pelas plataformas, mesmo que estes já tenham sido filtrados por algoritmos e por humanos. O letramento digital é de fato necessário para que se compreenda não apenas o funcionamento dos equipamentos, como também as responsabilidades e a ética necessária para atuar na produção comum de informações, do mesmo modo como

são requeridas habilidades e astúcias para a vida social como um todo. Mas é necessário também que sejam colocadas com ênfase as responsabilidades dos proprietários dos assistentes virtuais e das plataformas sobre os conteúdos que produzem e fazem circular, para além dos contratos com letrinhas miúdas que oferecem para concordância dos usuários.

O direito à comunicação se torna um conceito ainda mais importante, pois abrange um universo de questões maior, mais diverso e complexo do que o da comunicação analógica, o que exige que sua agenda seja atualizada pelas dinâmicas advindas do avanço tecnológico e das mudanças do contexto social e político. É preciso que novos pactos sejam construídos sem deixar de lado as bandeiras já levantadas antes em torno da democratização da comunicação, tais como: (I) a necessidade de regulação e de desconcentração do poder no âmbito das mídias digitais; (II) a transparência dos algoritmos tradicionais e a dos referentes às IA generativas; (III) os critérios para a seleção de bases de dados em que são treinados; (IV) as responsabilidades dos provedores de assistentes digitais e de mídias sociais; e (V) a necessidade de um projeto de IA que contemple as questões da soberania nacional e da diversidade social, além da educação midiática e do incentivo a todas as formas de promoção de uma comunicação de qualidade para uma sociedade mais justa.

Considerações finais

O que, afinal, estão nos dizendo os robôs? Entre outras coisas, estão nos dizendo que vieram para ficar e que nós, humanos, precisamos entender que já não teremos os mesmos papéis que tivemos outrora. Os robôs que começaram a chegar na terceira década deste século XXI estão afirmando seu amplo potencial de sociabilidade e inserção nas relações humanas, impactando várias áreas da comunicação e da condição humana. Trazem também desafios que exigem a mobilização de esforços para a compreensão das dimensões epistemológicas, ontológicas e políticas que se colocam diante dessa nova forma de estar no mundo, com uma inteligência aderida a máquinas, capaz de realizar inúmeras tarefas que já foram totalmente humanas.

Os robôs também estão dizendo que é preciso não ignorarmos o peso que têm e terão no futuro. Eles, que já estavam entre nós, mesmo que de forma discreta, quase invisível, agora se colocam abertamente, nos

indagando sobre nossas convicções a respeito da natureza da humanidade e do papel que já ocupam e ocuparão. Colocam questões, por exemplo: (I) sobre o futuro do trabalho e das condições de sobrevivência em uma sociedade cada vez mais dependente da produção robótica; (II) sobre as novas formas de subjetivação-sujeição; (III) sobre a construção da política e dos regimes de governo; e (IV) sobre a produção da vida em comum. O campo da comunicação como um espaço gerador de vínculos sociais é um dos mais interpelados, pois nele atuam diversas forças, que precisam ser conduzidas para o fortalecimento de valores voltados para a construção do bem comum, do interesse público, da cidadania, da democracia e da ampla participação e inclusão social.

A pesquisa aqui realizada não traz a ambição de encerrar o debate em torno dessas questões tão amplas e profundas, pois apenas tem o propósito de fazer este “reconhecimento de campo” inicial. Foi possível observar, como demonstrado, que as mudanças já estão acontecendo e que é necessária uma atualização constante dos nossos conhecimentos, além de inquirir mais uma vez os conceitos que nos mobilizam, para que possamos dar conta de assegurar, às gerações que chegam, a possibilidade de que se mantenham pensantes em um ambiente que mais e mais “*hackeia*” nossas capacidades intelectuais.

Referências

ADAMOPOULOU, E.; MOUSSIADES, L. An Overview of Chatbot Technology. In: **Ifip International Conference on Artificial Intelligence Applications and Innovations**, Greece, 2020: Springer, Cham, 2020, p. 373-383. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-49186-4_31>. Acesso em: 17 out. 2024.

AHMADI, A. Unravelling the Mysteries of Hallucination in Large Language Models: Strategies for Precision in Artificial Intelligence Language Generation. **Asian Journal of Computer Science and Technology**, v. 13, nº 1, p. 1-10, 18 mar. 2024. Disponível em: <<https://ajcst.co/index.php/ajcst/article/view/4144>>. Acesso em: 17 out. 2024.

ALVES, Artur. Notas sobre o conceito de Singularidade Tecnológica. **Argumentos de Razón Técnica**, nº 11, p. 57-70, 31 dez. 2008.

BELL, E. J. et al. A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Columbia Academics Commons**, p. 48-83,

2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.7916/D8D79PWH>>. Acesso em: 17 out. 2024.

BERNARDI, G. Limites absolutos ou relativos para a substituição de postos de trabalho por inteligência artificial? **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 26, nº 2, p. 109-124, 9 set. 2024. Disponível em: <<https://ufs.emnuvens.com.br/eptic/article/view/20833>>. Acesso em: 16 out. 2024.

BONALDO, Rodrigo Bragio. História mais do que humana: descrevendo o futuro como atualização repetidora da Inteligência Artificial. **História (São Paulo)**, v. 42, p. e2023037, 11 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/WbLs9ZhxbKKvD69smKVQ3Vh/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRAZ, M. V. Heteromação e microtrabalho no Brasil. **Sociologias**, v. 23, p. 134-172, 20 set. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/wVd58kNBf4rN4NQxYWk6FtB/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

CAMAZANO, P. **Saiba tudo sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro, 07/02/2023, Poder, Folha**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml>>. Acesso em: 17 out. 2024.

CANAVILHAS, J. Produção automática de texto jornalístico com IA: contributo para uma história. **Textual & Visual Media**, v. 17, nº 1, p. 22-40, 28 jun. 2023. Disponível em: <<https://textualvisualmedia.com/index.php/txtvmedia/article/view/319>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CANAVILHAS, J.; BIOLCHI, B. Inteligência Artificial e Transparência no Jornalismo. **Mídia e Cotidiano**, v. 18, nº 2, p. 43-64, 29 maio 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/62654>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CARRO, R. **Brazil | Reuters Institute for the Study of Journalism**. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024/brazil>>. Acesso em: 23 set. 2024.

DIAS, M. C. P. Cognição e modelos computacionais. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, v. 4, nº 1, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25330>>. Acesso em: 18 set. 2024.

DONEDA, D.; ALMEIDA, V.A.F. O que é a governança de algoritmos? In: BRUNO, Fernanda et al. **Tecnologias da vigilância: a perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 141-148.

Estadão define política de uso de ferramentas de inteligência artificial por seus jornalistas; veja. Estadão, 21 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/link/estadao-define-politica-de-uso-de-ferramentas-de-inteligencia-artificial-por-seus-jornalistas-veja/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

FINCATO, D. P.; LEMONJE, J. C. Microtrabalho e Inteligência Artificial: Desafios à Fruição da Dignidade Humana em Meio à Aprendizagem de Máquina. **Direito Público**, v. 18, nº 100, 2021.

FRANGANILLO, J. La inteligencia artificial generativa y su impacto en la creación de contenidos mediáticos. **Methaodos.revista de Ciencias Sociales**, v. 11, nº 2, p. m231102a10-m231102a10, 13 set. 2023. Disponível em: <<https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/710>>. Acesso em: 9 out. 2024.

Greve dos atores de Hollywood chega ao fim após quase quatro meses de mobilização. G1, Rio de Janeiro. 8 nov. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2023/11/08/greve-dos-atores-em-hollywood-chega-ao-fim.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2024.

Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial. G1, Rio de Janeiro, 27 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2024.

Invasão do Capitólio dos EUA completa três anos neste sábado (6); relembre | CNN Brasil. 6 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-do-capitolio-dos-eua-completa-tres-anos-neste-sabado-6-relembre/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. Folha de São Paulo, 26 mar. 2024 Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/inteligencia-artificial.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2024.

KATZENBACH, C. “AI Will Fix This” – The Technical, Discursive, and Political Turn to AI in Governing Communication. **Big Data & Society**,

v. 8, nº 2, p. 20539517211046182, 1 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/20539517211046182>>. Acesso em: 18 out. 2024.

KEMP, S. **Digital 2024a**. London, 31 jan. 2024. Disponível em: <<https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/>>. Acesso em: 23 set. 2024.

LADEIRA, J. M. O Relatório MacBride e a gênese do debate internacional sobre trocas desiguais nas indústrias de comunicação. **Revista FAMECOS**, v. 19, nº 3, p. 666-680, 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/12892>>. Acesso em: 9 set. 2024.

LAURITO, W.; DAVIS, B.; GRIETZER, P.; GAVENCIK, T.; BÖHM, A.; KULVEIT, J. **AI AI Bias. Large Language Models Favor Their Own Generated Content**. [S.l.]: arXiv. 9/Jul/2024. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/2407.12856>>. Acesso em: 23 set. 2024.

MOROZOV, E. **Big Tech, a ascensão dos dados e a morte política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINTO, M. C.; BARBOSA, S. O. Artificial Intelligence (AI) in Brazilian Digital Journalism: Historical Context and Innovative Processes. **Journalism and Media**, v. 5, nº 1, p. 325-341, mar. 2024. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2673-5172/5/1/22>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SILVA, T.; RODRIGUES, F. **Artificial Intelligence and Racial Discrimination in Brazil: Key Issues and Recommendations**. Belo Horizonte: Institut for Research on Internet and Society, 2024.

SODRÉ, M. **A sociedade incivil**. 1ª edição, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**. 1ª edição, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2002.

VASWANI, Ashish et al. **Attention is all you need**. [S.l.]: arXiv. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/1706.03762>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Desordem informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas**. 1ª ed., Campinas (SP): UNICAMP, 2023.

ZANDOMÊNICO, R. Inteligência Artificial e Jornalismo: implicações na redação de notícias e na aquisição do conhecimento. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, v. 9, nº 2, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21397>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ZHOU, M.; ABHISHEK, V.; DERDINGER, T.; KIM, J.; SRINIVASAN, K. et al. **Bias in Generative AI**. [S.l.]: arXiv, 2024. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/2403.02726>>. Acesso em: 23 set. 2024.

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. 1ª edição, Rio de Janeiro (RJ): Intrínseca, 2021.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Alvo juventudes: do sangue nas ruas ao ódio na *internet*

Targeting youth: from blood in the streets to hate on the internet
La juventud en el punto de mira: de la sangre en las calles al odio en *internet*

Giovane Antônio Scherer¹

<https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Israel Silveira Rocha²

<https://orcid.org/0009-0004-0137-8424>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 14/11/2024

Resumo: A relação entre o discurso da mídia e os direitos das juventudes pode ser evidenciada mediante a concepção de fatores como a estereotipagem desse segmento social e a proliferação da ideologia entre os espectadores. Este artigo objetiva compreender como o referido enunciado se reflete

1 Professor de graduação em Serviço Social no Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP) da UFRGS. Possui doutorado, mestrado e graduação em Serviço Social, com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9562419488036506>>. E-mail: <giovaneantonioscherer@gmail.com>.

2 Pesquisador no Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/CNPq. Mestrando em Política Social e Serviço Social na UFRGS. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9440293093662584>>. E-mail: <israelsilveirarochoa@gmail.com>.

nas dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros. Para isso, os dados obtidos estão divididos entre a rua e a *internet*. Na rua, apresentam-se números que retratam a violência sofrida tanto na dificuldade de acesso a direitos quanto nos homicídios. Na *internet*, os dados demonstram a aceitação do discurso da mídia pelos espectadores, que não somente concordam como também disseminam as informações. Percebe-se no citado fenômeno a plena relação entre a hegemonia do capital e a não efetividade dos direitos dos jovens, ocasionadas pela ação do mercado da mídia e da publicidade, bem como de seus agentes, culminando na violência identificada nas ruas e na *internet*.

Palavras-chave: discurso da mídia; juventudes; violência; capitalismo; juvenicídio.

Abstract: The relationship between media discourse and youth rights can be demonstrated by considering factors such as stereotyping of this social segment and the proliferation of ideology among viewers. This article aims to understand how this statement is reflected in the difficulties faced by young Brazilians. To this end, the data obtained are divided between the streets and the internet. On the streets, figures are presented that portray the violence suffered both in terms of difficulty in accessing rights and in homicides. On the internet, the data demonstrate the acceptance of media discourse by viewers, who not only agree but also disseminate the information. In the aforementioned phenomenon, we can see the full relationship between the hegemony of capital and the lack of effectiveness of youth rights, caused by the action of the media and advertising market, as well as its agents, culminating in the violence identified on the streets and on the internet.

Keywords: media discourse; youths; violence; capitalism; juvenicide.

Resumen: La relación entre el discurso de los medios y los derechos de los jóvenes se puede resaltar considerando factores como los estereotipos de este segmento social y la proliferación de ideologías entre los espectadores. Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la afirmación mencionada se refleja en las dificultades que enfrentan los jóvenes brasileños. Para ello los datos obtenidos se dividen entre la calle e internet. En la calle se presentan números que retratan la violencia sufrida tanto en la dificultad de acceso a derechos como en

los homicidios. En *internet*, los datos demuestran la aceptación del discurso mediático por parte de los espectadores, quienes no sólo están de acuerdo sino que también difunden la información. En el fenómeno mencionado se puede ver la plena relación entre la hegemonía del capital y la ineficacia de los derechos de los jóvenes, provocada por la acción de los medios y el mercado publicitario, así como de sus agentes, culminando en la violencia identificada en la calles y en *internet*.

Palabras clave: discurso mediático; juventud; violencia; capitalismo; juvenicidio.

Reflexões iniciais

Ser jovem no Brasil se configura como um desafio diário. Não se fala, no texto a seguir, das dificuldades enfrentadas na busca por trabalho e renda, ainda que a taxa de ocupação de jovens esteja em 50,5% ou que a informalidade já tenha alcançado 6,3 milhões de jovens.³ Também não está em pauta a dificuldade das juventudes em concluir a educação básica, como demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devidamente colhidos pela Fundação Roberto Marinho,⁴ segundo os quais 19,9% dos jovens entre 15 e 29 anos não concluíram a referida etapa educacional. Nosso objetivo, neste estudo, é enfatizar as dificuldades dos jovens brasileiros no acesso a uma cláusula pétrea da Constituição Federal, mais especificamente estabelecida no artigo 5º, sobre o direito à vida. Ainda que entendamos que o referido direito não se limita a uma sobrevivência meramente biológica, mas garante (ou deveria garantir) condições dignas de existência, os apontamentos que serão apresentados a seguir demonstram que parte dessa parcela populacional não consegue sequer alcançar a geração adulta.

No mesmo sentido, compreende-se que as comunicações, como formas de gerar estereótipos juvenis, constituem uma das parcelas que compõem o mencionado fenômeno de distanciamento dos direitos. O espetáculo produzido pelos canais de massa, como a televisão, representa não somente uma ideologia em um espaço que deveria ser pautado pela

3 Pesquisa: “Os jovens e o trabalho: sua inserção e reflexões para o futuro”. Ministério do Trabalho, maio/2024. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Pesquisa-Empregabilidade-Jovem-Brasil-2024_-Atualizada.pdf>.

4 Disponível em: <<https://www.frm.org.br/090d17af-7bf4-459a-901d-e02660e9659b>>. Acesso em: set. 2024.

ética e pela democracia (visto que se trata de uma concessão pública), mas também traz os anseios do capitalismo, que domina os monopólios de comunicação e pressiona para que a informação ofertada ao telespectador seja aquela que melhor se adapta aos interesses do capital e de seus detentores.

Os percalços que dificultam uma sequência natural da vida são inúmeros e se fazem presentes há anos. Seja por decisões tomadas no âmbito da política ou da economia, é o pobre, negro e morador de regiões periféricas quem mais sofre com suas consequências. Dados apresentados na continuidade deste estudo demonstram que há um abismo entre as oportunidades de vida quando comparamos pessoas por raça e classe. Tal dubiedade, inegavelmente correlata, é uma herança marcada por escravidão, ditadura e o medo do branco brasileiro em relação à onda negra.⁵ Além disso, a ofensiva neodireitista, que caminha de mãos dadas com o fascismo e a economia ultraneoliberal, também pode ser instituída como uma das autoras de tamanha segregação social.

A forte agudização do neoliberalismo no Brasil após o golpe de 2016 tem um programa político apoiado na linha conservadora e conta com objetivos muito bem definidos e projeções de alavancar o capital e seus detentores. Com isso, a “Nova Direita”, em um viés autoritário e regressivo, traz para o País uma ameaça à democracia, pois é por entre as brechas do referido sistema que, marcado por contradições, ela pode “fazer incidir no Estado os interesses e as reivindicações imediatos das populações” (PASSOS; TEIXEIRA, 2023). Nesse sentido, se visualiza a ação conservadora de atacar a democracia e seus agentes, a fim de cada vez mais diminuir o aparato social do Estado.

Diante destas breves notas introdutórias, pode-se constatar que são diversos os agentes que contribuem para a segregação social das juventudes. Essa diferenciação, que é realizada por motivos incoerentes, como raça, gênero, cor e classe, é integrante de processos de violências sofridas por jovens. Contudo, a negativa de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, renda e moradia, também se configura como uma violência, não somente por dificultar as trajetórias de vida, mas também por dissipar projetos de futuro. Portanto,

5 Enquanto a “onda negra” remete à presença crescente da população negra na sociedade, o “medo branco” representa as ansiedades e apreensões das elites brancas em relação a essa mudança demográfica e social. Disponível em: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *“Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX”*. São Paulo: Annablume, 2004.

compreende-se como objetivo deste estudo o entendimento de como a violência age nas trajetórias de vida das juventudes brasileiras. Para buscar concepções que respondam a tal indagação, o estudo se debruça em dados sobre a violência nas ruas, por intermédio de estatísticas já publicadas, mas também por uma análise de discurso dentro do campo da *internet, terra* onde seus perfis possuem autonomia e uma liberdade que vai além da expressão.

Pelos dados, a violência não tem dia, local e nem hora, mas tem um alvo, chamado de *juventudes*. O estereótipo gerado e difundido por determinados agentes e programas da comunicação em massa vem como um disseminador de imagens, por vezes distorcidas, que servem para atender aos anseios do capital, mantendo as estruturas sociais cada vez mais distantes. Por outro lado, o setor da publicidade vende a juventude como fonte inesgotável de beleza, vitalidade e empoderamento, algo que poderia ser positivo, se não se tratasse de uma objetificação de corpos jovens, tendo como resultado final a manutenção do capitalismo e dos seus meios de produção.

Cabe salientar que as possibilidades dos jovens brasileiros não se esgotam nestas aqui mencionadas, mas ambas tratam de temáticas que afetam diretamente a vida e, por consequência, sua inserção nas políticas sociais, devendo, portanto, receber olhar analítico da academia e dos demais setores que se debruçam sobre o tema para a compreensão dos fatores juvenis.

O passado violento que atravessa o presente

Regressar alguns ou todos os anos pode ser uma forma de trazer como objeto central da segregação e da desigualdade social a violência no Brasil, pois, desde a sua invasão ou o que alguns chamam de descobrimento, nossos povos originários sofreram na pele e na alma a brutalidade machista dos europeus. Minayo (2006) ressalta que, desde o primeiro desembarque em solo brasileiro, as mulheres indígenas que aqui viviam sofreram a violência do estupro, ocasionada pelo desejo insano dos portugueses, que não buscavam nessas mulheres qualquer traço de personalidade ou cultura. Assim, a sempre louvada miscigenação brasileira inicia seu processo desenvolvimentista marcada pela violência e pelo descaso com as mulheres e seus saberes. A utilização do corpo feminino como uma mercadoria não ficou somente naquela época. Da

mesma forma, mulheres negras escravizadas eram obrigadas a servir aos seus senhores e, se porventura concebessem um filho decorrente do abuso, sofriam novamente uma violência e eram apartadas de suas crias como qualquer outro animal que ali vivesse.

Ao focarmos o olhar em nossa realidade atual, podemos perceber uma estreita relação com os processos violentos e abusivos descritos: o abandono afetivo de pais, que permanecem utilizando os corpos femininos para seu próprio prazer e fogem da responsabilidade da criação paterna. Em um levantamento realizado em 2022,⁶ estima-se que 11 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas no Brasil.

Se, em nossa própria formação enquanto indivíduos e sociedade, são percebidos traços de violência, como negar um presente atravessado por essas práticas? Os dados que serão debatidos ao longo do presente artigo demonstram que a violência alcançou não somente patamares maiores, como também expandiu suas vítimas e qualificou seus algozes como sujeitos ainda mais cruéis.

Ao pesquisarmos as definições de violência nos campos da pesquisa e da ciência, podemos obter uma diversidade de conceitos, que expressam suas variações em várias áreas do conhecimento. Para este artigo, optamos pelo conceito generalizado de violência, instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002,⁷ que consiste no “uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Sem a intenção de desmerecer outras formas, para este estudo, os processos de violência elencados estarão sob o viés do poder real tanto da mídia quanto dos espectadores, uma vez que os destinatários da mensagem deixam de ser meros receptores passivos, mas sim “sujeitos capazes de experiência e portadores de cultura” (MASSIMI, 2008, p. 474).

Retomando-se a questão da violência e buscando-se ir além de sua conceituação, torna-se relevante entender os motivos, as causas e até mesmo as sensações despertadas nesses processos violentos. Não é à toa que pessoas agem com raiva, ódio ou qualquer outro sentimento que

6 Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>>. Acesso em: set. 2024.

7 Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: set. 2024.

esteja ligado à violência. É preciso entendê-la como racional e repleta de significados; do contrário, torna-se inviável conhecer suas circunstâncias e seus contextos, abrindo-se mão de uma análise essencial da violência: seu sentido, sua forma e seus significados (COSTA, 2011, p. 357). No mesmo sentido, Vázquez (1977) nos lembra da necessidade de compreender a violência enquanto constituidora do modo de produção capitalista, pois perde-se de vista que essa violência, que aparece claramente na superfície dos fatos e que é vivida diretamente, é a expressão de uma violência mais profunda: “a exploração do homem pelo homem, a violência econômica a serviço da qual ela está” (VÁZQUEZ, 1977, p. 395).

Diante do contexto histórico evidenciado, no qual se percebe a presença da violência desde a formação social do Brasil, bem como sua conceituação e a incógnita de seus significados e sentidos, cabe um questionamento além do campo teórico: na prática, quem sofre a violência? Afinal, se houver uma condensação, por meio da qual sejam generalizadas as vítimas de violência, estariam sendo deixados para trás dados demográficos de extrema relevância, uma vez que pesquisas no campo social apontam um movimento massivo de sofrimento e crueldade vivenciado por uma parcela específica de brasileiros. É sobre esse viés que os estudos sociais devem se debruçar, pois uma fatia considerável da população segue cada vez mais distante dos seus direitos, em uma agressão direta à Constituição Federal e, sobretudo, aos projetos de vida de quem nem sequer ousa sonhar.

A violência, ainda que presente desde os primórdios no Brasil, tem sofrido mutações consideráveis. Suas formas, por vezes, tomam outras proporções, no intuito de ludibriar e alcançar seus efeitos sem que seja decepada pela justiça. Contudo, independentemente da expressão que seja identificada, todas possuem o que Silva (2009) vai chamar de “pano de fundo” em comum: a violência estrutural. De forma discreta, ela sustenta as desigualdades sociais e a pobreza, envolvendo valores e normas necessárias ao desenvolvimento do capital. Ainda que não se trate de um fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista, acentua-se com a dinâmica da atual ordem societária (SILVA, 2009).

Uma das mutações mais complexas e instigantes da violência está no discurso de ódio proferido na *internet*. Esse lócus virtual, cuja interação pode ser realizada sem que seja necessário mostrar a face e nem mesmo o nome, torna-se um âmbito de proliferação de notícias e de discursos. Não cabe aqui uma crítica à *internet* ou às suas redes

sociais, uma vez que, durante grande parte do tempo, são utilizadas para a disseminação do conhecimento e o fácil acesso a conexões que há pouco tempo eram consideradas impossíveis. Contudo, uma parte de sua população utiliza as ferramentas virtuais como armas legitimadas com um intuito oposto ao de promover uma interação saudável e adequada.

Para Santos e Silva (2016, p. 5), o discurso de ódio é a “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias ou, ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade”. Os dados devidamente explicitados na etapa empírica retratam exatamente a realidade apresentada, calcada no estereótipo que está presente na sociedade e é reproduzido *on-line*. Nesse sentido, compactua-se com Tiburi (2016, p. 32), quanto ao paralelo violento identificado em ambos os espaços da sociedade (nas ruas e nas redes), quando afirma que, “se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice da tecnologia, que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade”.

O mesmo discurso, por vezes menosprezado, por não estar vinculado a uma ação palpável da violência (como a agressão, o xingamento, o estupro, entre outros), precisa da atenção dos pesquisadores das mais diversas áreas. A Comunicação, a Política Social, o Direito, a Sociologia, a Psicologia e tantas outras áreas do conhecimento devem intensificar seus estudos com base no mesmo viés, pois o

discurso de ódio e intolerância na *internet* precisa ser visto como uma violação de direitos humanos, mas também como um risco à construção de uma esfera pública virtual democrática, plural. Esse tipo de violações de direitos nas redes sociais digitais pode silenciar opiniões e pontos de vista diferentes. E calar aqueles que já sofrem violações de direitos cotidianamente, como o caso de LGBTQIs, negros, quilombolas, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros segmentos populacionais historicamente subalternizados (QUADRADO; FERREIRA, 2020, p. 426).

É diante dessas duas expressões da violência no Brasil que os estudos deste artigo se debruçarão. De maneira a novamente ressaltar o não esgotamento das demais formas violentas, considera-se essencial buscar os dados presentes nas ruas, onde jovens sofrem constantes e

variadas agressões, bem como analisar o discurso de ódio nas redes, em comparação com a ação truculenta da rua.

Metodologia

Para buscar atender ao objetivo proposto neste estudo, que é o de compreender como a violência age na trajetória das juventudes brasileiras, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e de análise crítica do discurso (ACD) (DIJK, 2005). O enfoque que melhor se ajusta é o qualitativo, que tem uma abordagem descritivo-exploratória.

A pesquisa bibliográfica cumpre o propósito de trazer à tona os dados estatísticos que demonstram como a violência é aplicada nas ruas e sofrida pelas juventudes. Trata-se de uma técnica que está presente durante todo o texto, não se limitando à etapa de análise de dados. Contudo, considera-se como essencial, uma vez que tem a missão de responder parte do objetivo do estudo, não se configurando como mera revisão teórica de materiais já existentes.

Para atender à necessidade de compreensão da violência por meio da *internet*, a técnica entendida como adequada para o estudo foi a análise crítica do discurso (DIJK, 2005), considerada pelo próprio autor como uma disciplina que estuda o contexto discursivo de forma interdisciplinar, indo além do discurso proferido, sendo uma composição de diversos fatores e conectada com o social. Para Dijk (2005), a ACD possui uma dimensão sociocognitiva, de modo a formar um tripé entre o discurso, a cognição e a sociedade, de maneira a enfatizar que tudo permanece interligado, não sendo possível separar as categorias.

Uma das temáticas de destaque na ACD é o racismo. O autor compreende o tema como tendo uma importante função na reprodução das práticas segregadoras. Contemplando qualquer prática discriminatória étnica que reproduza a dominação de uma classe sobre outra, o racismo é interpretado como uma prática social que ocorre no nível social e cognitivo, de forma tal que corrobora o tripé da análise proposta por Dijk (2005). Compreende-se, portanto, que esta modalidade de análise se configura como adequada e, mais do que isso, essencial para a compreensão dos discursos coletados.

A coleta de dados foi realizada no programa jornalístico: “Alerta Nacional”, veiculado diretamente pela RedeTV! Sua escolha se deu pelas

polêmicas que envolvem seu âncora e os constantes ataques aos direitos humanos durante suas reportagens de cunho policial. O recorte temporal foi o ano de 2022, que constituiu um período atípico, marcado pelas eleições nacionais e pela polarização entre ideologias políticas. Em 260 programas, foram encontradas 139 reportagens que traziam os jovens como autores de crimes ou de atos infracionais. Para que seja possível analisar o discurso de ódio proferido pela *internet*, serão utilizados os comentários dos espectadores, proferidos durante a veiculação do programa ao vivo, que acontece de forma concomitante pela plataforma de vídeos *YouTube*. Com a utilização do recorte das reportagens mencionadas, foram reproduzidos 499 comentários, que são apresentados neste estudo mediante as categorias de *violência* e *discurso de ódio*.⁸ Para que se atenda à proposta da ACD, durante a análise também serão trazidos dados identificados no programa que corroboram as interpretações do discurso de ódio proferido pelos espectadores. Tais dados estão sendo obtidos por meio de uma dissertação de mestrado em uma universidade federal.

Nas ruas

Para ingressarmos, de fato, na violência escrachada das ruas, cabe antes conceber algumas reflexões sobre a população brasileira. De forma breve, serão contextualizados os acessos aos direitos por uma parte específica de brasileiros, conforme relata o IBGE (2022).⁹ A população brasileira está dividida entre pretos (47%), brancos (43%) e pardos (9%). Contudo, a realidade no acesso a algumas políticas demonstra grande desigualdade entre as raças. O IBGE também realizou um estudo¹⁰ no qual trata exclusivamente das desigualdades sociais por cor ou raça, de modo que traremos dele algumas informações, que serão apresentadas a seguir. Na educação, área que sofreu alterações consideráveis no período pandêmico, alunos de 6 a 17 anos tiveram dificuldades no acesso aos conteúdos em 2020, uma vez que o ensino foi ministrado na modalidade virtual. A quantidade de estudantes brancos com essa dificuldade foi de 6,8%, enquanto os pardos somaram 13,5%, e pretos, 15,2%. São dados que refletem a dificuldade de acesso de parte da população, seja por

8 Há uma quantidade expressiva de dados extras, que não poderão ser abordados neste artigo, por causa de sua tipificação textual. Tais dados estarão expostos na dissertação de mestrado já mencionada.

9 Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: set. 2024.

10 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em: set. 2024.

ausência de rede de *internet* ou por falta de equipamentos. São apresentados também índices sobre pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, que são aquelas que ganham menos de US\$ 5,50 por dia. Brancos somam 18,6%, pretos são 34,5% e pardos compreendem 38,4%. Diante de uma realidade na qual áreas como educação e saúde, embora constituam direitos fundamentais, apresentam dificultada acessibilidade a quem mais necessita delas; na qual áreas como cultura, lazer e esportes têm preços altos, gerando, assim, uma elitização do consumo; na qual o transporte público é limitado às zonas centrais e aos horários nobres; diante disso tudo, qual é a solução para que pessoas em situação de vulnerabilidade social possam efetivamente ter acesso aos seus direitos?

Dados como esses demonstram que a violência está presente nos mais diversos segmentos sociais. Contudo, é possível verificar que sua ação tem maior intensidade e está mais direcionada à população negra, pobre e periférica. Os índices relacionados à violência demonstram que a parcela da população que mais morre no Brasil é a preta e a parda, com taxas de 21,9 e 34,1 a cada 100 mil habitantes, enquanto brancos representam 11,5. Nesses dados, quando se referem ao recorte etário, é possível identificar que os jovens (de 15 a 29 anos) são as maiores vítimas de homicídio, uma vez que representam 96,7 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto outras faixas etárias representam 44,7 e 13,2. De modo a acompanhar a taxa geral de violência, os jovens que mais morrem permanecem sendo os pardos e os pretos, cujos índices são de 136,5 e 94,4, respectivamente, enquanto os brancos totalizam 41,6.

Há, em âmbito nacional, uma relevância em relação ao jovem, dada por diversos motivos (PERONDI, VIEIRA, 2018). Aqui, serão elencados os três motivos considerados como os principais para a contextualização do público que será apreciado na pesquisa. O primeiro está relacionado à demografia, uma vez que, desde a década de 1980, há um índice crescente de jovens no Brasil. De acordo com o último Censo do IBGE, os jovens já somavam 27% de toda a população. O segundo fator tem relação com a violência, porque os jovens estão, por diversas vezes, relacionados com a criminalidade, razão pela qual sofrem, inclusive, o maior número de mortes violentas. Conforme o Atlas da Violência de 2024,¹¹ são assassinados 62 jovens por dia no Brasil. No mesmo período, dos 46.409 homicídios ocorridos, 49,2% vitimaram pessoas dessa faixa

11 Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

etária. O terceiro fator está relacionado à comunicação e à revolução digital, uma vez que se trata de uma realidade que se caracteriza como uma nova forma de agir, mediada pela tecnologia, o que cria uma cultura diferente de se relacionar socialmente. Percebe-se uma estreita relação entre os motivos elencados pelos autores e os temas que serão abordados nesta pesquisa, o que justifica não somente a relevância da temática, mas também a necessidade de estudá-la e buscar uma compreensão desse fenômeno chamado *juventudes*.

Convém retomar o assunto da violência contra os jovens, pois os dados divulgados pelas pesquisas mencionadas são um importante conglomerado de informações. Diante de tanta violência, Valenzuela (2015) cunha o termo *juvenicidio* para tratar das mortes de jovens no México. Ainda conforme Valenzuela (2015), o *juvenicidio* não se restringe ao ato de como a morte acontece, mas também tem relação com o contexto em que o jovem viveu, com suas condições de vida precarizada, com sua não inserção em programas sociais e, conseqüentemente, com sua dificuldade no acesso aos direitos, de modo que sua existência seja um processo marcado pela constante luta pela sobrevivência. Nesse sentido, Scherer e Perondi (2018) trazem dois recortes de *juventudes* que sofrem a violência de forma direta: as pessoas pretas e as mulheres. Os autores, ao reconhecerem os avanços de políticas e ações de enfrentamento nas duas categorias, também enfatizam a necessidade de fortalecer a luta antirracista e feminista, dando visibilidade aos temas, promovendo políticas públicas e agindo em conexão com os movimentos sociais.

De um lado, a retração estatal, que, por falta de políticas públicas, limita as oportunidades das *juventudes* (ocasionando uma das formas de *juvenicidio*); e, por outro, uma comunicação calcada no viés da violência como difusora dos ideais que se relacionam com a racionalidade neoliberal. Mais do que a arma apontada para a sua cabeça, o jovem tem seus sonhos destruídos e sua ambição de vida jogada no lixo, de maneira que vê qualquer oportunidade de crescimento cada vez mais distante.

Nas redes

A pesquisa empírica utilizada neste artigo faz parte de um sistema complexo de análise crítica do discurso midiático. Conforme foi mencionado no item que trata da metodologia, os objetos aqui estudados serão os comentários proferidos pelos espectadores durante a veiculação

diária do programa jornalístico *Alerta Nacional*. A interação acontece pelo *YouTube*, de modo que é possível perceber, de forma imediata, o apoio irrestrito ao que é tratado no programa. Todos os 499 comentários reproduzidos demonstram que as falas emitidas pelos jornalistas e convidados de forma intencional durante o programa estão de acordo com o pensamento de seus espectadores e condizem com a realidade de uma parte da sociedade brasileira. Todos os comentários foram proferidos durante a apresentação de reportagens que traziam o jovem como envolvido principal na execução de algum ato considerado infracional ou criminoso. Ou seja, foram excluídas as reportagens que traziam jovens em situação de vítimas, para que o resultado não fosse comprometido.

Ao se analisar o apanhado geral dos comentários, pode-se dividi-los em três macrocategorias: 1) discriminação; 2) violência e discursos de ódio; e 3) motivação política. A seguir, são apresentados exemplos de comentários pertencentes à categoria de *violência e discursos de ódio*, uma vez que o conteúdo completo extrapola o admitido em um artigo científico no formato atual.¹²

Na categoria de *violência e discursos de ódio*, o primeiro assunto a ser identificado é o apoio ao armamento e à validação da morte. Os comentários foram proferidos quando os espectadores entendiam que os envolvidos deveriam sofrer homicídio por conta dos seus atos.

Figura 1. Comentário cujo autor desejava a pena de morte, independentemente da idade do envolvido

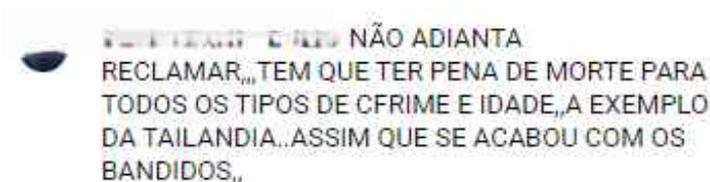
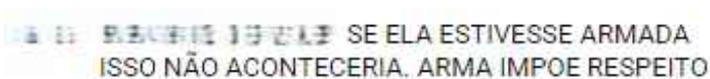


Figura 2. Comentário cujo autor aprovava a presença de armamentos em sala de aula



¹² Como já mencionado, a referida pesquisa pertence a um projeto de dissertação de mestrado, cujos dados serão utilizados integralmente no momento oportuno.

Figura 3. Desejo do espectador por reportagens que mostrassem as mortes dos envolvidos

... quero CPF cancelado morte morte

Foram identificados também comentários que, apesar de não fazerem referência a homicídio e morte, retratam situações de crueldade, quando os espectadores entendiam como apropriado punir os envolvidos.

Figura 4. Punição a um adolescente que cometeu ato infracional

... tranca ele numa cabana no mato sem celular e joga a chave fora

Figura 5. Sugestão de linchamento de um jovem que dançou com uma imagem cristã

... era só usar ele de "boneco de Judas" ...

Figura 6. Fomento à violência dentro de penitenciárias

... que ele receba dos colegas de cadeia b'ia recepção.. 😊

Nos comentários às reportagens, além dos discursos violentos contra os envolvidos, também foram identificados discursos de ódio cujos autores almejavam diminuir os direitos humanos e agredir personalidades políticas que atuam na proteção social. Uma grande parcela dos discursos se volta contra os jovens menores de 18 anos que cometem atos infracionais. Para os espectadores, seriam jovens que mereceriam um tratamento igual ou até mesmo pior do que aqueles que os adultos recebem em penitenciárias.

Figura 7. Apoio à redução da maioria penal e ao aumento de penas máximas

... ESTÁ AI ONDE EU DISCORDO COM A TEORIA DO SIKEIRA QUE NÃO ADIANTA DIMINUIR A MAIORIDADE PENAL E QUEM QUE FAZER ESTUDAR NESSES 3 ANOS NA FUDANÇA CASA, TEM QUE FICAR PRESO 40 ANOS CCOMO ADULTO

Figura 8. Apoio ao homicídio infantojuvenil

melhor morrer adolescente no brasil não
fica preso

O ataque a personalidades políticas se dá de forma direta, sendo totalmente compactuado pelo programa analisado. O âncora, por diversas vezes, proferiu sua opinião política, inclusive levando para o estúdio de televisão o então candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro, para apresentar suas propostas. Embora o pleito eleitoral contasse na época com 11 nomes, somente o referido candidato participou do programa, em uma atitude contrária ao processo democrático. Observou-se, então, um ataque a pensamentos que divergiam do espectro político defendido pelo candidato, tanto da parte do jornalista quanto do lado dos espectadores, seus fiéis seguidores.

Figura 9. Críticas à educação, com menção a Paulo Freire

essa é nova
educação Paulo Freire... turminha do tiktok...
querem nada com a vida.

Figura 10. Críticas a adolescentes infratores, com uma sátira a Maria do Rosário, ex-ministra dos Direitos Humanos

filhos da maria do
usuario

Figura 11. Acusação de infiltração de partido de esquerda no ensino nas escolas

CULPA DESSES PETISTAS PSOL
INFILTRADOS NAS ESCOLAS, POR ISSO CHEGOU
A ESSE PONTO ESSE BRASIL... 🤔 🤔 🤔 🤔
🤔

Outra percepção que merece destaque é a contradição entre o legislativo e a militarização. Os espectadores proferiram críticas a diversas leis existentes no Brasil, citando como referência os Estados Unidos da América, idealizado como projeto ideal de nação e segurança.

Ao mesmo tempo, apoiavam incondicionalmente as forças policiais e as escolas militares, citando-as como exemplos brasileiros.

Figura 12. Críticas aos magistrados brasileiros, com propagação de fake news

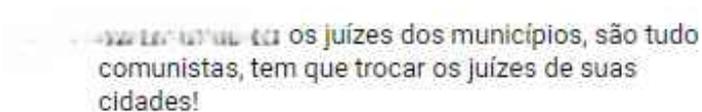


Figura 13. Críticas à lei e incentivo à prisão perpétua e à pena de morte, tal qual nos EUA

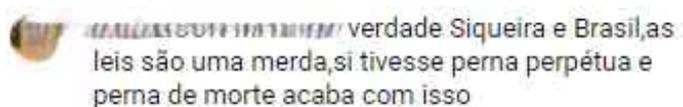


Figura 14. Apoio à atuação policial irrestrita

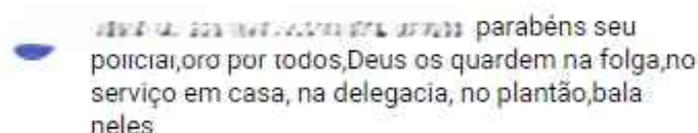
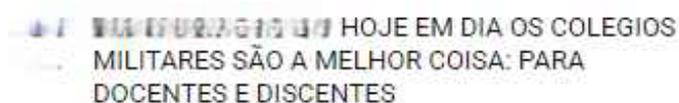


Figura 15. Exaltação dos colégios militares



O último segmento considerado relevante para este estudo, sem objetivar o esgotamento dos assuntos e tampouco das temáticas identificadas, se refere aos comentários de cunho religioso. Todas as variações estão relacionadas a Deus e ao Cristianismo e algumas manifestações colocam a referida divindade como a única solução para a insegurança enfrentada no Brasil. Trata-se de um posicionamento que se encontra alinhado ao programa em análise, uma vez que seu âncora inicia todas as edições fazendo uma prece e pedindo a proteção divina para ele, seus espectadores e suas famílias. O mesmo cunho religioso também é encontrado em diversos momentos das reportagens e dos comentários do jornalista.

Figura 16. Menção à teoria do anticristo e à “marca da besta”

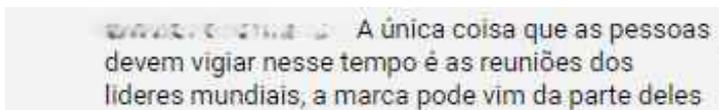


Figura 17. Defesa da família enquanto estrutura cristã

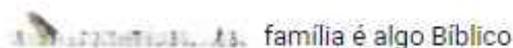
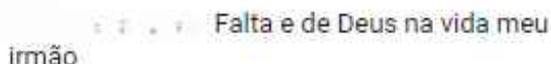


Figura 18. Comentário sobre o assassinato de quatro pessoas da mesma família



Nos comentários, há uma relação entre o anseio pela violência e a liberdade de julgamento. Ainda que distantes de um saber jurídico, os espectadores se qualificam como juízes capazes de não somente acusar e condenar, mas também de se envolver em outros assuntos, como política, economia e legislação brasileira. Razão pela qual Zaffaroni (2012) cunhou o termo “criminologia midiática” para se referir a uma propensa atuação da mídia, veiculada nos noticiários policiais, voltada para a construção de estereótipos criminalizadores frente a uma parcela da sociedade, atribuindo uma relação direta entre a imagem de quem fez com a imagem de quem “propensamente poderá fazer”. Assim, o discurso inicial da mídia já está sob o viés criminalizador e tem sua propagação imediata frente aos comentários dos espectadores, gerando uma teia sincronizada e legitimamente qualificada de menosprezo a classes e vidas juvenis.

A hegemonia da mídia na reprodução dos discursos dos espectadores está evidente. Seja pela discriminação, seja pela incitação à violência, seja pelos ataques aos direitos humanos, seja pelo viés religioso, a presença da ideologia que ora estava nas mãos do âncora do programa televisivo já pode ser visualizada na prática da sociedade. Assim, percebe-se uma estreita relação entre a comunicação e as políticas sociais, uma vez que, além do discurso, a prática social e as lutas de classe se relacionam com essa destruição de pautas e a manutenção do discurso voltado majoritariamente ao capital, sem oportunidades para

a luta por melhorias não somente aos jovens, mas a todos os segmentos sociais brasileiros.

(In)conclusões

O discurso midiático possui força e poder incontestáveis. Nenhum comentário se atrevia a questionar o que estava sendo dito na reportagem ou discordar de algo que ali estava. Mais do que isso, havia um apoio incondicional às pautas trazidas pelo programa e seu discurso não só era proliferado como também enriquecido. Contribuindo com o debate, Chauí (2006) resalta que o poder exercido pelos meios de comunicação se dá por dois aspectos principais: o primeiro se refere ao quesito econômico, visto que se trata de uma empresa privada, que age em prol da reprodução do capital. O segundo se refere ao fator ideológico, que desaparece entre as representações ou imagens, convertendo-se em uma espécie de discurso anônimo e impessoal, como se fosse oriundo da sociedade ou, como Claude Lefort conceitua, como uma *ideologia invisível*.¹³

Repleto de ideologias, visíveis ou invisíveis, com força e poder de proliferação, calcado no viés capitalista, em constantes serviços à manutenção do capital, pode-se perceber, durante a redação deste artigo, que o discurso midiático pode ser considerado um fator relevante para as dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira nas ruas e na *internet*. Os estereótipos formadores de opinião resultam em dificuldade de acesso aos direitos, menores chances de remuneração e baixa qualidade de vida: tudo imposto por uma imagem criminalizadora, que reflete somente o que os detentores dos meios de produção e dos meios de comunicação querem expressar.

Evidentemente, comunicação e políticas sociais são duas temáticas que, mesmo não tendo bases conceituais relacionadas, estão atreladas diretamente ao campo social. Torna-se necessário o aprofundamento dessa relação para que sejam identificados outros fatores condicionantes às juventudes no que tange às pautas de luta de classes e de hegemonia do capital. Se, de um lado, há uma parcela da comunicação que realiza esse serviço, por outro, veículos independentes servem para auxiliar a classe trabalhadora a reconhecer seus direitos e a lutar por condições dignas de vida. Ainda que pareça, nada está perdido. Seja nas ruas ou

¹³ Conceito amplamente difundido em: LEFORT, Claude. **Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas**. Estudos, São Paulo: CEBRAP, 1974.

na *internet*, os direitos dos jovens estão garantidos pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, pelo Estatuto da Juventude (2013). Renegar isso é um crime não somente contra a pátria, mas também contra o futuro brasileiro, que passa por mãos jovens, que, mesmo tendo suas vidas em risco, seguem na busca constante de novas esperanças.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, A. T. M. **Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo**. Caderno CRH, v. 24, nº 62, p. 353-365, maio 2011.

DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso, notícias e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

LEFORT, Claude. **Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas**. Estudos, São Paulo: CEBRAP, 1974.

MASSIMI, M. **Persuasão e dinamismo psíquico**: uma perspectiva multidisciplinar e histórica. Psicologia USP, v. 19, nº 4, p. 467-476, out. 2008.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PASSOS, Talita Kelly de Sousa; TEIXEIRA, Solange Maria. ‘Caça às bruxas’ neodireitista: rechaço à democracia e às políticas sociais. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 15, nº 1, p. 271-285, jan./abr. 2023. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34077/27066>>. Acesso em: out. 2023.

PERONDI, Maurício; VIEIRA, Patrícia Machado. A construção social do conceito de juventudes. In: PERONDI, Maurício et al. (orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 49-62.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, v. 23, nº 3, p. 419-428, set. 2020.

SANTOS, M. A.; SILVA, M. T. M. Discurso do ódio na sociedade da informação: preconceito, discriminação e racismo em redes sociais.

In: **Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE**, 22, 2013, São Paulo, Anais [...]. Florianópolis: **Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade**, 2013, p. 82-99.

SCHERER, Giovane Antonio; PERONDI, Maurício. O juvenicídio e a retração de políticas públicas: reflexões sobre a mortalidade juvenil no contexto brasileiro. In: PERONDI, Maurício et al. (orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 105-120.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. São Paulo: UNESP, 2009.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VALENZUELA, José Manuel (org.). **Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias em América Latina y España**, NED Ediciones. Barcelona, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelara**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

A comunicação popular e comunitária como estratégia na luta por políticas sociais

Popular and community communication as a strategy in the struggle
for social policies

La comunicación popular y comunitaria como estrategia en la lucha
por las políticas sociales

Rozinaldo Antonio Miani¹

<https://orcid.org/0000-0003-0014-316X>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

Resumo: Compreender, dimensionar e problematizar os impactos produzidos pelas tecnologias digitais nas diversas áreas do conhecimento e, principalmente, nos diferentes contextos econômicos e sociais no âmbito das sociedades contemporâneas tornou-se um dos grandes desafios para os intelectuais orgânicos do campo classista popular. Nesse sentido, a partir de procedimentos metodológicos pautados na abordagem qualitativa e com o subsídio da pesquisa bibliográfica não

¹ Professor associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutorado em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (Fundação Araucária). Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis (SP). Mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0644731048795921>>. E-mails: <rmiani@uel.br> e <mianirozinaldo@gmail.com>.

sistemática, iremos apresentar considerações críticas à perspectiva determinista em relação às tecnologias da informação e da comunicação como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial em tempos de mundialização do capital, com o objetivo de oferecer bases argumentativas que fundamentem a concepção da comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social, com vistas a impulsionar os processos de organização e de luta popular e institucional por políticas sociais.

Palavras-chave: comunicação popular e comunitária; tecnologias digitais; TIC; políticas sociais.

Abstract: Understanding, assessing and problematizing the impacts produced by digital technologies in the various areas of knowledge and, mainly, in the different economic and social contexts within contemporary societies has become one of the great challenges for organic intellectuals in the popular class field. In this sense, based on methodological procedures based on the qualitative approach and with the support of non-systematic bibliographic research, we will present critical considerations on the deterministic perspective in relation to information and communication technologies as constitutive of the current forms of articulation between the processes of production (accumulation regime) and consumption (social reproduction) in the order of world capitalism in times of globalization of capital, with the objective of offering argumentative bases that support the conception of popular and community communication as a constitutive strategy of the technical-operational dimension to be assimilated by Social Service, with a view to boosting the processes of organization and popular and institutional struggle for social policies.

Keywords: popular and community communication; digital technologies; TIC; social policies.

Resumen: Comprender, dimensionar y problematizar los impactos producidos por las tecnologías digitales en diferentes áreas del conocimiento y, principalmente, en diferentes contextos económicos y sociales dentro de las sociedades contemporáneas se ha convertido en

uno de los mayores desafíos para los intelectuales orgánicos del ámbito de las clases populares. En este sentido, a partir de procedimientos metodológicos sustentados en un enfoque cualitativo y con el apoyo de investigaciones bibliográficas no sistemáticas, presentaremos consideraciones críticas a la perspectiva determinista en relación con las tecnologías de la información y la comunicación como constitutivas de las actuales formas de articulación entre procesos de producción (régimen de acumulación) y de consumo (reproducción social) en el orden del capitalismo mundial en tiempos de globalización del capital, con el objetivo de ofrecer bases argumentativas que sustenten la concepción de la comunicación popular y comunitaria como estrategia constitutiva de la dimensión técnico-operativa a ser asimilada por el Servicio Social con vistas a impulsar los procesos de organización y lucha popular e institucional por las políticas sociales.

Palabras clave: comunicación popular y comunitaria; tecnologías digitales; TIC; políticas sociales.

Introdução

A nova configuração histórica na ordem do regime de acumulação capitalista – impulsionada pelas mudanças ocorridas a partir do final da década de 1960, demarcada pelo que ficou conhecido como “capitalismo flexível” (HARVEY, 1993) e que consolidou o processo de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), reconhecido como condição hegemônica da atual etapa do desenvolvimento e da reprodução sociometabólica do capitalismo mundial – exigiu a constituição de novas forças produtivas para assegurar a intensificação dos processos de acumulação capitalista, bem como o estabelecimento de distintos mecanismos de gerenciamento (e de controle) das relações sociais, com vistas a ampliar as formas de subsunção do trabalho ao capital e aprofundar as condições de alienação, esta entendida como fenômeno histórico-social (MÉSZÁROS, 2006).

No âmbito dos processos produtivos, o complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000) foi pautado na difusão de inovações tecnológicas e na implementação de novos pressupostos organizacionais e de gestão que têm acarretado uma extraordinária economia do trabalho

vivo, conformando um novo padrão (flexível) de acumulação de capital. Por sua vez, os avanços mais recentes no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em decorrência da respectiva convergência tecnológica – que produziram uma extraordinária mobilidade espaço-temporal – alicerçaram as bases de solidificação, de expansão e de supremacia do capital financeiro, corroborando as análises que já fazia Lênin (1979, p. 45), quando afirmou que “o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substitui o domínio do capital em geral”.

Os desdobramentos mais agudos e intensos da supremacia do capital financeiro favoreceram a dinâmica de acumulação de capital por meio do capital especulativo, mais especificamente caracterizado como “capital fictício”. A tal respeito, François Chesnais (2005, p. 36) afirma que “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”. Porém, apesar de reconhecer que “o capital fictício demonstra ter um movimento ‘independente’, interferindo na trajetória da acumulação capitalista” (SABADINI, 2015, p. 88), instituindo mecanismos sofisticados na dinâmica capitalista atual, principalmente por proporcionar ganhos reais aos capitalistas sob a forma de juros ou lucros, é preciso reconhecer que, numa perspectiva de totalidade sistêmica, o mesmo movimento impulsionador do capital rentista não se vale de substância baseada no valor-trabalho, na medida em que “não representa valor algum” (MARX, 1988, p. 7).

A mesma premissa é determinante para os propósitos de nossas reflexões, na medida em que problematizamos a base argumentativa de importantes correntes de pensamento que defendem que a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação como força produtiva (em especial, a tecnologia de matriz digital) – que colocou a informação no centro da dinâmica econômica e social – converteu-se na essência do regime de acumulação de capital, tendo (supostamente) constituído uma sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1970; BELL, 1973; DE MASI, 2002) ou conformado um capitalismo informacional (CASTELLS, 2003).

De nossa parte, apesar de corroborarmos com a perspectiva analítica que afirma a preeminência das tecnologias digitais na consolidação da dinâmica atual do regime de acumulação capitalista, que tem na informação o principal ativo econômico no contexto do capitalismo contemporâneo (PALÁCIO, 2022), não podemos perder de vista que

é no processo de produção capitalista da mercadoria e da mais-valia, derivadas do sistema de produção industrial, que se assentam as bases histórico-ontológicas do modo de produção capitalista (SILVA, 2017; MIANI, 2005). E é justamente na ordem desse *modus operandi* sistêmico do capitalismo que emana a “questão social” como uma expressão da contradição elementar do respectivo modo de produção (IAMAMOTO, 2008; NETTO, 2013) e que fundamenta as bases do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar considerações críticas às perspectivas analíticas que defendem a emergência de um novo paradigma na ordem do regime de acumulação capitalista – em substituição ao paradigma produtivista – como decorrência de uma colonização das tecnologias da informação e da comunicação de base digital, principalmente pela emergência e pela intensificação dos processos de mediatização e de plataformização, para poder explicitar nossa compreensão teórica em relação à dinâmica sociometabólica do capitalismo contemporâneo – e, com isso, compreender o ambiente onde se desenvolvem os processos da luta de classes –, com vistas a cumprir o objetivo proposto com este artigo, que é apresentar bases argumentativas que fundamentam a concepção de comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social em seu compromisso ético-político e profissional de impulsionar os processos de organização e de luta populares e institucionais por políticas sociais, fundamentadas no princípio do direito a ter direitos.

Todo o percurso analítico está amparado em pesquisa bibliográfica não sistemática, com abordagem qualitativa e embasada no método histórico-dialético. Trata-se de uma trajetória de estudos não pautada pela definição de leituras e autores em bases de dados predeterminados, mas guiada “por assuntos e pelo próprio fluxo das leituras” (BRISOLA, 2021, p. 13), sempre garantindo a coerência epistemológica e teórica na seleção e organização dos componentes conceituais que subsidiam as bases argumentativas aplicadas nas temáticas analisadas.

As tecnologias da informação e da comunicação no contexto da mundialização do capital

Um dos traços característicos da mundialização do capital, evidentemente, é o grande impacto provocado pela introdução das

tecnologias da informação e da comunicação (TIC) de base digital tanto no setor produtivo quanto no setor financeiro. O aprofundamento das relações entre a tecnologia e as diversas atividades econômicas está na base das mudanças que caracterizam a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo. É claro que tais relações sempre se fizeram presentes nos diferentes momentos do processo de consolidação do capitalismo; mas, em particular, neste atual período de mundialização do capital, elas estão na própria base do regime de acumulação capitalista.

A caracterização básica das referidas tecnologias tem origem na chamada revolução digital, que se pauta, principalmente, pela convergência entre as telecomunicações e a informática, permitindo ultrapassar fronteiras e regimes políticos, além de romper as barreiras culturais e mesmo as desigualdades socioeconômicas (não promovendo a sua eliminação, mas ignorando-as) na implementação de um “sistema social mundial”.

A confluência tecnológica entre as telecomunicações e a informática se faz particularmente significativa no âmbito das comunicações, o que lhe rendeu o reconhecimento, por parte de Octávio Ianni (1996), de ser “o signo por excelência da modernização”. Em especial, as mídias digitais ganharam importância, porque possibilitam uma informatização do mundo, disponibilizando instantaneamente qualquer informação por todo o globo, rompendo as restrições até então impostas pelo tempo e espaço, passando a desempenhar “o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes das classes dominantes” (IANNI, 1996, p. 95).

Portanto, além de se consolidar como um poderoso meio de fabricação de representações na perspectiva de uma “cultura mundializada”, a comunicação e, mais especificamente, a sua informatização converteram-se em importantes elementos constitutivos do mundo “globalizado”, pois as técnicas eletrônicas e, mais particularmente, as tecnologias digitais compõem “uma vasta e labiríntica máquina universal que opera múltiplas mensagens e está presente em todos os lugares” (IANNI, 1996, p. 99).

Foi justamente esse amplo desenvolvimento no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação, patrocinado pela revolução digital, um dos principais fatores que possibilitou o estabelecimento de novas forças produtivas, bem como o aprofundamento da acumulação capitalista baseado na hegemonia do capital financeiro, em função do rompimento de barreiras temporais e espaciais para os investimentos

no chamado “mercado financeiro”, que se tornou muito mais apreciável e interessante (leia-se rentável) do que correr os riscos próprios do investimento no setor produtivo.

De acordo com Chesnais (1996), a mundialização do capital é marcada pelo processo de autonomização do capital financeiro em relação ao capital produtivo; portanto, pode ser compreendido como uma fase específica do processo de internacionalização e valorização do capital. Trata-se de uma mudança efetiva na sua constituição interna, em que o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo, em razão de sua maior e mais rápida rentabilidade, tendo impulsionado os grupos industriais a acelerar o seu processo de financeirização. No limite, o que se estabelece é um regime de acumulação sob a dominância da valorização financeira (CHESNAIS, 2001).

Todavia, é preciso advertir que a autonomia adquirida pela esfera financeira no atual estágio de desenvolvimento capitalista só pode ser compreendida enquanto autonomia relativa. É que os capitais que se valorizam na esfera financeira, na forma de lucros, nasceram e continuam nascendo no setor produtivo. Assim, a parcela dos lucros obtida no setor produtivo, que não é reinvestida na produção nem consumida por seus detentores, é “desviada” ao mercado de capitais para empréstimos sob a forma de juros. Ou seja, os valores e os respectivos lucros do capital financeiro não são produzidos na própria esfera financeira, mas se formam a partir da transferência proveniente da esfera da produção, que, além disso, possibilita a constituição de uma nova camada de burguesia. Para Chesnais (1996, p. 290), “as operações próprias à esfera financeira dão origem a camadas da burguesia de caráter essencialmente rentista, no preciso sentido econômico de que os rendimentos de que usufruem provêm de transferências a partir da esfera da produção e circulação”.

Trata-se de um movimento que gera uma dinâmica que conduz à necessidade de maior produtividade no setor produtivo. Assim, mais lucros são obtidos para investimento na ciranda financeira e, com isso, o montante e as margens de lucratividade do capital rentista (resultante de juros) aumentam. Tal movimento levou Chesnais (1997, p. 31) a caracterizar o capital financeiro e monetário como “gigantesca excrescência parasitária vivendo da mais-valia e do sobreproduto”.

A capacidade do capital financeiro de se autossustentar, apesar de sua autonomia relativa, cria uma situação ilusória de que o dinheiro

teria a capacidade de criar valor. No entanto, trata-se apenas de uma miragem, de uma certa “prestidigitação fetichista” (MIANI, 2005), que nos tenta fazer crer que o capital financeiro seja realmente capaz de criar riquezas. Nesse sentido, os jornalistas que atuam nas áreas econômicas, com raras exceções, cumprem com presteza o seu desserviço de propagar a suposta virtude mágica do mercado financeiro. A respeito desse aspecto, Chesnais elucida as condições dessa miragem e, mais do que isso, alerta para os deslocamentos (ganhos *versus* perdas) que se realizam na lógica do sistema financeiro.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Apesar disso, a mundialização do capital é reconhecidamente determinada pela lógica do capital financeiro. Chesnais (1997, p. 31) apresenta uma boa sistematização sobre a relação entre a importância e a autonomia relativa do capital monetário, ao afirmar que “a ‘mundialização do capital’ é, mais do que qualquer outra, a do capital monetário, o que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira, mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e de mais-valia”.

No entanto, a força ilusória de que as tecnologias digitais poderiam representar a essência de um novo paradigma na lógica sistêmica do modo de produção capitalista levou importantes pensadores a apresentar formulações teóricas com as quais defenderam que os desdobramentos da revolução nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) teriam promovido a derrocada do *ethos* produtivista. Dentre os referidos autores, destacamos Manuel Castells (2003), que, inclusive, caracterizou a “nova era” como “sociedade de redes” ou “informacionalismo”. A tal respeito, Ruy Sardinha Lopes (2006, p. 16) assevera que

a confluência entre o desenvolvimento do capital financeiro e as TICs – e seu relativo sucesso durante a década de 90, levando ao que se chamou de “nova economia” – fez com que Manuel Castells falasse em

“informacionalismo”, ou em “sociedade de redes”, para marcar o advento de uma nova era, a nossa, onde a informação, o conhecimento e os fluxos dariam as cartas, subvertendo os velhos mecanismos de funcionamento do capital (LOPES, 2006, p. 16).

Mais do que reproduzir os argumentos de Castells, consideramos pertinente apresentar algumas considerações críticas às suas postulações, pois, no limite, o paradigma do “informacionalismo” se constitui como “uma das mais bem acabadas formas de recobrimento ideológico atuantes neste estágio do capitalismo” (LOPES, 2006, p. 19).

Para Lopes (2006, p. 126), Castells elabora uma compreensão equivocada do capitalismo na atualidade, principalmente das relações entre a tecnologia e a sociedade, oferecendo “uma visão imprecisa tanto dos mecanismos da dominação financeira quanto do papel das TICs e das redes nesse processo”, distorcendo a natureza do valor e do papel que a informação e o conhecimento cumprem no processo produtivo. Lopes (2006) aponta que Castells, em suas formulações, defende que no “capitalismo informático” ocorreria uma desconexão entre a produção material e os novos mecanismos de geração de valor, na medida em que a geração de valor seria produto do mercado financeiro.

Sobre o valor da informação, Marcos Dantas (2000; 2022) oferece importantes contribuições, principalmente por reconhecer que, no capitalismo contemporâneo, em especial a partir das plataformas sociodigitais na *internet*, a informação participa de modo decisivo do processo de valorização do capital. Para Dantas (2000, p. 113), “o valor da informação encontra-se justamente no trabalho que poupa, no tempo que algum subsistema social não precisou consumir porque pôde beneficiar-se do resultado da busca feita por algum outro subsistema”.

Enfim, de tudo o que propõe Castells (2003), o que se poderia enfatizar é a sua tentativa de conferir centralidade a uma produtividade tecnologicamente determinada como (nova) caracterização do modo de produção capitalista. A tal respeito, Lopes (2006, p. 112) destaca que Castells se esquece da lição de Marx, em “O Capital”, de que

[...] o trabalho produtivo é aquele que produz, além de valores de uso que tenham mercado, mais-valia para o capital e que essa mais-valia depende, além da incorporação das novas tecnologias (mais-valia relativa), do

grau de exploração da força de trabalho, ou seja, das formas de subsunção do trabalho ao capital. Tal esquecimento, frequente na obra recente de Castells, o leva a ver o lucro capitalista baseado unicamente no “aumento do excedente”, não percebendo que os produtos não passam de “depositários materiais das relações sociais que lhe são inerentes” e que o lucro reside, portanto, na perpetuação das relações de exploração.

Essa breve reflexão se justifica em razão da necessidade de reafirmar a premissa de que todos os modos de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, seja de natureza industrial, seja “informacional” (aqui entendida como fundamentadas pelas tecnologias da informação e da comunicação de base digital), têm como condição sociometabólica promover sua subsunção às lógicas de acumulação e, sendo assim, reconhecer que “[...] a supremacia, nos dias atuais, da forma-informação sobre a forma-mercadoria deu-se pelo fato da primeira constituir-se na matéria adequada para o trabalho produtivo” (LOPES, 2006, p. 115-116).

Portanto, nós nos livramos do determinismo tecnológico derivado de concepções teóricas que advogam às tecnologias da informação e da comunicação um caráter supremo na ordem do regime de acumulação capitalista, bem como no contexto das relações sociais de modo geral. Isso nos permite abordar a questão da comunicação – que, na atualidade, não deve se dicotomizar da análise crítica das tecnologias da informação e da comunicação de base digital – no âmbito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social sem fetichismos e, mais do que isso, sem perder de vista a perspectiva dialética das políticas sociais como mecanismos complexos e contraditórios indispensáveis, relacionados aos processos de produção e de reprodução do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Comunicação popular e comunitária: uma estratégia a ser apropriada no âmbito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social

Na atual ordem da reprodução sociometabólica do capital, marcada pela incontrollabilidade e destrutividade do “capital globalizante” (MÉSZÁROS, 2007), manifesta-se, coetaneamente, um agravamento da questão social em decorrência da intensificação do desemprego

estrutural crônico e da ultraprecarização das condições de trabalho, bem como da banalização das desigualdades sociais e das violências, que impulsionam uma intensa destruição de conquistas históricas dos trabalhadores. Trata-se de uma realidade que repercute no âmbito do Serviço Social na medida em que as políticas sociais reverberam as marcas dos processos de exploração, de expropriação e de opressão derivadas da lógica perversa do sistema capitalista. Na mesma direção, Marilda Villela Yamamoto (2008, p. 118-119) afirma que

a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Esse cenário avesso aos direitos nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de lutas em sua defesa, em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. A luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais.

No presente contexto, urge desafios no sentido de municiar os múltiplos sujeitos sociais e políticos para que qualifiquem e ampliem seus instrumentos e suas estratégias de luta para o enfrentamento das consequências nefastas da questão social na atualidade. Aqui, estamos aceitando o desafio apresentado por José Paulo Netto (1996, p. 87-88), quando afirmou que “[...] é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias socioprofissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes”.

No âmbito específico do Serviço Social, a questão da comunicação – e, por conseguinte, da informação e das tecnologias digitais, que compõem um contexto dialético indicotomizável – merece maior atenção, na medida em que – seja compreendida como “forma social” (BOLAÑO, 2000; BASTOS; BERNARDI, 2022), seja como “mediação” (THOMPSON, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2013) – a comunicação ocupa centralidade na lógica dos processos econômicos e sociais contemporâneos.

Portanto, é preciso destacar a valiosa contribuição de Kênia Augusta Figueiredo (2009; 2016; 2018) no sentido de propor e de investir em uma necessária aproximação entre o Serviço Social e a Comunicação. Para a referida autora, “a reflexão sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social é um desafio. Trata de uma interface entre áreas que possuem uma relação dialética com a dinâmica da vida econômica, política e social do país e do mundo” (FIGUEIREDO, 2009, p. 327). Em seus estudos, Figueiredo reivindica o reconhecimento da comunicação como um direito humano e dá ênfase à contribuição que a comunicação pública pode proporcionar ao Serviço Social. Para Figueiredo (2018, p. 165),

a comunicação pública é um recurso de trabalho que qualifica a linguagem, um instrumento de trabalho do assistente social pouco aprofundado pela categoria, mas igualmente importante, principalmente visto ser este período de informação fácil, com múltiplas possibilidades, mas de pouca densidade nas comunicações.

De nossa parte, consideramos fundamental que o Serviço Social intensifique essa relação interdisciplinar, ou seja, que compreenda e se aproprie de outras contribuições que o campo da Comunicação pode oferecer, principalmente reconhecendo e incorporando a comunicação como uma estratégia integrante da dimensão técnico-operativa, em especial para fortalecer os processos de organização e de luta por políticas sociais. No entanto, é preciso salientar que tal proposição se refere, essencialmente, à especificidade da comunicação popular e comunitária, concebida como uma área da comunicação que “[...] se situa no terreno da transformação social e, portanto, da ação política” (MIANI, 2010, p. 57). De acordo com Rozinaldo Antonio Miani (2010, p. 57),

[...] a comunicação popular e comunitária se constitui como uma comunicação baseada na realidade das classes subalternas e com o objetivo de transformação social, a partir da politização dos sujeitos destas classes e sua consequente emancipação, mediante a proposição de processos comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no interior de um determinado grupo social. [...] Nesse sentido, dado o seu caráter de compromisso com o processo de transformação numa

perspectiva anticapitalista, a comunicação popular e comunitária se coloca como instrumento da luta de classes, servindo às classes subalternas como instrumento contra-hegemônico de atuação e de construção de novos valores sociopolíticos identificados pela perspectiva da educação popular.

Considerando-se a natureza interventiva do Serviço Social, bem como a concepção de assistente social como “um intelectual que intervém na realidade social” (FORTI, 2017, p. 17) e que se constitui como agente de transformação da realidade dos usuários e da ordem societária, a comunicação popular e comunitária se apresenta como uma estratégia plenamente pertinente e compatível com as tarefas e os desafios do referido sujeito profissional, principalmente porque, apesar de se situar no âmbito da dimensão técnico-operativa, para a sua efetivação, vislumbra-se a necessidade de mobilizar dialeticamente todas as dimensões do Serviço Social. A tal respeito, Yolanda Guerra (2017, p. 50) afirma que

a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

Assim, devemos considerar a comunicação popular e comunitária como elemento estratégico constitutivo da dimensão técnico-operativa e não apenas como instrumental técnico, pois a sua apropriação político-estratégica com vistas a qualificar a atuação interventiva do assistente social no âmbito das políticas sociais implica assimilar o conjunto de ações e procedimentos “visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como à avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30). Isso se deve por reconhecer que a dimensão técnico-operativa se constitui de múltiplos elementos, assim como foi descrito por Cláudia Mônica dos Santos, Rodrigo de Souza Filho e Sheila Backx (2017, p. 31), quando afirmam que

[...] a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e as táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.

Apesar de reivindicar sua condição estratégica, a comunicação popular e comunitária se materializa em sua dimensão pragmática por um conjunto de pressupostos teórico-políticos que devem ser considerados e por procedimentos metodológicos que devem ser aplicados. Um desses pressupostos é o de que a referida comunicação seja produzida no âmbito de grupos sociais predominantemente pertencentes às classes subalternas e que seja utilizada com propósitos organizativos e educativos para contribuir com os processos de emancipação política do sujeito social e, invariavelmente, vinculados a movimentos concretos de luta política anticapitalista.

Destarte, os espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social, “tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresário e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2009, p. 344), se apresentam como *locus* privilegiado para a realização da comunicação popular e comunitária, na medida em que se constituem como espaços dinâmicos e dialéticos, porque contêm “elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem [...], todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

Vislumbramos tal compreensão, pois, nesses espaços, a atuação do assistente social – para além de atuar na elaboração e no gerenciamento de projetos e políticas sociais – procura fortalecer a compreensão dos indivíduos quanto aos seus direitos materializados e negligenciados na lógica e na estrutura de funcionamento das respectivas políticas sociais, bem como pretende estimular o despertar da consciência crítica dos sujeitos envolvidos para, no limite, assumirem seu papel de sujeitos históricos nos processos de transformação social.

Além disso, a comunicação popular e comunitária pressupõe subverter a lógica unidirecional estabelecida nos processos convencionais de

comunicação, ou seja, a sua realização exige romper com a verticalidade entre os polos do emissor e do receptor para que todos os indivíduos que compõem um determinado grupo social se tornem produtores da comunicação a ser desenvolvida, de modo que sejam respeitadas e valorizadas todas as singularidades constitutivas de cada sujeito social integrante. Para tanto, a socialização dos conhecimentos mínimos necessários sobre o fazer comunicacional torna-se uma demanda premente na ordem da formação política popular.

Todo o mencionado processo deve ser estimulado pelo mediador e agente político do respectivo grupo social (neste caso, pelo assistente social), por meio da implementação de processos participativos que possam atingir os maiores níveis de participação possível, preferencialmente com a experimentação de formas de produção e de gestão de práticas comunicativas que se desenvolvam por meio das modalidades participativas da cogestão ou até mesmo da autogestão, que são denominadas por Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1998) de “participação-poder”.

De acordo com Miani (2010, p. 57), na comunicação popular e comunitária, a partir do estabelecimento de processos participativos na realização de práticas comunicativas, estimula-se a construção de “vínculos entre os indivíduos, de valorização da afetividade, do desenvolvimento do sentimento de pertencimento, enfim, da constituição de processos de desalienação e de emancipação”. Portanto, a participação, como estratégia política, também se constitui como um pressuposto teórico-político para a comunicação popular e comunitária.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é que a comunicação popular e comunitária se constitui como uma especificidade de natureza contra-hegemônica no campo da Comunicação. No mesmo sentido – sem que se perca a sua perspectiva “revolucionária”, com vistas à transformação radical da ordem societária –, é preciso compreender que as lutas sociais e institucionais (e aqui estão inseridas as políticas sociais), como *locus* de realização concreta da comunicação popular e comunitária, se inscrevem nos processos de disputa de hegemonias no contexto da luta de classes e, portanto, atuam nas contradições em processo.

Sendo assim, dialeticamente, quando se trata de uma sociedade tão desigual, violenta e reacionária como a sociedade brasileira, é preciso considerar que algumas lutas populares por garantias ou ampliação

de direitos, mesmo que representem apenas conquistas reformistas, contêm um valor contra-hegemônico. Por isso, a comunicação popular e comunitária reconhece que as lutas por cidadania, entendidas como ações táticas, têm representado importantes avanços nos processos de mudança social (MIANI, 2021). E aqui identificamos mais um ponto convergente entre a profissão de assistentes sociais e a comunicação popular e comunitária, na medida em que, de alguma maneira, as políticas sociais são o resultado das lutas populares circunscritas à ordem capitalista e, portanto, aos marcos da cidadania.

No entanto, para que o assistente social possa se apropriar e se utilizar da comunicação como estratégia técnico-operativa no âmbito de sua intervenção junto aos espaços sócio-ocupacionais e às políticas sociais, é necessário investir no processo de formação em comunicação no âmbito do curso de Serviço Social, para que o referido sujeito profissional possa compreender plenamente a natureza política e ideológica da comunicação popular e comunitária como estratégia técnico-operativa na luta por políticas sociais, de modo particular, bem como possa analisar criticamente a centralidade da comunicação e da informação na sociedade contemporânea, de um modo geral.

A respeito da necessidade de compreender a presença e os desdobramentos da comunicação como setor estratégico nas sociedades contemporâneas – bem como os impactos das tecnologias digitais nos diferentes contextos econômicos e sociais – para qualificar a atuação do assistente social, Claudiana Tavares da Silva Sgorlon (2014, p. 7) já alertava para a importância de reconhecer “o papel transformador da comunicação em uma sociedade de classes, haja vista que a comunicação é capaz de gerar mobilização social, provocar mudanças, estabelecer estratégias e propagar valores ético-políticos e culturais”.

No que diz respeito à necessidade de formação em comunicação, não se trata de exigir que o assistente social seja um profissional habilitado (leia-se, diplomado) também nessa área para poder operar e impulsionar processos de produção em comunicação com os grupos sociais junto aos quais realiza sua atuação interventiva. Faz-se necessário, no entanto, que a comunicação seja compreendida e apropriada como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa e, nesse sentido, que faça parte das bases teórico-conceituais que devem ser desenvolvidas nos processos de formação em Serviço Social.

Quanto à necessária reflexão e análise sobre os desafios, os limites e as contribuições efetivas da inserção de disciplinas e temáticas relacionadas ao campo da Comunicação – como área de conhecimento ou como práticas sociais estratégicas no âmbito das sociedades contemporâneas – nos eixos formativos teóricos e técnico-operativos nos cursos de Serviço Social, deixaremos como tarefa para uma outra ocasião.

Considerações finais

Reconhecer a natureza interventiva do Serviço Social inserida na divisão sociotécnica do trabalho implica exigir do assistente social, inspirado no projeto ético-político, que desenvolva competência teórico-metodológica e política para apreender os movimentos dialéticos da realidade com vistas a qualificar sua visão de mundo e, por conseguinte, sua atuação profissional. Nesse sentido, em tempos de mundialização do capital, qualquer análise da realidade social deve levar em conta a importância estratégica das tecnologias da informação e da comunicação de base digital como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial.

A importância atribuída à comunicação também deve ser considerada em relação à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, na medida em que o assistente social pode e deve se apropriar de conhecimentos específicos sobre comunicação para utilizá-la como estratégia nos processos de organização, de formação e de mobilização dos grupos sociais, principalmente na luta por políticas sociais. Para tanto, apresentamos os principais fundamentos teórico-políticos da comunicação popular e comunitária, bem como alguns procedimentos metodológicos que devem ser aplicados nas respectivas práticas comunicativas, por considerar que se trata da especificidade do campo da Comunicação mais pertinente à natureza (política) da atividade desenvolvida pelos assistentes sociais.

À guisa de conclusão, na demanda de produção do conhecimento na área do Serviço Social, reafirmamos a necessidade de intensificar a relação interdisciplinar entre Serviço Social e Comunicação, identificando com precisão as especificidades do referido campo que lhe são pertinentes. Desde já, apresentamo-nos para seguir enfrentando esse desafio, que, certamente, proporcionará contribuições valiosas

para ambos os campos de conhecimento e, mais do que isso, para as respectivas práxis profissionais.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BELL, Daniel. **Advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BASTOS, Manoel Dourado; BERNARDI, Guilherme. A negatividade imanente da forma social da comunicação no capitalismo financeiro. **Avatares de la comunicación y la cultura**, nº 24, p. 1-19, diciembre 2022. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/avatares/article/view/7612/pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social**: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas (2021). Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%c3%aancia.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS,

François (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, custos e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.

CHESNAIS, François. “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

DANTAS, Marcos. O valor da informação: trabalho e apropriação no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, **Revista Lugar Comum**, nº 9-10, p. 91-121, abr. 2000.

DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY Larissa. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da *internet*. São Paulo, Boitempo, 2022.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. O assistente social na era das comunicações. *In*: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (orgs.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 323-343.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social**: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS (2016). Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília (DF), 2016.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, nº 36, p. 162-177, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21506/pdf>>. Acesso em: 21 set. 2024.

FORTI, Valéria. Prefácio. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 15-18.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 21, p. 117-139, jul. 2008. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58l1Ax.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor** (2006). Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo. Abril Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista** (2005). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teórico-ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária. *In: Caderno de Resumos*. I

Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 57.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica. *In*: BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Denise Teresinha da; SILVA, Suelen de Aguiar (orgs.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom; Gênio Editorial, 2021, p.199-219.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, nº 1, p. 102-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, Marília (SP), v. 50, nº 1, p. 1-39, jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em: 19 set. 2024.

PALÁCIO, Fábio. A informação como principal ativo econômico do capitalismo contemporâneo. **Blog da Boitempo**, publicado em 4 jul. 2022. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2022/07/04/a-informacao-como-principal-ativo-economico-do-capitalismo-contemporaneo/>>. Acesso em: 3 set. 2024.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, nº 2, v. 10, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SABADINI, Mauricio de Souza. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, nº 30, p. 71-92, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935/8388>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-47.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. **Comunicação como estratégia política no Serviço Social** (2014). Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA, André Luciano da. **As bases histórico-econômicas do capital fictício n'O Capital de Karl Marx** (2017). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Sociedade pós-industrial**. Lisboa. Moraes Editores, 1970.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

A democratização da comunicação como bandeira de luta no Serviço Social

*The democratization of communication as a flag
of struggle in Social Services*

*La democratización de la comunicación como bandera
de lucha en los Servicios Sociales*

Leonardo Koury Martins¹

<https://orcid.org/0000-0002-5572-8483>

Recebido em: 28/08/2024

Aprovado em: 18/10/2024

Resumo: Este artigo tem o objetivo de dialogar sobre a comunicação enquanto um direito humano a partir dos posicionamentos construídos pelas entidades representativas do Serviço Social e sobre como os assistentes sociais podem se somar na defesa do referido direito com base na estratégia da democratização da comunicação no Brasil no cotidiano do trabalho profissional. O cenário do direito à comunicação e a sua democratização têm sido pautados pelos movimentos sociais desde os anos de 1980, quando, embora a comunicação tenha começado a constar como um direito constitucional, a sua regulamentação não

¹ Assistente social. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). Professor no Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC/PUC-Minas). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2421750422548941>>. E-mail: <leonardokourymartins@gmail.com>.

ocorreu por completo, o que garantiu a apropriação privada do citado direito por parte das elites nacionais. Na atualidade, as redes privadas nacionais de comunicação, em conjunto com as *big techs*, integram a internacionalização do domínio da informação em grande escala, que se aproveita do cenário de notícias falsas e do deserto provocado pela desinformação, o que afeta a vida da população brasileira.

Palavras-chave: Serviço Social; comunicação; trabalho profissional; movimentos sociais.

Abstract: This article aims to discuss communication as a human right based on the positions developed by entities representing Social Services and how social workers can join forces in defending this right based on the strategy of democratizing communication in Brazil in their daily professional work. The scenario of the right to communication and its democratization have been addressed by social movements since the 1980s, when, although communication began to be considered a constitutional right, its regulation did not occur completely, which guaranteed the private appropriation of this right by national elites. Currently, national private communication networks, together with big techs, are part of the large-scale internationalization of the information domain, which takes advantage of the scenario of fake news and the desert caused by misinformation, which affects the lives of the Brazilian population.

Keywords: Social Work; communication; professional work; social movements.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la comunicación como derecho humano a partir de las posiciones construidas por entidades representativas del Servicio Social y cómo los trabajadores sociales pueden unirse en la defensa de este derecho a partir de la estrategia de democratización de la comunicación en Brasil en el cotidiano del trabajo profesional. El escenario del derecho a la comunicación y su democratización ha estado pautado por los movimientos sociales desde la década de 1980, cuando, si bien la comunicación comenzó a aparecer como un derecho constitucional, su regulación no se produjo del todo, lo que garantizó la apropiación privada del mencionado derecho por parte de las elites nacionales. Actualmente, las redes privadas de comunica-

ción nacionales, junto con las grandes tecnológicas, forman parte de la internacionalización del dominio de la información a gran escala, que aprovecha el escenario de las noticias falsas y el desierto provocado por la desinformación, que afecta la vida de la población brasileña.

Palabra claves: Trabajo Social; comunicación; trabajo profesional; movimientos sociales.

Introdução

A comunicação e as suas múltiplas dimensões entre o ato dialógico e a construção de uma rede de informação em grande escala têm sido apresentadas no Serviço Social brasileiro como um debate relevante e necessário nas últimas décadas. A conjuntura desafiadora do País exige que a profissão, a partir da comunicação, possa identificar inúmeras questões latentes que envolvem o trabalho dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, em especial nas políticas sociais.

Para identificar essas questões e seus desdobramentos, faz-se necessário estabelecer uma leitura crítica do dado cenário. Como condição de análise, o texto se orienta com base no materialismo histórico dialético, desenvolvido a partir da teoria social em Marx. É por tal análise que se torna possível apreender quais são as proximidades necessárias entre o projeto profissional do Serviço Social, o projeto de sociedade pretendido enquanto espiral e como a comunicação está relacionada a ele enquanto estratégia para a aproximação desses projetos, que se somam ao fator ideopolítico enquanto condução de uma prática transformadora.

Contudo, é fundamental afirmar que as entidades representativas da profissão sustentam como imagem pública as caracterizações de um projeto ético político a partir da fundamentação crítica, que tem como princípios os ideais emancipatórios que se encontram alinhados com lutas construídas a partir dos movimentos sociais no propósito de fortalecer a constituição de um projeto societário contra-hegemônico à ordem capitalista (PAULA, 2021).

Em especial, na última década, o bombardeio de notícias falsas e o incentivo midiático à meritocracia têm dificultado o acesso aos direitos sociais para grande parte da população. Não por acaso, questões presentes,

como a imunização, o direito à saúde e o negacionismo científico, como exemplos, somam-se aos esforços realizados por assistentes sociais no diálogo da população atendida no cotidiano. O estudo apresentado, em 2024, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), intitulado como *Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil*, reafirma o referido cenário, aponta os desafios relacionados à participação dos assistentes sociais no campo das lutas gerais da classe trabalhadora e relata como tem sido o impacto da ausência do acesso à informação no atendimento da população. O direito à comunicação está relacionado ao contexto do crescimento do neoconservadorismo e aos ataques do capital no campo da formação e do trabalho profissional no País (CFESS, 2024).

Enquanto política e prática organizativa, a comunicação em massa é um processo de disputa entre projetos e precisa ser percebida, uma vez que as demandas e requisições estão na indissociabilidade da relação entre o capital e o trabalho. O que se dialoga em bares, igrejas ou na praça da cidade é parte do que se “apreende” por intermédio dos meios de comunicação de massa e se encontra à revelia de regulamentação ou controle estatal. A comunicação, enquanto um direito no Brasil, sequer tem instâncias de controle social, regulação fiscal ou espaços de participação (ESPÍNDOLA, 2009).

À luz do referencial materialista histórico dialético, o artigo se encontra dividido em quatro partes, sendo a primeira sobre os desafios da regulamentação da comunicação no Brasil. A segunda parte versa sobre os interesses privados no campo da comunicação de massa e os impactos nas políticas sociais. Já a terceira parte dialoga sobre o papel das entidades representativas do Serviço Social e como elas tratam a comunicação para além da imagem institucional. Por último, a quarta parte apresenta as reflexões sobre o trabalho profissional e as políticas sociais. Em tempos tão desafiadores, as presentes questões dialogadas se tornam parte do compromisso do projeto profissional crítico que o Serviço Social há tantas décadas mantém como hegemônico no País.

O Brasil e o seu projeto de regulamentação da comunicação pela metade

Para apresentar como se encontra a conjuntura da comunicação no Brasil, é necessária uma breve retomada temporal sobre o que foi o desenvolvimento do capitalismo no País. A partir do interesse do

Estado, a oligarquia nacional cofinanciou as bases do capital, mesmo que de forma tardia. É a partir do Estado que não apenas a produção industrial se constituiu, mas também toda a sua infraestrutura, como a construção de portos e rodovias e a produção minerária, entre outras, que se desenvolveram em grande escala. Tal crescimento se apresentou a partir de um pacto entre as oligarquias e a burguesia nacional, tendo um ponto básico como a principal questão.

O ponto básico a se considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos trinta, e que essa indústria não sofreu limitações ou concorrência sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 havia tomado por base essa realidade objetiva. Nos anos cinquenta, a situação mudava. Enquanto a indústria se empenhava em manter altos tipos de câmbio, o que a leva a chocar-se com o setor agrário-exportador, cujos lucros se encontravam assim diminuídos, visto que já não podia oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos (MARINI, 2000, p. 116).

Por intermédio das empresas públicas e do financiamento público, que constituem as bases para o desenvolvimento capitalista dependente, o Estado também construiu no referido cenário as bases da política de comunicação no País: com os avanços tecnológicos, veio também a organização dos primeiros jornais, das pioneiras rádios e dos demais aparelhos comunicativos, que sempre estiveram alicerçados aos interesses predominantes da burguesia, com a característica de uma atividade privada, mas com amplo subsídio público.

Como executores e partícipes da superestrutura do capitalismo, os meios de comunicação têm o papel de comunicar para as massas populacionais. É também sua responsabilidade institucional garantir o acesso à informação, conforme é provisionado na Constituição Federal, que preconiza, na grade da programação, a preferência por programas com “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, a “promoção da cultura nacional e regional” e o “estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos

em lei”, além do “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (BRASIL, 1988).

O cenário da comunicação no País diverge das diretrizes constitucionais, uma vez que “os sistemas e mercados de comunicação são capitaneados por conglomerados” e, por sua vez, a partir do seu “ordenamento prático, controlam os principais canais de distribuição de conteúdos midiáticos do Brasil”, de modo que, na atualidade, a comunicação de massa privada soma elementos majoritários de informação e desinformação, articulados não por acaso (GÖRGEN, 2017, p. 505).

Instituídos como aparatos ideológicos das elites, os meios de comunicação, para além do controle exercido pelos referidos conglomerados, de acordo com Görgen (2017, p. 508), exercem um papel fundamental na formação de opinião da população brasileira, “com cunho privado-comercial”. O Estado democrático de direitos no País constitui-se como regulador das concessões públicas dos meios de comunicação, mas, no campo do real, tem se apresentado meramente pelo papel de executor da concessão de outorgas para a lógica privada (GÖRGEN, 2017, p. 508).

A política de comunicação, por se fazer ausente, não afeta apenas a regulamentação dos meios de comunicação, mas amplia a distância do acesso da população brasileira ao citado direito. No Brasil, não há um conselho paritário entre o governo e a sociedade civil para a referida política, uma vez que não há uma plataforma de conferências ou mesmo qualquer estrutura de ouvidoria que aproxime o diálogo público da população com os governos sobre o direito à comunicação.

O modelo empresarial tem, entre suas caracterizações, a oferta privada do referido direito frente às tensões entre os movimentos sociais da área da comunicação, que apontam que, enquanto não houver a democratização dos meios de mídia, não haverá como garantir o acesso à informação pública. É a partir dessas tensões que a articulação entre a desinformação e as notícias falsas correlaciona o projeto das elites de domínio comunicativo. As tensões permeiam a seguinte afirmativa, frente ao desmonte do direito à comunicação.

Assim, são imprescindíveis a atenção e a luta para que as plataformas fortaleçam as políticas de combate às *fake news*, especialmente em momentos em que a desinformação pode mudar, por exemplo, processos eleitorais (CFESS, 2023, p. 16).

A luta contrária ao modelo de comunicação em massa de interesse privado, não por acaso, é uma bandeira de luta dos movimentos sociais. Iasi (2019) apresenta como o modelo burguês de comunicação é necessário para o controle da sociedade, a partir da superestrutura, o que, por consequência, possibilita a produção e a reprodução do capital frente à barbárie vivenciada pela classe trabalhadora no País.

Não devemos subestimar o papel de inúmeros aparatos privados de hegemonia da ordem que realizam com sucesso essa mediação entre os valores interiorizados de uma ordem como consciência imediata e os interesses dominantes em luta por sua supremacia. Aqui se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social, como ONGs, fundações etc. (IASI, 2019, p. 429).

Os movimentos denunciam a ausência de uma política pública de comunicação, que, sob o domínio das elites, permeia a relação indissociável entre estrutura e superestrutura para a manutenção da ordem burguesa. No tempo presente, o projeto de comunicação empresarial não tem o menor receio de conectar desinformação e notícias falsas com o propósito de deixar um vazio ocasionado por uma leitura cada vez mais imediata da vida social e pela quase completa ausência de crítica que questione a manutenção da ordem posta.

Os interesses privados como alavancagem para a desinformação e as notícias falsas

Nos últimos anos, tem se tornado nítida a escalada das notícias falsas, aliadas ao processo de desinformação no Brasil e no mundo. A tecnologia móvel e a ampliação do uso das redes sociais digitais atravessam o cotidiano da população. Por intermédio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a vida tem sido configurada pela construção de novas bases para a sociabilidade capitalista.

Antes majoritariamente determinado por programações e conteúdo ofertado por rádios, jornais, revistas e pela televisão, o referido

modelo de comunicação tem atingido cada vez mais pessoas de forma homogênea em todo o mundo, a partir do acesso ampliado da *internet* e da virtualidade, com programações que descaracterizam territórios e realidades locais e difundem o pensamento pragmático e imediato da notícia.

Não por acaso, na captura do pragmatismo e do imediatismo como efeitos frente à compreensão de mundo (DURIGUETTO; PEREIRA, 2021), a desinformação e a ampliação das notícias falsas fomentam um campo escuso que determina o fortalecimento dos interesses burgueses, a partir do ataque às conquistas democráticas e aos direitos da população. No presente cenário, ampliam-se também a perseguição aos profissionais da comunicação e o descrédito às informações geradas pela comunicação pública, que sofre o sucateamento, o aparelhamento e as tentativas de privatização.

Na dada realidade, tem se tornado desafiadora a atuação profissional dos assistentes sociais, assim como a de outras trabalhadoras e trabalhadores, especialmente no âmbito das políticas sociais. Porém, é importante apresentar a compreensão de que as causas e o desenrolar do fenômeno não ocorrem por mero acaso.

Num contexto de multiplataformas, as pessoas e organizações que alimentam a desinformação e as *fake news*, principalmente da extrema direita, se utilizam, muitas vezes, do chamado “conteúdo efêmero”, um conteúdo desinformativo que é divulgado em uma mídia social e, na tentativa de burlar a vedação da veiculação em determinada mídia, ele é retirado em pouco tempo, porém já se espalhou em outras redes, o que faz difundi-lo (CFESS, 2023, p. 16).

A comunicação de massa empresarial é o formato hegemônico da construção da desinformação em grande escala no Brasil e em grande parte do mundo. É importante ressaltar que, quando se trata do acesso à informação em grande escala, que é aquela que consegue, em um curto processo de tempo, chegar a milhões de pessoas e territórios a partir dos meios de comunicação existentes, tal amplitude tem sido mais valorizada, a cada dia, pela máquina de interesses do capital.

No Brasil, o referido processo comunicativo não é apenas, em sua maioria, construído pelo interesse privado, mas está vinculado à

rede de famílias de formação aristocrática. Os donos das empresas de radiodifusão, não por acaso, alinham os seus interesses ao movimento de expansão das *big techs* internacionais que atuam no domínio da comunicação digital, cujo propósito é o domínio privado do ato de comunicar em massa (ESPÍNDOLA, 2009, p. 23).

O entrelace entre desinformação e notícias falsas tem sido também uma condição para atacar o trabalho profissional e fragilizar o conhecimento científico. O descompromisso em massa, trazido como efeito do pensamento imediato e do pragmatismo, aliado ao quase inexistente tempo de reflexão sobre a realidade social, aponta o cenário apresentado a seguir.

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional, antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias (IASI, 2019, p. 428).

No atual estágio do capitalismo, o modelo privado que articula desinformação e notícias falsas faz parte de um projeto de escala global, o que desvela livremente: (I) a criminalização e a morte de jovens negras e negros; (II) a invisibilidade das pessoas em situação de rua; (III) o genocídio dos povos originários que resistem ao imperialismo; (IV) a ampliação da fome; (V) a criminalização dos corpos trans; e (VI) o aplauso aos crimes cometidos pelo Estado pela ótica do sistema prisional no mundo. Trata-se de um modelo que não pode ser horizonte para o presente e nem mesmo condutor do futuro, uma vez que precisa ser questionado e, por sua vez, interrompido.

O posicionamento das entidades representativas do Serviço Social frente ao projeto de comunicação no País

Diante da realidade apresentada de descaso referente à política de comunicação no País e da entrega quase que absoluta da comunicação

em massa aos interesses privados, em um contexto de ampliação da desinformação e das notícias falsas, com relatos de profissionais sobre a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições éticas e técnicas dos assistentes sociais, as entidades representativas do Serviço Social têm repensado não apenas os seus planos de comunicação e a comunicação interna, mas também como os instrumentos e as práticas comunicativas estão sendo construídos no cotidiano do trabalho profissional.

É com uma leitura assim que entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e os 27 Conselhos Regionais de Serviço Social, denominados como Conjunto CFESS-CRESS, têm produzido ricas contribuições, que se somam aos desafios referentes à comunicação entre assistentes sociais e a relação da comunicação entre assistentes sociais e a sociedade.

No período de comemoração dos seus 75 anos, a ABEPSS, que é destinada à representação profissional no ensino e na pesquisa da profissão, apresentou, a partir de diversos encontros e contribuições, o documento “*Política de Comunicação: ABEPSS*”. O documento tem o objetivo de rememorar os caminhos das experiências comunicativas da associação e atualizar as diretrizes dessas ações frente ao ensino e à pesquisa no Serviço Social. O documento destaca a reflexão apresentada a seguir sobre a comunicação enquanto práxis política.

O Serviço Social brasileiro é atravessado cotidianamente por desafios, que exigem radicalidade crítica e reafirmação dos valores e princípios que alicerçam a profissão. Estamos diante de mais uma grande questão, que exige de pesquisadores, estudantes, docentes e assistentes sociais em geral a ruptura com interpretações ingênuas e sedutoras. Nossa relação com a comunicação se coloca na contramão de qualquer tipo de ilusão, mas considera e revalida que sem essa articulação nosso horizonte se encurta e nossas possibilidades se restringem (ABEPSS, 2022, p. 38).

O documento descreve as seguintes diretrizes, dentre outras: (I) ampliar a divulgação dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas na área do Serviço Social; (II) fortalecer os espaços de ensino a partir da difusão do conhecimento produzido; (III) fomentar novos

acessos às revistas e aos periódicos da área; (IV) promover um diálogo crítico sobre os desafios da comunicação na formação e no trabalho profissional; e (V) divulgar as diretrizes curriculares e a sua importância na organização da educação superior (ABEPSS, 2022).

Também é importante a leitura sobre a atualidade do tema da comunicação frente à construção de um projeto profissional crítico articulado com a luta geral da classe trabalhadora e como o conhecimento promovido no âmbito do Serviço Social pode contribuir com tais questões.

Consolidar uma política de comunicação é um passo fundamental para a Abepss, responde a uma necessidade imperiosa de divulgação acadêmica e científica, mas também a uma necessidade política de contribuir com a consolidação da democracia e da luta de classes que segue vigente no País (ABEPSS, 2022, p. 50).

O Conjunto CFESS-CRESS também faz referência à relação entre o Serviço Social e a Comunicação. O documento intitulado como *Política Nacional de Comunicação (PNC)*, em sua 4ª edição, registra que o aprofundamento do debate sobre a comunicação é parte inerente ao conjunto da produção e da reprodução da vida social e que o legado crítico e o acúmulo no campo dos fundamentos que norteiam a profissão precisam servir não apenas ao diálogo interno, mas também à relação da profissão com a sociedade.

Como ampliação de uma leitura articulada entre a luta de classes e a realidade étnico-racial e de gênero, a 4ª PNC encontrou na representação simbólica da Sankofa² a certeza de que podemos construir no presente os caminhos para o futuro, sem perdermos de vista o que acumulamos coletivamente. Para isso, a comunicação contra-hegemônica ao projeto das elites precisa permitir uma leitura de tempo e história para a projeção dos desafios do presente.

Em atenção à dada realidade, o aprofundamento político que o Conjunto CFESS-CRESS tem apresentado a partir da 4ª edição da PNC traz a necessidade de estar presente nas lutas pela comunicação

2 “Sankofa” é um ideograma africano representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou também pela forma de duas voltas justapostas, espelhadas, lembrando um coração. A etimologia da palavra, em ganês, inclui os termos “san” (“voltar”, “retornar”), “ko” (“ir”) e “fa” (“olhar”, “buscar” e “pegar”).

enquanto um direito humano. Para isso, fazem parte do fortalecimento do projeto profissional crítico do Serviço Social o revigoramento do campo das lutas dos movimentos sociais e a construção coletiva das estratégias gerais da classe trabalhadora no campo da comunicação, como a presença no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil (FNDC) (CFESS, 2024).

Para o Conjunto CFESS-CRESS, o ato de comunicar e o exercício profissional precisam estar atentos aos perigos da informação privada dos meios de comunicação, que banalizam as violências vivenciadas pela população brasileira. O ato de comunicar está atrelado aos desafios da profissão e tem a seguinte questão para análise.

A palavra “comunicar” significa “tornar comum, fazer saber”. Entendemos que todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar. Por isso, a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população (CFESS, 2024, p. 11).

O contexto midiático de criminalização da pobreza e das pessoas pobres traz consigo prejuízos concretos para a vida da população brasileira. A construção da narrativa meritocrática e a desinformação estabelecem modelos de certos e errados que geram, como consequência, a desumanidade (CFESS MANIFESTA, 2022).

O compromisso das entidades representativas passa por subsidiar o trabalho, de modo que a formação da categoria profissional, neste tempo de modulação de comportamentos nas redes e ampliação da vigilância, tem exigido profundas reflexões e a construção de estratégias que incidam no cotidiano das lutas travadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, sexuais e geracionais (CFESS MANIFESTA, 2022).

Trata-se de uma perspectiva que mostra por que o trabalho dos assistentes sociais é tão importante e por que o ato de se comunicar faz parte da prática profissional e da vida humana, uma vez que é por meio da linguagem que a profissão (em especial, nos espaços sócio-ocupacionais onde atua) se faz percebida pela população como necessária para o Brasil, justamente por seu reconhecimento como parte da classe trabalhadora (FIGUEIREDO, 2018).

Por tal razão, faz-se necessário apresentar as tensões do projeto de morte exercido pelo capitalismo em sua cotidianidade a partir do diálogo com a população. Na mesma perspectiva fundamenta-se a preocupação das entidades representativas em estabelecer laços entre a realidade social e a atuação a partir dos diversos instrumentos comunicativos do trabalho, que, segundo Duriguetto e Pereira (2021), tem diversos desafios como cenários, de maneira que se faz importante a construção de ações concretas com o intuito de se assumir um posicionamento frente às demandas da população.

Essas iniciativas podem tensionar o apoliticismo e o acriticismo da minimização e dos focalismos e seletivismos dos serviços, recursos e benefícios ofertados pela política nas diferentes realidades nacionais em que são desenvolvidas. Politizar a política pelo fomento e indução de desenvolvimento de mobilizações e organizações coletivas dos sujeitos que a elas recorrem nos parece um dos caminhos profícuos para tensionar e resistir às regressões das nossas competências e atribuições profissionais [...] (DURIGUETTO; PEREIRA, 2021, p. 120).

A compreensão da totalidade dos princípios do Código de Ética e das competências profissionais que regulamentam o exercício profissional dos assistentes sociais tem como propósito fazê-los exercer práticas que se promovem a partir do fazer comunicativo. Como exemplo, a Resolução CFESS nº 273/1993 apresenta como princípio a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Como atuar sob tal perspectiva sem compreender a linguagem enquanto instrumento de trabalho? Como fazê-lo sem vincular o cotidiano ao projeto ideopolítico profissional e sem compreender as relações postas e os antagonismos? (CFESS, 2024).

Tais questionamentos, apresentados na 4ª edição da PNC, estão também como reflexões a partir da Lei Federal nº 8662/1993, que apresenta o ato de comunicar no contexto de “encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população”, bem como ao “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais” no sentido de “identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Trata-se de práticas comunicativas que são congruentes com a linguagem e o fazer profissional cotidiano (BRASIL, 1993).

A partir da compreensão de que, por intermédio das suas entidades representativas, o Serviço Social brasileiro se compromete com o diálogo sobre a democratização da comunicação no País, torna-se necessário enraizar as compreensões sobre a comunicação de massa e a comunicação enquanto ato e instrumento do trabalho profissional, o que tem sido desafiador, considerando-se a realidade dos espaços sócio-ocupacionais e as condições reais de atuação dos assistentes sociais na relação capital-trabalho.

No que se refere à conjuntura do trabalho (em especial, nas políticas públicas), o mesmo Estado que é espaço majoritário da atuação profissional é também aquele que, no universo do tempo, além de não ter se comprometido com a implementação de uma política pública de comunicação, deixou à revelia do mercado a sua condução política. Com base na mesma perspectiva, cabe um entendimento crítico sobre o lugar do Estado quando se identifica uma determinação central das políticas sociais a partir da regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, mas a comunicação, enquanto um direito constitucional, deveria ser parte da regulação; porém, não é (BOSCHETTI, 2017, p. 23).

Diante da contínua organização das políticas públicas vinculadas aos direitos sociais, o Estado – por ter a responsabilidade da regulação econômica e social, por meio da sua execução (embora muitas sejam tardiamente implementadas no Brasil) – não se propôs a romper com a lógica capitalista que caracteriza a sociedade atual “e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais”, uma vez que o que avançou no contexto dos direitos vinculados à seguridade social ampliada³ também permeia o retrocesso da comunicação na não regulação pública e na sua constituição como um direito na sociedade (BOSCHETTI, 2017, p. 24).

No mesmo movimento estabelecido entre a compreensão crítica do lugar do Estado e o papel do trabalho profissional dos assistentes sociais, identifica-se a necessidade de que, a partir da explicitação das tensões, seja desmascarado qual deve ser o projeto hegemônico da comunicação empresarial e como tais interesses aceleram a consolidação do Estado mínimo, a partir da desinformação e das notícias falsas. Para

3 O que neste texto se considera como *seguridade social ampliada* é a compreensão de seguranças sociais mínimas para a reprodução social, sendo que ao tripé constitucional (saúde, previdência e assistência social) devem ser somados essencialmente os direitos previstos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal.

isso, os assistentes sociais precisam estar atentos em relação à forma como se potencializam o individualismo, a meritocracia e o descrédito sobre as ciências. De acordo com Iasi (2019), a referida conjuntura atravessa a profissão a partir de dois momentos.

Acreditamos que estamos diante de dois momentos, ambos reais e efetivos, da manifestação do senso comum. O primeiro, que expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização; o segundo, que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes (IASI, 2019, p. 428).

O formato de comunicação que a classe trabalhadora historicamente utilizou para a denúncia pública das mazelas do capital tem sido silenciado, mas não se pode parar de reivindicar direitos e articular as lutas sociais. Cada vez mais, o Serviço Social se utiliza de estratégias comunicacionais (entre redes digitais e na promoção de espaços coletivos) para dialogar com as bases da profissão sobre os posicionamentos políticos e as frentes de defesa dos direitos sociais.

Caso venha a acompanhar o projeto profissional crítico, o trabalho profissional poderá reafirmar a importância da participação popular e dos processos democráticos no fomento de uma comunicação contra-hegemônica que informe e tenha como base a construção e a valorização do conhecimento para além do atendimento individual, alcançando cada vez mais pessoas. A partir da leitura de Paula (2021) sobre o entrelace entre os projetos coletivos (da sociedade e da profissão) e a atuação profissional cotidiana, é necessário que em tal espiral se perceba o potencial comunicativo pulsante envolto na explicitação das tensões e por apresentar a realidade social a partir do campo de trabalho dos assistentes sociais.

A atuação profissional pode favorecer a compreensão de que o trabalho cotidiano é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais e que, no campo coletivo, o projeto societário se entrelaça com a atuação profissional, cujas tensões tendem a fortalecer uma outra leitura de sociedade. É com base em tal perspectiva que a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais, como exemplo, precisa estar atenta ao que se constitui como projeto profissional e projeto societário, sendo que

[nos projetos societários distintos] é essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2021, p. 26).

Como apresenta Iamamoto (2021), a práxis, como ação concreta, parte do conhecimento voltado às relações sociais nas reflexões políticas, econômicas e morais, que são significativas no que se refere ao trabalho do Serviço Social pelo seu valor e reconhecimento público, sustentado por uma identidade profissional que, há décadas, dirige o projeto ético-político da profissão e que se articula a partir de compreensões de mundo dotadas de um objeto real. Defender o referido projeto frente à ampliação da desinformação e das notícias falsas é mais do que necessário, é urgente, porque os efeitos do modelo privado de comunicação também afeta a leitura política dos assistentes sociais.

Em sua construção coletiva, o trabalho profissional pode politizar os horizontes de quem é atendido e permear toda a vivência nos territórios onde os assistentes sociais estão atuando. De acordo com Figueiredo (2011), é a partir da organização comunitária, do trabalho de grupos e da busca ativa nos diversos serviços e equipamentos públicos que a mobilização social serve como estratégia para explicitar tensões, pois “desenvolver um trabalho que considere estes elementos enquanto recurso” não apenas será uma possibilidade ideal, mas, no campo real, tende a “viabilizar a informação como um direito inalienável e a democracia como um valor” (2011, p. 342).

Para defender a democracia, cabe aos assistentes sociais desmistificar as covardes afirmações anunciadas pelas elites a partir dos seus instrumentos comunicativos, que procuram limitar o horizonte exposto. É tarefa da profissão instituir reflexões sobre a participação política para além dos limites burocráticos. A participação política é uma conquista histórica da classe que trabalha. O viés comunicativo precisa estar constituído nos espaços coletivos e, por sua vez, se torna parte do movimento contundente disposto no processo de democratização com vistas à superação da ordem vigente.

Por sua vez, a leitura contra-hegemônica à ordem capitalista precisa de uma outra comunicação que se aproxime das bases de uma história e de uma trajetória construídas pela classe que trabalha, em

detrimento das mazelas ocasionadas pela classe que explora, expropria e massacra. As elites têm nos seus aparelhos de comunicação uma leitura de mundo irreal e hipócrita, que persegue negros, pobres e mulheres e condena a biodiversidade e a diversidade humana. A leitura dos assistentes sociais precisa ser outra!

Considerações finais para um amplo debate

Para os assistentes sociais, a comunicação precisa ser compreendida como uma totalidade. O ato de comunicar tem de ser visto enquanto instrumento prático e político e como viabilidade estratégica que sustenta as bases do projeto profissional crítico. É pela referida totalidade, que permeia o trabalho profissional, que Iamamoto (2021) apresenta a necessidade de sustentar a imagem do citado projeto a partir da indissociabilidade dos projetos de sociedade e profissional, a partir do trabalho na profissão. Portanto, Iamamoto (2021) sustenta a leitura crítica do exercício profissional, ao afirmar que

não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas “comunidades” (IAMAMOTO, 2021, p. 37).

Segundo Iasi (2019), a realidade precisa ser encarada no cenário, de modo que, apesar dos problemas reais enfrentados no cotidiano da classe que entendemos ser nossa, não há outro caminho para tal enfrentamento que não seja a luta. A responsabilidade de “resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora” precisa ser constituída no movimento do “árido caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia”, uma vez que, para enfrentar a ordem capitalista e contribuir para a sua superação, precisamos de um projeto que se sustente no horizonte emancipatório (IASI, 2019, p. 436).

É para isso que os elementos apresentados neste debate inicial, embora não se esgotem, precisam ser adensados no sentido de ampliar o diálogo na profissão sobre a comunicação como ato, instrumento e resistência ao projeto de morte, razão pela qual os assistentes sociais precisam estar atentos em relação à realidade social.

Construir a democratização da comunicação como bandeira de luta na profissão não é possível sem um referencial que apreenda as particularidades do País, que procurou na privatização irrestrita da comunicação em grande escala fazer do referido direito um grande negócio. Só é possível um exercício profissional crítico quando a aproximação teórico-prática se sustentar a partir de um instrumento da comunicação que fomente diálogos e tensões nos espaços da atuação profissional, desvelando as contradições e os desafios concretos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política de Comunicação ABEPSS**. Brasília (DF), 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2083>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta: nossa comunicação é política (2022). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-6SemComunica-site.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília (DF), 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS_SITE.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DURIGUETTO, M. L.; PEREIRA, V. S. Política de Assistência Social e o (ainda) desafio do trabalho profissional dos assistentes sociais

nos processos de mobilização e organização popular. **O trabalho profissional da Psicologia e do Serviço Social na Política de Assistência Social: questões, tensões e perspectivas.** PAIVA, Fernando Santana de; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2021.

ESPÍNDOLA, N. R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: SALES, M. A.; RUIZ, J. S. R. (orgs.). **Mídia, questão social e Serviço Social.** São Paulo (SP): Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, K. A. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (orgs.) **Mídia, questão social e serviço social.** São Paulo (SP): Cortez Editora, 2011, p. 323-343.

FIGUEIREDO, K. A. “Comunicação pública: um direito humano em conexão com o serviço social”. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, nº 36, jul./dez. 2018, p. 162-177.

GÖRGEN, J. Sistema central de mídia: conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (orgs.). **Comunicação pública e política: pesquisas e práticas.** Florianópolis (SP): Editora Insular, 2017, p. 483-508.

IAMAMOTO, M. V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora”. In: CFESS, **Diálogos do Cotidiano: Reflexões sobre o trabalho profissional** – Caderno 1. Brasília (DF), 2021.

IASI, M. L. “Cinco teses sobre a formação social brasileira” (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo (SP), nº 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis (RJ): Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000, p. 105-165. Coleção: A Outra Margem.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social.** 2ª edição, Curitiba (PR): Editora CRV, 2021.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Serviço Social e Comunicação: os caminhos da informação produzida pelo Conjunto CFESS/CRESS

*Social Service and Communication: the paths of
information produced by CFESS/CRESS*
*Servicio Social y Comunicación: los caminos de la información
producida por el Conjunto CFESS/CRESS*

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon¹

<https://orcid.org/0000-0003-3002-6992>

Mabel Mascarenhas Torres²

<https://orcid.org/0000-0002-2644-8255>

Eduardo Luis Couto³

<https://orcid.org/0000-0001-6118-0533>

Recebido em: 22/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

1 Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente e coordenadora de estágio na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3976181731056216>>. E-mail: <clausgorlon@gmail.com>.

2 Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6311274886128201>>. E-mail: <geftasuel@gmail.com>.

3 Assistente social. Doutor em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor na Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Regional do Vale do Ivaí. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8033362530707359>>. E-mail: <eduardo_couto@outlook.com>.

Resumo: O artigo traz a análise da comunicação realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS entre 2020 e 2021. O caminho metodológico utilizado refere-se à pesquisa exploratória, baseada em revisão bibliográfica, sobre a relação entre o Serviço Social e a Comunicação, a Política Nacional de Comunicação do Conjunto, suas publicações em *sites* e informações de suas peças comunicacionais. Destaca-se a diversidade de informações produzidas, especialmente as relativas às bandeiras de luta da categoria, bem como o trabalho profissional nas políticas sociais sob o impacto da pandemia de Covid-19, a imagem da profissão e o uso das TIC por assistentes sociais. Como conclusões, destacam-se as estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade e as características comunicacionais do Conjunto, além da capacidade analítica-interventiva de assistentes sociais, da contribuição para a formação, o trabalho e a produção de conhecimento da categoria e da articulação comunicacional com outros diversos atores sociais que exemplificam a capilaridade da Política Comunicacional do Conjunto.

Palavras-chave: CFESS; Política Nacional de Comunicação; informação; bandeiras de luta; trabalho profissional.

Abstract: This article analyses the communication carried out by the CFESS/CRESS Group between 2020 and 2021. The methodological approach used refers to exploratory research, based on a bibliographic review, on the relationship between Social Service and Communication, the Group's National Communication Policy, its publications on websites and information from its communication pieces. The diversity of information produced stands out, especially that related to the category's causes of struggle, as well as the professional work in social policies under the impact of the Covid-19 pandemic, the image of the profession and the use of ICT by social workers. As conclusions, the strategies for dialogue with the category and society and the communication characteristics of the Group stand out, in addition to the analytical-interventional capacity of social workers, the contribution to the training, work and production of knowledge of the category and the communicational articulation with other diverse social actors that exemplify the capillarity of the Group's National Communication Policy.

Keywords: CFESS; National Communication Policy; information; fighting flags; professional work.

Resumen: El artículo presenta un análisis de la comunicación realizada por el Conjunto CFESS/CRESS entre 2020 y 2021. El camino metodológico utilizado refiere a una investigación exploratoria, basada en una revisión bibliográfica, sobre la relación entre Servicio Social y Comunicación, la Política Nacional de Comunicación del Conjunto, sus publicaciones en sitios *web* e información de sus piezas comunicativas. Se destaca la diversidad de informaciones producidas, especialmente la relativa a las banderas de lucha de la categoría, así como al trabajo profesional en las políticas sociales bajo el impacto de la pandemia de Covid-19, la imagen de la profesión y el uso de las TIC por parte de los trabajadores sociales. Como conclusiones destacamos las estrategias de diálogo con la categoría y la sociedad y las características comunicacionales del Conjunto, además de la capacidad analítico-intervencionista de los trabajadores sociales, el aporte a la formación, trabajo y producción de conocimiento de la categoría y el ámbito comunicacional. articulación con otros diversos actores sociales que ejemplifican la capilaridad de la Política Nacional de Comunicación del Conjunto.

Palabras clave: CFESS; Política Nacional de Comunicación; información; banderas de lucha; trabajo profesional.

Introdução

O debate acerca da comunicação tem se tornado constante diante da necessidade de propagar informações na era digital. No contexto da pandemia de Covid-19, na fase anterior à da vacina, as formas de comunicação intermediadas pelas mídias sociais ganharam relevo, visto que o alcance e a velocidade do que é comunicado se alteraram significativamente. O aumento da difusão e do acesso da população às tecnologias de informação e comunicação (TIC) se revelou como impulsionador das possibilidades comunicacionais entre pessoas, grupos, redes e instituições públicas e privadas. Assim, torna-se essencial entender a propagação das informações intermediadas pelas TIC, a sua construção, transmissão e apreensão e, na mesma medida, como as mídias sociais são empregadas para a sua disseminação, dada a velocidade, assim como a interatividade, a capilaridade e o consumo de informações. Há alterações na relação entre aqueles que produzem a informação e

os receptores do conteúdo, uma vez que não há controle sobre quem acessa ou mesmo sobre o uso que se faz das informações veiculadas.

Diante da complexa realidade, o Serviço Social tem se debruçado para entender as relações com a comunicação, expandindo as possibilidades de estabelecer canais de disseminação que sustentam a análise das contradições constitutivas da sociedade capitalista.

O artigo tem por objetivo demonstrar os resultados de uma pesquisa sobre a produção da informação construída pelo Conjunto CFESS/ CRESS entre 2020 e 2021,⁴ ou seja, em plena pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, baseada em uma revisão bibliográfica sobre a relação entre o Serviço Social e a Comunicação. A pesquisa abarcou também uma análise da Política Nacional de Comunicação do Conjunto, bem como o estudo das publicações disponibilizadas no *site* do CFESS e dos CRESS, identificando as informações transmitidas.

Os resultados da pesquisa indicam que o Conjunto produz uma diversificada gama de informações, pautada em uma análise da realidade que ressalta a conjuntura econômica, política e social, em uma perspectiva de totalidade. As informações presentes nas peças comunicacionais podem ser sistematizadas em quatro direções: (I) referem-se às bandeiras de luta da categoria e às suas interfaces com a defesa do projeto societário da classe trabalhadora; (II) estão direcionadas ao trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais e à sua regulação no período da pandemia; (III) focam na visibilidade da imagem da profissão, articulada ao seu projeto ético-político; e (IV) direcionam-se ao uso das TIC no trabalho de assistentes sociais.

Diante do volume de informações e do limite de espaço para a explanação dos resultados da pesquisa, o artigo é composto de um conjunto de análises distribuídas desde a introdução até as considerações finais, ressaltando as sínteses aproximativas acerca da Política de Comunicação implementada pelo Conjunto. Em face da complexidade do conteúdo apresentado, ressaltamos dois elementos argumentativos: (I) a Política Nacional de Comunicação do Conjunto e a utilização das mídias e das redes sociais para propagar informações sobre as bandeiras de luta da categoria; e (II) as informações produzidas sobre o

4 Os resultados da pesquisa apresentados no artigo resultam do projeto de pesquisa: “*Serviço Social e Comunicação: a linguagem como elemento essencial para o trabalho do/a assistente social*”, que recebeu financiamento por meio da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 – Faixa A – Grupos Emergentes.

trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais. As considerações finais ressaltam as sínteses aproximativas acerca da Política Nacional de Comunicação implementada pelo Conjunto.

A Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS: as peças comunicacionais e o compromisso com a democratização de informações

Quando se elabora uma reflexão sobre a Política de Comunicação do Conjunto, é notório que as peças comunicacionais produzidas revelam a interação entre *o que* e *como* pensa a categoria acerca das determinações econômicas, políticas e sociais presentes no capitalismo e que incidem sobre as lutas travadas pela classe trabalhadora. Um dos deveres estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social relaciona-se à interação, à disseminação e à democratização da informação. Para isso, boa parte do Conjunto conta com comissões e assessorias de comunicação, que acompanham as demandas apresentadas pela categoria e as requisições da Gestão do Conjunto e, a partir daí, sugerem as estratégias e as formas de disseminar a informação.

Baccega (2004, p. 10) afirma que “a comunicação é interação entre sujeitos”. Para tal, é necessária a utilização de meios e estratégias para dar direcionalidade à referida interação, entendida em uma relação que se respalda historicamente. A autora ainda nos instiga a refletir sobre o fato de que a comunicação decorre de “[...] um processo de interlocução entre vários discursos, manifestação de diálogos entre os mais diversos gêneros [...]” (BACCEGA, 2004, p. 11), bem como entre diferentes estratégias de disseminação de informações.

A partir do acesso aos *sites* do CFESS e dos CRESS, identificou-se que há uma gama de peças comunicacionais, que podem ser apresentadas da forma mostrada a seguir.

Notícias: são as informações elaboradas pelos membros do Conjunto.

Divulgação: é a reprodução de informações elaboradas por órgãos públicos vinculados às diversas esferas do governo brasileiro; a institutos de pesquisa, movimentos sociais e a outros setores, tais como sindicatos, conselhos

de direitos, que versam sobre questões de interesse direto ou indireto de assistentes sociais.

Produção de normativas e notas técnicas: documentos que normatizam e fundamentam o trabalho de assistentes sociais. As normativas e as notas técnicas são produzidas mediante demandas apresentadas pela categoria, que emergem no cotidiano profissional e requerem o posicionamento político de assistentes sociais.

Produção e publicação de entrevistas e depoimentos: peças comunicacionais que debatem temas de interesse dos(as) profissionais. Na pandemia, foi lançado um conjunto de entrevistas, denominado: “*Coronavírus: e quem trabalha?*”, ressaltando os desafios, as alterações no trabalho, as estratégias para atender usuários dos serviços, o trabalho em equipe e a articulação da rede.

CFESS Manifesta: apresenta o ponto de vista político e argumentativo do Conjunto frente às questões que afetam a formação, o trabalho, a produção do conhecimento e as lutas da categoria que repercutem na profissão. Indica os tensionamentos com os quais assistentes sociais se debatem, explicitando que as reflexões elaboradas pelo Conjunto expressam um ponto de vista de classe, raça e gênero, defendendo os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora.

Realização de lives: estratégia utilizada durante o período pandêmico, por meio das plataformas de *streaming*; ferramentas de vídeo do *Google Meet*, do *Zoom* e das redes sociais. As *lives* trataram de diferentes temas, enfatizando a precarização e a intensificação do trabalho de assistentes sociais; a formação profissional; as estratégias coletivas para o enfrentamento das consequências da pandemia, entre outros.

As peças comunicacionais são elaboradas pelas assessorias de comunicação, com a anuência dos membros da Comissão de Comunicação e, depois, da Gestão do Conjunto. Apresentam características que as tornam peculiares, de modo que as peças: (I) carregam o discurso da profissão, voltado à defesa de um projeto societário balizado na equidade social, sedimentando a imagem da profissão; (II) relacionam-se à

interação entre a informação tornada pública e o público, que se expande para além de assistentes sociais, abarcando os demais trabalhadores, líderes sindicais, participantes de movimentos sociais, entre outros, em consonância com a Política Nacional de Comunicação do Conjunto; (III) relacionam-se ao ponto de vista político da categoria, alicerçado no projeto ético e político do Serviço Social; e (IV) têm a ver com as possibilidades de democratizar informações e um certo modo de problematizar questões relacionadas aos fenômenos sociais decorrentes das expressões da questão social.

O referido rol de características afirma que a Política Nacional de Comunicação do Conjunto orienta a tornar públicos os contributos éticos, políticos e sociais que configuram o Serviço Social como uma profissão cuja natureza analítica e interventiva defende que assistentes sociais são sujeitos políticos, historicamente posicionados, o que implica que há uma relação indissociável entre a formação, o trabalho e a produção de conhecimentos sobre as temáticas que desafiam os(as) profissionais.

Diante da gama de informações contidas nas peças comunicacionais, destacamos dois eixos que entendemos que prevalecem no material analisado: as bandeiras de luta e a evidência das políticas sociais como espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais. Ambos, em relação, demarcam a imagem da profissão, associada às lutas e à defesa do projeto societário da classe trabalhadora.

As bandeiras de luta de assistentes sociais: informação para formar sujeitos políticos

É a partir do movimento histórico, político e organizativo que sustenta o Serviço Social brasileiro que o Conjunto elabora as bandeiras de luta da categoria, construída coletivamente durante as plenárias deliberativas realizadas pelo Conjunto. As referidas bandeiras passam a compor a pauta permanente de discussões e deliberações da categoria, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e sociais. Há três versões do documento que sintetiza as bandeiras de lutas, sendo o último de 2019: “Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta”. O documento evidencia a dimensão política da profissão, exigindo que assistentes sociais se posicionem frente aos ataques aos direitos da

classe trabalhadora e à necessidade de reafirmar suas pautas políticas na perspectiva de mobilizar a sociedade em prol da construção de estratégias de resistência ao desmonte das políticas públicas.

O documento foi estruturado em três eixos, que podem ser sintetizados da forma apresentada a seguir.

- **Defesa da profissão:** expressa a necessidade de assistentes sociais lutarem por melhores condições de trabalho, respeitando os princípios, os direitos e os deveres éticos e reafirmando as competências e atribuições privativas da profissão. Indica a necessidade de assistentes sociais se reconhecerem como trabalhadores e que, em sua condição assalariada, sofrem as consequências da precarização, da flexibilização e da intensificação do trabalho no capitalismo. O Serviço Social, ao defender o projeto societário da classe trabalhadora, reconhece o trabalho explorado e a subordinação dos trabalhadores aos interesses econômicos e políticos do capital. Sendo assim, defende a construção de estratégias coletivas que abarcam a melhoria das condições de trabalho, lutando pela ampliação dos direitos de trabalhadores, pela defesa da realização de concursos públicos e pela manutenção da jornada de trabalho dentro dos padrões conquistados nos acordos coletivos.
- **Defesa dos direitos humanos:** trata do enfrentamento de diferentes formas de opressão vivenciadas pela classe trabalhadora em decorrência do pauperismo e das relações de raça e gênero. Propõe a construção de estratégias de luta contra o patriarcado, o sexismo, o racismo, a xenofobia, a homofobia/lesbofobia/transfobia, o capacitismo. A defesa dos direitos humanos é direcionada pela necessidade de construir espaços de luta e de formação para dar evidência à defesa da vida, da liberdade, do direito a escolhas e a tomadas de decisão, dentre outros.
- **Seguridade social:** refere-se ao entendimento dos padrões protetivos que devem direcionar as políticas sociais. O destaque à seguridade social tem a ver com a defesa das políticas sociais de caráter universal, totalmente estatal, primando pelo atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Outra

frente de lutas tem a ver com o repúdio ao patrimonialismo, que contribui para a perpetuação de práticas assistencialistas e a lógica do favor em detrimento dos direitos. A proposta é qualificar os trabalhadores das políticas, de maneira a aprimorar a gestão do trabalho e a prestação de serviços, fortalecendo também as instâncias de controle social. Defende que assistentes sociais devem se apropriar do modo como se organizam o fundo público, a construção do orçamento e a gestão do financiamento.

O CFESS reafirma as bandeiras de luta e, conseqüentemente, busca direcionar o exercício profissional de assistentes sociais, sedimentando junto à sociedade uma imagem da profissão, consolidada historicamente a partir do projeto profissional atual, com a “vinculação direta da imagem profissional àquele que defende direitos” e [...] “que defende e luta pela garantia dos direitos sociais” (ORTIZ, 2010, p. 204).

Para isso, utiliza de vários canais de comunicação, dentre os quais podem-se destacar: (I) as campanhas de gestão, que incitam o debate de temas que questionam as desigualdades sociais; (II) o informativo *Serviço Social é Notícia*; (III) as peças temáticas diversas, tais como: adesivos, cartazes, marca-páginas, *banners*, pôsteres, agendas temáticas das campanhas anuais, vídeos, *lives*; (IV) o Portal da Transparência; (V) o *CFESS Manifesta*; (VI) a página na *internet*; (VII) as páginas no *Instagram* e no *Facebook*; e (VIII) o envio de mensagens por *WhatsApp*, dentre outros recursos.

Nesse sentido, Sgorlon e Torres (2021, p. 258) ressaltam que é evidente “[...] o uso diversificado das mídias sociais, ampliando os espaços de divulgação de conteúdos pertinentes à formação ética e política dos(as) assistentes sociais [...]”. A garantia do alcance das informações passa a ser preocupação constante das entidades representativas, o que culmina em levantamento inédito para o Serviço Social

[...] uma pesquisa sobre o perfil da comunicação do CFESS, realizada em 2021 e 2022, [que] analisou, pela primeira vez, dados estatísticos de publicações das redes sociais do Conselho Federal e ouviu mais de mil assistentes sociais, para entender o que a categoria busca e espera das entidades no âmbito da comunicação (CFESS, 2023, p. 7).

É importante registrar que a pandemia alterou significativamente a forma como os indivíduos se relacionam com as TIC e que pesquisas como a citada foram fundamentais para aperfeiçoar a disseminação de informações a partir das possibilidades reais de acesso dos receptores. Isso ocorre sem desconsiderar o viés controlador e multifacetado que envolve os grandes conglomerados de comunicação e os algoritmos, que determinam que conteúdo chegará, se chegará e a quem. Em relação a isso, Lippold e Faustino (2022, p. 58) realizam uma importante reflexão referente ao que denominam de *colonialismo digital*, quando afirmam que ele é

[...] um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e representa um largo passo em direção a uma reificação, cada vez mais profunda, da nossa experiência e senso de realidade [...]. Refere-se, em primeiro lugar, a uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia.

Portanto, é preciso elaborar uma análise crítica e um acompanhamento constante sobre as alterações que se desenham para moldar comportamentos, incutir ideologias e controle objetivo e subjetivo sobre o que é informado. Assim, é fundamental a construção de estratégias para o enfrentamento do monopólio comunicacional, o que impede que ideias que se contrapõem aos valores capitalistas cheguem à classe trabalhadora. Nesse ínterim, compreende-se que o acesso à informação de qualidade é fundamental para a formação de sujeitos políticos, críticos, engajados na ampliação de horizontes que possam viabilizar maior participação e organização coletiva.

No tocante às bandeiras de luta, nos anos de 2020 e 2021, foram estudadas sete peças comunicacionais, com destaque também ao Parecer Jurídico nº 05/2020-E. O referido parecer tratou da responsabilidade dos empregadores em relação à ausência de equipamentos de proteção individual (EPI) para assistentes sociais em seus espaços de trabalho, uma vez que atuaram na linha de frente no atendimento à população. O parecer jurídico aborda ainda questões que envolvem a necessidade de denúncias coletivas e individuais sobre as condições de trabalho

condizentes com o momento vivido de pandemia. Fica evidente a preocupação do CFESS em defender a profissão, entendendo a importância da disseminação das informações em relação aos “[...] protocolos sobre que EPI usar, paramentação, medidas de higiene e proteção em situações diversas etc.” (CFESS, 2020a, p. 19).

Registra-se que, naquele momento, o Brasil já vivenciava o desmonte das políticas públicas e o agravamento das desigualdades sociais, liderado por um desgoverno, que não apoiava as orientações de isolamento social e não acreditava no potencial de mortalidade da pandemia, o que, inevitavelmente, resulta também em obstáculos para a oferta de condições seguras para os trabalhadores que se encontravam no atendimento diário à população mais atingida pelos agravos da pandemia. Em relação ao assunto, Raichelis e Arregui (2021, p. 142) pontuam que a pandemia revelou que, na

[...] tríplice crise – econômica, política e sanitária –, explicita-se a ruptura do pacto social [...], com base na ideia de que ela não cabe no orçamento, que os direitos sociais oneram demais o fundo público e que o enfrentamento da crise é de responsabilidade de toda a sociedade. Decorrem daí os apelos ao empreendedorismo, ao solidarismo social, à solidariedade do capital.

Compreender o período da pandemia, a partir dos elementos históricos e políticos nos quais o País e o mundo estavam mergulhados, é fundamental para analisarmos as perdas e consequências decorrentes de escolhas devastadoras por parte de governantes negacionistas, direcionados ao atendimento dos interesses da elite empresarial dominante.

O material “*Coronavírus: e quem trabalha em instituições de longa permanência para idosos/as?*”, publicado em 2020, debate a atuação profissional durante a pandemia de Covid-19. Identificamos que os três eixos das bandeiras de luta estão presentes no referido material, destacando a participação ativa do Conjunto, cujos profissionais “[...] prepararam materiais de orientação, para este período de pandemia, que auxiliam muito na elaboração da intervenção nas demandas cotidianas. Em muitas ocasiões, ações simples, mas que salvam vidas” (CFESS, 2020b, s/p).

Materiais orientadores para o trabalho de assistentes sociais no período pandêmico foram essenciais no sentido de refletir os desafios e

impactos decorrentes do isolamento social na vida da população atendida e de evidenciar como tal realidade reverberava no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Nota-se que os materiais publicados objetivaram orientar e criar estratégias de defesa do Serviço Social, primando pelo fortalecimento das competências e atribuições profissionais previstas na Lei de Regulamentação da Profissão. Chama a atenção para o reconhecimento de assistentes sociais como trabalhadores(as) “[...] que lutam por direitos, e por que não lutar pelos nossos dentro dos nossos próprios espaços de atuação?” (CFESS, 2020b, s/p).

No ano de 2020, o CFESS lançou a nota “*Teletrabalho e telepe-
rícia: orientações para assistentes sociais*”, por meio da qual norteou o trabalho remoto e a modalidade de *home office* realizada por assistentes sociais durante a pandemia. A referida nota versa sobre as condições precárias de trabalho, acentuadas pelo trabalho remoto, o que exigiu de assistentes sociais a necessidade de

[...] refletir sobre as condições de trabalho e os custos gerados para os/as trabalhadores/as pelo uso e [pela] aquisição de equipamentos, material de informática, conserto de equipamentos, rede de *internet*, material de consumo, energia e infraestrutura, entre outros (CFESS, 2020c, p. 5).

A precarização do trabalho expôs uma questão que até então não se apresentava aos assistentes sociais: o compartilhamento dos custos do trabalho com a aquisição de equipamentos informacionais e pacotes de *internet*, uma questão que impacta as condições objetivas de trabalho, a alteração da jornada de trabalho, a utilização de equipamentos pessoais e a diminuição dos limites entre o que é público, privado e íntimo, uma vez que o trabalho passou a ser executado no âmbito doméstico. A nota alertou que a citada modalidade de trabalho fragilizava o reconhecimento de trabalhadores na sua condição de classe, “[...] dificultando os processos organizativos para reivindicação de direitos e enfrentamento dessa precarização” (CFESS, 2020c, p. 5).

Os pontos abordados na nota referenciam o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, considerando sua dificuldade de acesso aos meios tecnológicos, além de reafirmarem a centralidade da ética em toda e qualquer intervenção e a autonomia profissional na escolha das ferramentas de trabalho. De igual modo, a

nota ressaltava a importância da participação de assistentes sociais em processos que envolvessem a tomada de decisões.

Ainda na direção da defesa da profissão, o Conjunto publicou a entrevista “*Coronavírus: e quem trabalha no INSS?*” em agosto de 2020, destacando a seguridade social e os direitos humanos como essenciais para entender os desafios do trabalho de assistentes sociais na pandemia. A entrevista nos provoca a pensar sobre a precarização do trabalho e sobre o quanto ela repercute em situações como “[...] ataques sofridos e [...] tentativas de extinção do Serviço Social do quadro do INSS em sua história, como já denunciado e combatido pela categoria e pelas entidades representativas, como o CFESS e a FENASPS” (CFESS, 2020d, s/p).

O período pandêmico agravou ainda mais as situações precárias nas quais já se encontravam assistentes sociais em diversos espaços de trabalho, como no INSS, fato que ocorreu concomitantemente às medidas de reestruturação do atendimento aos cidadãos, por meio da utilização das TIC e da ampliação da plataforma *Gov.Br*, que abarca inúmeros serviços, caracterizando o governo digital, desconsiderando a ausência de habilidades de boa parte da população para lidar com a tecnologia, evidenciando a desigualdade digital presente no País. De acordo com Souza (2022, p. 130), no caso do INSS,

[...] a pandemia de Covid-19 acelera e adensa esse processo, tal como resume bem a criação do robô Helô, um robô virtual – IA, capaz de reconhecer necessidades de usuários que interagem com o *site Meu INSS* e de identificar possíveis respostas a partir dos sistemas de dados informatizados.

Tendo o Serviço Social a característica de atendimento face a face com a população, pensar o atendimento mediado por TIC requer refletir sobre as condições reais para que as informações chegassem até seus maiores interessados, os trabalhadores, que buscam o acesso aos serviços vinculados às políticas sociais. Assim, é preciso considerar a realidade da população, que, diante da obrigatoriedade de manuseio de *smartphones* como condição para acessar direitos, se viu ainda mais excluída e expropriada.

Em 3 de dezembro de 2021, o CFESS lançou o material: “*Anticapacitismo e Serviço Social: vamos conversar sobre o assunto?*”. A data

foi escolhida por ser o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. No material, assim como no anterior, as bandeiras de luta permeiam o conteúdo abordado, evidenciando que assistentes sociais são sujeitos políticos.

Como assistente social e mulher com deficiência, identifico a necessidade de uma atuação profissional em consonância com o cumprimento do 6º princípio do Código de Ética Profissional [...]. Ou seja, compete à nossa categoria defender coletivamente a deficiência como premissa do campo dos direitos humanos, na ótica da justiça social, com equidade no acesso a direitos (CFESS, 2021, s/p).

Nota-se que o CFESS deu voz a profissionais que estavam em contato direto com a população para que pudessem contribuir com a análise de conjuntura, revelando os desafios vivenciados no trabalho intermediado pelas TIC. Assim, a publicação escancarou também os prejuízos do desmonte que as políticas sociais já vinham sofrendo.

Em suma, pode-se afirmar que, mesmo diante de uma situação de crise sanitária, como foi a pandemia de Covid-19, que se transformou em crise social, econômica, ambiental e política também, em que boa parte de assistentes sociais foi convocada para atuar na linha de frente para atender as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora e mais expostas à situação de calamidade, o CFESS assumiu a sua função precípua de defesa da profissão, orientando profissionais para que alicerçassem suas atuações pelos princípios ético-políticos da profissão e pelos direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, conforme descritos nas bandeiras de luta apresentadas.

A construção de informações sobre as políticas sociais como espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais

O Serviço Social tem uma vinculação histórica com as políticas sociais brasileiras que asseguram, pelo enfrentamento que realizam as expressões da questão social, condições para a expansão da profissão no bojo do capitalismo monopolista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011) e que, especialmente a partir do Movimento de Reconceituação, alçam, segundo Mioto e Nogueira (2013), um estatuto teórico que lhe permite articular a perspectiva analítica de sociedade e de profissão.

Com tal perspectiva é que o Conjunto exerceu, no período da pandemia, seu decisivo papel de instância máxima representativa da categoria, apontando elementos que, na conjuntura de então, explicitavam o contexto regressivo de direitos e de inseguranças que as políticas sociais, os usuários, os trabalhadores e a população de um modo geral enfrentavam, alertando que “[...] uma intervenção profissional desqualificada e sem embasamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos pode ocasionar o prejuízo na vida das/os usuárias/os dos serviços prestados pela/o assistente social” (CFESS, 2020e, s/p).

Afirmou, ainda, que

os tempos atuais nos impõem desafios que exigem ousadia para criar novos procedimentos profissionais e avançar na articulação política da categoria de assistentes sociais e estudantes [...], bem como o intercâmbio de experiências [...], indicando estudos e posicionamentos da ABEPSS, do Conjunto CFESS/CRESS e da ENESSO (CFESS, 2020e, s/p).

Assistentes sociais, pelas características interventivas, analíticas e investigativas da profissão, foram capazes de apontar, mediante solicitações de informações, de diligências e das denúncias aos diversos CRESS no Brasil, as alterações na realização da prestação de serviços, trazendo à baila a premência de ações técnicas e profissionais que resguardassem a saúde tanto dos profissionais quanto da população usuária. Evidenciaram também a incidência do teletrabalho e do trabalho remoto, assim como a exponenciação da utilização das TIC, como elementos críticos, ressaltando que “sem debate entre os/as trabalhadores/as e a organização coletiva, o teletrabalho se transforma subitamente em uma realidade” (CFESS, 2020, p. 5).

As situações de então explicitaram que os assistentes sociais são profundos conhecedores da incidência e do impacto que as políticas sociais podem ter na vida da população. Apontaram também a necessidade de realização de sistematizações sobre o trabalho desenvolvido, de modo a adensar os conhecimentos sobre a realidade social e as necessidades vivenciadas pelos usuários, para entender o quanto a ausência de direitos se configura como parte da vida de trabalhadores que vivem em condição de pauperismo.

Quando o Conjunto foi chamado a dar respostas às solicitações advindas das situações vivenciadas pelos profissionais no período pandêmico, elaborou notas técnicas e orientações tanto para a categoria quanto para a sociedade. Verifica-se, assim, que houve uma urgência e celeridade de respostas e posicionamentos que, geralmente, utilizaram meios eletrônicos como o *site* do CFESS, as páginas virtuais dos diversos CRESS e suas redes sociais, com destaque para o *Instagram* no compartilhamento de conteúdos, o que possibilitou a interação com profissionais e a sociedade, além das *lives* disponibilizadas no *YouTube*.

Isso, no entanto, significou que tais orientações carecessem de conteúdo, de profundidade, do uso de uma linguagem informacional, como mecanismo de diálogo com a categoria e com a sociedade, o que explicita o acúmulo ético e político histórico das lutas e ações do Conjunto. Assim, exigiu-se a aproximação da lógica algorítmica, cuja linguagem é construída com base em sistemas de informações armazenadas em bancos de dados, disparadas ora para um público específico, ora para as mídias em geral.

No período pandêmico, o conhecimento acionado por assistentes sociais possibilitou que a população usuária dos serviços das políticas sociais recebesse informação de qualidade, calcada na veracidade dos fatos. No mesmo sentido, assistentes sociais trabalharam sob tensão permanente, precisando lidar com controversas informações sobre a pandemia, a vacina, a oferta de serviços e o acesso aos aplicativos criados pelo Governo Federal.

Vale ressaltar que assistentes sociais são profissionais que, ao mesmo tempo em que traduzem o universo legal, político e técnico das políticas sociais para a população usuária, também são, em articulação, aqueles que reelaboram a realidade na qual a mesma política incidiu, mediante dados e informações que, então, possibilitam construir conhecimento sobre o contexto e o impacto das políticas sociais nas vidas de trabalhadores. No entanto, o trabalho realizado não se dá a saber exclusivamente por intermédio de registros de atendimentos executados nas plataformas das diversas políticas. Implica o entendimento de que é um processo de ordem teórico-prática, que traduz a realidade social na qual o profissional, pela sua ação técnica, incide. E é nesse sentido que a construção de informações pressupõe um processo anterior de sistematização da prática, que, conforme Almeida (2008, p. 401) registra, é

todo o processo de organização teórico-metodológica e técnico-instrumental da ação profissional [...]. [E] se inicia com a própria delimitação dos referenciais que orientarão a eleição dos aportes teóricos, da condução metodológica, da definição das estratégias de ação, do reconhecimento de objeto de intervenção profissional, assim como de seus objetivos e da avaliação dos resultados alcançados.

Sumariamente, entendemos que a sistematização de dados e a elaboração de informações faz parte do rol de ações e reflexões que assistentes sociais executam. Sendo assim, os profissionais se colocam como construtores das informações reais e objetivas acerca da incidência das políticas sociais na vida da população. É na construção, na produção e na disseminação dessas informações que os conhecimentos que assistentes sociais elaboram são necessários para o entendimento sobre os direitos sociais e os meios de acessá-los.

Considerações finais

Ao se estudarem as peças comunicacionais disponibilizadas pelo Conjunto e selecionadas para esta pesquisa, identificaram-se algumas características que as tornam peculiares e podem ser assim apresentadas: (I) elas têm uma forma **provocativa**, no sentido de que assistentes sociais as tomam como base argumentativa para a elaboração do seu trabalho, considerando as necessidades decorrentes do movimento próprio, contraditório e processual da sociedade capitalista, reconhecendo-se como trabalhadores assalariados e defendendo um projeto societário fundamentado na justiça social e na equidade (o *CFESS Manifesta* é emblemático e ilustra bem tal característica); (II) elas possuem a capacidade de **antever** questões que podem contribuir para fundamentar a formação, o trabalho e a produção de conhecimentos de assistentes sociais (podemos ilustrar aqui a publicação das brochuras, das notas técnicas, das normativas e das legislações que versam sobre o trabalho de assistentes sociais); e (III) elas trazem uma **articulação**, por meio da criação da Política Nacional de Comunicação, possibilitando o estreitamento de relações entre assistentes sociais, os movimentos sociais, os agentes do controle social e outras instâncias presentes da sociedade. As cartas redigidas após os encontros nacionais e a divulgação de peças

comunicacionais produzidas por outros órgãos de pesquisa e vinculados aos movimentos organizados da sociedade civil podem exemplificar a capilaridade da Política Nacional de Comunicação.

Por fim, torna-se cada vez mais premente analisar o alcance das informações produzidas pelo Conjunto, haja vista a velocidade imposta pelas TIC. É nítido que a Política Nacional de Comunicação do Conjunto se propõe a contribuir para consolidar canais de comunicação cujos receptores das informações também se considerem sujeitos e, ao mesmo tempo, interajam no processo comunicativo. Sendo assim, o Conjunto busca estratégias de diálogo com a categoria tanto por **aproximação** (quando sedimenta e consolida um ponto de vista sobre a profissão e o projeto profissional) quanto por **contraste**, uma vez que provoca e problematiza questões que atravessam a formação, o trabalho e a produção do conhecimento, promovendo o debate e a troca de informações conflitantes e favorecendo a perspectiva de que *comunicar é um ato e um processo político*.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

BACCEGA, A. M. Comunicação/educação: apontamentos para discussão. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 1, nº 2, 2004. Disponível em: <<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2970>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta** (2019, reimp. 2022). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas2019eAcoesEstrategicas2016-Site.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parecer Jurídico nº 05/2020-E** (2020a). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Coronavírus: e quem trabalha em instituições de longa permanência para idosos/as?** (2020b). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1699>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia:** orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia (2020c). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1737>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Trabalho e ensino remoto emergencial** (2020e). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Coronavírus: e quem trabalha no INSS?** (2020d). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1699>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Anticapacitismo e Serviço Social:** vamos conversar sobre o assunto? (2021). Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1863>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Política Nacional de Comunicação CFESS-CRESS.** 4ª ed. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-4edPoliticaNacionalComunicacao-CfessCress.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, nº 2, p. 56-78, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760/27526>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál.**, v. 16, nº esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf>>. Acesso: 20 ago. 2024.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, nº 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SGORLON, C. T. da S.; TORRES, M. M. CFESS Manifesta: o posicionamento político dos(as) assistentes sociais. **Serviço Social em Perspectiva**, vol. 5, nº 1, jan./jun. 2021, p. 252-272. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3433/3527>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUZA, E. A. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de Covid-19. **R. Katál.**, v. 25, nº 1, p. 125-136, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/mn5npLYkqrnNccbXR3ZyGgk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas

*The right to communication as an instrument of citizenship: the case of
the Quilombola Management Committee of Pelotas*

*El derecho a la comunicación como instrumento de ciudadanía: el caso
del Comité de Gestión Quilombola de Pelotas*

Eliana Mourgues Cogoy¹

<https://orcid.org/0000-0003-4845-8072>

Roberth Steven Gutiérrez Murillo²

<https://orcid.org/0000-0003-2304-3241>

Patricia Krieger Grossi³

<https://orcid.org/0000-0003-1917-0221>

1 Assistente social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina). Doutoranda e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4838951311366442>>. E-mail: <elianacogoy@gmail.com>.

2 Sanitarista. Doutorando em Gerontologia Biomédica pela Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em Gerontologia pela Universidad Europea del Atlántico (Uneatlantico) (Espanha). Especialista em Saúde da Família (Modalidade Residência) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Bacharel em Saúde Coletiva. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5822737898214316>>. E-mail: <roberth.murillo@edu.pucrs.br>.

3 Assistente social. Professora titular da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutora em Serviço Social (PhD) pela Universidade de Toronto (Canadá). Mestra e bacharela em Serviço Social pela PUC-RS. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4275343111687273>>. E-mail: <pkgrossi@pucrs.br>.

Eliane Moreira de Almeida⁴

<https://orcid.org/0000-0003-3392-1263>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 21/10/2024

Resumo: Trata-se de um estudo de caso que examina a trajetória histórica e legal do Comitê Gestor Quilombola (CGQ) sediado no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. O CGQ é um espaço pioneiro e único no Brasil para a participação democrática, pois representa um avanço substancial no atendimento às necessidades de longa data das comunidades quilombolas, que historicamente foram submetidas à exclusão social e continuam a encontrar grandes barreiras no acesso aos direitos fundamentais. Apesar de sua condição de fórum de reivindicação de direitos sociais, surgem inúmeros desafios para garantir o direito à comunicação como meio de exercício da cidadania dos quilombolas. O estudo de caso proposto contribui para a compreensão das potencialidades e restrições da gestão participativa no contexto das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas de Pelotas, a partir de uma perspectiva inovadora de controle social.

Palavras-chave: comunidades quilombolas; empoderamento cidadão; movimentos sociais; políticas públicas.

Abstract: This case study examines the historical and legal trajectory of the Quilombola Management Committee (QMC) which is based in the municipality of Pelotas, Rio Grande do Sul. The QMC is a pioneering and unique setting in Brazil for democratic participation, by representing a substantial advancement in addressing the long-standing needs of quilombola communities, which have historically been subjected to social exclusion and continue to encounter great barriers in accessing fundamental rights. Despite its status as a forum for claiming social rights, numerous challenges emerge in guaranteeing the right to communication as a means of exercising citizenship for quilombola people. The proposed case study contributes to understanding the potential and restrictions of participatory management in the context of public policies aimed at the quilombola communities of Pelotas, from an innovative perspective on social control.

⁴ Assistente social. Doutoranda, mestranda e bacharelada em Serviço Social pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8786966611144900>>. E-mail: <eliane.almeida@acad.pucrs.br>.

Keywords: quilombola communities; citizen empowerment; social movements; public policies.

Resumen: Este es un estudio de caso que examina la trayectoria histórica y jurídica del Comité Gestor de Quilombola (CGQ), con sede en el municipio de Pelotas, Rio Grande do Sul. El CGQ es un espacio de participación democrática pionero y único en Brasil, al representar un avance sustancial en la satisfacción de las necesidades de larga data de las comunidades quilombolas, que históricamente han sido objeto de exclusión social y siguen encontrando grandes obstáculos para acceder a los derechos fundamentales. Empero su condición de foro de reivindicación de derechos sociales, existen numerosos desafíos para garantizar el derecho a la comunicación como medio de ejercicio de la ciudadanía de los quilombolas. El estudio de caso propuesto contribuye a la comprensión de las potencialidades y restricciones de la gestión participativa en el contexto de las políticas públicas dirigidas a las comunidades quilombolas de Pelotas, desde una perspectiva innovadora de control social.

Palabras clave: comunidades quilombolas; empoderamiento ciudadano; movimientos sociales; políticas públicas.

Introdução

Uma análise do desenvolvimento histórico dos direitos de cidadania revela que o marco temporal não é tão distante quanto parece, ao passo que eles não foram outorgados ao povo pelos líderes do Estado por benevolência. Tais direitos foram, em sua gênese, a consequência de inúmeras mobilizações, lutas, agitações e outras formas de articulação coletiva (NAGEL-HULLEN, 2016). Ao se considerar a questão do acesso aos direitos fundamentais, serve lembrar que há um direito que unifica todos os outros: o direito à comunicação. Não é possível garantir a realização dos demais direitos sem considerar o papel do acesso à informação e à liberdade de expressão, que coletivamente constituem o direito à comunicação (MATTELART, 2009).

Entretanto, percebe-se que o direito à comunicação não é universalmente equitativo quando se examinam diferentes contextos territoriais em um mesmo país. Em uma aproximação ao cenário brasileiro, isso

pode ser exemplificado da seguinte forma: uma realidade é a daqueles que residem em áreas urbanas e que, apesar de encontrarem dificuldades, têm acesso aos programas e serviços públicos. Outra realidade, contudo, é a daqueles que vivem em áreas distantes e que não têm acesso à informação, a uma unidade básica de saúde, ao saneamento básico, a uma delegacia de proteção à mulher e aos demais serviços essenciais para o desenvolvimento humano. Em ambos os cenários, o conceito de cidadania implica o direito de ser reconhecido como pessoa, de falar e ser ouvido, o que reforça o princípio da dignidade humana.

Historicamente, as comunidades quilombolas têm sido negligenciadas pelo Estado, apesar de terem sido reconhecidas há décadas como comunidades de povos tradicionais. O avanço mais recente no reconhecimento de sua identidade ocorreu em 2022, com o recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Estima-se que existam aproximadamente 1,32 milhão de indivíduos pertencentes a comunidades quilombolas, o que representa 0,65% da população total do País. São comunidades que estão mais concentradas nos Estados da Bahia e do Maranhão, onde residem mais de 269 mil quilombolas, o que representa mais de 20% do total nacional (IBGE, 2024).

A questão do acesso aos direitos de cidadania das comunidades quilombolas é considerada de grande importância no campo das políticas públicas brasileiras, principalmente em função das origens dessas comunidades (DOS SANTOS et al., 2022). Um caminho em potencial para atingir esse objetivo é a incorporação e o envolvimento de tais comunidades nos processos decisórios, em razão da importância da comunicação pública como instrumento vital para facilitar a interação entre o Estado e a sociedade civil, pois sua função é garantir o acesso à informação e atender às demandas coletivas. Todavia, as comunidades quilombolas encontram obstáculos em sua integração aos referidos processos, tanto devido às limitações geográficas (como a distância dos centros de tomada de decisão) quanto aos fatores intangíveis (como a falta de representação e reconhecimento nos espaços públicos).

Quando examinou as estratégias de comunicação pública utilizadas no Quilombo de Bom Despacho, em Minas Gerais, Sgoti (2016) constatou que o exercício da cidadania na comunidade era limitado, pois a população minoritária estava sub-representada no governo municipal, o que resultou em uma escassez de políticas públicas que se alinhassem

com as necessidades sociais da comunidade. O reconhecimento dos direitos de cidadania no Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, foi impedido pela burocracia excessiva e pelo uso de linguagem pouco compreensível (tecnicista). Conforme destacado por Nunes e Moura (2016), a comunicação pública serviu como um instrumento valioso para o avanço do empoderamento cidadão e a revitalização dessas garantias. A falta de acesso a serviços de proteção social de qualidade que poderiam facilitar o desmantelamento de processos discriminatórios e preconceituosos torna-se um empecilho para a implementação da comunicação pública nessas localidades (COGOY; GROSSI, 2022).

Apesar do papel central da comunicação pública para a concretização da cidadania, há uma escassez de estudos no Brasil que examinem o nexo entre a comunicação e os quilombolas, fato que tem impedido a compreensão dos desafios e das experiências encontradas pelos povos quilombolas no exercício desse direito social. Gradualmente incorporada à agenda de pesquisa da pós-graduação brasileira, a motivação dos pesquisadores de comunicação para abordar a questão quilombola foi provavelmente influenciada pela significativa visibilidade das discussões étnico-raciais na sociedade brasileira durante a década de 2000, bem como por sua proliferação nas produções de mídia (GRIJÓ, 2016).

À luz das considerações supracitadas, este estudo elucida os desafios e as experiências de uma intervenção inovadora de participação democrática desenvolvida no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, a saber: o Comitê Gestor Quilombola (CGQ). Para isso, o estudo analisa o papel circunstancial dos mecanismos de comunicação pública, isto é, na facilitação ou no impedimento de acesso aos direitos de cidadania. O CGQ funciona como um fórum de diálogo entre as comunidades quilombolas e os gestores de políticas públicas, oferecendo um valioso estudo de caso para examinar a participação social e a gestão pública de comunidades socialmente engajadas.

Para se ter uma ideia das dificuldades para a efetivação do direito à comunicação dos territórios quilombolas de Pelotas e, principalmente, da morosidade que tais processos acarretam, este estudo emprega uma metodologia de estudo de caso (YIN, 2010) sobre a trajetória histórica até a constituição legal do CGQ, com destaque para os mecanismos de comunicação pública utilizados no contexto. Assim, a dinâmica da participação social, a efetivação do direito à informação e os mecanismos de controle social foram examinados levando-se em conta as tensões e

os desafios tangíveis e intangíveis que afetam o processo de articulação das demandas das comunidades quilombolas.

As discussões propostas são complementadas por trechos de entrevistas realizadas com lideranças quilombolas em setembro de 2024 por meio do *Google Meet*, que foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Complementarmente, foi consultado o diário de campo de uma das pesquisadoras. As entrevistas fazem parte de um projeto de pesquisa maior, de cunho observacional e com abordagem qualitativa, que envolve uma análise abrangente dos determinantes sociais da saúde em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. As narrativas foram submetidas a uma análise de conteúdo temático, compreendendo as seguintes etapas: coleta de dados, transcrição literal dos dados, familiarização com os dados, identificação das unidades de registro/fragmentos de discurso, identificação da unidade de contexto, do núcleo de significado e dos temas (DIAS; MISHIMA, 2023).

Estruturalmente, o texto está organizado em quatro seções, além deste espaço introdutório e das considerações finais. O texto começa com um exame do contexto histórico-legal do CGQ de Pelotas. Em seguida, é abordado o conceito de comunicação pública no Brasil, com atenção especial às suas implicações teóricas e práticas. Em terceiro lugar, o direito à informação é entendido como uma via para a realização do direito à comunicação e, por último, são destacadas as implicações da participação e do controle social da pessoa quilombola como sujeito político, engajado com as demandas de suas comunidades.

O Comitê Gestor Quilombola de Pelotas: breve contextualização

O município de Pelotas está situado no eixo sul do Estado do Rio Grande do Sul e é considerado a sua quarta cidade mais populosa, com aproximadamente 325.689 habitantes (IBGE, 2023). A principal onda migratória para a região foi de portugueses, que exerceram profunda influência na cultura do município, principalmente nos domínios da arquitetura e da culinária. A imigração alemã também é notável, principalmente nas áreas rurais do município. Além disso, há uma presença significativa de indivíduos de ascendência africana, que foram escravizados pelo Império Português, e, em menor escala, italianos,

poloneses, franceses, judeus e árabes libaneses (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017).

Em seu livro: “Pelotas dos Excluídos”, Adão Fernando Monquelat, escritor pelotense, apresenta uma perspectiva provocativa acerca da escravidão histórica, ao afirmar, nas páginas iniciais, que “Pelotas é a cidade mais negra do Estado” (MONQUELAT, 2014, p. 7). Nesse sentido, é necessário examinar a história para identificar o que as narrativas históricas tradicionais não reconheceram ou ocultaram e o que permaneceu obscurecido sob a narrativa ostensivamente progressista e inclusiva da Princesa do Sul. A metáfora implica que, apesar da fachada festiva e glamourosa da cidade, existe uma história mais profunda e frequentemente negligenciada relacionada à população negra no município de Pelotas.

No início do século XVIII, o grupo inicial de africanos escravizados chegou ao Rio Grande do Sul, principalmente aos centros urbanos nascentes, como Pelotas e Rio Pardo, que posteriormente se tornaram charqueadores de destaque. Até 1780, a maioria das pessoas escravizadas era empregada em fazendas agrícolas. No entanto, com o advento da indústria assalariada, especialmente com o surgimento da primeira charqueada em Pelotas, houve uma notável intensificação da utilização em larga escala do trabalho escravo. Após a reconquista portuguesa do Rio Grande pelos espanhóis, as charqueadas, que inicialmente eram improvisadas, evoluíram para centros industriais inovadores (BUCHWEITZ et al., 2010).

Assim, as pessoas mantidas em cativeiro eram obrigadas a se envolver em uma série de atividades urbanas e pastoris. No caso próprio de Pelotas, a escravidão se consolidou devido à produção altamente lucrativa de carne salgada. Ao longo dos séculos de escravidão, a resistência foi um fenômeno constante e generalizado. Apesar da promulgação da Lei Áurea em 1888, a escravidão persistiu por um período considerável. Consequentemente, os quilombos serviram de refúgio para muitos negros livres, que, por vários meios, tentaram salvaguardar seu patrimônio cultural.

Em reconhecimento à marginalização histórica e contemporânea dessas comunidades, parlamentares ligados ao movimento social negro lideraram a inclusão de um dispositivo (Art. 68º, Disposição Adicional) na Constituição Federal de 1988. O dispositivo permite a designação de territórios como “remanescentes de quilombos”, um termo usado

para se referir a comunidades que mantiveram aspectos de seu modo de vida tradicional. A partir desse momento, um número significativo e cada vez maior de indivíduos de comunidades rurais e urbanas (em menor número) começou a exigir o reconhecimento como “quilombolas” e a se organizar politicamente em torno dessa demanda. Com isso, o Estado é chamado a reconhecer as comunidades, iniciativa que deve resultar posteriormente na titulação de seus territórios, o que constitui um elemento redistributivo relevante para o acesso de tais indivíduos às políticas públicas, mas o processo tem sido muito lento.

No Rio Grande do Sul, das 146 comunidades reconhecidas, apenas quatro foram tituladas. O legado do passado escravocrata resultou na exclusão de negros e quilombolas dos processos participativos e decisórios no País, o que lhes acarretou várias vulnerabilidades, incluindo a limitação persistente de sua capacidade de participar de espaços socio-políticos que lhes permitam reclamar seus direitos sociais e territoriais por via legal (MIRANDA et al., 2021). Em vista dessas circunstâncias, as comunidades quilombolas formalmente reconhecidas no município de Pelotas (Algodão, Cerrito, Alto do Caixão e Vó Elvira) estabeleceram uma plataforma coletiva (o CGQ), que facilita o envolvimento ativo dos quilombolas nos processos de tomada de decisão.

No Encontro sobre Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas e o Direito Humano à Alimentação Adequada, realizado em maio de 2015 e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), em parceria com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), por intermédio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (Consea/RS), apresentou os resultados de uma pesquisa que revelou a alta prevalência de insegurança alimentar e as condições socioeconômicas adversas vivenciadas pelas famílias nas comunidades do Estado, particularmente no Quilombo do Algodão (LOECK, 2020).

Como estratégia de enfrentamento, houve a proposição da implementação de políticas públicas e do acesso a bens e serviços básicos. Diante de tais considerações, os participantes do encontro resolveram tratar das questões pertinentes, principalmente em função da existência de outros quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares, como Alto do Caixão, Vó Elvira, Cerrito Alegre e, mais recentemente, Ramos. No

mesmo mês, foi criado o CGQ, composto pelo vice-prefeito do município, por integrantes das Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Esporte, Desenvolvimento Rural, Justiça Social e Segurança, Qualidade Ambiental e Saúde, além de membros da Emater/RS-Ascar, do Centro de Apoio ao Agricultor e de representantes quilombolas.

Um dos resultados iniciais do CGQ foi a aprovação e o agendamento de uma audiência pública na Câmara Municipal de Pelotas. A audiência, realizada em julho de 2015, proporcionou uma plataforma para que mais de cem quilombolas expressassem suas vulnerabilidades e necessidades mais urgentes (LOECK, 2020). Com o passar do tempo, as discussões e deliberações do CGQ resultaram em várias conquistas e melhorias para as famílias quilombolas. Entre elas, o acesso ao modelo 4 (Caderneta do Produtor Rural), a qualificação do serviço de cadastro único para atender às necessidades específicas da população quilombola, os esforços conjuntos para o recadastramento no Programa Nacional de Transferência de Renda Condicionada (o Bolsa-Família) e os encontros de capacitação oferecidos pelo Serviço de Extensão Rural e pela Prefeitura Municipal.

Em 2017, a 3ª Coordenadoria de Saúde do Rio Grande do Sul passou a fazer parte do grupo. Com isso, um plano de ação foi desenvolvido e aprovado, o que possibilitou a utilização de recursos específicos da saúde quilombola para a reforma ou construção de chafarizes e redes de água nas comunidades. Em termos de incentivos à produção, é importante destacar o papel central do CGQ como órgão de controle social e a indicação de comunidades e famílias em situação de extrema pobreza como elegíveis para integrar o financiamento do Programa de Fomento Produtivo às Atividades Rurais do Governo Federal. A audiência também abordou a participação dos quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos, que apresenta a produção de alimentos de alta qualidade pelas famílias quilombolas do município.

O CGQ foi oficializado oito anos após a sua criação, em 14 de abril de 2023, com a edição do Decreto Municipal nº 6.715/2023, que teve por objetivo principal facilitar a colaboração entre os órgãos e as entidades competentes envolvidos na implementação de ações e políticas públicas relacionadas às comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Vale ressaltar que foi o primeiro CGQ estabelecido no Rio Grande do Sul. A medida normativa já era esperada há muito tempo, mas foi redigida de tal forma que o CGQ tinha de ser coordenado

pelo secretário ou por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (ROCHA, 2024). A liderança do Quilombo Vó Elvira reafirmou que

[...] o presidente do comitê tem que ser um quilombola. Mas a gente não tinha lido o decreto. A gente tinha o decreto e teve que alterar o decreto. A gente não tinha visto. Tinha mudado ali um pouco o item que era o mais importante para a gente, porque se está com uma secretaria, eles fazem a reunião na hora que eles quiserem. Se quiserem, eles nem fazem a reunião. Agora, a gente consegue chamar: “a gente vai ter reunião do comitê”. A gente chama todas as quintas-feiras de cada mês. Então, agora, a gente tem esse resguardo, ainda que essas reuniões sejam mensais (LIDERANÇA QUILOMBO VÓ ELVIRA).

O Decreto Municipal nº 6.715/2023 foi alterado em 22 de maio de 2023, com a emissão do Decreto Municipal nº 6.736/2023 (ROCHA, 2024). De acordo com o artigo 5º dessa estrutura regulatória então nascente, o CGQ deveria ser coordenado por um dos representantes das comunidades quilombolas participantes (PELOTAS, 2023). Portanto, o CGQ surgiu como uma arena fundamental para o engajamento sociopolítico, de modo a oferecer uma plataforma para aqueles que antes eram marginalizados dos processos participativos e de tomada de decisão no município. O avanço do CGQ em Pelotas dependerá do reconhecimento contínuo, por parte do governo, de sua função legítima na determinação de ações para as comunidades quilombolas.

A comunicação pública no Brasil: entre a teoria e a prática

O conceito de comunicação pública é relativamente jovem no Brasil, ao passo que carrega concepções difusas e errôneas, principalmente quando associadas com propagandas governamentais. A saber, durante o período do regime militar (1964-1985), a comunicação pública se caracterizava pelo viés autoritário e era direcionada meramente para divulgações de ações governamentais na época (MATOS, 1997). No entanto, com o advento da

democracia, instaurada na década de 1990, a comunicação pública insurgiu com novas perspectivas relacionadas ao interesse público.⁵

No Brasil, a comunicação pública está em fase de desenvolvimento, com a sociedade como um todo ainda aprendendo sobre o seu papel e potencial. Há desafios conceituais e práticos para entendê-la como uma instância de debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do Estado, a comunicação da mídia e a comunicação da sociedade nas democracias contemporâneas (WEBER; COELHO; LOCATELLI, 2017). Para se compreender a perspectiva pública da comunicação em uma sociedade democrática, é necessário considerar o papel da informação e da participação. Tais elementos permitem que os sujeitos envolvidos se engajem em processos de compreensão, reflexão, argumentação, posicionamento e deliberação.

Não apenas a disseminação de informações, mas especialmente a garantia de sua veracidade é vital para facilitar a comunicação pública eficaz. Na ausência de um fluxo de informações e interações ligadas a questões de interesse coletivo, a comunicação pública é efetivamente inexistente (KUNSH, 2013). No mesmo contexto, a comunicação pública pode ser definida como a capacidade de disseminar opiniões e movimentos em torno de questões vitais para o indivíduo, a sociedade, o Estado e a política, de forma organizada ou espontânea. Além disso, ela é uma consequência da transformação da sociedade, com o objetivo de promover processos democráticos (WEBER; COELHO; LOCATELLI, 2017).

Em um sentido mais amplo, Koçouski (2013) postula que o interesse público pode ser definido como o direito que os cidadãos têm de ser informados sobre as ações dos governos e das administrações. É imperativo verificar as entidades que supervisionam as grandes quantidades de dados que informam os processos de tomada de decisão da sociedade e obter informações sobre as metodologias e os objetivos específicos por meio dos quais eles utilizam tais dados (CHAUÍ, 2017). O I Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, Cidadania e Informação, realizado em 2021, enumerou os “doze princípios” da comunicação pública, sendo eles: garantir o acesso amplo à informação,

5 “A ideia da comunicação pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia tem sua origem, no Brasil, no momento deflagrado, nos anos de 1980, pela Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, que teve o auge da sua atuação durante a elaboração da Constituição Federal de 1988” (FIGUEIREDO, 2018, p. 27).

fomentar o diálogo, estimular a participação, promover os direitos e a democracia, combater a desinformação, ouvir a sociedade, focar no cidadão, ser inclusiva e plural, tratar a comunicação como política de Estado, garantir a impessoalidade, pautar-se pela ética e atuar com eficácia (MEDEIROS; CHIRNEV, 2021).

A efetivação do direito à comunicação em comunidades quilombolas

É importante salientar que tanto a teoria jurídica quanto a teoria da comunicação social não chegaram a um consenso sobre uma definição precisa em relação ao termo “direito à comunicação”, apesar de décadas de estudos e debates nacionais e internacionais. O Relatório MacBride (também conhecido como: “Um Mundo, Muitas Vozes”) marcou o início do referido direito em 1980, defendendo o aumento do envolvimento dos cidadãos e a participação no discurso político (SILVA, 2019). Assim, o direito à comunicação foi conceituado por seus defensores como um requisito fundamental para a realização de todos os outros direitos humanos, com base no fato de que somente tal direito poderia garantir oportunidades iguais de participação e empoderamento (DAKROURY; HOFFMANN, 2010).

Embora a Constituição Federal em vigor reconheça indiretamente o direito à comunicação social nos níveis individual e coletivo (BRASIL, 1988, art. 5º, art. 220º e art. 224º), não há um conceito legal universalmente aceito em relação ao referido direito, de forma que a inexistência de regulação jurídica é a causa principal dessa polissemia (NAPOLITANO, 2024). Dada a natureza interdisciplinar do direito à comunicação, uma abordagem adequada para entender seu escopo seria analisar os direitos à liberdade de expressão, à informação e ao acesso às tecnologias de comunicação em conjunto. Este último direito está se tornando cada vez mais controverso em termos de justiça e igualdade perante a lei, já que nem todos os indivíduos têm acesso a tais ferramentas e serviços. No caso das comunidades quilombolas, a comunicação pública é um fator no processo de obtenção do status de cidadania, o que quer dizer que qualquer direção estratégica interna ou plano de ação externo depende dos processos de comunicação, sejam eles orais ou conduzidos pela mídia e *on-line* (LIMA, 2024). Tal fato se dá porque o conceito de quilombos evoluiu para além de seu contexto

territorial inicial (que antes abrangia apenas um espaço onde ações e sujeitos políticos emergem) com o objetivo de expandir a cidadania em todas as suas dimensões.

Vários autores, principalmente da Europa e da América do Norte, passaram a ver a *internet* como um direito humano fundamental, indispensável para que os indivíduos prosperem em uma época caracterizada pelo rápido avanço tecnológico e pela globalização (POLLICINO, 2019; TOMALTY, 2017). No entanto, em um cenário em que apenas a metade da população global tem acesso a tecnologias de informação e comunicação, a exclusão digital é causa de uma divisão significativa entre os segmentos da população, com um marcado privilégio nos estratos mais ricos (PIOVESAN; QUIXADÁ, 2019). No Brasil, a informação é produzida, compartilhada, acessada e consumida de forma contínua, funcionando como uma mercadoria, de maneira semelhante a outros produtos. Advém desse fato a constatação de que a *internet* tenha se tornado uma tecnologia fundamental, sobre a qual a sociedade em rede está organizada (CINTRA; VENTURA, 2013).

A situação nas comunidades quilombolas não é um caso isolado. A Federação Quilombola N'Golo tem aproveitado oportunidades oferecidas pela rede social *Instagram* para disseminar informações oficiais para um vasto público de indivíduos quilombolas em todo o Estado de Minas Gerais. Apesar da considerável discrepância na acessibilidade à *internet* como um serviço essencial fixo nas comunidades quilombolas,⁶ a disseminação de informações para líderes e lideranças facilita uma coordenação mais eficaz entre os povos, combatendo efetivamente a desconexão social e não apenas a digital (LOPES; CAETANO; CARDOSO, 2022).

O advento da pandemia de Covid-19 representou um momento seminal na história dos povos quilombolas, com implicações significativas para a efetivação de seus direitos sociais e civis em entornos digitais. Exigiu a articulação e a apropriação de canais de comunicação pública para garantir o cumprimento das necessidades básicas de sobrevivência, especialmente em áreas mais remotas, de difícil acesso e onde a comunicação era mais restrita, principalmente por fatores estruturais.

6 Conforme indicado no relatório intitulado: "*Diagnóstico das Comunidades Quilombolas Certificadas no Rio Grande do Sul*", a maioria das comunidades rurais quilombolas possui sinal de *internet*. No entanto, a pesquisa não forneceu detalhes específicos sobre a disponibilidade desse serviço ou outras variáveis, como a qualidade e o grau de permanência do sinal (KROEFF et al., 2023).

O movimento de mulheres no *YouTube* é um exemplo ilustrativo. Por meio de *lives*, ele permitiu que fossem ouvidas as vozes coletivas de várias comunidades que foram ignoradas pelos governos estaduais (GERHARDT et al., 2024). A priorização da comunicação para fins públicos na citada rede social resultou em uma postura mais ativa por parte das autoridades locais e em uma maior conscientização da população em geral sobre a vulnerabilidade multidimensional, o que tornou mais desafiador o enfrentamento da pandemia nas referidas comunidades.

Mesmo diante de experiências bem-sucedidas, os esforços para reduzir as brechas de acessibilidade digital em comunidades quilombolas devem ser complementados por um treinamento direcionado para garantir a utilização ideal das ferramentas de comunicação emergentes na era digital. Em ambiente domiciliar, muitos quilombolas não têm o conhecimento digital necessário para acessar, recuperar e compartilhar informações de interesse coletivo (ARAUJO; PERUZZO, 2019). Outrossim, o baixo domínio de dados públicos obstrui o empoderamento de tais cidadãos como sujeitos informados para a tomada de decisões políticas. Não acontece da mesma forma no caso da rede social *WhatsApp*, que se tornou profundamente arraigada na sociedade moderna e agora é parte integrante da vida de quase todos os usuários de *smartphones*.

Em Pelotas, as comunidades quilombolas colaboram por meio do grupo de *WhatsApp* “Fórum Permanente Quilombola”, que reúne mais de 100 pessoas de diversas regiões do Rio Grande do Sul. Entre elas estão gestores públicos, representantes de movimentos sociais negros e membros de instituições acadêmicas e de outras organizações que defendem a causa quilombola. O fórum funciona como uma plataforma vital para o diálogo, a disseminação de informações e o acesso aos direitos de cidadania. É um canal de divulgação de informações sobre editais de projetos, políticas afirmativas (como bolsas de estudo para jovens), eventos, feiras, legislações e outros assuntos pertinentes.

A acessibilidade da *internet* favorece a participação dos cidadãos quilombolas. O discurso proferido pela liderança quilombola do Alto do Caixão ilustra o potencial de formas híbridas de participação, abrangendo as modalidades presencial e *on-line*: “Eu até tenho bastante grupo que eu participo do grupo da comunidade: eu participo do grupo da mulher rural, desenvolvimento rural, porque eu faço um curso em Canguçu... Estou fazendo um curso do gestor também”. Além disso, o uso do *WhatsApp* não vem sempre acompanhado do compartilhamento

de informações fidedignas, razão pela qual há a necessidade de se promover a alfabetização digital em comunidades quilombolas, com o objetivo de garantir o exercício pleno do direito à comunicação e permitir que a comunicação popular se torne “mediadora das ações, das reivindicações, da cultura local, do reconhecimento social e das lutas para ampliar direitos” (ALMEIDA, 2017, p. 2).

O CGQ como espaço de controle social: tensões e desafios

A Constituição Federal reitera instâncias de participação e controle social, incluindo conferências, conselhos e comitês gestores (BRASIL, 1988). A criação do CGQ é um exemplo ilustrativo do fenômeno, visto que foi criado em resposta a uma necessidade comum identificada pelas comunidades quilombolas do município de Pelotas, conforme foi exemplificado pelo atual coordenador.

[...] Então, se teve essa ideia de formar esse CGQ, para se tratar de todas as necessidades que tinham as comunidades quilombolas de Pelotas, juntamente com todas as secretarias de Pelotas participando dentro deste comitê, para a gente poder levar as demandas direto às secretarias competentes (COORDENADOR DO CGQ).

Trata-se de um esforço organizado que tem mobilizado os quilombos de Pelotas para buscar o acesso e a garantia de direitos junto ao poder público, a partir de uma perspectiva coletiva e com respaldo constitucional. No passado, cada quilombo operava de forma independente, o que resultou em uma falta de conhecimento sobre as demandas específicas e as iniciativas existentes de cada quilombo, cuja situação foi transformada pelo CGQ.

[...] Uma coisa interessante que aconteceu é que as comunidades, cada uma fazia alguma coisa, não é? A gente não sabia o que a outra liderança estava fazendo e, no final, olha, a gente gastava energia à toa, não é? E, aí, com o comitê, a gente se uniu mais. E a gente conseguiu acessar várias coisas. É no

coletivo. **Juntos, a gente é mais forte** (MEMBRO DO CGQ) [*grifo nosso*].

Quando conseguimos lutar juntos pelos nossos quilombos, a gente conseguiu ser visto (COORDENADOR DO CGQ).

O CGQ identificou que um dos principais desafios no processo de constituição foi a falta de reconhecimento tanto das demandas quanto da própria população quilombola por parte das autoridades públicas. Assim, ficou evidente que o reconhecimento só poderia ser alcançado pelo coletivo, a partir de uma perspectiva de unidade que remete às características que Paulo Freire (2005) elencava para ações de caráter revolucionário e libertador. Características que incluem a formação da unidade, como mecanismo e força de transformação, que se desdobra em organização, o que, por sua vez, possibilita o movimento em direção a processos de natureza emancipatória, que podem ser observados na trajetória do CGQ. Uma vez obtido o reconhecimento, os relatos identificam um caminho mais direto para acessar os programas, serviços e benefícios disponíveis, bem como um vínculo direto entre as secretarias de governo e as comunidades, quando se identificou que as

[...] políticas públicas [...] começaram a discutir com a gente [...], direto com a gente. Então, chegava um recurso para as comunidades, a gente pegava e decidia entre nós, ali mesmo (MEMBRO DO CGQ).

Dentro desse comitê gestor quilombola, a gente viu que a gente junto [...] conseguiu benefícios. E, no fundo, todas as comunidades iam ser beneficiadas (COORDENADOR DO CGQ).

Para garantir a continuidade, uma das estratégias adotadas foi a de assegurar que as reuniões fossem realizadas de forma consistente, mesmo quando houvesse poucos participantes. Além disso, a questão do reconhecimento legal como garantia da existência de um órgão de controle social participativo foi mantida consistentemente na agenda, tendo em vista a preocupação de que a organização poderia deixar de existir caso ocorressem mudanças na gestão municipal.

A gente começou a ir para todas as reuniões. Pelo menos, alguém de cada quilombo (MEMBRO DO CGQ).

Foi uma das nossas cobranças perante a prefeitura, para a gente ser legalizado, para não ser extinguido. [...] Mesmo com três pessoas na reunião, a gente fazia todo mês, para isso não ser extinguido (COORDENADOR DO CGQ).

À luz das estratégias de resistência mencionadas e da estrutura organizacional, por intermédio do decreto municipal, houve o reconhecimento legal do comitê, o que garantiu, assim, sua existência e manutenção contínuas. Além disso, o decreto reconheceu legalmente as comunidades quilombolas no município de Pelotas. “Agora, a gente tem mais essa proteção. Antes, a gente não tinha, [porque] a qualquer momento [a prefeitura] poderia extinguir o Comitê. Antes, a gente era invisível aqui em Pelotas” (MEMBRO DO CGQ). A fala ilustra a importância que havia de manter uma atitude vigilante em relação à proteção dos direitos e ao reconhecimento das origens históricas dos quilombos. Era imperativo manter a consciência do contexto histórico dos direitos, uma vez que, “quando perdemos de vista a origem histórica de um direito, estamos preparados para perdê-lo” (MÉNDEZ, 2017, p. 33). Portanto, é fundamental não apenas destacar o CGQ e seu papel pioneiro, mas também contribuir para o registro escrito e histórico de seu estabelecimento como um mecanismo de controle social.

Apesar do reconhecimento legal, dos inúmeros avanços na efetivação de seus direitos, do apoio contínuo da Emater e da representação sistemática das Secretarias de Desenvolvimento Rural, Saúde e Educação, os desafios persistem. “A Secretaria de Assistência Social estava sempre presente nas reuniões do comitê. Nessa última reunião, mudou o secretariado e acabou que o secretário que estava lá nem sabia da existência do CGQ” (COORDENADOR DO CGQ). Assim, o CGQ eleva consistentemente suas demandas em relação à organização estrutural do município, o que constitui um posicionamento necessário para reiterar a razão de ser de sua existência e para ressaltar o caráter multifacetado de suas demandas, que dizem respeito às desigualdades sociais, à negação de direitos e à resistência histórica. Dentre as tensões e os desafios observados, alguns se destacam, tais como a distribuição desigual do poder, a diferença entre o tempo de fala do gestor público e o disponibilizado para os membros quilombolas e o fato de que nem todas as secretarias estão representadas nas reuniões, o que dificulta o atendimento de algumas demandas.

Para nós, é de suma importância que as secretarias estejam dentro das reuniões, porque não adianta a gente. Claro, adianta sim, mas, “entre aspas”, [não é a mesma coisa] a gente ir para a reunião com as demandas que a gente tem e a devida secretaria não está representada (COORDENADOR DO CGQ).

Do ponto de vista estratégico, o CGQ apresentou a proposta de realizar reuniões itinerantes mensalmente em diferentes secretarias. Alguns desafios surgiram, como a dificuldade de agendar reuniões simultâneas, o que fez os líderes e as lideranças quilombolas se reunirem no pátio da instituição para concluir a reunião, o que gerou sentimentos de desvalorização e indignação. Uma liderança quilombola declarou que “marcamos de um mês para o outro e fomos simplesmente deixados de lado”. Outra reunião foi considerada de maior importância, razão pela qual uma sala foi alocada para ela, de forma que foi ignorado o compromisso prévio com as comunidades quilombolas.

As demandas acolhidas pelo CGQ dizem também respeito a questões de saúde coletiva. Há carência de agentes comunitários de saúde, que, quando presentes, não dispõem dos veículos necessários para a realização de visitas domiciliares. Além disso, há escassez de médicos e dentistas nas unidades básicas de saúde, o que deixa as comunidades desassistidas. No campo da educação, os professores não têm as qualificações necessárias para lidar com casos de preconceito racial no ambiente educacional, o que constitui uma preocupação persistente, que surge com frequência durante os encontros. Cabe destacar que as reuniões do CGQ são conduzidas em um formato aberto, o que facilita o amplo envolvimento da comunidade e, assim, confere visibilidade a necessidades não atendidas.

Trata-se de um formato que permite o diálogo direto com os gerentes de diversas políticas intersetoriais, o que até então era inexistente. Consequentemente, os representantes das comunidades quilombolas são convidados a participar de outros espaços de controle social, como o Conselho Municipal de Saúde. A demanda mais significativa que, ao mesmo tempo, representa o maior desafio é a busca contínua pela titulação territorial. A territorialidade é indissociável da identidade, do pertencimento, dos valores, da cultura e da ancestralidade quilombola. Sem ela, há falta de segurança, motivo pelo qual a demanda é notadamente limitada por procedimentos burocráticos e institucionais que impedem o pleno acesso aos direitos de cidadania.

Considerações finais

Conclui-se que o acesso à informação promove a realização do direito à comunicação no CGQ, o que não garante necessariamente a efetivação do direito. Assim como todos os outros direitos (re)conquistados, o direito à comunicação torna-se um ponto de discórdia entre as autoridades públicas e as representações quilombolas. Em graus variados de acessibilidade e de reconhecimento, uma série de estratégias foi elaborada no município de Pelotas para garantir a tais cidadãos a igualdade perante a lei, assegurando que suas vozes sejam escutadas, seja por escrito, seja pela fala ou mesmo pela mídia. O papel da *internet* na “ambientalização digital” das demandas sociais e na articulação de grupos vulneráveis tornou-se uma questão de interesse público, que exige uma postura imediata por parte do Estado. O direito à comunicação, assim, é considerado um elemento crucial na busca de sociedades mais equitativas e inclusivas.

Referências

- ALMEIDA, Cristóvão Domingos. Mediação da comunicação e das práticas cotidianas na conquista da cidadania dos quilombolas. **Comunicologia**, v. 10, nº 1, p. 1-16, 2017.
- ARAUJO, Valmir Teixeira; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação popular e comunidades quilombolas. **Revista da ABPN**, v. 11, nº 29, p. 214-230, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Distrito Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BUCHWEITZ, Susanne et al. **Revelando os quilombos no Sul**: um novo olhar no diálogo e convivência com as diversas culturas que compõem o mosaico da agricultura familiar brasileira. Pelotas: Capa, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Comunicação e democracia. **Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 1, nº 2, p. 15-32, 2017.
- CINTRA, Fausto Gonçalves; VENTURA, Carla Aparecida Arena. O desenvolvimento no contexto da sociedade da informação e o acesso à internet como direito humano na ordem internacional. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 10, nº 2, p. 263-281, 2013.

COGOY, Eliana Mourgues; GROSSI, Patricia Krieger. Mulheres quilombolas e a comunicação pública: a (des)proteção social em territórios rurais e urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17 (2022). **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: Questão Social, Pandemia e Serviço Social: Em defesa da vida e de uma educação emancipadora.** Rio de Janeiro, 2022.

DAKROURY, Aliaa; HOFFMANN, Julia. Communication as a human right: A blind spot in communication research? **International Communication Gazette**, v. 72, nº 5, p. 315-322, 2010.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, v. 11, nº 1, p. 402-411, 2023.

DOS SANTOS, Anderlany Aragão et al. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, nº 3, p. 669-698, 2021.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, v. 18, p. 162-177, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Eu, nós... ELAS quilombolas: documentário sobre vacinação contra Covid-19 em quilombolas enquanto dispositivo antirracista. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, nº 3, p. 1-13, 2024.

GRIJÓ, Wesley Pereira. A questão quilombola na pesquisa em comunicação. **Comunicologia**, v. 9, nº 2, p. 33-51, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022: Pelotas (RS). Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>>. Acesso em: 23 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://>

agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao>. Acesso em: 23 set. 2024.

KOÇOUSKI, Marina. “Comunicação pública: construindo um conceito”. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KROEFF, Denise Reif et al. **Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEAPI; DDPa, 2023.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LIMA, Marisvaldo Silva. Ativismo quilombola: a comunicação dos atingidos pela base espacial em defesa do território étnico de Alcântara/MA. **Revista Eptic**, v. 26, nº 1, p. 94-108, 2024.

LOECK, Robson B. Organização dos quilombolas em Pelotas. **Terra & Campo**, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://jornalterraecampo.com.br/noticias/noticia/organizacao-dos-quilombolas-em-pelotas>>. Acesso em: 22 set. 2024.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. **Dicionário de história de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: UFPel, 2017.

LOPES, Ivonete da Silva; CAETANO, Lindemberg Ribeiro; CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, nº 3, p. 28-48, 2022.

MATOS, Heloísa. Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil. **Revista Comunicações e Artes**, v. 17, nº 30, p. 22-30, 1997.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, nº 1, p. 33-49, 2009.

MEDEIROS, Armando; CHIRNEV, Lilian. **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MÉNDEZ, Emílio Garcia. A criação e seus direitos na América Latina: quando o passado ameaça o futuro. In: CRAIDY, Carmem Maria;

SZUCHMAN, Karine. **Socioeducação**: fundamentos e práticas. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 33-43.

MIRANDA, R. da Silva et al. Compartilhando saberes e aprendizados: uma parceria da Emater/RS-Ascar com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos da PUCRS. In: GROSSI, Patrícia Krieger et al. (orgs.). **Mulheres quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas**. Porto Alegre: Faith, 2021, p. 127-151.

MONQUELAT, Adão Fernando. **Pelotas dos excluídos**: subsídios para uma história do cotidiano. Pelotas, RS: Livraria Mundial, 2014.

NAGEL-HULLEN, Angélica Cristina. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 6, nº 11, p. 213-227, 2018.

NAPOLITANO, Carlo José. Propriedade cruzada das mídias e o exercício do direito à comunicação e da cidadania. **Revista Gestão e Secretariado**, v. 15, nº 1, p. 320-333, 2024.

NUNES, Juliana César; MOURA, Dione Oliveira. Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos. **Matrizes**, v. 10, p. 203-216, 2016.

PELOTAS. **Decreto nº 6.715, de 14 de abril de 2023**. Institui o Comitê Gestor Quilombola no Município de Pelotas e dá outras providências. Pelotas, 2023a. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/0jamg>>. Acesso em: 23 set. 2024.

PELOTAS. **Decreto nº 6.736, de 22 de maio de 2023**. Altera o Decreto Municipal nº 6.715, de 14 de abril de 2023, que institui o Comitê Gestor Quilombola no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, 2023b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/0kmlw>>. Acesso em: 23 set. 2024.

PIOVESAN, Flávia; QUIXADÁ, Letícia. Internet, direitos humanos e sistemas de justiça. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 116, nº 26, p. 133-153, 2019.

POLLICINO, Oreste. Right to internet access: Quid Iuris? In: ARNAULD, Andreas von; DECKEN, Kerstin von der; SUSI, Mart. **The Cambridge handbook on new human rights. Recognition, novelty, rhetoric**. Cambridge University Press, 2019.

ROCHA, Miguel Sávio Ávila da. **Contribuições do processo estrutural à educação escolar de quilombolas**. Londrina/PR: Thoth, 2024.

SGOTI, Silmara de Mattos. **A comunicação comunitária dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal** (2016). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Vanessa. A 40 anos do relatório MacBride, qual seu legado para a construção de uma comunicação decolonial na América do Sul? In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 32 (2019). **Actas del XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Lima: Perú, 2019.

TOMALTY, Jesse. Is there a human right to internet access? **Philosophy Now**, v. 118, p. 6-8, 2017.

WEBER, Maria H.; COELHO, Maria P.; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Comunicação pública e política: pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento de métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Educomunicação: caminhos de transformação nas práticas e políticas sociais

Educommunication: paths for transformation in social practices and policies
Educomunicación: caminos de transformación en prácticas y políticas sociales

Ismar de Oliveira Soares¹

<https://orcid.org/0000-0002-3547-4789>

Michele Marques Pereira²

<https://orcid.org/0000-0002-7096-4804>

Daniele Próspero³

<https://orcid.org/0000-0002-3472-1776>

1 Jornalista. Doutor (1986) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado (2000) pela Marquette University (Milwaukee, WI/USA). Professor titular sênior da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Fundador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7611768706433230>>. *E-mail*: <ismardeoliveira.soares@gmail.com>.

2 Educomunicadora. Doutoranda e mestra em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi. Especialista em Educomunicação, Comunicação, Mídias e Educação pela ECA/USP. Integrante do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Diretora de Assuntos Profissionais e Formação Continuada da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0864331278191849>>. *E-mail*: <michelemarquesp@gmail.com>.

3 Jornalista. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-graduada em Jornalismo Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Educação Comunitária pela Universidade Anhembi Morumbi. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Sócia-fundadora e membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2276851292197788>>. *E-mail*: <danieleprospero@gmail.com>.

Recebido em: 20/09/2024

Aprovado em: 18/10/2024

Resumo: O artigo apresenta a Educomunicação e sua relação intrínseca enquanto conceito e práxis social presente nas políticas públicas, nas organizações governamentais, na sociedade civil e nas práticas de comunicação e educação popular. O objetivo é trazer parte da história e compartilhar experiências que demonstram a Educomunicação como caminho para ações e políticas que objetivem a transformação social. Com uma metodologia qualitativa, que integra elementos históricos, teóricos e práticos, tecemos uma colcha com iniciativas educacionais, que transcendem o uso instrumental da comunicação, ampliando a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos em tais ações. A partir do referido resgate, destaca-se que a fala e a escuta atenta, o senso comunitário, a educação transversal e a liberdade de expressão, inerentes à práxis educacional, garantem a legitimação do conceito, fortalecendo a Educomunicação enquanto campo que promove a mobilização e a transformação social em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Palavras-chave: Educomunicação; políticas públicas; políticas sociais; transformação social; educador.

Abstract: The article presents Educommunication and its intrinsic relationship as a concept and social praxis present in public policies, government organizations, civil society and in popular communication and education practices. The aim is to provide some history and share experiences that demonstrate Educommunication as a path for actions and policies aimed at social transformation. Using a qualitative methodology that integrates historical, theoretical and practical elements, we have woven a quilt of educational initiatives that transcend the instrumental use of communication, broadening the critical reading of the world, effective participation and protagonism of the subjects involved in these actions. From this rescue, it is clear that speech and attentive listening, a sense of community, transversal education and freedom of expression, inherent to educational praxis, guarantee the legitimacy of the concept, strengthening Educommunication as a field that promotes mobilization and social transformation in favour of exercising citizenship, democracy and guaranteeing rights.

Keywords: Educommunication; public policies; social policies; social transformation; educommunicator.

Resumen: El artículo presenta la Educomunicación y su relación intrínseca como concepto y praxis social presente en políticas públicas, organizaciones gubernamentales, sociedad civil y prácticas populares de comunicación y educación. El objetivo es proporcionar algunos antecedentes y compartir experiencias que demuestran la Educomunicación como camino para acciones y políticas orientadas a la transformación social. Utilizando una metodología cualitativa que integra elementos históricos, teóricos y prácticos, hemos tejido una colcha de iniciativas educomunicativas que trascienden el uso instrumental de la comunicación, ampliando la lectura crítica del mundo y la participación efectiva y el protagonismo de los sujetos involucrados en estas acciones. A partir de este rescate, queda claro que la palabra y la escucha atenta, el sentido de comunidad, la educación transversal y la libertad de expresión, inherentes a la praxis educomunicativa, garantizan la legitimidad del concepto, fortaleciendo la Educomunicación como un campo que promueve la movilización y la transformación social a favor del ejercicio de la ciudadanía, de la democracia y de la garantía de los derechos.

Palabras clave: Educomunicación; políticas públicas; políticas sociales; transformación social; educommunicator.

Introdução

Com raízes latino-americanas, a Educomunicação emerge como uma práxis social na interface entre a Comunicação e a Educação, atuando nos *ecossistemas comunicativos* em contextos educativos, buscando amplificar e promover a dialogicidade, o protagonismo cidadão, a participação ativa, o exercício da cidadania, a transformação social humanizada, a leitura crítica de mundo e a produção coletiva em rede e criativa. Como se fala no campo, a Educomunicação é “fazer com”.

O artigo objetiva apresentar parte da história, conceitos e experiências que foram construindo o paradigma da Educomunicação, apontando sua relação intrínseca com as ações e políticas sociais. Em uma sociedade em vias de questionamentos e perdas crescentes de

direitos sociais, urge fortalecer práticas que contribuam para o engajamento e o protagonismo do povo frente à luta por suas pautas, por sua dignidade e por seus direitos, com um fortalecimento que seja centrado na valorização dos conhecimentos, na cultura popular e na preservação dos povos e de suas comunidades. É nesse contexto da luta e do movimento por uma Comunicação/Educação libertária e transformadora que a Educomunicação se constitui e que aqui se apresenta.

Iniciamos com um breve contexto histórico, que revela parte das práticas e dos conceitos que foram conformando o ambiente no qual a Educomunicação se constitui. Seguimos pautando uma pesquisa-perfil, realizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), que identifica e semantiza a Educomunicação enquanto paradigma na interface Comunicação/Educação. O NCE passou a desenvolver formações que vão se espalhando pelo Brasil afora e que contribuem para consolidar o conceito e a prática educacional.

Apresentamos exemplos do espalhamento da Educomunicação nas políticas públicas e em ações e organizações da sociedade civil, especialmente nas áreas de educação, comunicação, meio ambiente, cultura, saúde e assistência social. Com o fio condutor da natureza intrínseca do caráter social dos conceitos e das práticas educacionais, concluímos o artigo ressaltando a potencialidade do campo para a efetiva mobilização e transformação nas práticas e políticas sociais, em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Educomunicação: a legitimação de um conceito

Quando nós nos referimos à Educomunicação, falamos a partir de um lugar de raízes latino-americanas e de um sentido específico que começou a ser empregado com a semantização do termo, proposta pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), que, ao analisar práticas sociais e educativas geradas na inter-relação entre a Comunicação e a Educação, identificou a emergência de um novo campo de conhecimento e de práticas sociais (SOARES, 1999).

O conceito ganhou legitimidade ao longo das duas últimas décadas, tanto assim que, em julho de 2021, a Academia Brasileira de

Letras (ABL) adotou o neologismo como uma nova palavra no léxico da língua portuguesa, a ele atribuindo a definição proposta pelo próprio NCE-ECA/USP, conforme descrevemos a seguir.

O conjunto de conhecimentos e ações que visam a desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e pelos recursos da comunicação, das artes e das tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.⁴

O processo de semantização do conceito de Educomunicação ocorreu entre 1997 e 1998, período em que o NCE-ECA/USP observou as atividades e experiências oriundas da interface entre Comunicação e Educação, bem como o perfil de profissionais e pesquisadores que nela atuavam em 12 países da América Latina e da Península Ibérica, cujas perspectivas, somadas a dados coletados em eventos sobre o tema realizados na região, apontaram evidências de que um novo campo de conhecimento ganhava densidade, merecendo ser reconhecido (SOARES, 1999).

Na verdade, as práticas observadas pela pesquisa eram de dois âmbitos: (I) as práticas de educação crítica frente aos meios de comunicação social; e (II) o uso dos recursos da comunicação pelos movimentos populares em suas lutas pela sobrevivência e pelos direitos humanos e sociais. No primeiro âmbito, a pesquisa detectou um nítido caráter sociopolítico nos trabalhos voltados para uma formação crítica dos receptores midiáticos, levando em conta que tais ações se contrapunham à concentração de poder nas mãos dos controladores dos veículos de informação, especialmente daqueles com base nos países ricos do Norte global.

A visão denunciante das primeiras experiências de educação para os meios, em vigor no início da segunda metade do século XX, foi sendo revista a partir da década de 1980, com as contribuições trazidas ao tema

4 Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educunicacao>>. Acesso em: 14 set. 2024. Sugerimos também cf. o conceito debatido em nível latino-americano na obra de Soares (2009).

por Jesus Martín-Barbero (1987). O autor apresentou aos estudiosos do continente a denominada *teoria das mediações*, com a qual questiona o poder manipulatório dos veículos de informação, levando em conta os múltiplos contextos culturais vividos pelas pessoas e pelos grupos humanos e criando referências capazes de competir com a influência direta do sistema midiático. Segundo Martín-Barbero (2014), seria plenamente possível ao sistema educativo entender e reconstruir os *ecossistemas comunicativos* considerando as interações dadas e tendo como ponto de partida os conjuntos de linguagens, narrativas e representações com as quais convivemos em nosso cotidiano. O importante passava a ser o esforço para identificar a natureza dos processos comunicativos e os caminhos para analisá-los, de forma a oferecer respostas adequadas aos desafios encontrados.

Já no âmbito das práticas, a pesquisa constatou que, simultaneamente ao esforço defensivo frente ao sistema midiático (leitura crítica dos meios), a proposta latino-americana na interface Comunicação/Educação incluía uma perspectiva propositiva: a promoção de um novo tipo de comunicação a serviço da cidadania, como veremos a seguir.

Educomunicação: a construção de um paradigma

Em meados do século XX, o tipo de produção comunicativa implementada pelo Movimento Popular na América-Latina era conhecido como *comunicação de resistência*. Corresponhia aos esforços de se fazer uso dos recursos da informação, especialmente do rádio e dos meios impressos de baixo custo, para a defesa das causas de interesse das classes subalternas. Aplicada à Educação, tal modalidade alternativa tinha como inspiradores personalidades como Célestin Freinet (1896-1966), Paulo Freire (1925-1997) e Mário Kaplún (1923-1998).

Freinet (1977) defendia que o empoderamento comunicativo dos jovens deveria dar-se já no ensino básico. Enquanto docente numa escola francesa, o especialista pontuava que a educação deveria, em si mesma, ser entendida como sinônimo de uma expressão que deveria ocorrer a partir de interlocutores, por meio do uso de recursos adequados às necessidades do processo formativo. No caso, defendeu mais especificamente o uso do jornal nas escolas como uma forma para as crianças se reconhecerem enquanto sujeitos produtores de conhecimento e influenciadores de seus espaços.

Já Paulo Freire ultrapassou essa linha, convertendo-se no maior inspirador das práticas alternativas de comunicação no espaço educativo. Em sua obra: “*Comunicação ou Extensão?*”, publicada originalmente em 1968, Freire (2017) criticava fortemente a concepção da educação extensionista, que vê o conhecimento como matéria a ser depositada ou transferida aos educandos, prática que denominou de “educação bancária”. Para ele, o homem deve ser visto como um *ser-em-situação*, um ser da práxis reflexão/ação, marcado por suas ações em relação com o mundo e que constrói seu conhecimento nessa inter-relação. É pela leitura crítica do mundo que o cerca que o sujeito aperfeiçoa seu olhar e seus conhecimentos sobre as relações sociais nas quais está imerso, fato que possibilita seu envolvimento com a transformação social, cuja ação nasce do diálogo entre os sujeitos de forma respeitosa e não invasora ou manipuladora.

As ações educomunicativas se inspiram no aporte de Paulo Freire sobre a natureza de um diálogo centrado nas realidades e perspectivas dos sujeitos integrantes dos processos educativos e comunicativos, permitindo que eles se expressem, sejam escutados e transformem seus conhecimentos e suas realidades. Nesse sentido, a Educomunicação busca não apenas ensinar o manejo de ferramentas midiáticas, mas capacitar os sujeitos a refletir criticamente, em comunidade, sobre os meios e suas mensagens, com vistas à emancipação e ao desenvolvimento de práticas comunicativas que favoreçam a resolução de problemas comuns.

Finalmente, Mário Kaplún (1999), atuando em países como Argentina, Venezuela e Uruguai, trabalhou com o conceito de *comunicação educativa*. Segundo o autor, enquanto prática interdisciplinar, a comunicação educativa leva a uma “leitura da pedagogia a partir da comunicação” e a uma “análise da comunicação a partir da pedagogia”. Em termos programáticos, o autor trouxe a ideia de uma comunicação participativa, que se estende para além do emprego das mídias e tecnologias da informação, ressaltando a importância das múltiplas expressões comunicativas nos processos educativos e da participação efetiva dos sujeitos envolvidos como meio para uma educação engajada, representativa e em diálogo com a realidade.

Ao se articularem os pensamentos de Célestin Freinet, Paulo Freire, Mário Kaplún e Martín-Barbero com os resultados das pesquisas realizadas pelo NCE-USP, percebeu-se que a Educomunicação emerge como uma prática social profundamente comprometida com a

construção de ecossistemas comunicativos inclusivos e transformadores, cujas bases comprometem seus agentes com a emancipação social e o desenvolvimento de uma cultura de diálogo e participação.

Políticas públicas e ações privadas: a Educomunicação na interseção entre Educação, Meio Ambiente e Assistência Social

Responsável – como vimos – pela sistematização teórica da prática educ comunicativa no Brasil, o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP passou, igualmente, a se envolver em ações de extensão universitária destinadas a atender a demandas pela aplicação do conceito que começaram a aparecer no cenário nacional, logo no início do século XXI, em áreas como educação, sustentabilidade, saúde e assistência social.

Um dos primeiros projetos implementados pelo Núcleo da USP foi o *Educom.Rádio*, voltado a capacitar estudantes e professores da rede pública de educação da cidade de São Paulo para a prevenção contra a violência nas escolas, mediante a criação e gestão comunitária de rádios estudantis. Foram criados espaços onde crianças e jovens podiam se expressar, ser ouvidos e dialogar entre si e com a comunidade. Tais processos contavam com a fundamental mediação dos professores e gestores escolares. Entre 2001 e 2004, foram formados 8.636 participantes e equipamentos de rádio foram enviados às escolas como suporte pedagógico. A iniciativa foi acolhida pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2004, por meio da Lei nº 13.491, com o título *Educomunicação pelas Ondas do Rádio*, que instituiu a permanência dos fundamentos da Educomunicação na rede pública de educação. Em decorrência do volume de atividades educ comunicativas na rede de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo instituiu um *Núcleo de Educomunicação*, que, além de dar suporte para programas como o *Imprensa Jovem*, responsável por criar e manter, nas escolas, agências estudantis de notícias, passou a oferecer formação continuada aos professores, estudantes e gestores da rede, chegando a abrir, anualmente, mais de duas mil vagas para cursos presenciais e a distância (ALVES, 2007).

Ainda no campo das políticas públicas, outra formação oferecida pelo Núcleo da USP foi um programa voltado para o audiovisual na educação, denominado *Educom.TV*, destinado a capacitar professores da

rede pública do Estado de São Paulo para a análise de produtos audiovisuais e sua utilização de forma democrático-participativa. A formação semipresencial envolveu mais de 2.500 professores, atendidos por um ambiente colaborativo de aprendizagem, ao qual se somaram encontros presenciais para grupos de 500 cursistas. A mediação realizada pelos tutores educadores criou espaços e pontes para que a formação fosse dialógica, participativa e acolhedora, de modo que pudesse repercutir em todo o estado – ao longo dos anos subsequentes – nas atitudes e nos programas dos professores formados (MACHADO, 2009).

Na interface entre políticas públicas e ações sociais, outro programa educacional que foi instituído nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi o *Educom.Rádio Centro-Oeste*. Inspirado no exitoso *Educom.Rádio* de São Paulo, o projeto beneficiou, entre 2003 e 2006, um total de 70 escolas estaduais de ensino médio. Realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o projeto ofereceu, aos 2.800 participantes, subsídios teóricos para a compreensão da natureza do fenômeno comunicativo na sociedade da informação, além de ampliar as habilidades de expressão dos participantes, das equipes de estudantes e dos membros das comunidades com os quais passariam a trabalhar. O projeto colaborou para que os cursistas adquirissem capacidades voltadas para o campo do planejamento, da implementação e da avaliação de projetos educacionais por meio da linguagem radiofônica. O *Educom.Rádio Centro-Oeste* teve, dentre seus desdobramentos, uma experiência impactante com os jovens da comunidade indígena xavante, em Sangradouro (MT), que criaram uma rádio local focada na preservação de suas culturas (SCHADT, 2022).

Outra área na qual a Educação vem se desdobrando é a Socioambiental, ao ser incorporada, a partir de 2005, ao Programa Nacional de Educação Ambiental (proNEA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Patrícia Zimermann (2019) expõe que o Governo Federal, já em 2004, diante de índices alarmantes de desmatamento na Amazônia e do cerrado, mobilizou uma rede de pesquisadores, agentes e educadores ambientais para dar um impulso à educação ambiental no Brasil. A meta pretendida era a de facilitar a criação de espaços interativos e democráticos que permitissem à sociedade gerar e compartilhar conhecimento, utilizando a comunicação ambiental como meio para promover a sustentabilidade. A decisão do MMA levou a equipe de seus técnicos a um contato com o NCE-USP, o que permitiu que as

reflexões realizadas pelos pesquisadores da USP sobre a Educomunicação fossem compartilhadas com os gestores da educação ambiental em nível nacional, de cujo diálogo surgiu o conceito de *Educomunicação Socioambiental*. A partir de uma perspectiva democrática e participativa, a Educomunicação Socioambiental passou a integrar diversos setores da sociedade, criando redes colaborativas, que fortalecem a formação ambiental, o diálogo e a produção de conhecimento sobre a preservação do meio ambiente, como ocorreu, a título de exemplo, com o *Projeto Babitonga Ativa* no litoral de Santa Catarina (ZIMERMANN, 2019).

Seguindo no compartilhamento de projetos educacionais, o NCE-ECA/USP viu-se frente a uma proposta, de caráter nacional, de integrar práticas educacionais ao denominado *Programa Mais Educação*. Realizado de 2007 a 2016, a proposta formativa do Ministério da Educação (MEC) tinha como estratégia incentivar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral, ou seja, aquela em que se reconhece o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens nas suas múltiplas dimensões (social, cognitiva, cultural, física etc.).

Dentre as iniciativas desenvolvidas pelas escolas – denominadas *macrocampos* – estava a área de *comunicação e uso de mídias*, que se pautou no conceito da Educomunicação como referencial teórico e de sustentação metodológica, a fim de fortalecer a participação ativa dos estudantes. No macrocampo, estudantes desenvolveram projetos de jornal, rádio, vídeo, fotografia e história em quadrinhos. Em levantamento realizado, no ano de 2008, cerca de 73 mil estudantes participavam das atividades no macrocampo. Já em 2011, o número havia chegado a mais de 830 mil estudantes (PRÓSPERO, 2013).

As conquistas do *Mais Educação* inspiraram a criação de outras políticas públicas voltadas para a educação integral, consolidando a ideia de uma formação ampla e contextualizada, como é o caso do *Programa São Paulo Integral*. Implementado a partir de 2015 na cidade de São Paulo, o programa tem como objetivo expandir tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem para crianças, adolescentes e jovens, valorizando suas vivências e ampliando o acesso a diferentes linguagens e conhecimentos. A Educomunicação – inserida no programa por meio do *Território do Saber: Educomunicação, Oralidade e Novas Linguagens* – desempenha um papel fundamental, ao estimular o protagonismo juvenil e o uso de tecnologias de comunicação (PRÓSPERO, 2017).

Em 2018, a Educomunicação, que já havia sido trabalhada junto a jovens indígenas residentes no Parque do Jaraguá, em São Paulo, no contexto do *Projeto Educom.Rádio*, chegou formalmente ao espaço da cultura indígena, por meio do *Projeto Educom.Guarani*. O programa surgiu com o objetivo de capacitar docentes indígenas na língua e cultura guarani, abrangendo diversas variantes do idioma falado pelos povos da etnia no Oeste do Paraná. Em colaboração com universidades locais – a Unila e a Unioeste –, a proposta focou na elaboração de materiais didáticos para a educação nas escolas das aldeias (tekohas), incorporando ferramentas da Educomunicação, como gravações de aulas e cerimônias, às quais se somou a formação dos próprios guaranis para o uso de recursos audiovisuais. Oficinas de rádio, fotografia e vídeo foram realizadas, promovendo o protagonismo e a expressão cultural dos avá-guaranis.⁵

A série de programas “pontocom” ganhou uma nova integrante, em 2019, com a implementação do *Educom.Saúde-SP*, que nasceu como resultado da parceria entre a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e o NCE, com o apoio do Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa (Fesima). O programa buscou na Educomunicação um caminho para atender à necessidade de melhorar a comunicação entre os agentes de saúde e a população no enfrentamento de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, especialmente a dengue.

A ação capacitou para a práxis educacional um total de 800 profissionais de saúde de todo o Estado de São Paulo, oferecendo formação híbrida e envolvendo a comunidade na produção e disseminação de conhecimento. A formação incluiu oficinas práticas sobre linguagens midiáticas e teve impacto significativo, pois muitos profissionais descobriram o potencial dos meios digitais e da comunicação participativa. Os agentes de saúde, orientados e incentivados por seus tutores educadores, realizaram projetos da Educomunicação na Saúde, escutando as demandas das comunidades e envolvendo-as diretamente nas ações de comunicação e política pública (SOARES; VIANA; FERREIRA, 2021).

Ainda no espaço público, vamos encontrar a prática educacional sendo levada para a área da Cultura, ao longo dos anos de 2023 e 2024, pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a

5

Disponível em: <<https://www.educomguarani.com/o-projeto>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O programa tem o título de *Caminhos das Águas: trilhas formativas para fortalecer saberes e fazeres*. Sua meta é realizar formações para apoiar artistas-educadores, mestres de cultura e demais fazedores culturais em comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas em todo o Brasil.

O projeto é realizado por meio do *Programa Olhos d'Água* e conta com o apoio da Fundação Uniselva e da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). A ação formativa é denominada de *Educação dos sentidos para fazer sentidos*, tendo como foco as comunidades às margens de rios e nas chapadas brasileiras, aproximando cultura, arte e natureza, como elo fundamental para a educação ambiental, fortalecendo o protagonismo das comunidades como agentes de transformação social.

A iniciativa do Ministério da Cultura mostra que a integração da Educomunicação nas políticas públicas tem se apresentado como um caminho estratégico e transformador, consolidando-se como um eixo para o desenvolvimento social. Ao conectar Educação, Meio Ambiente, Saúde e Cultura, a abordagem fortalece o protagonismo social, impulsiona a participação cidadã e promove a construção coletiva de conhecimento.

Iniciativas como o *Educom.Rádio*, o *Programa São Paulo Integral*, *Educom.Saúde*, *Educom.Guarani*, dentre tantas outras ações que têm sido promovidas Brasil afora, ilustram o potencial da Educomunicação em criar espaços de diálogo e ações comunitárias que priorizem a comunicação participativa. O desafio agora é expandir tais experiências e garantir que mais comunidades se beneficiem de ações que contribuam para uma sociedade mais justa, democrática e consciente de seu papel no desenvolvimento sustentável.

Ações educacionais de caráter social

As ações educacionais que ocorrem fora do âmbito governamental e são desenvolvidas, principalmente, por organizações da sociedade civil (OSC) têm se destacado por seu impacto direto nas comunidades, garantindo o direito à comunicação, imprescindível para a efetivação dos demais direitos.

Como destaca Cicilia Peruzzo (2011, p. 40), na sociedade contemporânea, o direito à comunicação inclui o direito ao poder de comunicar,

ou seja, que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Além disso, a comunicação é imprescindível para os movimentos sociais, sendo, ela própria, o fator de coordenação de ações e de mobilização. Isso porque, como explicam Toro e Wernek (2004, p. 14),

a mobilização social é um ato de comunicação, pois falamos de interpretações e sentidos compartilhados, ou seja, ela não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações.

Iniciativas em tal âmbito se tornam fundamentais para superar os desafios presentes e, mais do que isso, garantir que sejam, de fato, colocadas em voga as vozes, as visões de mundo e as narrativas de diferentes atores e atrizes que buscam promover transformações sociais significativas na sociedade.

A seguir, trazemos uma série de projetos que mobilizam e fomentam o diálogo e o aprendizado em comunidades invisibilizadas. O primeiro é uma iniciativa de comunicação multiplataforma capitaneada por uma revista denominada *Casa Comum*,⁶ de periodicidade trimestral, que traz uma diversidade de atores do campo socioambiental para a própria elaboração das reportagens, das matérias e dos artigos, adotando um processo compartilhado e colaborativo de gestão e produção para a revista impressa e os demais canais digitais, incluindo as redes sociais e os produtos audiovisuais. Criada em 2022, a proposta objetiva articular e convergir as ações e agendas de incidência política de organizações, coletivos e redes que atuam em defesa dos direitos humanos e ambientais.

A partir da 4ª edição, a revista impressa passou a contar com a parceria da ABPEducom para a criação do roteiro formativo *Trilha de Saberes*. O material é direcionado a educadores para que possam explorar todo o conteúdo da revista em momentos de encontros, rodas de conversas e formações.

6 Com o lema: “*Cuidar de si, do outro e do planeta*”, a revista é uma iniciativa de comunicação da organização Sefras – Ação Social Franciscana, com coordenação editorial do Estúdio Cais – Projetos de Interesse Público. A revista e a Trilha de Saberes estão disponíveis em: <www.revistacasacomum.com.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

A metodologia educucomunicativa adotada na *Trilha de Saberes* garante um processo formativo baseado no diálogo, na construção colaborativa de conhecimento e em ações práticas de intervenção social. Os conteúdos da 8ª edição da *Revista Casa Comum* e da *Trilha de Saberes*, com o objetivo de aprofundar o tema da democracia no País, se tornou, inclusive, a base do curso *Mutirão pela Democracia*, que chegou a contar com mil pessoas no primeiro semestre de 2024, para que elas se tornassem multiplicadoras da metodologia educucomunicativa em seus territórios.

Outras organizações, como a *Viração Educomunicação*, que completou 20 anos de existência, também têm atuado para garantir o envolvimento de jovens em atividades de mídia participativa, promovendo uma conscientização crítica sobre direitos humanos e cidadania. Uma das ações da *Viração*,⁷ por exemplo, é a Escola de Cidadania para Adolescentes (ECA),⁸ implementada nas cidades de São Paulo, Belém – em parceria com o Instituto Universidade Popular (UNIPOP) –, e Recife – em parceria com a *Auçuba: Comunicação e Educação*. Nas formações, os jovens discutem sobre democracia, participação cidadã e direitos humanos, além de realizar oficinas técnicas que mobilizam a elaboração e a implementação de ações de intervenção comunitária.

Há diversas outras iniciativas pelo País que utilizam a comunicação para ampliar o acesso à informação e fortalecer as vozes das periferias urbanas. Segundo Neusa Ribeiro (2000), a capacitação de jovens moradores de comunidades populares para o uso de recursos comunicacionais aparece como alternativa para atuar sobre problemas identificados localmente, de modo a levá-los a assumir sua realidade e sua capacidade para transformá-la. É um meio encontrado para que se crie na comunidade o hábito de comunicar-se de fato, em seu sentido mais amplo: trocar experiências e crescer com elas. Assim, é possível colocar a comunicação que se faz com grupos populares a serviço do desenvolvimento local.

Dentre tais iniciativas, está o projeto *Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha*, realizado pelo Centro de Criação de Imagem Popular (CE-CIP),⁹ no Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), que envolve estudantes em oficinas de comunicação comunitária com enfoque em saúde integral. Após as formações, a proposta é que os

7

Para saber mais sobre a *Viração Educomunicação*, cf.: <<https://viracao.org/>>.

8

Para saber mais sobre a Escola de Cidadania para Adolescentes, cf.: <<https://escoladecidadania.org.br/>>.

9

Para saber mais, cf.: <<https://cecip.org.br/>>.

jovens produzam conteúdos relevantes, atuando como multiplicadores de informação de qualidade na comunidade. Outro exemplo é a *Énois*,¹⁰ organização fundada em 2009, a partir do projeto Escola de Jornalismo (EJ), que já formou mais de 500 jornalistas, jovens da periferia, além de mais de quatro mil estudantes na Escola de Jornalismo *on-line*.

Já no campo socioambiental, há iniciativas que buscam a implementação de projetos educativos de saúde planetária na perspectiva da Educomunicação, como o Clube Brasil de Saúde Planetária,¹¹ desenvolvido na região de Lins e Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, que engaja estudantes em ações de preservação ambiental.

No Norte e Nordeste do Brasil, encontramos projetos como o *Teia Cabocla* e o *Meninada da TV Casa Grande*. O *Teia Cabocla* atua como uma plataforma colaborativa de mobilização, formação e apoio aos coletivos juvenis nas comunidades do Oeste paraense e de outros atores da região, sendo apoiada pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA).¹² Já o *Meninada da TV Casa Grande* é um projeto da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri,¹³ localizada em Nova Olinda, no Ceará, que inclui visitas mediadas, oficinas e diálogos. São iniciativas assim que reforçam a importância da Educomunicação em regiões de difícil acesso, onde a produção de mídia local fortalece a identidade cultural das comunidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas) e o engajamento social.

O que se percebe é que a participação no processo de produção da comunicação traz resultados também para a ampliação da cidadania dos sujeitos envolvidos. Como bem destaca Peruzzo (2011), os referidos meios de comunicação contribuem duplamente para a construção da cidadania, tanto por seu potencial educativo como processo quanto também pelo conteúdo das mensagens que transmitem.

Os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se

10 Para saber mais, cf.: <<https://enoisconteudo.com.br/>>.

11 Para saber mais, cf.: <<https://www.instagram.com/csplins/>>.

12 Para saber mais, cf.: <<https://saudeealegria.org.br/>>.

13 Para saber mais, cf.: <<https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>>.

com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa (PERUZZO, 2011, p. 36).

Colocar as pessoas como centrais nos processos de conhecimento e comunicação favorece o engajamento social e o exercício da cidadania, o que é fundamental para a garantia de direitos.

Mobilização e estudos na assistência social

Como exposto anteriormente, na interface entre políticas públicas e a população, a comunicação é um fator central para o atendimento às necessidades básicas das pessoas. De acordo com Kênia Figueiredo (2016), a comunicação na assistência social, quando utilizada de forma a otimizar suas potencialidades, pode fomentar a cidadania e o protagonismo social dos usuários do sistema, ampliando o entendimento dos seus direitos e promovendo uma maior participação do cidadão.

A Educomunicação é uma das estratégias possíveis para uma comunicação pública efetiva que contribua para a formação crítica e a participação ativa dos sujeitos que circundam as políticas de assistência social. Estudos e iniciativas têm destacado o papel da comunicação participativa no fortalecimento das redes de apoio social, especialmente em contextos vulneráveis. Uma dessas iniciativas ocorreu em Curitiba, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),¹⁴ onde foram realizadas ações educacionais voltadas para a inclusão social.

Costa e Gomes (2014) acompanharam dois grupos que realizavam projetos educacionais em duas unidades do CRAS localizadas em bairros periféricos de Curitiba. Foram oferecidas oficinas educacionais para jovens e crianças atendidas pelos CRAS, com o objetivo de promover trocas culturais, acesso à informação e participação cidadã.

A formação propunha atividades de escuta, fala, reflexão e produção a partir de vídeos, fotografias e exposições. Na oficina, que contou com uma mediação alinhada aos preceitos educacionais, os resultados da formação geraram engajamento, participação ativa, afetiva e criativa entre as crianças, os jovens e os educadores. Inclusive, tal oficina teve um aumento de participantes da turma, que

14 As unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma política pública de assistência social nacional que tem como objetivo assegurar a proteção e os direitos sociais a pessoas em situação de vulnerabilidade.

dobrou de tamanho, além de uma conclusão exitosa das ações propostas. As crianças e os jovens relataram que estreitaram seus laços de respeito e amizade ao longo das atividades. Na oficina, cuja mediação das atividades foi realizada de forma vertical e não alinhada aos conceitos e às práticas educacionais, houve a redução do número de participantes e poucas oportunidades de diálogo, exposição de ideias, sentimentos e opiniões, o que levou à suspensão das atividades, pois os jovens alegaram não se sentir à vontade para falar. Experiências como a citada demonstram tanto a potência das práticas educacionais quanto a importância do papel do educador enquanto mediador das práticas (COSTA; GOMES, 2014).

Fortalecer vínculos afetivos e sociais contribui para criar uma teia de sentidos, engajamento e sensação de pertencimento em ações comunitárias, uma vez que constitui uma dimensão afetiva, que faz parte das práticas educacionais e que é estabelecida a partir da dialogicidade e das relações horizontais, respeitadas e democráticas.

No caminho de promover ações educacionais efetivas em contextos sociais de vulnerabilidade, encontramos os trabalhos do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma de suas ações é o *Jornal A Laje*,¹⁵ realizado em parceria com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), produzido com, para e sobre a população em situação de rua. O objetivo do projeto é ser um meio de luta, reivindicação, informação e denúncia de casos de injustiça e descaso. Projetos como o *Jornal A Laje* pensam a produção da comunicação de forma transversal e coletiva, envolvendo a população em situação de rua nos processos e trazendo a pauta de minorias para o centro da comunicação e da ação (CARVALHO; SCHARLAU; GOMES, 2016).

Colocar no centro da pauta temas e perspectivas, trazendo a participação efetiva e o protagonismo das minorias na produção de conhecimento e comunicação, constitui uma ação central para uma práxis transformadora, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, em 2023, foi criado o *Grupo Temático de Assistência Social e Educação*,¹⁶ que nasceu em decorrência das aproxima-

15 O *Jornal A Laje* foi produzido entre 2010 e 2018 e está disponível em: <https://ncep.ufpr.br/?page_id=3027?page_id=3027>. Acesso em: 14 set. 2024.

16 Informações sobre o Grupo Temático de Assistência Social e Educação estão disponíveis em: <<https://abpeducom.org.br/gt-assistenciasocial/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

ções iniciadas em 2021 entre o *Projeto-Movimento Educomunicação e Assistência Social* e a ABPEducom. A aproximação se desdobrou, em 2022, na criação coletiva do primeiro minicurso sobre Educomunicação e Assistência Social.¹⁷

O curso foi voltado para profissionais, gestores, conselheiros e pesquisadores das áreas de Assistência Social, Educomunicação, Comunicação Social, Psicologia e Educação, além de demais interessados na relação entre tais áreas. Ao final da formação, integrantes do curso e do *Projeto-Movimento Educomunicação e Assistência Social* se mobilizaram em torno da criação de um grupo temático (GT) na ABPEducom. Trata-se de um espaço de discussão que é uma inovação dentro da associação, fruto de um esforço coletivo, que busca ampliar o debate sobre a intersecção entre Educomunicação e as políticas de Assistência Social. O foco principal é ir além da comunicação institucional tradicional e abordar a comunicação enquanto processo relacional dentro da Assistência Social.

As experiências e as mobilizações expostas entre a Educomunicação e as políticas de Assistência Social indicam as aproximações entre as áreas e um caminho emergente de estudos e práticas, capaz de gerar impactos profundos em comunidades, pessoas e ações sociais. Assim, a Educomunicação se apresenta como um meio de reivindicar direitos, ampliar expressões comunicativas, transformar realidades, tecer afetos, educar para a cidadania e promover a participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos na ação.

Considerações finais

No decorrer do artigo, apresentou-se parte da história, juntamente com alguns conceitos e exemplos de práticas que constituem a Educomunicação, especialmente no território brasileiro. Pontua-se que o caráter social é intrínseco aos conceitos e às práticas educacionais, entendidas como um campo que une as práticas de comunicação e educação, com o objetivo de promover processos educativos que transcendem o uso instrumental de mídias e da comunicação. A Educomunicação se dedica a entender e transformar os ecossistemas comunicativos em contextos educativos para além de abordagens que

17 Informações sobre o minicurso de Educomunicação e Assistência Social estão disponíveis em: <<https://abpeducom.org.br/minicursos/educucomunicacao-e-assistencia-social/>>. Acesso em: 14. set. 2024.

focam exclusivamente na análise da comunicação ou que tenham o uso de tecnologias como fim. Isso significa que, embora as mídias possam ser parte de tais processos, elas não são o foco central.

As diversas formas de expressões comunicativas compõem as ações educacionais, como a comunicação verbal, não verbal, visual, simbólica e as mediadas por mídias e plataformas digitais. Entre os objetivos, encontra-se o de atuar nos ecossistemas comunicativos de forma que os sujeitos participantes possam reconhecer e amplificar suas comunicações pessoais em interação com o mundo que os cerca. A finalidade é ampliar a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos nas ações educacionais, facilitando processos de transformação social.

Nesse caminho, o papel do(a) educador(a) se faz central, pois se apresenta como instância mediadora que, por meio de uma educação humanista, pode colaborar para que os princípios educacionais sejam vivenciados e potencializados, tendo a dimensão dialógica e afetiva como fio condutor das relações e dos sentidos.

Faz parte dos objetivos da práxis educacional garantir um espaço de escuta e fala atenta, de acolhida, de sentidos, de senso comunitário, de comunicação e educação transversal, de liberdade de expressão e de criação. Essa é a razão fundamental da própria legitimação do termo, transformado, em julho de 2021, como registramos no início do artigo, em novo léxico da língua portuguesa.

Referências

- ALVES, Patrícia Horta. **Educom.Rádio: uma política pública em educação** (2007). Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.27.2007.tde-05072009-211722.
- CARVALHO, Guilherme; SCHARLAU, Toni André; GOMES, Evanise Rodrigues. “De Curitiba para Moçambique: ações de educação e comunicação popular”. **Comunicação & Educação**, v. 21, nº 2, p. 15-26, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v21i2p15-26.
- COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla; GOMES, Evanise Rodrigues. Educação e ação social: as práticas educacionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Curitiba. In: Encontro Anual da

Compós, 23, Belém. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**. Campinas: Galoá, 2014, p. 1-17.

CREPALDI, Marco Aurelio Batista da Silva. **A Pedagogia Salesiana e a Educomunicação na Assistência Social. Projeto de Vida: Criadores de Conteúdo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educomunicação) – Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS** (2016). Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FREINET, Célestin. **A leitura pela imprensa na escola**. Lisboa: Dinalivro, 1977.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KAPLÚN, Mario. “Processos educativos e canais de comunicação”. **Comunicação & Educação**, nº 14, p. 68-75, 1999.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular)**. Ciudad de La Habana, Cuba: Editorial Caminos, 2002.

MACHADO, Eliany Salvatierra. **Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação e a dialogicidade no Educom.TV** (2009). Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: 10.11606/T.27.2009.tde-31082015-144647.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução: Ronald Polító e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PERUZZO, Cicilia. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación [s. l.], nº 3, 2011. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/280>>.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação** (2013). Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/D.27.2013.tde-30012014-105832.

PRÓSPERO, Daniele. A Educação Integral na perspectiva da Educomunicação: a implementação no Programa São Paulo Integral. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017, p. 64-71.

RIBEIRO, Neusa. **Comunicação Comunitária: uma alavanca para a Socioeconomia Solidária**. Disponível em: <<https://www.ifil.org/rcs/biblioteca/ribeiro.htm>>. Acesso em: 16 set. 2024.

SCHADT, Felipe dos Santos. **Aportes para uma história de 20 anos no Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP (1996-2016)**, 2021. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: 10.11606/D.27.2021.tde-08042022-093953.

SOARES, Ismar de Oliveira. “A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. **Contato**: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação (Brasília), v. 1, nº 2, p. 19-74, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; FERREIRA, Irma Teresinha Rodrigues Neves. “Educomunicação nas políticas públicas de saúde no Estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP em tempos de COVID-19”. **BEPA-Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 18, nº 208, p. 22-31, 2021.

TORO, José Bernardo A.; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZIMERMANN, Patricia. Educomunicação socioambiental como política pública: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga (2019). Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/D.27.2020.tde-22012020-173051.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Comunicação e educação popular no século XXI: entre a rua e a história

*Communication and popular education in the 21st century:
between the street and history*

*Comunicación y educación popular en el siglo XXI:
entre la calle y la historia*

Entrevistado: Thiago Gomide Nasser¹
<https://orcid.org/0000-0001-7842-3693>

Entrevistadora: Kênia Augusta Figueiredo^{2,3}
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Thiago Gomide é historiador e jornalista. Possui mestrado em Bens Culturais, História e Política e pós-graduação em História do Brasil. Ele se destaca como criador do canal: “Tá na História”. O

1 Possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB, 2003) e mestrado em Ciência Política e Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ, 2005). É doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi editor assistente da revista Contributions to the History of Concepts. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0235148424111934>>.

2 Assistente social. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais. Doutora em Comunicação. Atualmente, é professora na graduação e na pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). É pesquisadora de temas relacionados à comunicação em políticas sociais. Coordena o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass), da UnB.

3 Colaborou com esta entrevista Leonardo Prudente, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB e integrante do Compass.

criador de conteúdo se tornou conhecido por caminhar pelas ruas de diversas cidades pelo mundo, mas com um amor especial pelo Rio de Janeiro, contando as trajetórias dos lugares e dos personagens.

Com uma linguagem acessível e uma abordagem única, Gomide utiliza as plataformas virtuais para explorar e valorizar a história, que muitas vezes passa despercebida no cotidiano. Gomide acredita que a história não se restringe aos monumentos ou a personagens famosos; pelo contrário, ela está presente em cada canto, rua e trajetória pessoal.

Tal abordagem criativa fez de Gomide um dos nomes mais influentes da Educação no Brasil e o permitiu alcançar mais de um milhão de seguidores com o canal Tá na História no Instagram. O canal tornou-se não só um fenômeno de educação popular, mas também um fórum de debate e reflexão, em que diferentes olhares se encontram e se cruzam. Sempre comprometido com a responsabilidade da informação, Gomide vê seu canal como uma ferramenta de educação popular, especialmente relevante em tempos de crescente intolerância e desinformação. Além do sucesso no Instagram, o Tá na História conta ainda com mais de 220 mil seguidores no YouTube, 600 mil no Facebook e 400 mil no TikTok (cujos dados são de agosto de 2024).

Entrevistado por telefone pela professora Kênia Augusta Figueiredo, em 29 de agosto de 2024, em meio a filmagens nos Estados Unidos, Gomide fala sobre suas motivações para a criação do canal e sobre sua visão referente a questões contemporâneas como polarização, fake news e justiça social. Gomide é um defensor da mídia-educação, pois entende que a melhor forma de combater a desinformação é, desde a escola, capacitar as pessoas a compreender e questionar as informações que recebem. Para ele, a educação popular não se limita às instituições formais, uma vez que ela se estende a todos os espaços onde as histórias são contadas e onde as comunidades têm a oportunidade de se reconhecer e afirmar seu valor histórico. Sua visão e sua experiência oferecem uma luz única aos leitores da Revista SER Social, sobretudo aos estudantes, pesquisadores e profissionais do Serviço Social.

Com experiência no ensino, no jornalismo impresso, radiofônico e televisivo e na produção de conteúdos audiovisuais educativos, Gomide também é colunista do jornal O Dia e do History Channel e autor dos livros “Fora das 4 Linhas” (editado pela Mórula Editorial) e “Amor ao Rio” (publicado pela Editora Senac).

Vamos começar fazendo um panorama sobre o *Tá na História*. Quais foram as suas principais motivações para criar o canal ou quais histórias estão por trás desta história? Quais foram seus objetivos? E como tem sido falar com mais de dois milhões de seguidores, especialmente em tempos de intolerâncias?

Vamos começar pelo final. É claro que é significativo falar com milhões de seguidores, mas, desde o começo, o que me norteia é a responsabilidade com a informação, seja para uma, seja para dez, ou seja, para realmente dois, três, quatro milhões de pessoas. A intolerância é muito marcante nos debates, mas isso não pode afetar o meu trabalho. Eu penso que o *Tá na História* acaba sendo um grande fórum de encontro de diferentes olhares. É o que eu pelo menos procuro: expressar isso, mostrando que não é cabível, num momento de inteligência, nós não escutarmos as ideias alheias, até mesmo para a gente poder melhorar aquilo que nós acreditamos. Então, eu acho que é dessa maneira que eu vou atravessando a intolerância e trazendo as pessoas para a rua, que costuma ser um lugar lotado de cicatrizes e de desafios e, aí, acaba que a rua sensibiliza para que a gente baixe o tom. O *Tá na História* surge a partir de uma inquietação minha e de Fernanda, minha esposa, de entendermos que atravessávamos diferentes lugares não sabendo ou não valorizando aqueles lugares onde nós estávamos. Parecia que nós só conseguíamos enxergar a história a partir dos grandes barões, a partir dos grandes palácios. Então, é gravando na rua, mostrando que, em todo canto, há uma trajetória, há uma história [que mostramos], que isso daí precisa ser valorizado. E os principais objetivos deste trabalho são poder incentivar que as pessoas entendam as suas trajetórias, entendam que fazem parte da história e que estão pisando solos por onde muitos ralaram para aquilo ali existir.

Nesse contexto, como se dá o processo de seleção de lugares e temas?

Esse talvez seja um dos maiores desafios nossos. É uma quantidade enorme de temas, mas aí acaba sendo orgânico: a gente entende muito do que está faltando, do que a gente acha que é importante por razões diversas. Entre os temas, questões que envolvem o social. Mesmo

que a gente esteja em lugares badalados, a gente costuma muito trazer uns olhares cruzados para aquilo, ou seja, histórias pouco conhecidas, personagens pouco explorados, e, na maioria das vezes, a gente quer mesmo ir para cantos aos quais ninguém vai. Acho que esta é uma marca do *Tá na História*: a gente conseguir ir a lugares para onde o turismo não costuma ir. Isso daí vale tanto para quando a gente está fazendo especial fora do país ou dentro em cidades muito conhecidas como o Rio de Janeiro e Campina Grande. Acho que o mais importante é trazer para o público olhares pouco conhecidos.

Ao considerarmos que o mundo da informação na atualidade é o mesmo mundo da desinformação, você considera que a educação popular – aquela comprometida com a transformação, que busca fortalecer as potencialidades do povo, da cultura popular, a conscientização e a participação – pode vir a ser novamente uma tendência, uma possibilidade ou uma necessidade neste tempo de ameaça à democracia, aos direitos da classe trabalhadora e à própria história, já que temos assistido a distorções dos fatos e a retrocessos inimagináveis, como o movimento antivacina, especialmente por ocasião da Covid-19? Como você compreende a educação popular no século XXI? Você considera que o *Tá na História* é um trabalho de educação popular adaptado a este tempo?

O meu mestrado utilizou a mídia-educação ou educomunicação ou educação midiática. Interprete da maneira que quiser, embora esses termos e essas vertentes tenham as suas diferenças. Trato de mídia-educação, que é o caminho que eu segui no meu mestrado. Bem, eu acredito muito que o único ou, melhor dizendo, o principal jeito de se enfrentar a falta de informação, seja ela qual for, é nós termos um contato profundo com a construção midiática desde a escola. Isso daí não significa levar o estudante para um olhar X ou Y, é fazer que o estudante entenda que uma informação que está sendo construída, seja lá por quem for, pode ser uma *fake news*. Como combater isso? Como enxergar os detalhes disso? Como se preparar para um mundo onde nós vamos ser cada vez mais bombardeados? Já éramos, OK? Mas agora cada vez mais bombardeados com notícias ou com informações absolutamente mentirosas para poder dar vantagem a um determinado grupo ou a uma determinada pessoa. Então, a escola é fundamental para que a gente possa contribuir

nesse debate sobre *fake news*, sobre mídia-educação. A educação tem um grande ponto: os professores e as professoras precisam ser capacitados para isso e precisam ser remunerados para isso. Não pode ser mais um problema nas costas dos nossos educadores, das nossas educadoras, que já estão assoberbados, extremamente cansados. E é necessário que a gente tenha essa dupla capacitação e dupla remuneração, de modo que sejam compatíveis com esse tipo de desafio, que é o desafio do século XXI, que é o desafio da informação. Então, a educação popular não fica restrita à escola, independentemente de qual escola seja. A educação popular não fica restrita à rua, porque ela se estende para muitos outros cantos. Então, eu poderia aqui falar sobre vários lugares em que a gente pode implementar uma educação popular, mas eu vou trazer, por exemplo, jornais periféricos, produções periféricas em favelas, que é também uma caminhada que eu fiz durante um bom tempo da minha vida, capacitando, trocando, informando. Você tem ali uma possibilidade – e o *Tá na História* estimula muito isso – de contar a sua história. Você não precisa de um terceiro para contar. Você não precisa que a televisão ou um grande blogueiro ou um grande *youtuber* ou mesmo que um grande *instagramer* vá até lá, *whatever*. Você pode estimular que os grupos locais façam aquilo em que eu acredito profundamente, que é a luta pelo território, que é mostrar que aquele território tem um valor histórico. Volto a dizer isso: parece que o valor histórico está muito restrito aos grandes centros, às grandes pessoas. Não é verdade. Então, a educação popular, a partir do estudo de mídia, pode e ajuda muito a gente a entender melhor por onde a gente está caminhando.

Na sua opinião, a educação popular, na perspectiva que apontamos, pode ser realizada no cotidiano das políticas sociais? Você teria alguma mensagem para profissionais que atuam na execução das políticas sociais? A exemplo de quem trabalha nos equipamentos do SUAS [Sistema Único de Assistência Social], no SUS [Sistema Único de Saúde], na implementação de medidas socioeducativas aos adolescentes infratores, no sistema prisional etc.? Ou seja, em relação a um potencial trabalho educativo a ser desenvolvido com as usuárias e os usuários dessas políticas?

Sim, sim. Lógico que dá para fazer. Não existe uma fórmula. Claro que cada um tem os seus desafios. A gente já sabe da dureza do

trabalho de cada um; portanto, incluir mais um ponto a ser feito é desafiador mesmo. O que eu sempre sugiro é que a gente nunca deixe de falar da nossa visão, da nossa trajetória, dos nossos aprendizados. E é possível fazer isso a partir de vídeos curtos, de até mais ou menos um minuto, que acabam alcançando mais pessoas. Pessoas que, muitas das vezes, têm informações sobre os trabalhos com adolescentes infratores, a partir do olhar de terceiros, não é? E, em muitas das vezes, os olhares são lotados de preconceitos. Então, nada melhor do que nós contarmos essa realidade para que pelo menos se consiga, com um tijolinho, trazer um múltiplo olhar. Não é preciso fazer grandes investimentos, não necessitamos de câmeras, porque isso daí é uma falácia. Nós podemos fazer com celulares, contanto que o conteúdo seja atraente. E, cada vez mais, eu sugiro que a gente traga também diferentes pessoas para que sejam protagonistas. Quanto mais diferentes protagonistas nós tivermos, melhor.

Thiago, eu e os integrantes do Compass queremos lhe agradecer por compartilhar conosco sua experiência e por nos aproximar de sujeitos que fizeram história no seu tempo e dos quais somos herdeiras e herdeiros. Isso nos faz pensar que também estamos fazendo história. E aí, no seu estilo, deixo uma provocação para quem nos lê: você já pensou em quais contribuições deixará para as futuras gerações? E, para não perdermos a oportunidade, parafraseamos o seu bordão: “Curtiu? Tá na história. Não deixe de compartilhar”.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Comédia, crítica social e educação popular em rede

Comedy, social criticism and popular education on-line
Comedia, crítica social y educación popular en *internet*

Entrevistado: Paulo Martins Faleiro dos Santos¹

Entrevistadora: Kênia Augusta Figueiredo²

<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Nesta entrevista, Paulo Faleiro, criador do perfil “Assistente Social Irônico” nas redes sociais, fala sobre o papel da comédia como estratégia de conscientização e mobilização política em sua interface com o Serviço Social. Por meio da ótica do humor e da ironia, o perfil inova ao tratar de temas complexos, como a política social e a ética profissional, além dos desafios diários dos assistentes sociais. “A comédia também liberta”, afirma ele.

A página virtual surgiu em 2021 e se concentrava em memes focados no universo da categoria profissional, mas evoluiu tanto que

1 Assistente social. Coordenador de habitação social. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4512705347621977>>. E-mail: <paulofaleirosantos@gmail.com>.

2 Assistente social. Doutora em Comunicação. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais. Atualmente, é professora na graduação e na pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). É também pesquisadora de temas relacionados à comunicação em políticas sociais. Coordena o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass), da UnB.

seu criador tomou o protagonismo dos vídeos e das imagens, nos quais encena desafios do cotidiano da profissão e faz humor em relação à conjuntura política e social do brasileiro, sem renunciar ao seu caráter de crítica e denúncia. De lá para cá, o perfil acumulou 24 mil seguidores no Instagram e 17 mil seguidores no TikTok.

Seu criador, Paulo Faleiro, é assistente social, mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tendo desenvolvido sua carreira na área de políticas habitacionais e de saneamento ambiental. O crescente sucesso do perfil Assistente Social Irônico o levou ao desafio de encarar os palcos, onde realiza shows de stand-up comedy centrados nos desafios impostos ao assistente social no Brasil.

Em entrevista realizada por telefone em 11 de novembro de 2024, a professora Kênia Augusta Figueiredo explora com Paulo Faleiro a inspiração por trás da criação da página e o poder da comédia na construção de uma comunicação simultaneamente engajada e acessível. Ao longo da conversa, Paulo Faleiro reflete sobre a importância da educação popular e de referências como Paulo Freire, além de destacar que o Assistente Social Irônico não é apenas um espaço de humor, mas também um instrumento de denúncia social e de compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para ele, o humor não só aproxima o público, mas também desafia preconceitos e amplia a visibilidade de questões centrais da profissão. Entre os desafios da polarização política e da desinformação, Paulo Faleiro indica como a comédia pode ser uma aliada na luta por direitos sociais, de maneira a promover um diálogo crítico e igualmente acessível para assistentes sociais e para o público em geral.

Paulo, você afirma que o perfil Assistente Social Irônico une política social, conjuntura e política de forma bem-humorada. Você acredita que a comédia é um terreno privilegiado para a construção de ações de visibilidade e luta política? De onde veio a inspiração para a união desses elementos?

A comédia possibilita uma grande projeção para o interior dos vários setores da sociedade. Então, qualquer tema que a gente aborda pelo viés do humor tem uma grande visibilidade, porque as pessoas

escutam, uma vez que a comédia traz um fator objetivo que a comunicação requer, que os comunicadores procuram: ela tem a capacidade de fazer as pessoas pararem para escutar. E, a partir daí, é possível a gente falar do que a gente quiser. Ou seja, é uma estratégia para que a gente possa avançar em temas mais profundos. Então, a partir desse primeiro momento, que é objetivo, quando a gente chama a atenção das pessoas, a gente pode avançar para temas mais complexos, como o próprio debate sobre a política, sobre a luta e a resistência popular, sobre as próprias ações de visibilidade do Serviço Social e das diversas políticas públicas. Então, o humor é sempre utilizado como estratégia. Foi uma inspiração que acabou acontecendo na prática. A partir do *Assistente Social Irônico*, fui fazendo as postagens, utilizando a comédia nas falas sobre o Serviço Social, de maneira que fui percebendo que é possível articular humor e ações de visibilidade e de luta política. Costumo dizer que o comunicador tem que ser um experimentador, tem que ir experimentando as coisas e, a partir dessa experimentação, fui aprendendo isso fazendo na prática. Tenho também uma experiência com o trabalho de educação popular em movimentos de moradia. A educação popular também me ajudou muito a pensar nessa dimensão de articulação da comédia como um instrumento de educação.

Como surgiram as ideias e os objetivos do *Assistente Social Irônico* nas redes sociais?

Surgiram de uma brincadeira. Foi um improviso, porque eu construí uma página para falar sobre o Serviço Social e fazer memes sobre política. Só que eu fui olhando aquilo, fui vendo como as pessoas se conectavam com a comédia e com a forma de humor dos memes. Assim, entendi que eu poderia ampliar isso de alguma forma e percebi que poderia, na verdade, estudar e utilizar a comédia como linguagem. Com isso, fui aprimorando e entendendo mais sobre improviso e *stand-up*. Fui me aperfeiçoando, estudando o assunto, não mais focando só nos memes, não só no riso, mas procurando entender o humor para além do riso, buscando compreender a comédia como uma linguagem. E, hoje, o trabalho é muito nesse sentido, de entender a comédia como linguagem e instrumento de educação popular. Mas, inicialmente, foi realmente ao acaso, foi algo para diversão, que acabou virando algo sério e hoje faz parte das reflexões da minha vida, tanto políticas quanto

profissionais. Assim, a partir do *Assistente Social Irônico*, entendi que é possível utilizar o humor tanto na minha prática como assistente social quanto também na luta política. Eu hoje enxergo a comédia como uma linguagem.

Como se dá seu processo de criação de conteúdo?

Minha produção de conteúdo está muito ligada ao cenário político e à conjuntura. Então, eu percebo o que está sendo falado tanto na conjuntura política quanto nas redes sociais, para fazer reflexões sobre isso de forma crítica e política. Além disso, também faço a parte humorística falando sobre os “perrengues” da categoria dos assistentes sociais, fazendo brincadeiras em relação às nossas vidas enquanto profissionais. Minhas estratégias se dão tanto no sentido de perceber a conjuntura política e trazer reflexões sobre ela politicamente quanto também de olhar para a nossa prática profissional cotidiana, refletindo sobre ela também e fazendo humor. E, aí, se a gente for analisar, a estratégia para a minha produção de conteúdo é a comédia, porque não utilizo *marketing* digital, uma vez que não entendo nada disso das redes sociais, como tráfego pago, por exemplo. Eu entendo realmente é de humor e, pela comédia, consigo inclusive crescer na página e fazer hoje *stand-up* em vários espaços de clubes. Então, hoje tenho trabalho tanto na *internet* quanto nos espaços físicos também. De fato, a comédia é a grande estratégia do *Assistente Social Irônico*.

As respostas dos seguidores que são estudantes ou profissionais do Serviço Social são diferentes daquelas que vêm dos seguidores que têm outras ocupações? Como tem sido a interação para além do universo do Serviço Social?

A conexão com a página que vem de um público que é assistente social é diferente daquela que vem do público que atua profissionalmente em outras áreas. As pessoas que atuam na nossa categoria profissional já chegam à página do *Assistente Social Irônico* compreendendo o que é o Serviço Social. E, quando é estudante, mesmo que esteja nos primeiros períodos e não tenha tanta compreensão do que é o Serviço

Social ainda, mas já tem uma ideia do que seja, então chega à página com o objetivo tanto de consumir o humor que a página tem quanto de refletir sobre as questões que são relacionadas à profissão e às políticas públicas. Então, já chega à página com um olhar mais crítico e mais politizado e com uma compreensão do que é o Serviço Social. Mas as pessoas que não são da profissão e que chegam à página têm um olhar diferente, de questionamento sobre o que é o Serviço Social. Chegam por causa do humor, acabam se conectando por causa das piadas, mas chegam sem saber o que é o Serviço Social e, a partir do trabalho da página do *Assistente Social Irônico* e dos *stand-ups*, vão compreendendo melhor o que é a profissão. Então, são públicos totalmente diferentes, mas acho isso interessante, porque esse é o grande legado da comédia, que é a capacidade de se conectar e de dialogar com públicos tão diferentes, tanto o público que é assistente social, o estudante de Serviço Social, específico da profissão, mas também o público que vai além. Então, o humor abre o leque da comunicação e consegue se conectar com públicos totalmente diferentes. Acho que isso é um grande legado e me tem feito aprender muito.

Você frequentemente afirma que o perfil está alinhado com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Pelos retornos dos seguidores, você considera que a junção do humor com o Serviço Social crítico tem colaborado para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão?

Na minha visão, como eu estudo e compreendo o tema da comédia, acredito que o humor precisa ter uma direção política. Não faço comédia na direção da opressão ou da exclusão ou do preconceito. Faço um humor voltado para outra direção, que é a da libertação, da luta política, da defesa dos direitos sociais e da luta contra o preconceito. Então, quando falo da relação entre a comédia e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, estou falando da direção política que a minha comédia tem. E é na direção da defesa dos valores e princípios que a categoria dos assistentes sociais defende. E tem sido algo bem interessante, porque, a partir dessa linguagem do humor, é possível falar do Projeto Ético-Político tanto para quem é assistente social quanto para quem não é, possibilitando sua projeção em defesa da categoria para

todos, ainda que não façam parte da nossa profissão. Então, acho que é uma maravilhosa contribuição de comunicação.

Em algumas publicações, você faz humor a partir dos desafios cotidianos do exercício profissional do assistente social, como, por exemplo, das adversidades relacionadas às visitas domiciliares. Rir de questões assim pode ser relaxante para a audiência, mas não deixa de ser uma forma de denúncia sobre as precárias condições de trabalho dos assistentes sociais, sobre a falta de capacidade estatal e a ausência de organização do Estado, bem como sobre a própria realidade brasileira, com suas expressões referentes à questão social. Concorda com a minha leitura?

O humor não é só uma linguagem ou uma forma de comunicação, porque é, sobretudo, uma visão de mundo, não é? E, como visão de mundo, é algo que pode falar da nossa realidade e denunciar coisas. Como instrumento de denúncia, a comédia é maravilhosa. O Chaplin fazia isso muito bem, não é? Então, eu também experimento muito isso: a ideia de denunciar por meio do riso, de falar por intermédio da comédia, porque não é uma forma de esconder a dor, mas sim de falar da dor. Inclusive, é uma forma de projetar a existência dessa dor de uma forma a atingir mais públicos, para que possamos saber como combatê-la. Então, eu levo isso muito forte comigo também, sabe? O humor não só como uma linguagem, não só como um elemento de educação popular, mas também como um instrumento de denúncia das opressões.

Em tempos de polarização política e desinformação, como esses elementos interferem em um trabalho midiático aberto em defesa dos direitos sociais?

Pensando nessa questão da desinformação, acho que um dos grandes desafios que nós temos na contemporaneidade chama-se *fake news*. A gente hoje percebe que as *fake news* são, inclusive, utilizadas como instrumento de disputa de poder político. A gente sabe que alguns setores conservadores e reacionários se utilizam muito das *fake news* e da desinformação para tentar chegar ao poder. Acho que um dos

desafios que nós temos hoje na área da comunicação e, pensando na comunicação em geral, é como combater as *fake news*. Penso que, nesse sentido, o humor vem como elemento para combatê-las. Como tudo é contraditório, há quem utilize o humor para perpetuar as *fake news*, mas a gente tem que utilizar a linguagem cômica para o enfrentamento delas. E isso é um elemento muito complexo. Todas as *fake news*, as informações mentirosas, percorrem muito rápido o *WhatsApp* e as redes sociais, de modo que, em nível nacional, as pessoas consomem isso com muita rapidez, em questão de minutos, dias, sei lá. Isso é um dificultador para o combate, para quem está fazendo um trabalho na perspectiva da educação, porque esse tipo de coisa acaba, a todo momento, impactando os resultados de quem, como eu, trabalha na dimensão da educação popular, reflexiva, crítica. É um desafio e a gente tem que aprender a combater as *fake news*. Acho que o humor é um instrumento que a gente pode aperfeiçoar e aprender a utilizar nesse enfrentamento.

Fala para nós como o seu trabalho é realizado na perspectiva da educação popular.

Paulo Freire é uma das grandes inspirações para a página do *Assistente Social Irônico* e também para a minha experiência junto ao movimento por moradia, que tem base na educação popular. Estive muito tempo trabalhando com esse público. E é assim que Paulo Freire tem um valor central na minha vida profissional, de modo que levo isso também para o *Assistente Social Irônico*, que não é só uma página no Instagram e nem somente meus shows de *stand-up*, mas também as reuniões nas quais utilizo instrumentos cômicos, os convites, os eventos, ou seja, todo e qualquer espaço de informação política que utilizo, sempre com o improviso e a utilização do humor. Então, o *Assistente Social Irônico* é também uma concepção de linguagem, que utilizo como estratégia de luta e de formação política. É, ainda, um método de intervir na realidade com o instrumento da comunicação, uma vez que estou a todo momento me utilizando da educação popular e do humor com uma direção política no sentido da libertação. É como o Paulo Freire falava: “a educação liberta”. E, aí, eu pego a frase dele e utilizo com base no meu trabalho: “a comédia também liberta”.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

A atualização da *cultura da crise* expressa na proposta do “INSS Digital”

*The update of the culture of crisis expressed
in the “INSS Digital” proposal
Actualización de la cultura de crisis expresada
en la propuesta del “INSS Digital”*

Jaime Hillesheim¹

<https://orcid.org/0000-0002-2798-6418>

Germano Rama Molardi²

<https://orcid.org/0000-0001-5249-5728>

Recebido em: 10/04/2024

Aprovado em: 08/07/2024

Resumo: Neste artigo, apresentamos o processo de digitalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), constitutivo de uma conjuntura mais ampla de “modernização” das atribuições do Estado, a partir de sua gestão de cariz neoliberal. Tal processo assume

1 Formação em Serviço Social e Direito. Doutor em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5960974102571301>>. E-mail: <jaime.h@ufsc.br>.

2 Jornalista. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Sociologia (UFRGS). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3564591003121068>>. E-mail: <germanomolardi@gmail.com>.

particularidades na realidade brasileira, constituindo uma expressão do que denominamos como “atualização da *cultura da crise*”. Apesar dos anseios por desburocratização no acesso da população usuária aos benefícios previdenciários e por melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores da autarquia, explícitos em documentos institucionais publicados em 2017 (no início da implementação do INSS Digital), a realização concreta do referido processo apresenta outras feições. Por meio de uma pesquisa documental e de revisão bibliográfica, foi possível constatar que o cenário contemporâneo é de aumento das filas e dos recursos junto ao Conselho de Recursos da autarquia, de fechamento das Agências da Previdência Social, de redução do quadro funcional e, portanto, de inviabilização do acesso aos direitos sob a sua guarda.

Palavras-chave: Estado digital; cultura da crise; INSS Digital.

Abstract: In this article, we present the digitalization process of the National Social Security Institute (INSS), part of a wider context of “modernization” of the state’s attributions based on its neoliberal management. This process takes on particular characteristics in Brazil and is an expression of what we call “updating the culture of crisis”. Despite the desire to reduce bureaucracy in the user population’s access to social security benefits and improvements in the quality of life of INSS workers, explicit in institutional documents published in 2017 (at the beginning of the implementation of “INSS Digital”), the concrete execution of this process presents other features. Through documentary research and reviewing the literature, it was possible to see that the contemporary picture is one of an increase in queues and appeals before the institution’s Appeals Board, closing of Social Security Agencies, reduction in staff and, therefore, of hampered access to the rights under its control.

Keywords: Digital State; culture of crisis; INSS Digital.

Resumen: En este artículo presentamos el proceso de digitalización del Instituto Nacional de Seguridad Social (INSS), constitutivo de un contexto más amplio de “modernización” de las atribuciones del Estado a partir de su gestión neoliberal. Este proceso adquiere particularidades en la realidad brasileña, constituyendo una expresión de lo que llamamos “actualización de la cultura de la crisis”. A pesar del deseo de reducir la burocracia en el acceso de la población usuaria a las prestaciones de la

seguridad social y de mejorar la calidad de vida de los trabajadores de las autoridades locales, explícito en documentos institucionales publicados en 2017 (al inicio de la implementación del “INSS Digital”), la implementación concreta de este proceso presenta otras características. Gracias a una investigación documental y una la revisión bibliográfica, se ha podido comprobar que el escenario contemporáneo es de aumento de colas y recursos en el Consejo de Apelaciones del municipio, cierre de Agencias de Seguridad Social, reducción de personal y, por tanto, inviable el acceso a los derechos bajo su protección.

Palabras clave: Estado digital; cultura de crisis; INSS Digital.

Introdução

No presente artigo, temos o objetivo de debater a atualidade da *cultura da crise* (MOTA, 2015) e suas implicações contemporâneas para a seguridade social brasileira no contexto da adoção de tecnologias digitais voltadas à operacionalização das políticas sociais. As contradições do referido processo serão abordadas em particular no que concerne às mediações entre os trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a população usuária da política previdenciária. Política, por sinal, que se insere na dinâmica da produção e da “valorização de valor”, cujos recursos advêm de parte da renda nacional, que é transformada em benefícios previdenciários.³ Objetiva-se cotejar as intenções expressas no início da implementação da política do “INSS Digital”, a partir de resultados indicados depois de quase seis anos desde o início do citado processo. Concomitantemente, serão analisadas as interpretações que entidades de classe (nacionais e internacionais) fazem acerca das causas e consequências da “crise”⁴ em que se encontra a autarquia em questão e das formas mais efetivas de combatê-las.

3 Este artigo constitui um conjunto de reflexões sobre o tema que vêm sendo desenvolvidas pelo autor e estão vinculadas ao projeto intitulado: “Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de informação e de comunicação (TIC)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022.

4 Todas as ocorrências em que fizermos referência à “crise” da Seguridade Social no Brasil, a citada palavra e suas correlatas na língua portuguesa serão colocadas entre aspas. Tal decisão, de caráter semântico e político, decorre do entendimento, concordando-se com Silva (2012) e Salvador (2010), de que a mencionada “crise” (em particular, na forma contemporânea que ela assume na Previdência Social) dá-se não por uma condição intrínseca ao modo de financiamento previsto para ela na Constituição Federal de 1988, mas na justa medida em que o que ocorre é a *não observância* do texto constitucional.

No âmbito nacional, as principais empresas privadas de comunicação dedicaram diversas matérias jornalísticas para descrever a “crise” da Previdência Social durante o ano de 2023. Buscaram razões para a sua existência e indicaram caminhos, segundo seus próprios entendimentos, para a superação de sua condição “crítica”. Por outra via, entidades nacionais representantes de servidores do INSS, como a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), também vêm constantemente incidindo sobre a problemática, realizando suas mobilizações. No que tange à implementação do INSS Digital, os sucessivos governos parecem assumir para si algumas diretrizes que eles próprios requisitam ou “espontaneamente” assimilam de entidades internacionais de “colaboração” com os distintos Estados nacionais, como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por isso, convém também analisar a atual “crise” do INSS e sua digitalização na esteira das mencionadas “recomendações”.

O artigo é constituído de duas seções, além da introdução e das considerações finais, de modo que está inscrito em um contexto maior de realização de uma pesquisa, na qual a “crise” do INSS constitui-se como ponto de partida e manifestação da problemática investigada. Dentre os instrumentais metodológicos inclui-se a coleta de matérias jornalísticas, publicadas no ano de 2023, nos portais *on-line* da imprensa burguesa, que têm a “crise” do INSS como temática. Para o presente artigo, os dados coletados das notícias e dos editoriais foram cotejados com os dados disponibilizados no Portal da Transparência da Previdência Social e também com o relatório: “*Uma bomba-relógio chamada INSS: a urgente e necessária reestruturação da maior autarquia pública da América Latina*”, publicado em 2022 pela Fenasps. Além disso, também foram realizadas a busca e a coleta de relatórios e documentos que tenham a digitalização do Estado como objeto, publicados por organismos internacionais como o BM e a OCDE.

A atualização da *cultura da crise*: a visão salvacionista das tecnologias para garantir a eficiência dos benefícios e serviços previdenciários no Brasil

No ano de 2003, a OCDE publicou o documento intitulado: “*E-governo: um imperativo*” (2003), no qual caracteriza o *e-gov* (“governo

eletrônico”) como “o uso das tecnologias de informação e comunicação [TIC], em particular a *internet*, como ferramentas para aprimorar o governo” (OCDE, 2003, p. 11). Segundo o órgão,

o impacto do governo eletrônico ao nível mais amplo é simplesmente um melhor governo, permitindo melhores resultados, serviços de maior qualidade, melhor envolvimento com os cidadãos e melhora nos indicadores-chave. Os governos e as administrações públicas serão e deverão continuar a ser julgados de acordo com estes critérios estabelecidos para o sucesso (OCDE, 2003, p. 11).

A organização afirmava que as iniciativas do governo eletrônico deveriam focar a resolução de problemas complexos que são compartilhados entre as instituições governamentais e, portanto, enfatizava a colaboração com o setor privado nesse sentido. Não é por acaso que, no léxico da OCDE, os usuários das políticas públicas são considerados clientes, que devem ser o foco quando houver a elaboração de respostas aos problemas, de modo que o Estado se mantenha “responsivo”. Cabe notar que as “sugestões” em torno da modificação do caráter do Estado estão inscritas em um processo histórico mais amplo, vinculado à crise estrutural do modo de produção capitalista, em que as formas de contra-arrestar a queda tendencial nas taxas de lucro se tornam cada vez mais nefastas do ponto de vista do trabalho. Tais particularidades se expressam no rebaixamento do valor da força de trabalho, nas novas e mais precárias formas de uso e controle da referida força, na destruição ecológica, na ampliação dos conflitos entre Estados nacionais, bem como no avanço do que Mészáros chama de “aventureirismo financeiro” (MÉSZÁROS, 2011).

Encontra-se articulada à referida crise estrutural, como tentativa de resposta, a reestruturação produtiva, compreendida como “o movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de [mais-valor relativo] [...] em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor” (ALVES, 2011, p. 33). A partir disso, passa-se a buscar a consolidação de um modo de regulação do mercado de força de trabalho mais “flexível” (ALVES, 2011). Entende-se, assim, que *a cultura da crise* se expressa mundialmente, ainda que adquira “traços particulares em cada formação social, dependendo dos modos e das formas de inserção de cada país na ordem

capitalista internacional, das relações entre as classes fundamentais e da natureza da ação do Estado” (MOTA, 2015, p. 110). Ana Elizabete Mota (2015) pondera, ainda, que é preciso considerar que o citado movimento não se desdobra sem contradições e sem a necessidade de que as classes dominantes, hegemônicas no controle dos distintos Estados nacionais, busquem pelo consentimento das classes dominadas na produção e reprodução de tais relações de dominação particulares, daí que o cenário de “crise” permanente se estabeleça como justificativa para tornar os ajustes, gestados pela racionalidade neoliberal, mais “palatáveis”. Escrevendo na metade da década de 1990 sobre a *cultura da crise* e suas consequências para a Seguridade Social brasileira, Mota (2015, p. 113) assim a descrevia, destacando que

o traço predominante dessa cultura é a ideia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a ‘saída’ da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise.

Segundo a autora, a consequência da mencionada estratégia, diante do anúncio do *fim da história*, foi a diluição das divergências fundamentais entre as classes sociais, cujas representações passaram a reivindicar bandeiras transclassistas nas quais aparecem indiferenciados os projetos societários em disputa, atualizando-se a ideologia de unidade nacional,⁵ agora amalgamada por valores neoliberais. No dado contexto, as políticas públicas passaram a existir como responsabilidades governamentais e do terceiro setor, de modo que as classes dominantes puderam seguir universalizando seus interesses particulares, “contribuindo” em atividades de combate à fome, às desigualdades sociais, à pobreza, em contrapartida às diversas modalidades de isenção de impostos que lhes favoreceram (MOTA, 2015). Além disso, como apontam Dardot e Laval (2016, p. 274), desde a década de 1980, a OCDE orienta os países que a constituem para que adotem os princípios de governança que tornem o Estado “mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor”, com um

5 Faz-se referência ao trabalho ideológico realizado pelas Forças Armadas na ditadura empresarial-militar.

“modo de gestão ‘genérico’, válido para todos os domínios”, com “uma atividade puramente instrumental e formal, transponível para todo o setor público”. Contudo, conforme advertem os autores, as diretrizes de gestão também valem para os países periféricos, que, nas negociações com as instituições internacionais, acabam confinados à produção e à reprodução de suas condições como nações periféricas, na medida em que adotam os princípios de governança indicados pelo “novo” léxico neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Na esteira das citadas recomendações, desde o início dos anos 2000, o governo brasileiro (independentemente das forças políticas representadas no governo – no cargo da Presidência da República e nos seus ministérios) trabalha no sentido da digitalização da Administração Pública Federal (APF).⁶ No *site* do Governo Federal, encontra-se publicada uma linha do tempo que possibilita analisar as distintas peças jurídicas e etapas da transição do governo eletrônico ao digital. A referida perspectiva histórica extrapola os limites do presente artigo; contudo, constate-se que a digitalização do Estado brasileiro já está em curso há mais de duas décadas, o que evidencia que não constitui um “fenômeno” recente. Importa-nos, aqui, indicar como tal transformação está inscrita em um quadro mais geral de mudanças no caráter do Estado, que estamos definindo como uma “atualização da *cultura da crise*” (MOTA, 2015). A “novidade” é a defesa de que as tecnologias digitais consistem em motores para o referido processo de melhoria da efetividade dos serviços prestados pelo Estado, com base no argumento de que a sua implementação pelos governos é um processo inexorável. Em resumo, o Governo Federal vem, de 2000 até 2015, informatizando seus processos internos, capacitando servidores públicos e desenvolvendo as interfaces dos seus *softwares*, isto é, viabilizando a transição da concepção de governo eletrônico à noção de governo digital.

A partir de 2015, o paradigma de ‘governo eletrônico’ trouxe a informatização dos processos internos de trabalho (visão interna), evoluindo para o conceito de ‘governo digital’, cujo foco tem como centro a relação com a sociedade (visão do cidadão), a fim de tornar-se mais simples, mais acessível e mais eficiente na oferta

6 Para compreender a sucessão de acontecimentos que marcaram o referido processo no âmbito da Administração Pública Federal, confira-se a “linha do tempo – do eletrônico ao digital”. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4uu9pf3p>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

de serviços ao cidadão por meio das tecnologias digitais. Para dar início a esse novo paradigma, o governo precisava avançar e construir um arcabouço legal (BRASIL, 2019, s/p).

No ano de 2017, o governo Temer e a gestão do INSS publicaram em conjunto o documento “*INSS Digital: uma nova forma de atender*”, no qual anunciavam que a gestão do Instituto passaria a apostar em novas formas de atender às requisições por benefícios da política de previdência social. Seriam implementadas tecnologias digitais com o objetivo de “facilitar a vida da [população usuária], promover qualidade de vida [para o quadro funcional da autarquia] e mitigar problemas como falta de servidores e de agências físicas” (BRASIL, 2017, s/p). Dentre as explicações para a implementação do INSS Digital, figuravam “a necessidade de desburocratizar e valorizar a eficiência e a efetividade no serviço público; a crescente pressão da sociedade para a melhoria na aplicação dos recursos públicos, bem como o aumento da demanda por benefícios sociais” (BRASIL, 2017, s/p). Por tais razões, haveria a necessidade de adotar “rotinas de trabalho e tecnologias adjacentes” e, portanto, “a construção de um novo modelo de prestação de serviços, desenvolvidos pela Diretoria de Atendimento – o INSS Digital” (BRASIL, 2017, s/p). Assim, no caso do INSS, ao mesmo tempo em que a implementação das TIC nos processos de trabalho aparece indicada como uma das soluções para a sua “crise”, a insistência na diretriz pelo aprofundamento do citado processo é explícita e não pode ser analisada como um fenômeno isolado. Ao contrário: o processo de assimilação das TIC na instituição deve ser compreendido em um quadro mais amplo de adesão, nas últimas décadas, a critérios de eficiência e produtividade que, antes presentes sobretudo no direito privado, passaram a ser implementados nas instituições públicas administradas por *governos empresariais*, nos quais as TIC passaram a ser entendidas como instrumentos qualificados para o cumprimento dos mencionados objetivos. Tem-se, assim, a visão salvacionista do processo de digitalização dos serviços públicos, em particular do INSS Digital.

Uma vez estruturado o quadro de “crise” da Previdência Social, no qual, perante a insuficiência de recursos, decorrente da demanda crescente por benefícios, foram dados como resposta a racionalização e o aumento da eficiência e da produtividade no atendimento à população usuária, o estímulo à utilização das tecnologias digitais encaixou-se *como*

uma luva. Já em 2019, aponta Edivane de Jesus (2022, p. 2), a maior parte das solicitações de benefícios e serviços passou a ser realizada “exclusivamente via *internet*, por intermédio do aplicativo ‘Meu INSS’ ou pela central telefônica 135, sem intermediação de servidores”. No contexto da pandemia, o referido processo foi intensificado: em setembro de 2020, quando os atendimentos presenciais foram retomados, apenas 58% das 1.552 agências da Previdência Social existentes no Brasil reabriram, tendo-se diminuído em 500% o número de atendimentos presenciais no mês de dezembro, se comparado aos dados do mesmo mês do ano anterior (FENASPS, 2022).

Na esteira de uma exposição da linha do tempo de sua transição do eletrônico ao digital, o Governo Federal indicou que a publicação da Estratégia de Governança Digital (EGD), em 2016, possibilitou que o processo de digitalização ganhasse nova complexidade. Como resultados, o Governo Federal apontou a “desburocratização, modernização do Estado, simplificação de processos, melhoria no acesso à informação pública, transparência, melhoria nos atendimentos e racionalização de gastos públicos” como alguns avanços na política de governança eletrônica e digital (BRASIL, 2019). No que tange à digitalização dos processos de trabalho no INSS, a mencionada afirmação carece de aderência na realidade.

A “crise” do INSS sete anos depois de sua digitalização

Quase sete anos depois do anúncio do INSS Digital, alguns dados permitem análises sobre a capacidade que os sucessivos governos tiveram de concretizar as intenções expressas na proposta em questão no contexto da política previdenciária. Os veículos da imprensa burguesa brasileira, por exemplo, noticiaram as filas do INSS durante o ano de 2023, tomando-as como o principal índice da “crise” na autarquia, uma vez que o estoque de benefícios que deveria ser analisado e que representava a demanda dos usuários por acesso a direitos chegava, em junho de 2023, próximo a 1,8 milhão (quadro 1).

Quanto à pretensão de desburocratizar o acesso aos serviços prestados pelo INSS por meio da implementação das plataformas digitais, cabe destacar o tempo de espera por resposta às requisições

durante o sexto ano de implementação do INSS Digital. Em junho de 2023, de acordo com o Portal da Transparência Previdenciária, 64% dos pedidos estavam na fila há mais de 45 dias: 24% estavam de 45 a 90 dias; 27%, de três a seis meses; 11%, de seis meses a um ano; e 2% estavam há mais de um ano (BRASIL, 2023). Se as filas em frente às agências do INSS antes já figuravam nos noticiários como rotina para a autarquia, a implementação do sistema por tecnologias digitais não as eliminou, tendo apenas transformado-as em filas virtuais, de maneira que ficou dificultada a sua percepção pela sociedade em geral, mas não pelos segurados ou beneficiários da política previdenciária, que, por sua vez, encontram inúmeros obstáculos para obter informações sobre a tramitação de seus pedidos.

Quadro 1. Volume e especificação do estoque relativo a serviços e benefícios no INSS em junho de 2023

Perícia médica	596.699
Benefício assistencial à pessoa com deficiência	437.077
Aposentadoria por idade	222.771
Aposentadoria por tempo de contribuição	134.339
Pensão por morte	122.683
Salário-maternidade	115.066
Auxílio-incapacidade temporário (avaliação administrativa)	78.906
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	74.517
Auxílio-reclusão	7.937
Outros benefícios	4.394
Total	1.794.449

Fonte: Portal da Transparência da Previdência Social (junho de 2023). Disponível em: <<https://tinyurl.com/d4bmjvww>>. Acesso em: 7 abr. 2024. Elaboração própria (2024).

Em relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicado em julho de 2023, indicou-se que havia 1,4 milhão de processos na fila de recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), cifra que tendia ao crescimento, uma vez que a capacidade mensal de julgamentos era inferior em relação à demanda entrante, quando se considera o mesmo período de tempo (BRASIL, 2023). Segundo o relatório, se fosse mantido o então ritmo de atendimento da população, calcula-se que demoraria 16 anos a eliminação da referida

parte da fila do INSS, relativa aos recursos apresentados por segurados por causa de suas requisições terem sido negadas. Além disso, a tramitação dos recursos, desde a sua distribuição até o cumprimento da determinação, demorava quatro vezes mais do que o previsto em lei, chegando a demorar 1.029 dias. Uma das razões apontadas no relatório foi “a automatização dos sistemas do INSS, com o uso de robôs na análise inicial de pedidos de benefícios”, o que vinha contribuindo “para o alto número de recursos no CRPS e excessiva judicialização de casos contra o INSS” (BRASIL, 2023b).

Logo, pouco mais de seis anos depois, não se concretizou a intenção de desburocratizar o acesso aos benefícios previdenciários sob a guarda do INSS. A alta de recursos junto ao CRPS deu-se também por causa da automatização desenvolvida para agilizar os atendimentos, que acabou por estendê-los, uma vez que se criou uma nova fila para questionar os indeferimentos às requisições. Um cenário *kafkiano*. Ainda assim, no relatório do TCU defendia-se o aprofundamento da utilização de “inteligência artificial” na análise de pedidos por benefícios ao INSS, desde que acompanhada de validação criteriosa dos algoritmos, os quais deveriam ser “submetidos à revisão humana pelo período necessário para se obter segurança de que não existem falhas detectáveis que possam trazer prejuízo a qualquer das partes” (BRASIL, 2023b, p. 22).

Segundo os dados publicados na pesquisa TIC Domicílios de 2022, o número de usuários da *internet* “foi maior entre a parcela da população com renda acima de dez salários mínimos (97%), pertencentes à classe A (95%) e com ensino superior (95%), em comparação àqueles com renda familiar de até um salário mínimo (75%) e pertencentes às classes DE (66%)” (CGI.BR, 2023, p. 67). Levando-se em consideração que o acesso à cobertura previdenciária é requisitado, prioritariamente, pelas parcelas da população que recebem entre menos de um até dois salários mínimos (64,16%), pertencentes majoritariamente às classes D e E (quadro 2), é possível conjecturar que, levando-se em conta os dados de quantos desses usuários estão sendo impedidos do acesso aos benefícios pela restrição dos atendimentos a meios digitais, há um grande contingente de segurados ou beneficiários da Previdência Social que tem sido alijado do seu direito de, pelo menos, requerer seu direito, em função da dificuldade em acessar a *internet*. Os dados relativos ao acesso à *internet* no Brasil e o valor da cobertura previdenciária dos trabalhadores assegurados, bem como os entraves que estes vêm enfrentando

para a apresentação de pedidos junto ao INSS, por meio do sistema eletrônico próprio, mostram que as desigualdades sociais estruturais também se expressam no acesso e no domínio das tecnologias digitais.

Quadro 2. Cobertura previdenciária, por faixa salarial, entre pessoas protegidas (2018-2020)

	2018	2019	2020
Total de protegidos(as) por cobertura previdenciária	61.578.721	61.575.899	57.094.686
Abaixo de um salário mínimo	8.869.445	8.595.952	6.270.613
Igual a um salário mínimo	5.714.000	5.769.803	5.585.300
Mais de um salário mínimo e menos do que dois.	24.416.812	23.347.657	24.779.105
Total dos(as) assegurados(as) nas faixas salariais acima mencionadas (em %)	63,33%	61,24%	64,16%

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (2021). Elaboração própria (2024).

Como se não bastasse tal constatação, o mesmo contingente a quem é negado o acesso à *internet* ou o acesso qualificado aos instrumentos digitais disponibilizados pela autarquia (o Meu INSS) soma-se àquele conjunto da população que até dispõe do referido acesso, mas se depara com os indeferimentos de seus pedidos. Na mesma esteira, os usuários da política previdenciária passaram a ser atendidos presencialmente por um número cada vez menor de servidores, o que interfere na qualidade e na capacidade da autarquia de responder às requisições sem precisar da área recursal para tanto. Tal realidade se torna ainda mais perversa quando se traz à luz a política de redução da força de trabalho da instituição. Na referida seara, destaca-se o relatório da Fenaps quanto ao número total de servidores e de afastamentos no período entre 2016 e 2019. A partir dos dados apresentados a seguir, é possível indicar que, ao mesmo tempo em que houve uma redução significativa do número de servidores no período analisado, houve um aumento no número de afastamentos, o que expressa a perda da qualidade de vida do quadro funcional, com o aumento da intensidade do trabalho para os servidores mantidos – em oposição às intenções expressas, à época, pelo governo de Michel Temer, de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores da autarquia. A resposta a tal

ofensiva, dada pelos trabalhadores do INSS, por meio das organizações sindicais, tem sido a denúncia do referido processo, de modo a pautar a recomposição do número de servidores, diante da redução de pessoal observada nos últimos anos (quadro 3).

Quadro 3. Número total de servidores e de afastamentos (2016-2019)

Ano	Total de servidores	Total de afastamentos	% de afastamentos
2016	26.069	10.249	39,30%
2017	25.524	10.152	39,80%
2018	24.059	11.349	47,20%
2019	19.744	12.776	64,70%

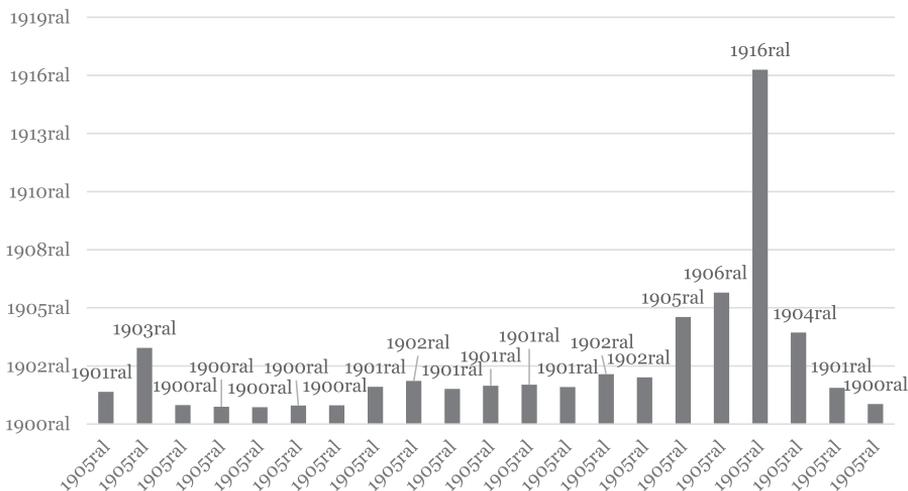
Fonte: Base de dados do INSS fornecidos pelo e-SIC em 23/10/2020 (FENASPS, 2022). Elaboração própria (2024).

Para muitos especialistas e usuários da política, a implementação do Meu INSS é considerada precipitada e irrefletida, uma vez que o referido processo aconteceu concomitantemente à redução do quadro de funcionários em 50% entre 2016 e 2022 (gráfico 1). De acordo com Vilma Ramos, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (Sinssp), “essa quantidade de servidores, mesmo com a utilização da tecnologia, não dá conta [do] atendimento [à] população” (REPÓRTER BRASIL, 2023). Pôs-se, assim, um cenário de confrontação entre a gestão da autarquia e seus trabalhadores. Sem a realização de concursos com o objetivo de repor o quadro funcional, os gestores do INSS buscaram aumentar a produtividade do conjunto remanescente de servidores, de modo que a digitalização tornou-se uma estratégia central.

Em julho de 2023, com o Ministério da Previdência Social sob o comando de Carlos Lupi, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) nº 1.181/2023 para regulamentar o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, em resposta ao contingente de 1,8 milhão de requisições na fila do INSS. Segundo o texto da referida MP, tal iniciativa tinha o objetivo de “reduzir o tempo de análise de processos administrativos de reconhecimento inicial, manutenção, revisão, recurso, monitoramento operacional de benefícios e avaliação social de benefícios administrados” (BRASIL, 2023), por meio do aumento da

capacidade de trabalho regular. Trata-se de um quadro que foi agravado pelo volume de aposentadorias dos trabalhadores da autarquia, cuja constatação foi observada especialmente a partir de 2017, ainda na fase inicial de implementação do INSS Digital (gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução das aposentadorias de servidores do INSS (2002-2022)



Fonte: Fenasps, 2022. *Elaboração própria (2024).*

No gráfico 1, é possível perceber a redução da força de trabalho do INSS em virtude da aposentadoria de servidores, considerando-se o período entre 2002 e 2022. Consta-se que, a partir de 2017, o número de aposentadorias apresenta uma tendência ascendente, cujo comportamento se estende praticamente até 2020. Uma das razões identificadas foi a greve dos servidores do INSS, realizada entre julho e setembro de 2015, que teve como uma das suas conquistas a incorporação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) de forma integral aos aposentados da autarquia. O ganho da GDASS, à época, correspondia a 80% do salário dos servidores, que se mantinham em atividade para não enfrentar redução dos próprios ganhos salariais, já que, mediante aposentadoria, somente 50% da gratificação era paga. A conquista impulsionou um contingente significativo de servidores a requerer aposentadoria, já que ela passaria a ser composta pela média da GDASS nos últimos 60 meses de serviço, geralmente próxima a 100% (SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Poucos dias depois da publicação da MP nº 1.181/2023, no jornal O Globo foi publicado um editorial que defendia a tese de que “muito melhor seria pagar mais aos produtivos e demitir quem há anos faz corpo mole” (O GLOBO, 2023a). A lógica defendida pelo Grupo Globo corresponde a um princípio de “desfuncionalização” dos serviços públicos, do qual fazem parte narrativas que buscam deslocar o debate sobre questões estruturais que conformam a dinâmica do Estado brasileiro, indicando o quantitativo de trabalhadores públicos como o “problema” a ser enfrentado. Por isso, advogava a demissão de funcionários considerados incompetentes e, ademais, a “flexibilização ou supressão das regras de direito público às quais os funcionários devem sujeitar-se; substituição dos concursos por contratos de direito privado; mobilidade entre serviços e entre os setores público e privado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 305). Soma-se a tais narrativas o fato de que os postos de trabalho da autarquia vagos em função de aposentadorias não devem ser ocupados por novos trabalhadores admitidos por concurso público, o que reforça a ideia de que o “problema” enfrentado pela população usuária está relacionado ao “tamanho” do Estado e ao excessivo número de servidores públicos.

Como dito anteriormente, a fonte das diretrizes que aqui referenciamos não é endógena. Não se quer dizer com isso que os governos de distintos países apenas assimilam as “recomendações” dos organismos internacionais sem realizar mediações com suas realidades particulares (DARDOT; LAVAL, 2016). Contudo, Thorstensen e Zuchieri (2020, p. 5) indicam que “os princípios e [as] recomendações da OCDE na produção e recomendação de políticas, incluindo no campo digital, têm se mostrado influentes na criação de padrões internacionais e na assessoria aos governos na elaboração de legislação interna”. Nesse sentido, é curioso notar que as intenções apresentadas no anúncio do INSS Digital, em 2017, em muito se parecem com um relatório publicado pelo Banco Mundial em 2022, que indica que há décadas os governos vêm empregando tecnologias para modernizar o setor público. Daí a razão pela qual se dispõe a auxiliar a execução dessas reformas, por meio de abordagens que fomentem um Estado eficiente e transparente, com os cidadãos como centro das reformas (BANCO MUNDIAL, 2022). No mesmo sentido, a OCDE vem promovendo diversas iniciativas com países membros e parceiros, que terão de “construir parcerias com o setor privado e cooperar com partes interessadas, incluindo dados confiáveis e acessíveis ao público” (THORSTENSEN; ZUCHIERI, 2020, p. 5).

Convergente com tal compreensão, a já referida matéria do Grupo Globo faz uma menção positiva à reforma administrativa (PEC 32/2020), que traz as medidas descritas na sua constituição enquanto peça jurídica, afirmando que ela teria o potencial para “trazer o serviço público para o século XXI”, de modo que sua não aprovação implicaria que “as filas do INSS continuarão a crescer e, de tempos em tempos, o contribuinte terá de arcar com novo ônus para desemperrar a máquina pública” (O GLOBO, 2023a). O jornal O Globo insistiu alguns dias depois, em novo editorial, que não fazia sentido reincorporar o quadro funcional perdido pelo INSS nos últimos anos e concordou com o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, ao afirmar que “o indicado é aumentar a automação na análise dos pedidos de benefício” (O GLOBO, 2023b). No mesmo editorial, afirmava-se que a criação do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social era apenas uma estratégia do Governo Federal para demonstrar à sociedade suas tentativas de resolver os problemas enfrentados pela autarquia e que, “entre idas e vindas no choque entre governos e servidores do INSS, tem cabido à população de baixa renda apenas o papel de refém da burocracia” (O GLOBO, 2023b). Boa parte do trabalho jornalístico e opinativo cristalizado nos meios de comunicação, a exemplo do Grupo Globo, orienta-se por uma compreensão de que

[...] quando [a] gestão fica nas mãos da administração pública, ela contraria – segundo as ‘evidências’ da nova ortodoxia – a lógica de mercado quanto ao papel dos preços e à pressão da concorrência. [...] O desprezo pelos agentes de base dos serviços públicos, os baixos salários pagos a eles, mas também a falta crônica de meios e pessoal à disposição desses mesmos serviços, sem falar das campanhas midiáticas contra a gestão burocrática e o ‘peso dos impostos’, contribuíram muito para a desvalorização daquilo que dependia da ação pública e da solidariedade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273).

Contudo, é um paradoxo que os próprios gestores de alto escalão dos Estados nacionais se disponham a serviço dessa concepção “ortodoxa”, aderindo à ideia de que o próprio Estado, para além de estar “encarregado de reformar e administrar a sociedade para colocá-la a serviço das empresas”, deve também “curvar-se às regras de eficácia das empresas privadas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 274). Como

se viu, no caso do INSS, os próprios gestores da autarquia indicam a necessidade de intensificar a automação dos processos de trabalho e utilizá-la como mediação na relação entre o INSS e a população usuária. Nesse sentido, faz-se coro à disseminação da gestão neoliberal do Estado, de que participam as classes capitalistas, inscritos entre elas os principais proprietários privados de meios de comunicação no Brasil, que dão ampla vazão, por meio de seus editoriais, à compreensão de que aprofundar a contrarreforma da Previdência Social e se utilizar das tecnologias digitais para tanto é o caminho mais adequado para enfrentar a “crise” pela qual passa o INSS, corroborando ideologicamente a atualização da “cultura da crise”.

Entretanto, desde a implementação das TIC nos processos de trabalho de servidores da autarquia e nas mediações com a população usuária da política previdenciária, os problemas não foram resolvidos – antes, foram aprofundados. O que se pode afirmar, a partir dos dados apresentados anteriormente, é que a implementação da automação nos processos de trabalho e nas mediações entre o INSS e a população usuária não parece: (I) contribuir com a qualidade de vida dos servidores alocados na autarquia; (II) facilitar a vida da população usuária nas suas requisições por benefícios; e (III) tampouco desburocratizar o acesso aos programas e serviços sob a guarda do INSS.

Considerações finais

Quisemos demonstrar, em nossa abordagem, a importância decisiva da ação das classes sociais sobre os processos de “modernização” das forças produtivas, medeiem elas a valorização do capital ou, como é o caso do presente artigo, a transformação do valor sob a guarda do Estado em direito previdenciário. Garantir um governo digital com transparência, dinamicidade no tratamento dos dados, sistematização e divulgação das informações, de modo a incluir, nos ambientes virtuais, as massas trabalhadoras que dependem das políticas sociais, constitui uma intenção que parece alheia a qualquer espécie de condenação, ainda que esteja ela a pavimentar, benfazeja que é, o caminho a um inferno dantesco.

Mas não é disso que se trata. Pelo fato de que representam, em parte, o quadro atual do desenvolvimento das forças produtivas, as tecnologias digitais são inscritas nos regimes de produção e reprodução como

mediações para tais processos. Se elas medeiam processos de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, ainda que possam ser utilizadas para supra-assumir tal regime de exploração, faz sentido que também – e sobretudo – sejam implementadas no sentido de garantir o atual “estado de coisas” da sociedade capitalista, adensando a questão social com novas expressões para a sua ontológica existência. Ao se realizar uma análise do INSS Digital, a realidade descrita aqui é o quadro emoldurado, apesar das boas intenções que o pintaram, querendo lhe dar outras cores. A *cultura da crise* não é mera tinta preta no branco e tampouco o universo indeterminado entre os zeros e uns dos *bits* digitais. Com quase sete anos de implementação do INSS Digital, o cenário que se pinta é desastroso. Seguirão definindo-o as pinceladas da luta de classes.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BANCO MUNDIAL (BM). Índice de maturidade digital dos governos (2022). Washington DC, 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/pzkj7rsj>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BANCO MUNDIAL (BM). **O Brasil do futuro**: rumo à produtividade, inclusão e sustentabilidade. Washington DC: BIRD/AID, 2023.

BANCO MUNDIAL (BM). **Proteção social para o Brasil do futuro**: enfrentar mudanças com inclusão e resiliência. Washington DC: BIRD/AID, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGISP) (portal *on-line* do governo brasileiro). **Linha do tempo – do eletrônico ao digital**. 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4uu9pf3p>>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023. Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social e dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2uhx65ht>>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. **INSS Digital**: uma nova forma de atender. MPS/INSS. Brasília, 2017, 19 p.

BRASIL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. Portal da Transparência (jun. 2023). Disponível em: <<https://tinyurl.com/d4bmjvw>>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. PODER EXECUTIVO. Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020. Brasília, 2020, 20 p.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 514/2023. **Relatório de Auditoria. TC 014.283/2021-2. Auditoria operacional no processo de recurso administrativo previdenciário [...]**. Instituto Nacional de Seguridade Social; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Ministro Aroldo Cedraz. Brasília, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA, Maria Lucia Lopes. **Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DE JESUS, Edivane. **As TICs na operacionalização e acesso às políticas sociais: o caso do INSS Digital**. In: Mesa Coordenada no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 17ª edição. Rio de Janeiro. Anais XVII ENPESS/ABEPSS: Rio de Janeiro, 2022.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM SAÚDE, TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (FENASPS). **Uma bomba-relógio chamada INSS: A urgente e necessária reestruturação da maior autarquia pública da América Latina (2022)**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3dz5te8t>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

O GLOBO (portal *on-line*). **“Bônus de produtividade no INSS é paliativo e adia reforma necessária”**, 27 jul. 2023. Disponível em <<https://tinyurl.com/4v93v9rx>>. Acesso em: 13 out. 2023.

O GLOBO (portal *on-line*). **“Fila de 1,6 milhão no INSS torna os mais pobres reféns da burocracia”**, 24 set. 2023. Disponível em <<https://tinyurl.com/35e4hwcu>>. Acesso em: 25 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Medir a transformação digital: um roteiro para o futuro**”. OECD Publishing: Paris, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yeyurp32>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

_____. **O governo eletrônico: um imperativo**. OCDE. OECD Publishing: Paris, 2003. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2s49w97v>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Digital government review of Brazil: towards the digital transformation of the public sector**. OECD Digital Government Studies: OECD Publishing: Paris, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mrx4ctf2>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

REPÓRTER BRASIL. **Nosso INSS** – documentário completo (2023). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1x39-GS7dWI>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINSSP) (portal *on-line*). “**Acordo de greve: entenda o que aconteceu com a GDASS**”, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yzk2djjw>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

THORSTENSEN, Vera; ZUCHIERI, Amanda Mitsue. **Governo digital no Brasil: o quadro institucional e regulatório do País sob a perspectiva da OCDE**. Textos para discussão. Fundação Getulio Vargas (FGV) – Escola de Economia de São Paulo: São Paulo, 2020.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

O reformismo neoliberal na atenção básica à saúde brasileira entre 2017 e 2022

*Neoliberal reformism in brazilian primary health
care between 2017 and 2022*

*El reformismo neoliberal en la atención primaria
de la salud brasileña entre 2017 y 2022*

Bruno Reis de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0002-2015-1231>

Ricardo Carneiro²

<https://orcid.org/0009-0005-4111-2636>

Flávia de Paula Duque Brasil³

<https://orcid.org/0000-0003-3070-7050>

Recebido em: 31/01/2024

Aprovado em: 08/07/2024

1 Administrador público. Mestrando em Administração Pública na Fundação João Pinheiro (FJP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1370174692249108>>. E-mail: <bruno.saudemg@gmail.com>.

2 Matemático. Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador em Ciência e Tecnologia na Fundação João Pinheiro (FJP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6739881018308220>>. E-mail: <ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br>.

3 Arquiteta-urbanista. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora na Fundação João Pinheiro (FJP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4666930977365902>>. E-mail: <flavia.brasil@fjp.mg.gov.br>.

Resumo: O artigo aborda as reformas introduzidas na Política de Atenção Básica à Saúde do Brasil à luz das proposições reformistas subjacentes ao *new public management* (NPM) a partir de 2017, no contexto da crise política e democrática no qual se aprofundou a incorporação da agenda neoliberal nas políticas públicas. A metodologia adotada fundamentou-se em uma revisão da literatura de conveniência, com foco no campo recente da Saúde Coletiva no período de 2017 a 2022, abordada de forma dialogada com os desenvolvimentos teóricos do NPM, a fim de produzir uma síntese aplicada sobre o reformismo neoliberal no País, notadamente no Sistema Único de Saúde (SUS). Como conclusões, apontam-se limitações no alcance das promessas das reformas, ao lado de retrocessos e prejuízos aos direitos de saúde da população, como perda da universalidade e da integralidade, que constituem princípios-chave do SUS instituídos pela Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Atenção Básica à Saúde; nova gestão pública; neoliberalismo.

Abstract: The article discusses the reforms introduced in Brazil's Primary Health Care Policy in light of the reformist propositions underlying new public management (NPM) from 2017 onwards, in the context of a political and democratic crisis in which the incorporation of the neoliberal agenda into public policies has deepened. The methodology adopted was based on a literature review of convenience, focusing on the recent field of public health in the period from 2017 to 2022, approached in a dialogical way with the theoretical developments of the NPM, in order to produce an applied synthesis on neoliberal reformism in the country, notably in the Unified Health System (SUS). The conclusions point to limitations in achieving the promises of the reforms, as well as setbacks and damage to the population's health rights, such as the loss of universality and comprehensiveness, which have been key principles of the SUS since the 1988 Federal Constitution.

Key-words: Primary Healthcare; new public management; neoliberalism.

Resumen: El artículo discute las reformas introducidas en la Política de Atención Primaria de Salud de Brasil a la luz de las propuestas reformistas subyacentes al *new public management* (NPM) a partir

de 2017, en el contexto de una crisis política y democrática en la que se ha profundizado la incorporación de la agenda neoliberal en las políticas públicas. La metodología adoptada se basó en una revisión bibliográfica de conveniencia, centrada en el campo reciente de la salud pública en el período de 2017 a 2022, abordada en diálogo con los desarrollos teóricos de la NGP, con el fin de producir una síntesis aplicada sobre el reformismo neoliberal en el país, en particular en el Sistema Único de Salud (SUS). Las conclusiones señalan limitaciones en el cumplimiento de las promesas de las reformas, así como retrocesos y daños a los derechos de salud de la población, como la pérdida de universalidad e integralidad, principios fundamentales del SUS desde la Constitución Federal de 1988.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud; nueva gestión pública; neoliberalismo.

Introdução

Desde o golpe em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff (SETA; OCKÉ-REIS; RAMOS, 2021), o Brasil vê acirrar a agenda conservadora neoliberal nas várias dimensões de ação estatal. Tal cenário aprofundou as pressões de mercado e da crise política e democrática, abrindo espaço para a implantação de uma cartilha reformista – um contraponto aos dispositivos sociais de natureza antiliberal da Constituição Federal de 1988 (CF/88) (JACCOUD, 2021).

Tomando como ponto de partida tal cenário, este artigo aborda as iniciativas recentes de mudanças introduzidas na Política de Atenção Básica à Saúde (AB)⁴ do Brasil à luz das proposições reformistas subjacentes ao *new public management* (NPM). O objetivo é identificar criticamente as consequências do referido processo reformista, evidenciando problemas dele decorrentes ou não superados. Busca-se contribuir com as produções no campo da análise das políticas de AB, ampliando o escopo de tais reflexões a partir do aporte teórico do neoliberalismo e, mais especificamente, do gerencialismo do NPM.

4 Aqui, optou-se por utilizar a designação tradicional “Atenção Básica à Saúde” (AB), diante da mais atual “Atenção Primária à Saúde” (APS), que, segundo Baptista, Fausto e Cunha (2009 *apud* MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020), adota uma perspectiva internacional e ignora a construção do caráter universal e integral que marcam a AB no País.

Metodologicamente, o artigo apoia-se em revisão de bibliografia recente do campo da Saúde Coletiva no País, com foco nas últimas mudanças da política de AB. Foram levantados referenciais, que contribuem para a compreensão das proposições reformistas na Saúde, produzidos principalmente entre 2017 e 2022, bem como contribuições acadêmicas que problematizam o NPM e o enfoque neoliberal das reformas.

O artigo estrutura-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção trata do contexto e das bases teóricas do NPM e do movimento reformista na Saúde brasileira. Na segunda, discorre-se sobre as reformas implementadas na AB entre 2017 e 2022. Na sequência, procede-se a uma abordagem crítica das referidas mudanças, de inspiração neoliberal, à luz do gerencialismo que marca o NPM.

O *new public management* (NPM) e suas bases no reformismo estatal

Após o golpe de 2016, o primeiro grande retrocesso na agenda social, na fase de regulamentação pela via das políticas setoriais incorporadas pelo texto constitucional, materializa-se na chamada “Emenda do Teto de Gastos”. Com ela, as despesas com saúde foram desvinculadas das receitas constitucionais, fixando-se um novo regime fiscal, orientado por um teto para o crescimento de gastos públicos pelos 20 anos subsequentes ao da sua aprovação⁵ (JACCOUD, 2021; MASSUDA, 2020).

É importante lembrar que a União tem, historicamente, um papel federativo de relevância no financiamento das ações e dos serviços de saúde no âmbito do montante total do Sistema Único de Saúde (SUS). A sua participação no gasto público com saúde, que representou 75% dos recursos públicos para o setor em 1980 (CUNHA, 2021), apesar de vir decrescendo, ainda é significativa: da ordem de 43,2% do total em 2015 (MENDES; FUNCIA, 2016) e 42,2% em 2019 (BRASIL, 2021).

⁵ Na prática, decretou-se o congelamento do nível de gastos com saúde para o Governo Federal, que seria reajustado somente pela inflação. Segundo um relatório do Banco Mundial, a implementação da regra de gastos da EC nº 95 representa uma necessidade de reduzir em 25% o orçamento federal das despesas primárias federais em dez anos, nas quais se incluem as despesas de saúde (WORLD BANK GROUP, 2017).

Além dos seus impactos orçamentários gerais, as pautas reformistas elegeram a AB como área preferencial, dando ênfase ao protagonismo de atores de mercado e ao redesenho das políticas. Tais iniciativas são embasadas por concepções neoliberais pró-eficiência, que dialogam com determinados diagnósticos de atores alinhados com as ideologias de mercado, que apontam “[...] ineficiências significativas nas despesas com saúde no Brasil em comparação ao desempenho de outros países” (WORLD BANK GROUP, 2017, p. 111), que marcariam a saúde pública brasileira, segundo o Banco Mundial.

Tal noção de eficiência é criticada, visto que parte de uma visão instrumental da economia de recursos para aferir o desempenho, particularmente na produção de políticas públicas.⁶ Todavia, apesar das críticas, diagnósticos como os do Banco Mundial alinham-se ao reformismo neoliberal, no qual se inscrevem as proposições do NPM, que emerge a partir dos anos de 1980, ao ditar a imagem de um Estado ineficiente e desconectado da população. Tal visão forneceu as bases para a agenda do reformismo “[...] de orientação pró-mercado, focada na redução do escopo da intervenção do Estado na economia e na concomitante reestruturação de seu aparato organizacional e dos mecanismos de que dispõe para governar” (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011, p. 11), que será aplicada nas políticas sociais e, por conseguinte, na AB do País nos anos recentes.

Segundo Carneiro e Menicucci (2011), a designação NPM, cunhada por Christopher Hood, identifica um fenômeno já difundido de mudanças na administração pública dos países industrializados, como desdobramento da perda de dinamismo econômico dos anos de 1970. É uma designação *a posteriori* e que, portanto, teve origem a partir dos anos de 1980 e, no Brasil, a partir dos anos de 1990. Em suma, pode-se dizer que o NPM consiste em

[...] um amplo movimento reformista no aparelho do Estado que, em linhas gerais, propagava um conjunto de mudanças deliberadas de estruturas e processos nas organizações do setor público com o objetivo de obter melhores desempenhos. Trata-se de um modelo prescritivo

6 A referida “eficiência” ignora, por exemplo, os resultados alcançados pelo SUS, que, apesar de subfinanciado, garante a existência de um sistema que alcança só metade do percentual do “gasto público/PIB” em relação aos demais países com sistemas universais de saúde. Ou seja, o SUS possui alto grau de eficiência dentre os sistemas universais de saúde (SOUSA; MENDES, 2023).

pós-burocrático para a estruturação e o gerenciamento da máquina pública baseado nos princípios e nas diretrizes de eficiência, eficácia e competitividade e em instrumentos de gestão oriundos de organizações privadas (CHRISTENSEN, LÆGREID, 2007; GOLDFINCH & WALLIS, 2009; ONGARO, 2009 *apud* CAVALCANTE, 2017, p. 13-14).

A ideia central do NPM é a necessidade de conferir maior eficiência e agilidade à administração pública, tomando como ponto de partida as críticas dirigidas ao Estado sobre sua dimensão funcional que – conforme o pensamento neoliberal e os fundamentos da economia neoclássica – apontam o aprofundamento da crise fiscal de um Estado hipertrófico, com *déficit* público crescente, que, do ponto de vista organizacional, estão fundadas em uma consideração reticente sobre o modelo burocrático, que deveria ser substituído por um novo paradigma de cunho gerencial (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011).

Com o tempo, o movimento inicial do NPM foi incorporando novas motivações, passando da busca por redução do gasto público para a orientação por resultados, o aumento da qualidade dos serviços com foco no empoderamento do cidadão (PACHECO, 2010), a *accountability* e a transparência, que não chegam a equacionar os *déficits* democráticos do modelo (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011).

Um dos fundamentos da reforma introduzida pelo NPM aponta para a transferência de funções públicas para entidades não governamentais ou mesmo para entidades paraestatais – pessoas jurídicas de direito privado, legalmente autorizadas à prestação de serviços de interesse público não exclusivos do Estado –, como as organizações sociais (OS) e os chamados serviços sociais autônomos (SSA) (notadamente, os de segunda geração⁷) ou “derivados”, que possuem atuação ampliada, incluindo apoio na execução de políticas públicas exclusivas do Estado, que, diferentemente das OS, que são privadas e contratadas por via de contratos de gestão, são instituídos por lei (TONI, 2022).

Entre os formuladores de políticas públicas, a cultura do gerencialismo do NPM tem estimulado a opção pela paraestatalidade

7 Os SSA de primeira geração, também chamados de “sindicais”, têm origem nos anos de 1940 e foram instituídos para responder à formação da força de trabalho e ao suprimento de demandas na assistência social. Inicialmente, surgiram sob o Sistema S (Senai, Senac, Sesi e Sesc), expandindo-se, anos depois, para outras áreas, como as das cooperativas (Sescoop), das micro e pequenas empresas (Sebrae) e dos transportes (Sest e Senat) (TONI, 2022).

como alternativa para obter maiores ganhos de eficiência e redução de custos, além de corrigir problemas clássicos da operação burocrática estatal – como rigidez, baixa flexibilidade e adaptação, incompletude informacional, captura etc. –, sem perder de vista, na sua perspectiva, os princípios da administração pública: transparência, isonomia, impessoalidade, moralidade (TONI, 2022).

No campo da Saúde Pública brasileira, dentre as entidades paraestatais, têm maior relevância as organizações sociais de saúde (OSS). Segundo o censo das OSS de Barcelos *et al.* (2022), em 2018 eram 1.015 hospitais geridos por OSS, o que representava 1,4% dos estabelecimentos públicos de saúde do País. Do total de serviços contratados como OSS, 23% eram hospitais e 41,2% eram centros de saúde.⁸

Também há experiências de implantação de SSA, como a mantenedora da Rede Sarah de Saúde. Um levantamento realizado por Cunha Júnior *et al.* (2018) até dezembro de 2017 aponta que existiam cinco SSA na área da Saúde no País, sendo que o referido formato tem sido considerado por gestores públicos como uma alternativa às amarras normativas da administração pública, em especial na prestação dos serviços de saúde (CUNHA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Outra marca do gerencialismo introduzido pelo NPM foi a gestão por resultados. Os anos de 1990, segundo Behn (2002), foram marcados pelos esforços de melhoria do desempenho dos organismos públicos para aprimorar os resultados produzidos pelos governos, em detrimento de uma gestão pautada em regras e processos. Além disso, a Psicologia Social, a partir da experiência nas organizações privadas, forneceu um arcabouço de ferramentas e técnicas para estimular a melhoria de desempenho nas organizações, principalmente a partir de fundamentos econômicos dos incentivos de mercado (BEHN, 2002), como os financeiros, o que foi apropriado pelos movimentos de reforma.

A onda reformista da AB na gestão federal entre 2017 e 2022

A CF/88 inaugurou uma nova política de saúde do Brasil, atribuindo-lhe caráter universal, de integralidade da atenção, de participação popular, com comando único em cada esfera de governo, de financiamento

8 Estabelecimentos que prestam serviços de AB.

federativo compartilhado e descentralizado na assistência (COSTA, 2002). Em relação ao financiamento, um dos grandes destaques da legislação infraconstitucional foi a criação do Piso da Atenção Básica (PAB) em 1998, recurso pactuado de forma tripartite e descentralizado pela primeira vez para todos os municípios brasileiros (MENDONÇA, 2023), o que, por isso mesmo, serviu decisivamente à expansão e ao aumento da qualidade da AB (BARBOSA *et al.*, 2016; MASSUDA, 2020).

O PAB é dividido em componente fixo (estabelecido em valores *per capita*) e variável (que serve como indutor à implantação de ações estratégicas federais da AB). Em 2006, foi instituída a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que adicionou recursos ao PAB variável para incentivar a implantação de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) (MASSUDA, 2020; MENDONÇA, 2023), definindo a opção pelo modelo de atenção individual e coletiva, de base territorial, adotado no sistema brasileiro.

Em 2008, foi instituído o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com financiamento específico: equipes formadas por profissionais de múltiplas formações, que deveriam atuar de forma integrada, para dar suporte à atuação das equipes da ESF, objetivando melhorar a resolutividade, a abrangência e o escopo das ações da AB.

Por fim, em 2011, foi revista a PNAB, adicionando-se critérios de vulnerabilidade para o cálculo *per capita* do PAB fixo. Além disso, no mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), ao qual se vincularam recursos do PAB variável ao desempenho das equipes da ESF (MASSUDA, 2020), em caráter de remuneração complementar. Assim, o PMAQ representou o início de uma política de estímulo à melhoria do acesso e da qualidade na AB, a partir de padrões pactuados de forma tripartite pelos entes federados, de maneira que vinculou recursos do PAB variável ao desempenho das equipes, ampliando o repasse total de recursos (BARBOSA *et al.*, 2016).

Após anos de construção e consolidação do referido modelo de atenção e de financiamento da AB, a partir de 2017 teve início o processo de reformas na política setorial no nível federal, com inspiração nos fundamentos neoliberais introduzidos pelo NPM décadas atrás. A nova PNAB reconfigurou o sistema, bem como a composição, o escopo e o processo de trabalho de equipes, o que acarretou consequências diretas sobre o direito à saúde e o modelo de atenção.

Marcada pela ausência de diálogo com a sociedade civil e com entidades tradicionais, dentre outros aspectos, a PNAB 2017: (I) promoveu a relativização da universalidade da AB, uma vez que a cobertura de 100% deveria estar restrita a áreas específicas; (II) incentivou a segmentação da oferta do cuidado, criando padrões de serviços “básicos” e “ampliados”; e (III) retirou a centralidade da ESF na organização do cuidado, retomando a visão da AB tradicional, ao flexibilizar as regras de composição das equipes e da sua carga horária (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020; MOROSINI; FONSECA; LIMA, 2018). Ela também introduziu a remuneração dos profissionais das equipes de AB e tornou facultativa a presença de profissionais como dentistas e técnicos de saúde bucal (SETA; OCKÉ-REIS; RAMOS, 2021).

Segundo Morosini, Fonseca e Lima (2018), a PNAB 2017 tornou possível, ainda, compor equipes da ESF com apenas um agente comunitário de saúde (ACS),⁹ o que contribuiu para a corrosão do princípio da universalidade do SUS. A ESF foi definida como principal estratégia de organização do modelo, mas, ambigualmente, a PNAB 2017 abriu a possibilidade de se implantarem outras estratégias concorrenciais, o que, com a flexibilização da carga horária dos profissionais das equipes de AB tradicional, favoreceu a adesão a este último modelo, em detrimento da ESF.

Embora proposta sob o argumento de conferir maior liberdade aos municípios para a composição do arranjo da AB segundo as especificidades locais, na prática não houve contrapartida financeira que dotasse os gestores de real autonomia e responsabilidade. A integralidade também se viu comprometida com o estabelecimento dos serviços “essenciais” e “ampliados”, o que, com a replicação de estruturas de atendimento de cuidado mínimo e seletivo, induziu a segmentação e a fragmentação, ou seja, problemas clássicos dos sistemas de saúde pelo mundo (MOROSINI; FONSECA; LIMA, 2018).

Entretanto, as reformas recentes do sistema de AB de escopo mais amplo ocorreram em 2019. Naquele contexto, o reformismo recaiu sobre três pontos estruturais da política setorial, como apontam Morosini, Fonseca e Baptista (2020): financiamento, regulação e prestação de serviços. Em relação ao financiamento, a reforma aconteceu sob a designação do chamado Previne Brasil, que agravou a alteração na lógica indutiva da organização da política de saúde. O citado programa

9 Anteriormente, as equipes consideravam 100% de cobertura da população na oferta de ACS e um máximo de 750 pessoas por agente comunitário de saúde.

extinguiu o PAB fixo e variável, introduziu a fórmula da *capitação*¹⁰ na aferição dos repasses federais (com base no número de pessoas cadastradas pelos serviços de AB municipais) e passou a remunerar o município a partir de uma nova lógica de desempenho das equipes,¹¹ o que, antes, funcionava em caráter de remuneração complementar (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020).

A norma¹² que criou o programa cita a ponderação da população cadastrada por critérios socioeconômicos e demográficos e a remuneração pela via de incentivos financeiros de adesão às prioridades do Ministério da Saúde (MS). Tal estratégia de capitação de base cadastral fere a perspectiva universalizante da AB, criando uma atenção baseada no indivíduo cadastrado, promovendo um modelo focalizante, na contramão da construção histórica do modelo de saúde brasileiro (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020). Além disso, a abrangência da AB se viu ameaçada com a extinção do financiamento das equipes dos NASF no modelo de financiamento do Previner Brasil (MASSUDA, 2020).

É importante pontuar a ausência de articulação e diálogo na implantação da referida proposta – prática já vista quando da implantação da PNAB 2017. No caso do Previner Brasil, nem mesmo na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) – fórum interfederativo de governança para pactuação de políticas e recursos do SUS – houve a apresentação da proposta ou dos impactos esperados (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020). Estudos realizados àquela altura pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Cosems/RJ) e pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (Cosems/SP) apontaram para uma perda financeira de 3% para o primeiro estado e de 25% para o segundo sobre os valores recebidos para o financiamento da AB em 2018, considerando o cenário ótimo de 100% da população cadastrada (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020; SETA; OCKÉ-REIS; RAMOS, 2021).

Sobre o financiamento baseado no desempenho, o histórico e os aprendizados do PMAQ como instrumento de avaliação de desempenho foram negligenciados, de modo a que se criasse outra lógica de remuneração por desempenho que não incorporasse a dimensão da avaliação dos

10 O termo “capitação” não tem relação com “captação” (“ato de captar”) e nem com “impor ou exigir capitação” (“imposto”), uma vez que deriva de “*per capita*”, ou seja, “por pessoa”.

11 Em 2021, foi reintroduzido um componente de financiamento com base em critério populacional, a fim de corrigir os problemas decorrentes da extinção do referido critério pela reforma.

12 Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019.

processos de trabalho (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020). Em relação aos indicadores avaliados das equipes, aponta-se para um escopo pautado por práticas “médico-centradas”, sem estímulo à promoção à saúde ou à ampliação da abrangência do cuidado, características da AB (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020). Nesse sentido, além do cadastro – fundamento da estratégia da capitação –, foram estabelecidos sete indicadores para compor o pagamento por desempenho. Trata-se de indicadores de natureza biomédica e com critérios padronizados, que não expressam a variação de situações que são objeto da AB (COSTA; SILVA; JATOBÁ, 2022).

Em complemento, apenas a partir de 2022 houve a pactuação de metas com aferição dos indicadores no Previne Brasil, sendo que, no período de 2020 e 2021, a decisão de implantação do pagamento por desempenho foi sistematicamente prorrogada, mantendo-se o pagamento integral. Mesmo em 2022 houve redução do escopo para apenas dois indicadores avaliados em dois quadrimestres. Tal prática reiterada afetou a mobilização dos municípios para a execução de ações de AB e ainda impede uma aferição de benefícios à sociedade do novo modelo de financiamento desenhado (COSTA; SILVA; JATOBÁ, 2022).

Outro eixo do reformismo de 2019 – a regulação – foi fruto de uma medida provisória,¹³ que foi convertida em lei¹⁴ pelo Congresso Nacional e instituiu o Programa Médicos pelo Brasil (PMB), autorizando a criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS)¹⁵ – um SSA (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020). Trata-se de uma instituição que recupera o modelo de parcerias para a provisão de serviços com perspectiva gerencialista, ao facultar à ADAPS a prerrogativa de contratar instituições privadas, as quais passariam a acessar volumosos e estáveis montantes de recursos públicos do SUS (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020).

Em 2023, em um movimento que parece o início de uma contrarreforma federal, a ADAPS teve suas funções redefinidas¹⁶ e passou a se chamar Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS), com atuação na execução de políticas de atenção à saúde indígena e básica, o que representou uma alteração de seu principal escopo. Entre

13 Medida Provisória nº 890, de 1º de agosto de 2019.

14 Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.

15 Decreto nº 10.283, de 20 de março de 2020.

16 Lei nº 14.621, de 14 de julho de 2023.

as mudanças na nova AGSUS encontra-se a vedação de aferição de receitas de aplicação financeira realizada pela agência.

Por fim, em relação à prestação de serviços, foi consolidada a Carteira de Serviços para a APS¹⁷ (CaSAPS), uma tentativa de estabelecer uma lista de procedimentos centrados principalmente em patologias para a AB. Segundo Morosini, Fonseca e Baptista (2020), trata-se de um mecanismo fundamental para a precificação, que permitiria aprofundar a privatização do setor, no bojo das iniciativas reformistas autorizadas com a criação da ADAPS. Além disso, as autoras chamam a atenção para o caráter de estabelecimento de serviços “mínimos”, reforçado pelo estabelecimento do “cardápio” de ações e serviços de padrão essencial (básico) e ampliado (estratégico) previstos desde a PNAB 2017.

Reformas da AB pós-2017 à luz do gerencialismo do NPM

A agenda da Saúde Pública brasileira, como visto, se viu atravessada, a partir de 2017, por iniciativas de cunho reformista na direção dos antigos preceitos neoliberais de natureza gerencialista e de busca por eficiência no setor público. Entretanto, conforme apontam Pollit e Bouckaert (2011 *apud* CAVALCANTE, 2017), as reformas gerenciais empreendidas nos diversos países mostram que seus resultados são bastante díspares e acabam refletindo mais uma espécie de profissão de fé do que ciência comprovada. Na reforma brasileira em questão, a experiência aponta para a mesma direção.

A capitação ponderada e a avaliação de desempenho do Previner Brasil são instrumentos já utilizados por sistemas públicos de saúde, cujo expoente é o modelo inglês, que lhe serviu de referência. A diferença entre tais experiências reside no fato de que, no Reino Unido, os instrumentos de capitação e avaliação servem à remuneração dos serviços contratados, ao passo que, no Brasil, eles pautam a lógica de transferências intergovernamentais, contribuindo para a ocorrência de efeitos perversos ao sistema (MASSUDA, 2020; MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020).

Conforme Massuda (2020), a capitação na relação contratual com prestadores de serviço proporciona vantagens, como a adscrição

17 APS é a sigla definidora da Atenção Primária à Saúde, também utilizada para designar a Atenção Básica.

de clientes, a responsabilização por uma população, o fortalecimento do vínculo, a melhoria no planejamento e a competição entre as equipes, que “disputam” o cliente conforme a sua atuação, apesar de oferecer, como efeito adverso, o “*risk selection*” (ou risco moral) de seleção de pacientes por parte dos prestadores, os quais evitariam aqueles onerosos ou hiperutilizadores.

Por outro lado, o referido critério de repasse intergovernamental desconfigura o caráter universal do financiamento, que passa a considerar só a população cadastrada para destinar recursos. A própria capacidade de cadastro dos municípios é variável, o que contribui para o subfinanciamento da AB em locais de maior carência. Também há o risco de se focar no processo do cadastro em detrimento da qualidade ou da prestação ou, ainda, de se efetivar o risco moral, de maneira a evitar cadastrar pessoas onerosas (MASSUDA, 2020).

Sobre o desempenho, evidências apontam para melhorias residuais nos indicadores dos processos de avaliação de equipes em termos de produtividade, o que compromete a sua atenção em relação àqueles não avaliados (MASSUDA, 2020). A extinção do financiamento do NASF também compromete a abrangência de serviços da AB. Além disso, Seta, Ocké-Reis e Ramos (2021) destacam que o desestímulo à manutenção do NASF coloca em xeque um dos diferenciais do sistema brasileiro e ameaça o princípio da integralidade.

É importante salientar que a própria experiência inglesa evidenciou que a lógica de “mercado” para competição interna no sistema de saúde levou à fragmentação do setor, ao criar um nível intermédio de compradores de serviços. A aposta na redução de custos e da qualidade pela via da competição de provedores mostrou-se inócua. Além disso, a adoção do gerencialismo – com metas, resultados e busca por custo-efetividade – também não levou a menores custos; ao contrário, propiciou que aumentassem (NORMAN, 2019).

Behn (2002) argumenta que a gestão por desempenho vive mais na retórica do que na realidade. A adoção da medição de desempenho como principal vetor de cálculo de recursos para a AB pós-reformismo parece corroborar tal afirmação. De um lado, as suspensões da aplicação dos descontos financeiros e a flexibilização da apuração dos indicadores explicitaram que o modelo proposto, estruturado sob o discurso da orientação para resultados, era inviável na prática. Além disso, tais

decisões contribuíram para desmobilizar municípios e desmotivar equipes (COSTA; SILVA; JATOBÁ, 2022), acarretando a perda de credibilidade no referido modelo remuneratório. Com isso, o resultado geral ocasionou baixa cobertura dos indicadores pactuados no Previne Brasil, com especial preocupação para a queda de cobertura das vacinas, podendo acarretar um agravamento do cenário de descontrole epidemiológico em relação às doenças imunopreveníveis (COSTA; SILVA; JATOBÁ, 2022).

De outro lado, a própria concepção dos indicadores e das metas não converge para aferir resultados de melhoria nos processos de trabalho (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020), uma vez que eles são centrados em aspectos clínicos de públicos específicos – três de gestantes, um de mulher, um de criança, um de diabético e um de hipertenso (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020) – que não respondem à dimensão das ações e dos serviços e nem das situações potencialmente atendidas (COSTA; SILVA; JATOBÁ, 2022) e que, por isso mesmo, não apuram resultados efetivos sobre o desempenho das equipes.

A flexibilidade introduzida pelas normativas da AB para conferir a autonomia do gestor local aponta para uma tentativa do que Behn (2002) classifica como “a grande barganha”, que, em tese, poderia contribuir com melhores resultados pelas equipes. Entretanto, o desenho das propostas não pareceu adequado para a efetivação da citada aposta, uma vez que a dita flexibilidade acaba induzindo perdas na universalidade e na integralidade (MOROSINI; FONSECA; LIMA, 2018), ao invés de ganhos em acesso e eficiência (MOROSINI; FONSECA; BAPTISTA, 2020) com a suposta adesão do sistema às demandas locais.

A potencial privatização e as parcerias são outra marca das mudanças na AB. Em primeiro lugar, embora o discurso seja baseado na busca por eficiência e modernização, não há na literatura um consenso sobre nenhum dos modelos de terceirização dos serviços de saúde – SSA (que caracteriza a ADAPS) ou OSS (que podem ser contratadas pela ADAPS) – em relação a melhores resultados do que a gestão pela via da administração direta (AD).

Barcelos *et al.* (2022), por exemplo, apresentam evidências ambíguas sobre o desempenho de unidades básicas de saúde geridas por contrato de gestão ou pela AD e problemas de transparência e controle social das OSS, comparativamente com os demais. Ao mesmo tempo,

uma parte dos estudos levantados pelos referidos autores indica resultados mais satisfatórios em termos de eficiência das OSS sobre a AD em hospitais. Andrade e Gonçalves (2019), entretanto, em análise da experiência da implantação de um SSA no Hospital de Base, em Brasília (DF), destacam que os resultados não evidenciam a superação de problemas de ineficiência ou insuficiência dos serviços.

Assim, se de um lado as OSS são defendidas sob o argumento da eficiência, de outro lado evidencia-se que tal modelo contribui para a fragmentação e a perda de padronização nas políticas públicas, a redução do controle social e menor responsabilização estatal. Além disso, a melhoria da eficiência e da eficácia alocativa está diretamente relacionada com a qualidade da formalização e a capacidade institucional de acompanhamento dos contratos, o que é frágil na realidade da administração pública nacional (TONI, 2022) e ganha mais relevo com as críticas ao modelo burocrático induzido pela visão gerencialista.

Destaca-se que a criação da ADAPS e da carteira de serviços (CaSAPS) constitui outra frente que favorece o processo de terceirização para parceiros privados dos serviços sob a responsabilidade do setor público, ao mesmo tempo em que aprofunda uma atenção em bases mínimas, focalizadora, não universal e não integral, como foi discutido aqui. A citada reorientação contraria fortemente os princípios constitucionais do sistema de saúde brasileiro e, embora esteja revestida de suposta busca por eficiência e transparência, tende a reproduzir perdas de eficiência pela concorrência de modelos de atenção e fragmentação do sistema, como posto por Massuda (2020) e Norman (2019).

A indução a uma mudança no modelo de atenção é reforçada pela expansão ou retração dos componentes basilares dos referidos modelos. Embora a ESF figure na PNAB 2017 como principal estratégia de organização da AB no Brasil, a prática demonstra outra realidade. Conforme Mendonça *et al.* (2023), no período de 2017 a 2021, houve um aumento de 17,93% na quantidade de equipes de ESF; no entanto, no mesmo período, as equipes de AB cresceram 821,52%, o que demonstra clara mudança de prioridade na forma de organização do sistema. Além disso, ainda no mesmo período, os ACS cresceram apenas 4,52%, o que reforça o sucateamento da abordagem universalista, territorial, comunitária e de promoção à saúde. Por fim, desde 2019 nota-se um movimento de descredenciamento dos NASF, com queda do número absoluto até 2021, o que contribui com a edificação de uma AB mais

restritiva, individualista e de demanda espontânea, prejudicando a ESF como estratégica na saúde (MENDONÇA *et al.*, 2023).

O referido “desmonte” tem se refletido nos atendimentos da AB. Massuda *et al.* (2022) constataram, a partir de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) entre 2012 e 2022, que houve uma redução consistente em procedimentos realizados em unidades básicas desde 2017, também indicada na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, que mostra a queda, segundo a própria população, da definição dos centros de saúde como serviço de seu uso regular – de 53,7% em 2013 para 35,9% em 2019.

É relevante pontuar que todo o processo recente da AB brasileira ocorreu na contramão das tendências internacionais dos processos reformistas de modernização gerencial. Enquanto no exterior há uma ampliação da *accountability*, o projeto de reformas no SUS entre 2017 e 2022 descartou os mecanismos de participação social nas decisões, conforme atestam Morosini, Fonseca e Baptista (2020, p. 3).

Os temas da política de saúde são excluídos do ambiente participativo, restringindo-se à arena de pactuação entre gestores, transitando para a condição de problemas de gestão, cujas respostas são construídas em ambientes técnicos e administrativos, ocultando os interesses políticos mobilizados.

Mesmo os espaços de pactuação federativa da estrutura de governança do SUS foram negligenciados, como durante a implantação do Previne Brasil. Enfim, o referido conjunto de procedimentos remete a uma ideologia que determinou toda a revisão da PNAB e das demais normativas da AB nos últimos anos. Como alertam Morosini, Fonseca e Lima (2018, p. 15),

tais escolhas remetem a uma concepção de Estado afinada com a racionalidade neoliberal, que aponta para o sentido inverso a uma maior presença do Estado, requerida para a continuidade do SUS como projeto e da AB como estratégia principal para a garantia da saúde como direito universal.

Considerações finais

Os anos após a deposição de Dilma Rousseff foram marcados pela guinada ideológica para a extrema-direita e por uma agenda conservadora neoliberal na implantação das políticas públicas federais. A adoção da agenda que havia sido derrotada pelas urnas surge como marco de ruptura do ciclo de promoção do crescimento com inclusão social, que caracteriza os governos petistas, reverberando no âmbito do SUS e, particularmente, da política de AB.

Consoante Jaccoud (2021), as reformas da agenda liberal prometiam oferecer um programa de crescimento econômico e inclusão social a partir da perspectiva do mercado, compensando a redução do Estado social. Entretanto, constitui uma racionalidade que remete ao NPM e que continua, conforme foi explorado neste trabalho, gerando resultados dissonantes do discurso que a crença nos mecanismos de mercado pretende efetivar.

Além disso, a agenda reformista adotada no período analisado causa prejuízos ao que foi historicamente construído na Saúde Pública do Brasil e reforça o argumento neoliberal de restrição fiscal e contenção de gastos, implicando uma redução do Estado que ameaça a manutenção da saúde como direito de cidadania. Trata-se de um cenário que urge ser revertido nos próximos anos, em consonância com as tendências internacionais contemporâneas de reformas que se baseiam no fortalecimento da capacidade do Estado como liderança de processos de desenvolvimento e provimento de políticas públicas (CAVALCANTE, 2017).

Referências

ANDRADE, B. H. S. D.; GONÇALVES, A. D. O. Novo modelo e velhos problemas: a criação de um Serviço Social Autônomo sob a ótica da eficiência. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, nº 3, p. 36-61, 2019.

BARBOSA, M. G. *et al.* Financiamento da atenção básica à saúde no Brasil: do piso da atenção básica à remuneração por desempenho. *In*: GOMES, L. B.; BARBOSA, M. G.; FERLA, A. A. (org.). **Atenção básica: olhares a partir do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ-AB)**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016, p. 101-123.

BARCELOS, C. *et al.* Censo das organizações sociais de saúde brasileiras: levantamento e caracterização. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, v. 14, supl. 1, p. 15-30, 2022.

BEHN, R. D. The psychological barriers to performance management: or why isn't everyone jumping on the performance-management bandwagon? **Public Performance & Management Review**, v. 26, nº 1, p. 5-25, 2002.

BRASIL. **Boletim Economia da Saúde**, v. 1, nº 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. Texto para discussão 1686. Brasília: IPEA, 2011.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Texto para discussão 2319. Brasília: IPEA, 2017.

COSTA, N. D. R.; SILVA, P. R. F. D.; JATOBÁ, A. A avaliação de desempenho da atenção primária: balanço e perspectiva para o programa Previne Brasil. **Saúde em Debate**, v. 46, nº esp. 8, p. 8-20, 2022.

COSTA, R. C. R. D. Descentralização, financiamento e regulação: a reforma do sistema público de saúde no Brasil durante a década de 1990. **Revista de Sociologia e Política**, nº 18, p. 49-71, 2002.

CUNHA, J. R. A. O (des)financiamento do direito à saúde no Brasil: uma reflexão necessária. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 7, nº 1, p. 59-77, 2021.

CUNHA JÚNIOR, L. A. P. *et al.* Serviço Social Autônomo: alternativa à implementação de políticas públicas não exclusivas de Estado. **A&C: Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 18, nº 72, p. 255-289, 2018.

JACCOUD, L. Democracia, conflitos distributivos e reforma da proteção social no Brasil. *In*: ETULAIN, C. R. (org.). **Política pública no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos**. Campinas: Unicamp, 2021, p. 53-80.

MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, nº 4, p. 1181-1188, 2020.

MASSUDA, A. *et al.* Rumos para um sistema de saúde resiliente. **GV-EXECUTIVO**, v. 21, nº 2, p. 22-29, 2022.

MENDES, A.; FUNCIA, F. R. O SUS e seu financiamento. *In*: MARQUES, R. M.; PIOLA, S. F.; ROA, A. C. (org.). **Sistema de Saúde no Brasil: organização e financiamento**. Rio de Janeiro: OPAS, 2016, p. 139-168.

MENDONÇA, C. S. Piso de Atenção Básica: um marco no financiamento e equidade na distribuição dos recursos financeiros do SUS. **APS em Revista**, v. 5, nº 1, p. 45-51, 2023.

MENDONÇA, F. D. F. *et al.* As mudanças na política de atenção primária e a (in)sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. **Saúde em Debate**, v. 47, nº 137, p. 13-30, 2023.

MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; BAPTISTA, T. W. D. F. Previnde Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, nº 9, p. 1-20, 2020.

MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; LIMA, L. D. D. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, nº 116, p. 11-24, 2018.

NORMAN, A. H. Estratégias que viabilizam o acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde no Reino Unido. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, nº 41, p. 1-13, 2019.

PACHECO, R. S. A agenda da nova gestão pública. *In*: LOUREIRO, M. R.; ABRÚCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 183-218.

SETA, M. H. D.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. Programa Previnde Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, supl. 2, p. 3781-3786, 2021.

SOUZA, M. de A.; MENDES, A. Eficiência na atenção à saúde no SUS: revisão para uma crítica às recomendações do Banco Mundial. **JMPHC Journal of Management & Primary Health Care**, v. 15, p. 1-29, 2023.

TONI, J. D. Políticas públicas, governança orçamentária e o setor paraestatal. *In*: COUTO, L. F.; RODRIGUES, J. M. (org.). **Governança orçamentária no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022, p. 437-471.

WORLD BANK GROUP. **A fair adjustment: efficiency and equity of public spending in Brazil: volume I: síntese (portuguese)**. Washington D.C.: World Bank, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira

*Present past: racism and capitalism in the particularity
of the brazilian social formation*

*Pasado presente: racismo y capitalismo en la particularidad
de la formación social brasileña*

Sandra Regina Vaz da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-2218-7318>

Recebido em: 02/01/2023

Aprovado em: 09/09/2024

Resumo: O artigo objetiva refletir sobre a particularidade da formação social brasileira, destacando o colonialismo como marco principal da gênese, da combinação e do desenvolvimento do racismo, de modo a evidenciar sua confluência com a emergência do capitalismo no Brasil. Aborda a questão da terra e do trabalho, a partir de condições historicamente determinadas por relações coloniais, racistas e subordinadas, o que levou à formação de um modelo de capitalismo caracterizado pela dependência e subordinação aos centros hegemôni-

1 Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5882497845485160>>. E-mails: <sandravaz@id.uff.br> e <srvds@yahoo.com.br>.

cos e imperialistas. O texto está fundamentado no método em Marx. Mediante pesquisa bibliográfica e referenciada nos fundamentos marxistas e marxianos, verifica-se a propriedade latifundiária como um dos fatores que explicitam a situação dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas na sociedade brasileira, vivenciada por relações de expropriação, exploração e opressão, instituídas desde a colonização. Os rebatimentos correspondem a desigualdades e violências presentes na divisão social do trabalho, nos conflitos e nas disputas pela terra.

Palavras-chave: colonialismo; racismo; escravismo; capitalismo.

Summary: The article aims to reflect on the particularity of Brazilian social formation, highlighting colonialism as the main milestone in the genesis, combination and development of racism, in order to demonstrate its confluence with the emergence of capitalism in Brazil. It addresses the issue of land and labour, based on conditions historically determined by colonial, racist and subordinate relations, which led to the formation of a model of capitalism characterized by dependence and subordination to hegemonic and imperialist centres. The text is based on Marx's method. Through bibliographical research and references in Marxist and Marxian foundations, large landownership is verified as one of the factors that explain the situation of traditional peoples, quilombolas and indigenous peoples in Brazilian society, experienced by relations of expropriation, exploitation and oppression, instituted since colonization. The repercussions correspond to inequalities and violence present in the social division of labour, in conflicts and in disputes over land.

Keywords: colonialism; racism; slavery; capitalism.

Resumen: El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la particularidad de la formación social brasileña, destacando el colonialismo como principal hito en la génesis, combinación y desarrollo del racismo, con el fin de resaltar su confluencia con el surgimiento del capitalismo en Brasil. Aborda la cuestión de la tierra y el trabajo, a partir de condiciones históricamente determinadas por relaciones coloniales, racistas y subordinadas, que llevaron a la formación de un modelo de capitalismo caracterizado por la dependencia y subordinación a centros hegemónicos e imperialistas. El texto se basa en el método de Marx. A través de investigaciones bibliográficas y referenciadas en fundamentos marxistas y

marxistas, la propiedad de la tierra se verifica como uno de los factores que explican la situación de los pueblos tradicionales, quilombolas e indígenas en la sociedad brasileña, vivida por relaciones de expropiación, explotación y opresión, establecidas desde la colonización. Las consecuencias corresponden a desigualdades y violencia presentes en la división social del trabajo, conflictos y disputas por la tierra.

Palabras llave: colonialismo; racismo; esclavitud; capitalismo.

Introdução

“[...] para os brasileiros, notadamente os afro-brasileiros e os povos indígenas, donos primeiros das Terras Brasis, a compreensão da nossa história inclui a busca do que não foi escrito, do que foi ocultado ou da história subterrânea, que ainda precisa ser explicitada. Há um passado presente que precisa ser desvendado sobre os processos de colonização e de escravização que estruturam a nação brasileira. Reafirmamos que há um passado que não passou”.

(Conceição Evaristo)²

Reafirmar a existência de um passado que não passou, como nos inspira Conceição Evaristo (2022), significa recuperar a memória que foi ocultada pela história oficial. Uma história que busca permanentemente manter uma narrativa que esconde as marcas conservadoras e os privilégios de um Brasil que se instituiu de forma desigual, hierarquicamente racializado, territorialmente diverso, liberalmente competitivo e subordinado às amarras da hegemonia do capital.

A questão da terra é uma demanda histórica e está profundamente articulada à questão racial no mundo capitalista. No Brasil, a Lei da Terra³ foi o marco determinante que instituiu a antidemocracia da estrutura fundiária, fazendo permanecer o monopólio e a propriedade latifundiária sob o domínio da classe dominante de feição conservadora, racista e subordinada ao grande capital.

2 EVARISTO, Conceição. Independência do Brasil: Uma pátria de muitos gritos. In: SANTOS, Hélio (org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil, 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

3 BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Brasil, v. 1, p. 307, 1850. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=601&ano=1850&ato=8350TPR9EeJRVT7f0>>. Acesso em: dez. 2022.

Criada em 1850, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, garantiu a proteção do Estado para assegurar a compra e a venda da terra enquanto mercadoria, para a sua obtenção por quem dispusesse de capital, tal qual a classe latifundiária. Sem espaço para doações, posses espontâneas e pequenas propriedades, a Lei da Terra precedeu a abolição da escravatura e serviu como um dos mecanismos de barragens vivenciados pela população negra (MOURA, 2014a).

A Lei da Terra estabeleceu uma relação mercantil entre o Estado e os proprietários que blindou não só o Estado brasileiro no cumprimento de políticas compensatórias aos africanos e seus descendentes submetidos à violência, expropriação e desumanização, pela via da escravização de seus corpos, como também retirou a responsabilidade do latifundiário escravista em relação ao referido e trágico episódio da história. Além disso, assegurou a propriedade e a herança aos seus sucessores.

Os desdobramentos em torno disso correspondem aos conflitos agrários e latifundiários, que têm por trás fazendeiros, empresários, grileiros, posseiros e madeireiros, que utilizam da violência e da dominação política e econômica não apenas em relação à população negra (sobretudo, quilombola), mas também contra indígenas, ribeirinhos e demais trabalhadores do campo, que convivem com a expropriação de seus territórios, em função do capital financeiro.

Tais desdobramentos se encontram presentes também nos deslocamentos forçados e na especulação imobiliária dos centros urbanos, que forçam a classe trabalhadora a viver em condições precárias de moradia e expulsão para regiões periféricas, cortiços e favelas. Trata-se de uma lógica baseada na noção de modernidade construída pelo “homem branco”, que logrou enviar “essa gente do campo e da floresta para as favelas e periferias, para virar mão de obra em centros urbanos” (KRENAK, 2019, p. 9).

As definições referentes a povos, comunidades e territórios tradicionais aqui referenciadas se baseiam no artigo 3º do Decreto nº 6.040/2017, da Presidência da República, que compreendem:

I - povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,

ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...] (BRASIL, 2017).

Dada a sua definição, voltada para a preservação, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural, além de estar também orientada no sentido da implementação de políticas públicas, os povos e as comunidades tradicionais são caracterizados por indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, seringueiros e tantos outros, que somam um total de 23 definições e representam cerca de 4,5 milhões de pessoas, cujas atividades têm sido disputadas por narrativas para justificar o agronegócio.⁴

Enquanto isso, o agronegócio vem representando um importante mercado da economia brasileira. Entre abril de 2021 e abril de 2022, a atividade econômica alcançou um crescimento de 15,2% em sua exportação (IPEA, 2022). Trata-se de um investimento econômico que tem sua base fundante na superexploração⁵ da força de trabalho da classe trabalhadora (majoritariamente negra) e nas situações de trabalho análogas à escravidão em setores vinculados à produção agrícola.⁶

Enquanto a produção agrícola exportadora brasileira se mantém como uma das maiores do mundo, ao lado de países como China, Estados

4 É importante conferir, por exemplo, uma matéria publicada na *site* G1, sob o título: “Gente do campo: descubra quais são os 28 povos e comunidades tradicionais do Brasil”. A matéria faz parte de uma série apresentada pelo portal e teve como objetivo apresentar as pessoas “inspiradoras do agro”. G1 (portal). *Gente do campo: descubra quais são os 28 povos e comunidades tradicionais do Brasil*. 29 jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3TCIL9v>>. Acesso em: abr. 2024.

5 Para Marini, a superexploração da força de trabalho é o mecanismo utilizado no processo de acumulação do capital que só se realiza mediante a extração do valor da força de trabalho, a partir de relações desiguais na dinâmica entre o capital imperialista e a periferia. A superexploração da força de trabalho se realiza a partir das seguintes características: (a) pagamento da força de trabalho em percentuais que estão sempre abaixo do seu real valor; (b) prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites normais; (c) aumento da intensidade do trabalho para além dos limites normais; e (d) lacuna entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Luce (2018, p. 178) afirma que, “em todas elas, o capital se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação”, ou seja, constitui uma espécie de mecanismo de transferência de renda às avessas, que impõe uma diminuição geral à renda das famílias. E não é só do fundo do consumo que o capital se apropria, por meio da superexploração, porque ocorre também um avanço sobre os anos de vida do trabalhador, uma vez que o capital abastece sua acumulação com a violação do fundo de vida da classe trabalhadora (SILVA; FAGUNDES, 2022).

6 BRASIL DE FATO. “43% da nova ‘lista suja’ do trabalho escravo é do agronegócio”. São Paulo, 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3XPN6ZG>>. Acesso em: dez. 2022.

Unidos, Índia e Rússia, a crise econômica e sanitária que assolou o País, pela pandemia de Covid-19, gerou o crescimento da extrema pobreza e impactos ambientais.

No ano de 2022, havia cerca de 33,1 milhões de pessoas em situação de fome.^{7,8} Trata-se de uma condição atravessada por gênero, raça, geração e território. O dado apresentado é da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022), que demonstra que os impactos da referida realidade correspondem ao desemprego, à precarização do trabalho (com destaque para o trabalho no campo), à informalidade, à falta de acesso regular e permanente à água, ao endividamento e à dificuldade em comprar alimentos básicos para as principais refeições.

Segundo o relatório da Rede PENSSAN (2022), a segurança alimentar das famílias negras (pretas e pardas) corresponde a 35%, enquanto 53,2% das famílias se autodeclararam brancas. No caso da restrição ao acesso a alimentos em qualquer nível, 65% dos lares chefiados por famílias negras passam pela referida condição, segundo declarações de seus membros.

De acordo com os pressupostos marxianos, terra e trabalho compõem uma unidade intrínseca e inerente à constituição dos homens como seres sociais. O trabalho é a fonte de toda a riqueza da humanidade. É um processo que media, regula e controla a relação entre o homem e a natureza, que – transformada pelo trabalho – oferece as satisfações das necessidades, que vão das mais imediatas às mais complexas e diversificadas formas, na produção e reprodução social da humanidade (MARX, 2010).

Todavia, no capitalismo, tal relação é determinada por classes sociais antagônicas, ou seja, é representada por interesses distintos, dentre aqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção e aqueles que necessitam vender a sua força de trabalho para se reproduzir material e socialmente. Trata-se de uma oposição determinada pela acumulação da riqueza, ao passo que recrudescer a desigualdade social, que ocorre pela exploração, pela opressão, pela expropriação de

7 OXFAM BRASIL. “Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas”. Disponível em: <<https://bit.ly/3zi6m8P>>. Acesso em: dez. 2022.

8 REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Relatório final, 2022. São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>>.

direitos e territórios, pelos conflitos e pelas lutas antagônicas entre as classes sociais (MARX, 2009).

No bojo do referido antagonismo se encontra a propriedade fundiária. Como pressupõe Marx (1988), a propriedade fundiária tem como fundamento o monopólio de alguns sobre determinadas porções do globo terrestre, cujo domínio é exclusivo de seu interesse privado e de sua exigência sobre a outra parte da sociedade, com o pagamento do tributo “pelo direito de habitar a Terra” (MARX, 1988, p. 113).

É partindo dessa compreensão que observamos o colonialismo como marco principal da gênese e do desenvolvimento do capitalismo, que, mediado pelo racismo, objetivou a emergência do capitalismo na particularidade da formação social brasileira. Uma articulação que resultou na divisão internacional e racial do trabalho – pela via do desenvolvimento desigual e combinado –, que universalizou o modo de produção capitalista e o seu domínio sobre o mundo, ao passo que fez proliferarem conflitos e contradições, materializados pela luta de classes.

Portanto, para se entender a contraditória realidade brasileira na sua particularidade, além de seus impactos sobre os povos originários, a população negra e as comunidades tradicionais, impõe compreender também a questão da terra e do trabalho. O racismo tem centralidade no referido processo e se situa historicamente no âmbito da relação de produção e reprodução da vida social, atualizada no contexto neoliberal.

Colonialismo, racismo e capitalismo

No prefácio da obra: “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx (2008) recupera o processo de produção social da própria existência humana como a base fundante da constituição de sua reprodução social, que, independentemente da sua vontade, passa a estabelecer relações sociais determinadas e necessárias. Nessa apreensão, a produção da vida material é determinante no processo da vida social, política e intelectual, que, em sua totalidade, constitui a “estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Porém, em um dado momento histórico, as forças produtivas materiais, à medida que se desenvolvem, convertem-se em um entrave,

pois “entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é mais do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então” (MARX, 2008, p. 47).

Como consequência do citado processo, uma época de revolução social se delineia, transformando, de forma lenta ou rápida, toda a superestrutura. Contudo, como atenta Marx (2008), há uma distinção entre a transformação material e as condições econômicas de produção, pois aquela alcança desde as ciências físicas e naturais até as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou seja, “as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, 2008, p. 48).

Netto e Braz (2010) explicam que os modos de produção, ao contrário de serem harmoniosos ou estáticos, são mediados por contradições, pois abrangem uma relação determinada entre o conjunto das forças produtivas (meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho) e as relações de produção, compreendidas pela articulação entre a relação de caráter técnico e as relações de caráter social (NETTO & BRAZ, 2010).

Em ritmos diferentes, devido às dinamicidades específicas, quando as relações de produção deixam de fomentar o desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, são travadas pelas relações de produção, há uma contradição entre ambas (forças produtivas e relações de produção), que só pode ser resolvida pela “transformação estrutural e substantiva do próprio modo de produção”. Nesse sentido, o que Marx (2008) aponta como uma “época de revolução social” configura-se pela transição de um modo de produção para outro, como assinalam Netto e Braz (2008).

No referido processo de transição, podem emergir formas econômico-sociais, associadas aos elementos do modo de produção antigo e ao novo modo de produção, trazendo aspectos pertencentes a outros modos de produção. Nas palavras de Marx (2008, p. 48),

uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no

próprio seio da velha sociedade. Eis por que a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser designados, como outras tantas épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno (MARX, 2008, p. 48).

Mediante as considerações de Marx (2008), é possível refletir sobre os processos de transição feudal para o modo de produção capitalista na Europa. Na mesma esteira se destaca o moderno colonialismo como uma mediação que impulsionou o processo de transição entre os modos de produção após o século XVI, em contexto mundial. De acordo com Souza (2020, p. 44), a citada transição “jogou, no solo histórico de evoluções sociais específicas, novas contradições, passando a ser um determinante fundamental nos modos de organização do trabalho, que, a partir dele, transformar-se-iam”.

A acumulação primitiva de capital possibilitou a transição clássica do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista nos países da Europa Ocidental. Para tal feito, valeu-se do colonialismo e do sistema colonial como impulsionadores na emergência do capital industrial, que “nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 2013, p. 830). Em sua gênese histórica, a acumulação primitiva de capital significou a expropriação de produtores diretos ou, em outras palavras, “a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (MARX, 2013, p. 830).

A partir do modo de produção feudal, três componentes articulados permitiram a transição para o desenvolvimento do capitalismo, como sintetiza Mazzeo (2015):

[...] primeiro, as relações sociais rurais, que permitem a emancipação do servo da gleba; segundo, o desenvolvimento das artesanias urbanas, que passam a produzir mercadorias independentes e especializadas, livres e sob a forma artesanal; terceiro, a acumulação de riqueza monetária advinda das relações comerciais e da prática de usura (MAZZEO, 2015, p. 34).

Das relações comerciais à manufatura, ao mercantilismo (como forma de produção) e às atividades capitalistas mediadas pelo trabalho livre e assalariado, a colonização do “Novo Mundo” se caracterizou como uma necessidade de expansão europeia e ampliação da produção de mercadorias, para responder a um mercado em crescimento. O sistema colonial foi o elemento integrador do mercado mundial, estruturador da divisão internacional do trabalho (MAZZEO, 2015).

Marx (2013) identifica o colonialismo como elemento central no processo de acumulação primitiva de capital, que se valeu da violência, concentrada no processo de expropriação e produção capitalista. Em sua análise, o sistema colonial possibilitou a concentração de capital e, de forma mais brutal, permitiu, pelo advento das colônias, a realização de um mercado de escoamento que, sob o seu monopólio, possibilitou que os “tesouros espoliados fora da Europa diretamente, mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio, refluíssem à metrópole e lá se transformassem em capital” (MARX, 2013, p. 823).

O comércio marítimo triangular, comandado pelas nações europeias, estabeleceu as relações comerciais mercantis entre a Europa, a África e as Américas e, por intermédio de seus negócios rentáveis (sobretudo, o comércio de africanos escravizados), permitiu financiar a Revolução Industrial (1760-1850) (WILLIAMS, 2012).

Decorrem de 1492 a descoberta do “Novo Mundo” pela monarquia espanhola e a disputa internacional pelas possessões coloniais. As reivindicações em torno de tal partilha eram de Portugal e, posteriormente, da Inglaterra, da França e da Holanda, que transformaram as colônias em um grande empreendimento econômico, voltado para o mercado de exportação pela via do trabalho compulsório (WILLIAMS, 2012).

A escravidão na sociedade moderna se tornava, então, uma instituição econômica prioritária. De igual modo, o tráfico de africanos escravizados se caracterizou como o método comercial “bem-sucedido” da acumulação primitiva. Povos originários foram expropriados. A escravidão enunciava um negócio rentável e associado ao açúcar, ao tabaco, ao algodão, ao tráfico de pessoas e à indústria naval, que gerava o crescimento das grandes cidades portuárias como centros comerciais (WILLIAMS, 2012).

Fanon (1979) aponta que, a partir do colonialismo, o mundo foi dividido em compartimentos e cindido em duas partes. Uma divisão

que opôs colonizador e colonizado e teve como pressuposto a violência colonial, ancorada em um conjunto de elementos sustentados por séculos: as armas e o serviço militar, a religião católica, os valores ético-políticos e uma noção de humanismo universal branco como singularidade absoluta, que hierarquizou as relações sociais, culturais e territoriais.

Ainda para Fanon (1979, p. 29), “o que retalha o mundo é, antes de mais nada, o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça”. Assim, a relação entre raça e colonialismo é intrínseca e fundante na divisão do mundo e em sua organização maniqueísta, que logrou a desumanização e a animalização do colonizado.

Sobre as contribuições do intelectual martinicano em tratar dos elementos ideológicos, psíquicos e subjetivos da dominação e exploração colonial, Faustino (2015) destaca três importantes pontos: 1) o racismo e a racialização para a dominação, que se valeu de forma violenta e desigual na “expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu” (p. 57); 2) as posições sociais epidermizadas, engendradas por um conjunto de determinações que inaugurou a divisão racial do trabalho a partir de marcadores fenotípicos e culturais, com base no racismo na sociedade moderna; e 3) o processo de reificação em sua forma mais profunda, que consiste na “racialização das experiências do colonizado”. Um feito que atravessou e definiu a vida do indivíduo, suas oportunidades, seus lugares, suas posições sociais e o reconhecimento humano.

Tal negação ontológica “fetichizou” e alienou o colonizador e o colonizado. Com isso, a alteridade para o negro não se baseará em outro negro, mas sim no branco (FANON, 1979, p. 93), que, por sua vez, é definido a partir do viés econômico: “alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico”. Logo, não há um reconhecimento mútuo e humano dos indivíduos, que passam a se enxergar pelas lentes invertidas do colonialismo (FAUSTINO, 2015).

Portanto, racismo e colonialismo compõem uma unidade articulada, que estruturou a modernidade e a sociedade do capital. Uma vinculação justificada pelo cristianismo e, posteriormente, pelas teorias raciais e eugênicas dos séculos XIX e XX. Sobre o caráter político e ideológico do racismo, mesmo a ciência tendo demonstrado sua inexistência, Moura (1994, p. 28) destaca que, na sociedade contemporânea, seu significado não deixou de desempenhar “papel agressivo no contexto das relações

locais, nacionais e internacionais”. Trata-se de uma relação hierárquica, que continuou determinando os lugares e as formas de dominação e exploração neocolonial na era do capitalismo monopolista.

Assim, a América e a circum-navegação em torno da África foram a base da ascensão burguesa, ao lado do mercado das Índias Orientais e da China. O colonialismo e o desenvolvimento de seu intercâmbio, mediado pela troca de mercadorias, possibilitaram o desenvolvimento do comércio, da navegação e da indústria, que, por sua vez, inaugurou um mercado mundial sob o domínio da burguesia, que exerceu dominação política junto ao Estado moderno representativo (MARX & ENGELS, 2010).

Em relação ao estágio neocolonial, cujo marco foi a Conferência de Berlim, ocorrida no ano de 1885, Traspadini e Bueno (2014) chamam a atenção para a partilha do mundo pelos monopólios, atrelados à necessidade do controle jurídico formal dos estados nacionais centrais e dos países periféricos, de forma aparentemente aliada. Uma relação que explicitou o enlace entre desenvolvimento capitalista monopolista e dependência periférica como elemento constitutivo da relação dialética entre dominação e subordinação em escala mundial e sua ação sobre os estados nacionais. Na fase dos grandes monopólios, as colônias foram o terreno fértil de produção e reprodução material da acumulação capitalista, como bem assinalaram os autores.

As colônias – que Eduardo Galeano [...] caracterizou como territórios das veias abertas, no caso da América Latina, mas válido também para a Ásia, a África e parte da Europa – são territórios vitais de produção e reprodução material da riqueza capitalista na fase dos grandes monopólios. As economias periféricas, território abundante em recursos minerais naturais e força de trabalho abundante, tornam-se novos espaços de anexação colonial para o capital financeiro em sua fase aberta de apropriação sem precedentes da riqueza mundial existente e futura. Pois a terra, anexada pelo capital financeiro como propriedade privada sua, apresenta-se como mercadoria futura de produção e/ou especulação para ganhos ainda maiores que os adquiridos em tempos anteriores às revoluções técnico-científicas. Isto vai atrelado à conformação do avanço das forças produtivas monopolistas sobre territórios aparentemente soberanos e autônomos nos marcos

legais da suposta legitimidade do moderno Estado de direito (TRASPADINI & BUENO, 2014, p. 97).

Como é possível observar, serão fontes da riqueza capitalista, em sua face imperialista, a abundância de recursos minerais, a força de trabalho, a terra como propriedade privada – vinculada ao avanço das forças produtivas monopolistas – e o domínio do capital financeiro. Na mesma esteira, as relações de gênero, raça/etnia e território serão dinamizadas e impactadas com os efeitos articulados da dominação imperialista, do capital financeiro, do sexismo e do racismo em seu caráter confluyente na dinâmica da exploração.

A particularidade da formação social brasileira

No Brasil, os elementos históricos que impuseram a emergência das forças produtivas e das novas relações de produção foram os mesmos que instituíram a dominação colonial na realidade latino-americana em 1492. Tais processos estiveram vinculados a outras sociedades e territórios, a partir do mercado mundial, o que significa dizer que não houve uma transição em sua forma clássica, mas determinada pelo fator colonialismo (SOUZA, 2020).

No processo de invasão e dominação colonial, Portugal passou de meras atividades extrativas de produtos naturais e trocas com os povos indígenas, conhecidas como sistema de escambo, ao processo disfarçado de impor quase que uma servidão, por intermédio dos jesuítas. Trata-se de um mecanismo que ocasionou impactos desastrosos sobre a cultura indígena e seu processo produtivo (MOURA, 2014b).

Alinhado à tendência internacional, que se expandia, o tráfico mercantil assentou as suas bases estruturais no Brasil e substituiu a escravização dos povos originários por africanos sequestrados em seu continente e transportados nos navios negreiros sob condições degradantes.

De acordo com Moura (2014b), é naquele momento que surgiram as primeiras medidas de proteção contra a escravização indígena, instituída com significativas brechas, para a utilização do trabalho compulsório indígena nas lavouras de cana-de-açúcar e expansão pecuária, sobretudo nas regiões do Centro-Norte e do Centro-Leste do País.

Pelo tráfico de africanos escravizados, a produção brasileira foi organizada em ritmo sistemático, abrangente e ininterrupto, predominantemente na região Nordeste. A cana-de-açúcar, por intermédio da produção açucareira, foi o principal produto econômico do período, atingindo o seu auge no século XVII.

Já no século XVIII, a atividade de mineração passou a se destacar pelas jazidas auríferas e de diamantes descobertos na região Sudeste do País, com destaque para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que se tornaram importantes polos voltados à referida atividade produtiva. Tal impulso teve como fatores as expedições armadas que exploravam o interior da colônia, buscando aprisionar indígenas, destruir quilombos e encontrar metais preciosos.

Porém, com o esgotamento das minas e a diversificação das atividades produtivas na região Centro-Sul – voltadas para a agricultura e a agropecuária –, o ramo de atividade ganhou novamente atenção econômica, por intermédio do açúcar, do tabaco e do algodão, até meados do século XIX.

A partir de então, o café despontou com grande dinamismo na região, demandando mão de obra, organização e investimentos em sua produção. A partir do século XIX, o café se tornou a principal atividade produtiva e agroexportadora do País, de modo que a sua centralidade econômica permaneceu até a primeira metade do século XX.

Do ponto de vista do escravismo no Brasil, Clóvis Moura (2014a) demonstra a importância em compreender os seus quase quatro séculos, atravessados por contradições, conflitos, modificações regionais e influências externas (SILVA; FAGUNDES, 2022). Partindo de uma periodização, Moura (2014a) examina o nascimento, o apogeu, a decadência e a decomposição do escravismo no Brasil em duas fases: a primeira denominada como *escravismo pleno* (de 1550 a 1850) e a segunda como *escravismo tardio* (de 1850 a 1888). A partir da referida periodização, é possível evidenciar a emergência do capitalismo e seu caráter dependente.

Foi a partir do escravismo tardio que houve o processo de desagregação do regime escravista e a construção da sociedade brasileira enquanto nação, fundada a partir de um novo arranjo jurídico-político. O marco temporal do citado período se iniciou com a extinção jurídica do tráfico de africanos escravizados e avançou até a formalização da abolição do trabalho escravizado no Brasil, em 1888.

Enquanto a fase do escravismo pleno não permitia a acumulação interna de capital, na fase do escravismo tardio a modernização se desenvolveu, sobretudo nas regiões cafeeiras, gerando modificações, mas sem mudanças na estrutura social escravista.

A “modernização sem mudanças” esteve acompanhada de diversas medidas jurídico-políticas que antecederam a abolição da escravatura e transformaram a legislação escravista, a importação da força de trabalho imigrante para o trabalho assalariado e a consolidação da dependência econômica como mecanismo intrínseco à soberania brasileira.

A coexistência da sociedade escravista com bases capitalistas foi ocupada pelo capital externo, sobretudo inglês, que, ao investir economicamente no País, manteve-o sob o seu controle. Empréstimos, investimentos financeiros e bancos possibilitaram a modernização brasileira no tocante ao transporte em vias terrestres e fluviais, ao comércio interno e de exportação e à indústria nacional. Contudo, os interesses e poderes das oligarquias foram mantidos. As relações permaneceram subordinadas às tendências do mercado internacional e ao endividamento externo progressivo (MOURA, 2014a).

Chasin (1999) destaca a presença decisiva da propriedade rural e do reformismo pelo “alto” no processo de modernização brasileira. Apontando os traços políticos imediatos, o autor considera que a realidade impôs uma solução conciliadora, que ocorreu entre a burguesia e a classe dominante, com feição conservadora, retrógrada e fragmentada, o que eliminou as classes subalternas e sua possibilidade de incidência nas decisões coletivas.

Com o lento desenvolvimento das forças produtivas e do progresso da indústria, a emergência do modo de produção capitalista denotou um caráter hipertardio e agrário da acumulação brasileira, determinado historicamente pela via colonial (CHASIN, 1999). Fundada na economia de base agroexportadora, a produção de mercadorias no Brasil se aprofundou e se realizou mediante o financiamento externo, algo que acarretou um círculo vicioso, que inviabilizou internamente o desenvolvimento da divisão social do trabalho no âmbito do capitalismo industrial brasileiro.

Devido ao seu caráter hipertardio, a industrialização brasileira se tornou não apenas profundamente retardatária, mas também retardadora, pois foi apenas no início do século XX que a hegemonia agroexportadora

se findou, o que deu início a uma nova estrutura produtiva de base urbana e industrial, que superou a renda do setor agrícola após 1956 (CHASIN, 1999).

Assim, em meio à articulação “pelo alto”, a “revolução burguesa no Brasil” foi instituída e, mediante a conciliação de interesses, manteve a população negra de fora do processo. Ademais, valeu-se ideologicamente de escravizadas e escravizados como posses para perpetuar os interesses econômicos, políticos, ideológicos e culturais de um projeto de nação, que estava em trânsito.

Diversos fatores permearam o referido processo: a escolha pela mão de obra imigrante como negócio rentável; a política de Estado alinhada à ideologia de branqueamento da sociedade; a massa anteriormente escravizada e a mão de obra nacional, em geral negra e indígena, consideradas atrasadas, inferiores e ociosas; e a disparidade regional provocada nos territórios onde a mencionada política não foi expandida (MOURA, 1988).

Relacionando condições sociais e históricas, Ortiz (2006) aponta que a temática da mestiçagem despontou da “amálgama étnica” brasileira, que, simbolicamente, evocava aspirações nacionalistas na construção de uma nação brasileira. Todavia, no projeto em curso, não havia espaço para a população negra e indígena, responsabilizadas pelo atraso e pelo primitivismo de um Brasil que estava em processo de modernização.

Foi a partir do Estado Novo que sociólogos e cientistas demarcaram a continuidade do processo de modernização dado pela Primeira República (1889-1929), com uma definição de “povo” que superaria o racismo científico, substituindo-o pela ideia de hibridismo e miscigenação entre brancos, negros e indígenas (GUIMARÃES, 2001).

Com isso, as concepções que afirmavam a existência de “raças humanas” e “qualidades civilizatórias inatas” foram sendo gradativamente superadas pela conjugação de povo. Ou seja, uma noção de povo absorvido e abrasileirado mediante diferentes manifestações culturais e relações sociais, tendo como pano de fundo a afirmação da existência de uma falsa democracia racial.

De cultura não letrada, síntese cultural composta por indígenas, caipiras, sertanejos, negros, mulatos, cafuzos e brancos, ao abrasileiramento que reinventava o mundo pela mestiçagem, estava em construção um movimento que buscava explicações de ordem cultural sobre o Brasil

e negava as análises raciais pessimistas – filhas das teorias darwinistas sociais – que depreciavam a miscigenação brasileira (SCHWARCZ, 2012). Tal explicação sobre a realidade brasileira logrou a interpretação de um país que ocultou as desigualdades raciais em nome de uma harmonia e de uma convivência pacífica nas relações étnico-raciais, à medida que recrudescia a competitividade capitalista.

O projeto que despontou a partir de 1930 foi aquele de uma cultura mestiça como representação oficial da nação, ou seja, de um nacionalismo imaginado e construído por intermédio de símbolos nacionais e discursos identitários, cujas noções de povo e passado foram se incorporando a uma narrativa idealizada e voltada para suavizar a história brasileira (SCHWARCZ, 2012).

Contudo, como foi possível observar no período pós-abolição, a incorporação da população negra ao mercado de trabalho teve caráter subalterno e suplementar. Como foi demonstrado aqui, o trabalho livre já havia sido dinamizado antes de 1988, coexistindo com relações escravistas. Assim, mesmo com o ínfimo desenvolvimento industrial, o referido processo foi se desenvolvendo com base em uma significativa e crescente força de trabalho imigrante, necessariamente europeia, que ia ao encontro do projeto de nação em curso, que passou a afirmar sua existência pelo amálgama das três raças. Ademais, a Lei da Terra favoreceu a formação de uma massa excedente de trabalhadores que, embora aptos para o trabalho, foram racializados em seu aproveitamento no processo de produção capitalista.

Souza (2020, p. 158) aponta que, na compressão do mercado de trabalho, “o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o subemprego e as condições mais precárias de trabalho também se apresentarão aos sujeitos a partir de sua racialização”. Com isso, no processo de subsunção formal do trabalho ao capital, nos marcos do trabalho livre e da igualdade jurídico-política, a contradição estabelecida entre as relações étnico-raciais foi necessariamente a saída para o rebaixamento salarial dos trabalhadores, como assinala Moura (1983).

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do subemprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão de obra uma economia que entrava em um modelo

econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar (MOURA, 1983, p. 133).

Contradição, aliás, que subsidiou a formação da classe trabalhadora no Brasil, composta por homens, mulheres e imigrantes, cuja incorporação ao mercado de trabalho se instituiu de forma desigual e atravessada por elementos ideológicos e hierarquizantes.

No caso da classe trabalhadora negra nas cidades, foi na condição de subemprego, informalidade, trabalho doméstico, trabalho braçal e em tantas outras condições precárias que, em grande medida, não absorvem a satisfação das suas necessidades imediatas de reprodução. Necessidades às quais o Estado respondeu por meio da criminalização e de pressupostos eugênicos no seio da sociedade moderna em formação.

No campo, a servidão, a peonagem, os trabalhos análogos à escravidão e a grilagem de terras marcaram intensamente a produção agrária e agropecuária na história do Brasil. Um trabalho que, por décadas, não foi regulamentado e revelou um conjunto de desigualdades territoriais e étnico-raciais. Povos originários, quilombolas, sertanejos, ribeirinhos, pescadores e muitos outros povos tradicionais e trabalhadores do campo foram submetidos a tal realidade por uma ofensiva ideológica que “abrasileirou” as suas culturas e ocultou as contradições de um país marcado por riquezas naturais e interesses conservadores.

Considerações finais

Como foi apontado aqui como particularidade da formação social brasileira, a emergência do capitalismo teve como bases fundantes o latifúndio, a monocultura e a escravização da força de trabalho indígena, africana e de seus descendentes na produção voltada ao mercado externo.

Trata-se de um processo que se instituiu por meio do cultivo da cana-de-açúcar e, mesmo com modificações no processo de sua

produção, passou pela indústria cafeeira e se tornou a principal produção econômica do País até o emergente século XX. O trabalho no campo chega ao século XXI mediado pelo trabalho livre com base em relações capitalistas e imperialistas. No entanto, tais relações vêm se instituindo também por intermédio de formas laborativas ilegais, como as análogas à escravidão, além da superexploração da força de trabalho, da expropriação e da degradação do meio ambiente, sobretudo com a ofensiva do agronegócio.

A luta pela terra e pela demarcação dos territórios constitui uma pauta histórica dos povos originários e das comunidades tradicionais. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido um marco no reconhecimento dos direitos sociais dos povos originários, dos quilombolas e de todas as demais comunidades tradicionais, suas populações convivem com intensas disputas e com conflitos agrários e latifundiários em sua realidade diária. Como foi apontado neste artigo, tais conflitos têm como pano de fundo interesses de fazendeiros, empresários, grileiros, posseiros, madeireiros e organismos internacionais, que se utilizam da violência e da dominação política e econômica – disfarçada de sustentabilidade, diversidade, desenvolvimento e geração de emprego e renda – para lucrar com a exploração da natureza.

Com isso, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tanto outros trabalhadores do campo (sobretudo, as suas lideranças) são vítimas constantes de assassinatos e ameaças por conflitos agrários, como Mãe Bernadete – líder quilombola –, que foi assassinada na Bahia em agosto de 2023. Ou seja, corpos negros, indígenas e de demais povos que foram definidos como selvagens e primitivos, os mais afetados, desde a invasão e colonização até o século XXI.

Assim, é possível afirmar que a confluência entre racismo e capitalismo é base estrutural e estruturante da sociedade brasileira, que foi assentada no latifúndio, na superexploração da força de trabalho e nas relações de opressão. Indígenas, quilombolas e tantos outros povos tradicionais representam a diversidade populacional habitada neste país. São dotados de múltiplas cosmovisões, técnicas e saberes próprios, formas coletivas de organização e culturas inerentes aos seus territórios, além de formas de pertencimento que preservam memórias e histórias de lutas e resistências contra a tentativa de apagamento realizada pelo projeto burguês de modernidade. São formas de reexistência.

Mais do que modos de produzir e satisfazer as necessidades mais imediatas de sobrevivência, a produção e a reprodução da vida social e da condição humana se instituem como riqueza e liberdade, que foram historicamente atravessadas pelo racismo e cotidianamente confrontadas pelo capital financeiro, pela especulação imobiliária e pelos organismos internacionais, que fazem das questões agrária e ambiental pautas urgentes que devem ser enfrentadas pela classe trabalhadora.

O mercado, que tem interesse na expropriação do território e na exploração da força de trabalho, é o mesmo que – pela via de setores privados e, sobretudo, internacionais – financia e investe no desenvolvimento sustentável contra a degradação do meio ambiente e no empreendedorismo como estratégia neoliberal de desenvolvimento econômico. Todavia, por trás da citada realidade, sabemos que é o racismo, em seu caráter estruturante, que mantém as relações como estão, sendo, portanto, insuficientes as saídas individuais pautadas pela política de diversidade e representatividade como estratégias de *marketing* e comerciais de grandes empresas. Chico Science (1966-1997) cantava o seguinte refrão em 1994: “Da lama ao caos, do caos à lama, um homem roubado nunca se engana”. Não nos enganemos com as saídas neoliberais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/povos-ecomunidadestradicionais1/decreto_6040_2007_pnpct.pdf/view>. Acesso em: abr. 2024.

BRASIL DE FATO. “**43% da nova ‘lista suja’ do trabalho escravo é do agronegócio**”. São Paulo, 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3XPN6ZG>>. Acesso em: dez. 2022.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil (2015). **Tese** (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos.

G1 (portal). “**Gente do campo**: descubra quais são os 28 povos e comunidades tradicionais do Brasil”. 29 jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3TCIL9v>>. Acesso em: abr. 2024.

GUIMARÃES, Antônio S. A. “A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)”. **Revista Tempo Social**, v. 13, n° 2, p. 121-142, novembro de 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Carta de Conjuntura, n° 55, 2º trim. 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/05/4908/#:~:text=O%20agroneg%C3%B3cio%20exportou%20US%24%2014,diante%20de%20abril%20de%202021>>. Acesso em: dez. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. ENDERLE, Rubens (trad.). São Paulo: Boitempo, 2013 [1890].

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. RANIERI, Jesus (trad.). São Paulo: Boitempo, 2010 [1844].

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____. **O Capital**. Livro terceiro, tomo 2, vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1885].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. COGGIOLA, Osvaldo (org.). PINA, Álvaro; JINKINGS, Ivana (trad.). São Paulo: Boitempo, 2010 [1848].

_____. **A ideologia alemã**. PINA, Álvaro (trad.). São Paulo: Expressão Popular, 2009 [1932].

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014a.

_____. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com Fundação Maurício Grabois, 2014b.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, nº 34, p. 28-38, 1994.

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, nº 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: dez. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OXFAM BRASIL. “**Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas**”. Disponível em: <<https://bit.ly/3zi6m8P>>. Acesso em: dez. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Relatório final, 2022. São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Sandra R. V.; FAGUNDES, Gustavo. “Clóvis Moura e a questão social no Brasil”. **Revista Katálisis**, v. 25, nº 2, p. 222-231, mai./ago., 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkdzVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf&lang=pt.>>. Acesso em: dez. 2022.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

TRASPADINI, Roberta; BUENO, Fábio Marvulle. Lênin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **Revista Rebel**, v. 4, nº 2, p. 186-204, mai./ago., 2014. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2708>>. Acesso em: dez. 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Male and female (in)tolerance profile in regard to living with diversity in a southern brazilian community

*Perfis de (in)tolerâncias masculina e feminina frente à convivência com
diversidades em comunidade no sul do Brasil*

*Perfiles de (in)tolerancias masculina y femenina hacia la convivencia con
la diversidad en comunidad en el sur de Brasil*

Mário Antonio Sanches¹

<https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>

Clara Nasser Scherer²

<https://orcid.org/0000-0001-6996-8042>

Giovana Maestrelli³

<https://orcid.org/0000-0002-6922-0736>

Article received on September 10, 2021

Article accepted on July 8, 2024

1 He is a licensed professor of Philosophy, holds a PhD in Theology, and a post-doctorate in Bioethics. In addition, he is the coordinator of the Postgraduate Program in Bioethics at the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR). Lattes CV: <<http://lattes.cnpq.br/3895854709901233>>. *E-mail*: <m.sanches@pucpr.br>.

2 She holds a degree in Medicine from the Federal University of Paraná (UFPR). She also has a master's degree in Bioethics from the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR), as well as a specialization in Clinical Medicine, titled by the Brazilian Society of Clinical Medicine (SBCM) of Brazil. Lattes CV: <<http://lattes.cnpq.br/9032635545653255>>. *E-mail*: <clara_nasser@hotmail.com>.

3 She holds a bachelor's degree in Theology from the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR) and a master's degree in Bioethics, also from PUCPR. Lattes CV: <<http://lattes.cnpq.br/7563281943682772>>. *E-mail*: <giovanaestrelli@gmail.com>.

Abstract: This article examines parents' (in)tolerance in recommending or not their children's coexistence with people situated in a wide diversity range. It is an exploratory research, conducted in a southern Brazilian community, by use of a questionnaire, with 225 participants. The analysed questions started with the sentence: "how do you position yourself when your son or daughter seeks to live with people of the opposite sex, another religion, other ethnicities or races, another social class, with disabilities, homosexuals and children of prisoners?". The analysed results focus on the different postures taken by female and male participants of the sample. The research shows that the female sample appeared to be more prone to encourage coexistence with the multiple categories of people investigated. The study is relevant to understand that living with diversity reveals distinct world views from the female and male populations.

Keywords: coexistence; tolerance; diversity; adolescence.

Resumo: Este artigo aborda a (in)tolerância dos pais ao recomendar ou não a convivência de seus filhos e suas filhas com pessoas que se situam em amplo escopo de diversidades. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada em comunidade no sul do Brasil, por meio de um questionário, com 225 participantes. Analisaram-se perguntas que foram introduzidas pela indagação: "como você se posiciona quando o seu filho ou sua filha busca conviver com pessoas de outro sexo, de outra religião, de outras etnias ou raças, de outra classe social, com deficiência, homossexuais e filhos de presidiários?". Os resultados analisados focam nas posturas distintas entre os perfis feminino e masculino da amostra estudada. A pesquisa apresenta que a amostra feminina se mostrou mais aberta a incentivar a convivência frente às diversas categorias de pessoas investigadas. O estudo é relevante para compreender que a convivência com a diversidade revela diferentes visões de mundo das populações feminina e masculina.

Palavras-chave: convivência; tolerância; diversidades; adolescência.

Resumen: Este artículo discute la (in)tolerancia de los padres al recomendar o no la convivencia de sus hijos e hijas con personas que se encuentran en un amplio ámbito de diversidades. Se trata de una investigación exploratoria, realizada en una comunidad del sur de Brasil, a través de un cuestionario, con 225 participantes. Analizamos las preguntas que fueron introducidas por la pregunta: "¿cómo te posicio-

nas cuando tu hijo o hija busca convivir con personas de otro sexo, de otra religión, de otras etnias o razas, de otra clase social, con discapacidad, homosexuales e hijos de presos?”. Los resultados analizados se centran en las diferentes posturas entre el perfil femenino y masculino de la muestra estudiada. La investigación muestra que la muestra femenina fue más abierta a fomentar la convivencia en relación con las diversas categorías de personas investigadas. El estudio es relevante para entender que vivir con diversidad revela diferentes visiones del mundo de la población femenina y masculina.

Palabras-chave: convivencia; tolerancia; diversidad; adolescencia.

Introduction

This article addresses the matter of parental tolerance and intolerance in recommending their children’s contact with people situated in a wide range of diversity: social, gender, religious, among others. The research was conducted in a southern Brazilian catholic community, on the context of a larger study about sexuality. That context is relevant for the article, but its core is a finding that was not part of the hypothesis or intents of the initial study. You could state that this article presents occasional findings of the original research: the perception that men and women – as parents – encourage their children in distinctive ways regarding living with diversity. To identify gender differences in the subject of tolerating diversity was not one of the proposed objectives of the initial study, but a brief presentation of the project could help situate those findings and understand their importance.

To pose questions about tolerance for diversity in the context of sexual education is justified based on a vision that sexuality is also characterized by a dialogical aspect, that is, that sexual and emotional education is part of a broader preparation of the human being to be familiarized and respectful with the diverse. In the conducted research, emotional education includes sexuality, not, however, being limited to it. Thus, the initially proposed study presented sexual diversity as one type of diversity between many others, what in turn generated the results here presented, that actually go beyond the scope of a study about sexual education.

The context of the research – a catholic community – also points to an understanding that family and religious community ought to be

understood as co-responsible partners in affective education. That is why, before introducing specific sexual contents in the activities of Christian initiation, it was considered relevant to ask: does the way parents prepare children to live in society also influences affective education? Is empathy part of the social tools that children can more easily develop depending on the parental incentive they received? Is empathy a core value for emotional and affective education?

At last, it was in this sexual education context that the original research was conducted. The part of the research examined in this article discloses the tolerance and intolerance profile of the community that was studied, including a very distinctive profile regarding gender issues.

Methodology

Given the nature of the theme, this is an exploratory research, since it is a preliminary attempt at investigating the way parents view the researched subject, with a quantitative approach.

The research took place in a community located in the suburbs of Curitiba, state of Paraná, southern Brazil. The field research used a questionnaire previously approved by a Research Ethics Committee. The questionnaires were answered in meetings with the parents, who were accompanying their children in religious activities. The research instrument was implemented the following way: a) the research subjects were selected by the inclusion criteria – teenagers' parents, who were not simultaneously pastoral agents at the community in question and who were not expecting another child; b) the research objectives and methodology were explained; c) the informed consent form and the research questionnaire were separately handed out; d) two ballot boxes were available – one for the participants to put the informed consent form in (filled or not) and other for them to put the questionnaires in (filled or not). That way, individuals who did not wish to participate in the research would be free to turn the documents over without filling them up. From 290 distributed questionnaires, 225 were filled adequately enough to be considered valid.

We believe the field research allowed to analyse many aspects of sexual education in the referred community. For the present article, we chose the questions regarding living with diversity, a group of questions introduced with the sentence: "What position do you take when your son/

daughter intends to be friend with people...” followed by the subsequent categories of people: (1) of another sex; (2) of another religion; (3) of another ethnicity/color; (4) of another social class; (5) with disabilities; (6) who are homosexual; (7) whose parents are in prison. The possible answers were all the same: “encourage it”, “accept it”, “tolerate it”, “advise against it” and “forbid it”. This group of questions was designed based on the understanding that when parents embrace different groups of people, they incentive their children to have the same attitude, which is very relevant in the context of affective education.

Results

Among the 225 parents, 135 (60%) were women, 85 (37,8%) were men and 5 (2,2%) didn’t answer that question. On table 1 we can see that parents express complete acceptance of their children socializing with people “with disabilities”, “of another ethnicity/color”, “of another social class”, as for these categories the parents were unanimous at not restricting the contact (0% of “advise against it” and “forbid it”). We may notice, however, the scenario changes and worsens when it comes to their children interacting with people “of another sex”, “of another religion”, “who are homosexual” and “whose parents are in prison”.

On table 2, the data mentioned above was crossed with the gender of the participant, and the results revealed distinct postures between the female and male members of the sample. Observing the category “encourage”, it is noteworthy that the part of the sample that identifies itself as female displays more tolerance than the male one, with a difference of over 10%, when it comes to encouraging their children to be familiar with ethnic, class, religion and gender differences. However, with respect to people of another sex or children whose parents are in jail, the difference of “encouragement” diminishes significantly between female and male samples.

By adding up the indicators “advise against it” and “forbid it”, it is remarkable that “homosexuals” is the category of people where the female and male attitudes were the most distinguishable from each other, for in this category the female intolerance is situated at 3,7%, while the male is 16,5%. On the other hand, the category “whose parents are in prison” prompts almost equal intolerance between the female and male parts of the sample.

Table 1. Parents’ tolerance indicators regarding their children’s coexistence with seven categories of people that express diversity in the community

What position do you take when your son/daughter intends to be friend whit people...														
	with disabilities		of another ethnicity/ color		of another social class		of another sex		of another religion		who are homosexual		whose parents are in prison	
	N.	%	N	%	N	%	N	%	N.	%	N.	%	N.	%
encourage	134	59,6	110	48,9	108	48,0	82	36,4	68	30,2	32	14,2	25	11,1
accept	87	38,7	114	50,7	115	51,1	125	55,6	148	65,8	121	53,8	114	50,7
tolerate	2	0,9	0	0,0%	1	0,4	14	6,2	7	3,1	51	22,7	53	23,6
advise against	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4	1	0,4	2	0,9	13	5,8	19	8,4
forbid	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4	0	0,0%	6	2,7	7	3,1
NA	2	0,9	1	0,4	0	0,0%	2	0,9	0	0,0%	2	0,9	7	3,1
Total	225	100,	225	100,	225	100,	225	100,	225	100	225	100,	225	100,0

Table 2. Crossed data between tolerance and gender indicators

What position do you take when your son/daughter wishes to be friend whit people...								
		with disabilities						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	83	48	2	0	0	2	135
	%	61,5%	35,6%	1,5%	0,0%	0,0%	1,5%	100,0%
Male	N.	48	37	0	0	0	0	85
	%	56,5%	43,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
NA	N.	3	2	0	0	0	0	5
	%	60,0%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		of another ethnicity/color						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	72	62	0	0	0	1	135
	%	53,3%	45,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	100,0%
Male	N.	36	49	0	0	0	0	85
	%	42,4%	57,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
NA	N.	2	3	0	0	0	0	5
	%	40,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

What position do you take when your son/daughter wishes to be friend whit people...								
		of another social class						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	71	64	0	0	0	0	135
	%	53,3%	47,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Male	N.	35	48	1	1	0	0	85
	%	41,2%	56,5%	1,2%	1,2%	0,0%	0,0%	100,0%
NA	N.	2	3	0	0	0	0	5
	%	40,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		of another sex						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	52	78	4	0	0	1	135
	%	38,5%	57,8%	3,0%	0,0%	0,0%	0,7%	100,0%
Male	N.	30	44	9	1	1	0	85
	%	35,3%	51,8%	10,6%	1,2%	1,2%	0,0%	100,0%
NA	N.	0	3	1	0	0	1	5
	%	0,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%	100,0%
		of another religion						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	49	82	3	1	0	0	135
	%	36,3%	60,7%	2,2%	0,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Male	N.	19	62	4	0	0	0	85
	%	22,4%	72,9%	4,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
NA	N.	0	4	0	1	0	0	5
	%	0,0%	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		who are homosexual						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	26	78	25	3	2	1	135
	%	19,3%	57,8%	18,5%	2,2%	1,5%	0,7%	100,0%
Male	N.	6	40	24	10	4	1	85
	%	7,1%	47,1%	28,2%	11,8%	4,7%	1,2%	100,0%
NA	N.	0	3	2	0	0	0	5
	%	0,0%	60,0%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

		What position do you take when your son/daughter wishes to be friend whit people... whose parents are in prison						Total
		Encourage	Accept	Tolerate	Advise against	Forbid	NA	
Female	N.	16	70	27	12	4	6	135
	%	11,9%	51,9%	20,0%	8,9%	3,0%	4,4%	100,0%
Male	N.	9	42	23	7	3	1	85
	%	10,6%	49,4%	27,1%	8,2%	3,5%	1,2%	100,0%
NA	N.	0	2	3	0	0	0	5
	%	0,0%	40,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

NA = no answer.

Discussion and data analysis

The aim of this article is to highlight gender diversity when it comes to intolerance, considering the research revealed different attitudes among the female and male participants of the studied sample. As mentioned above, the female sample seems to be more tolerant than the male sample with regards to encouraging their children to live with ethnic, class, religion and gender differences.

Certainly, “encourage” shows more openness to contact with people situated in the proposed categories. On the other hand, the lines between “encourage” and “tolerate” can be blurry. For that reason, more attention is dedicated in this article to the analysis of the indicator “encourage”.

People with disabilities

Only in the category of “people with disabilities” the female sample presents a rate of encouragement above 60%, and the male sample, above 50%. In Brazil, the inclusion of people with disabilities gained prominence specially after 2008, with the creation of a national educational inclusion policy that prioritized school enrolment of people with special needs in regular classrooms (BRASIL, 2008). Nonetheless, inclusion still faces great challenges (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019). A systematic review (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020) concerning the attitudes towards people with disabilities shows there are some protective factors that might predict positive attitudes, such as information and contact frequency.

Our research points out that, despite the great acceptance shown by parents regarding their children's contact with disabled people, when looking reversely at the data one may conclude almost 40% of participants do not encourage such familiarity. For this category, male and female postures do not seem to differ much, nevertheless the answer "tolerate it" was 7,1% more common among men, indicating an attitude of less encouragement and acceptance.

Ethnic and racial coexistence

On table 1, we may see the parents in our sample do not restrict their children's contact with people of another ethnicity/color, which is an interest finding, given the fact that Brazilian society is considered tolerant in that area. However, these findings also point to greatly complex questions that surround ethnic and racial studies in Brazil. In Brazil, racism is a crime (BRASIL, 1989). Could that be the reason parents manifest a total acceptance of ethnic and racial coexistence for their children? Perhaps we find ourselves before a more complex matter.

The issue of racism in Brazil presents itself camouflaged by the "racial democracy" myth: "Thus, the white, the yellow, the *mulato* [the mix between white and black people], the black, the indigenous, the *cafuzo* [the mix between indigenous and black people] and the *mameluco* [the mix between indigenous and white people] may consider themselves equal. This is told by the white, who are in the political, economic and academical position of establishing truths of occasion" (IANNI, 1987, p. 111). That way, the studies about this theme are confronted with a contradiction: the maintenance in practice of the ideas of white race superiority, and the propagated ideas of a country where racial equality exists (HASENBALG, 1979, p. 238). It is evident in Brazilian society an effort of denying racism, what contradicts studies since the 1950's that state otherwise (MUNANGA, 2003). Therefore, the thesis of racial democracy has been seen more like official propaganda than as an indicator of the absence of racism in the society.

It is important to acknowledge that the questionnaire presented a "category of people" somewhat academic, because scholars talk about "education of ethnical-racial relationships" (BRASIL, 2006). Therefore, questions about "color" are mixed with questions about "ethnicity" – what could lead to a confused perception. That is because the category

could mean, on the one hand, “white”, “black” and “brown”, and, on the other hand, people descending from numerous migratory backgrounds.

In Curitiba, where the study took place, more strongly than in other Brazilian regions, there is a “veiled racism”, as can be observed in a report from a field research conducted on the occasion of the city’s 300th birthday (1993): “Here in Curitiba, discrimination is more camouflaged, but still present in every level. In other places, racism is up front, but here it is camouflaged, it is to be felt, it leaves a psychological mark. The presence of the black is stigmatized, but not talked about” (SANCHES, 1997, p. 39). Scholars from the 1950’s have already identified a tendency in the population not to recognize the existence of black people in the city of Curitiba and in the state of Paraná. That myth was broadly registered and legitimated by famous *paranists* [enthusiasts of the local traditions of the state of Paraná] as Wilson Martins, who, while addressing the theme of black people in his book “Um Brasil diferente”, uses the title “There was no slavery in Paraná” (MARTINS, 1989, p. 127).

If, by one side, the presence of black people is denied, by the other, the presence of migrants is overrated, and Curitiba is presented on the official information campaigns as the “city of all people” (COSTA, 1996, p. 7). That self-understanding points to the city’s desire to coexist with a diversity of migrants that marked its development, also understood as “ethnic groups”: Italian, German, Polish. Ethnic identity has come to be seen as a form of interaction in a society. That identity is “not given or innate” (EPSTEIN, 1978: XIII), but built and many times rebuilt in the concrete context of a society that “has a group of members that identify and are identified by other groups as members of a distinguishable category from other categories of the same type” (BARTH, 1969, p. 10-11).

One may recognize, therefore, that assembling in the same category “people of another ethnicity/color” could be academically correct, but leads to ambiguous results, because racism could discourage proximity among white, black and brown people and, contrarily, the overestimation of migrants’ descendants could encourage interethnic conviviality.

Nevertheless, the difference in encouragement friendship with “people of another ethnicity/color” varied from 53,3% in the female sample to 42,2% in the male sample. Even considering the complex

issues addressed above about including ethnicity and color in the same category, it is patent the female openness in promoting more conviviality and harmony on that area.

People of another social class

In the category understood as “people of another social class” the difference in contact encouragement is large between the female sample, with 53,3%, and the male sample, with 41,2%. It is remarkable that almost 60% of men who participated in the study did not encourage their children to be close to people from this category. There is some controversy about the best way to define individuals who compose high, middle and low classes. Ribeiro (2014) proposes a distinction in seven layers, based specially on the occupations of their members, in which high class would be formed by professionals and administrators, middle class by routine non-manual labourers, technicians, supervisors, qualified manual labourers and small-property owners and low class by manual unqualified labourers, rural small-property owners and rural labourers. The same author (2014) emphasizes the fact that, in Brazil, there is a strikingly deep gap between the high class and the others, whether in economical and educational terms, or in terms of intergenerational mobility.

In Brazil, the class issues and discrimination are deeply entangled. Bastos *et al* (2014) conducted a study among university students that evidenced the following results: when combining the students in the 4th and 5th lower income quintiles, 22.5% stated that suffered from class discrimination, while 16.1% stated that suffered simultaneously from class, race and age discrimination.

Given that the people who were interviewed were predominantly from the middle class, the doubt remains whether the difficulty lies in encouraging their children to be in contact with both high and low classes, or with one of them in particular.

People of another sex

When encouraging proximity with people from another sex, the difference between genders drops to about 3%, since the female sample

corresponds to 38,5% and the male sample to 35,3%, meaning a total of over 60% of parents do not encourage their children's friendship with people of another sex. This could indicate that parents, if given a choice, would not be favourable to mixed-sex schools.

During the 19th century, there was a great debate in Brazil about coeducation. On one side, against it, there was the Catholic Church and the conservative parts of the society, and on the other, protestants and liberal republicans. Only after World War II it became common to join boys and girls in the same classroom, but not guaranteeing the same rights for the two genders (ALMEIDA, 2015, p. 66-77). Before that, in 1882, during the imperial govern in Brazil, from a total of 22 regular schools, 15 were mixed-sex, only 5 were restricted to men and 2 to women, despite the reluctance of many, that gave in for economic reasons, or, so to speak, for a nation project (HAHNER, 2011, p. 470).

That also contributed to the process of school feminization, at a time when the profession of teacher was exclusively male. If in the origin of schools only men taught, contemporary studies show that parents of pre-schoolers don't fully accept men as teachers (GONÇALVES; FARIA; OLIVEIRA, 2015, p. 53).

Even though single-sex education might have benefits, there is a vast literature pointing to the need of coeducation, especially for its capacity to guide many socializing processes. Those are important because they show plural forms of femininity and masculinity (PEREIRA; DIAS; LIMA; SOUSA, 2017, p. 448). The children themselves demonstrate that it is possible to educate producing differences, by transgressing gender borders through their own perceptions (VIANNA; FINCO, 2009, p. 276). Thus, the educational institutions must prepare children, young people and adults to be active and critical individuals, and so living with difference becomes essential.

People of another religion

It is in this category, "people of another religion", that gender difference is the greatest: while 36,3% of women encourage their children's proximity with teenagers of another religion, only 22,4% of men also do the same, adding up to 13,9% of difference between genders. We would like to point to the fact that the study was conducted in a

specific religious context, what could indicate that this is the tolerance profile of that particular catholic community.

Nonetheless, that scenario can be identified in Brazilian society. Since the Federal Constitution of 1891 Brazil is a non-confessional government, that is, it does not have an official religion, and is obligated to respect religious pluralism. In 1988, the “Citizen Constitution” [our current Constitution], in its 5th article, guaranteed freedom of creed and worship. However, more than 30 years later, religious intolerance still persists, and brings along with it other-than-religious motivations, “like ethnocentric, racist, economical, and for the maintenance of *status quo* (FERNANDES, 2017, p. 117).

Thus, the relevant rate of 30,2% of parents that encourage contact with other religions might be explained by the national scenario of fight against religious discrimination. Despite religious intolerance being already criminalized in Brazil, there are still many cases of discrimination, especially against african religions, including destruction of religious symbols and worship sites, as *terreiros*, and aggression against its members. Religious leaderships of these groups state that prejudice would be better defined by “religious racism”, given that other religions do not suffer the same proportion of attacks, and that would be connected to a colonial background and to racism (FERNANDES, 2017, p. 123).

In our research, despite women being more encouraging of proximity with people from other religions when compared to men, it is remarkable that 0,7% of women advise against that contact, while no men advise against or forbid it. This data, while may seem insignificant, is unprecedented in the categories presented so far, and allows us to infer different gender perceptions in regard to religious issues. The brazilian report on intolerance and religious violence (2011-2015) (BRASIL, 2016) brings some data that can help us understand this phenomenon.

The document presents the gender difference between victims and perpetrators in relation to cases of religious intolerance reported by written press and denounced in ombudsman agencies. In regard to cases reported by the press (BRASIL, 2016, p. 52), 17,5% of victims were male, while 28,8% were female and in 54,5% of cases gender was not reported; for the perpetrators, it is the opposite, with 29,1% of men being the aggressors, versus 9,85% of women, apart from 60,1% of people

whose gender was not identified and 1% that identified themselves as from another gender. Despite the high rate of anonymous subjects, in the cases where gender was identified, the males were more related to being the aggressor. However, in the case of reports obtained by ombudsman agencies (2016, p. 53), there was a similarity between the responses of males and females: among the victims, 48% were female, 51% were male and 1% transsexual. Among the offenders, 52% were women and 48% were men. Although in these data the difference between genders was not very relevant, it is remarkable a slight preponderance of women in the role of offender, which contradicts common sense.

What could have led women to display a violence percentage comparable (and a little above) that of men? Could the religious issues be a topic that proves women to certain violence? In a short version, in Brazilian historical development, religion was considered a 'woman's thing', for being one of the most time-consuming and demanding activities, besides being the religious temple one of the few places women could attend (MACHADO; MARIZ, 1997, p. 72). For some authors, like Burdick (1993, *apud* MACHADO; MARIZ, 1997, p. 72), "the pattern of socialization facilitated the congruence between the feminine psychological structure and religious spirituality". That, along with the female subjective notion of abnegation, submission and indetermination, corroborated with the deterministic belief in an association between female gender and a particular religious sensibility.

Nevertheless, Machado and Mariz (1997, p. 5) showed that positive experiences of poor women in religious communities, particularly in the Basic Ecclesial Communities ("Comunidades Eclesiais de Base – CEB"), served as incentive in the search for better life conditions, and in the charismatic Catholic movement, as well as in Pentecostalism, as a form of improving women self-esteem and better integrating them in the labour market. In that same sense, Anjos (2008, p. 531) agrees that the rewards related to the engagement community leaders present could contribute to a change of power dynamics in the familiar and community spheres, by allowing women to appropriate a dignified and positive image of "poor woman". "That identity, for the 'leaders', reverts the stigma of belonging to popular class, expresses their moral superiority towards family and community, and consists even of a payback to their exclusion from other social spheres", says Anjos (2008, p. 531). Besides, adds Couto (2002, p. 365-366), women

and men build their identities through a relational interplay, such that the male comprehension is not limited to a construction built only from the contrast to women's speech.

Thus, as a hypothesis, the percentage of women who advises against contact with other religions in our research (0,7%) and, also, the women who were denounced as aggressors by the ombudsman agencies (52%) could be explained, perhaps, by the incentive of a controlling theological speech, given that the religious experience seems to be really valuable for the women. In a context where ecumenical and interreligious approximations have been happening for decades between religious leaders, those findings reveal the resistance those movements still face, reflecting historical and global-proportion hardships that go way beyond the scope of this article.

People who are homosexual

The intolerance scenario worsens when it comes to allowing their children to socialize with homosexual people, when only 14,2% encourages it and 8,5% advises against or forbids it. In a public university from João Pessoa, in 2001, the results from a study about homophobia divided the participants in three groups: flagrant bigots, subtle bigots and non-bigots. The first group was opposed to the psychosocial explanations about homosexuality and embraced more fiercely the ethical-moral and religious explanations. The second one explained homosexuality from a biological and psychological stand. The third one embraced the psychosocial explanations. This was concluded after the individuals were asked to categorize possible homosexuality causes into the following explanations: a) ethical-moral, where homosexuality would be tied to a subject's lack of character, respect and moral values; b) religious, where the homosexual person is weak, does not resist temptation and does not follow God's word; c) psychosocial, where homosexuality is not a disease and should be understood in its totality; d) psychological, where there is a belief that homosexuality is a result, mostly, of early childhood sexual traumas; and e) biological, where homosexuality is understood as a disease caused by physiological, hormonal or gestational disturbances (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002, p. 174-175).

About ten years later, that same classification of social representation was applied to seminarians in Midwest Brazil. The results showed

evangelical seminarians expressed their bigotry in a more flagrant way than Catholics, who are more subtle. Therefore, the author proposes, as an intervention strategy for a non-homophobic clergy formation, the belief in the psychosocial nature of homosexuality, and the disbelief in its moral aspect (PEREIRA; TORRES; PEREIRA; CAMPOS, 2011, p. 81).

Regarding this question of the study, a great gender difference was also identified, with 19,3% of women encouraging proximity against 7,1% of men. On the other extreme of possible answers, adding the categories “advise against it” and “forbid it”, it is remarkable that homosexuals are the category of people who distinguish the most the female and male postures, as for this category female intolerance is situated at 3,7%, while male is situated at 16,5%, a difference of 12,8%. For our research, aimed at the subject of sexual education, those are relevant results because not only does it state that almost 90% of parents don’t encourage proximity with homosexuals, but also that fathers present prohibition levels way higher than mothers.

Concerning factors that contribute to homophobia, on the basis of anglo-saxon psychology, it is consensual that women tend to be less judgmental than men, especially in respect to homosexual men, while homosexual women are victims of similar homophobic attitudes from women and men (COSTA; NARDI, 2015, p. 723). Pereira, Camino e Monteiro (2009, p. 78) corroborate that by pointing out that, in research, women broadly present themselves with smaller levels of bigotry against homosexuals. That tendency could be explained by two main reasons: a) women and men feel less threatened in their social roles, given that they understand them distinctly (WHITLEY, 2001, *apud* PEREIRA; CAMINO; MONTEIRO, 2009, p. 78); b) women interiorize faster normative patterns about sexuality (WOOD, CHRISTENSEN, HEBL *et al*, 1997, *apud* PEREIRA; CAMINO; MONTEIRO, 2009, p. 78).

People whose parents are in prison

The scenario is worse when it comes to the possibility of sons and daughters being familiar with people whose parents are in prison, this situation being the one where most intolerance is seen in our study. When the category “people whose parents are in prison” was inserted in the study, researchers had no idea that would be the category where coexistence would be more difficult in the studied community – only

11,9% of the female sample and 10,6% of the male sample encourage proximity. It is also in this category that genders express the smallest difference of encouragement rate. Nevertheless, when adding up the indicators “advise against it” and “forbid it”, the difference between gender is clearer, resulting in 3,7% for the female sample and 16,5% for the male sample, a difference of 12,8%. This is extremely relevant data, because it reveals a discriminated category that is rarely contemplated in the social debate (RANGEL; BICALHO, 2016). Other authors also bring attention to the stigmatization endured by inmate’s children, who can be considered as secondary victims (TECHERA; GARIBOTTO, URRETA, 2012).

Considerations

It is our hope that this data could instigate deeper examinations about the coexistence with diversity in Brazil. The focus of this article is the male and female differences on the matter of intolerance; the themes remain open to subsequent analysis. We could, however, highlight two perspectives brought to light by the research.

Firstly, the study points to issues that are already present in other Brazilian studies, when it comes to conflicts related to coexistence with diversity: the interethnic and racial relations in the country present themselves under a cover of absence of conflict, but hide a veiled and structural racism. In southern Brazil, particularly in the region of Curitiba, there is incentive to proximity among constituted ethnical groups, especially of European migrants, what could create confusion when the question is studied as “interethnic and racial” relationships. The difficulty in encouragement of contact with homosexual people expresses Brazilian society’s historical moment, with homophobic and bigoted tendencies regarding gender diversity.

Nonetheless, the conducted study presents new data, not identified in other researches in the same region, that could be thus synthesized: the female sample seemed to be more open to encouraging proximity with the selected categories of people. This female openness to conviviality must be better studied, but could already explain why some sectors of society, more commonly led by women, are more tolerant, while sectors predominantly led by men are more intolerant. Some questions still need to be answered, such as: Christian communities

are more intolerant because of its religious identity or because they are predominantly led by men?

Many other questions could be posed, but it is our understanding that this research findings, even though not foreseen in the initial proposal, are relevant to help society understand that diversity studies should take in consideration different world views of the female population in relation to male population.

References

ALMEIDA, Jane Soares. A construção da diferença de gênero nas escolas: aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, nº 1, p. 65-77, 2015.

ANJOS, Gabriele. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, nº 31, p. 509-534, 2008.

BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries**, Londres, George Allen & Unwin, 1969.

BASTOS, João Luiz; BARROS, Aluisio J. D.; CELESTE, Roger Keller; PARADIES, Yin; FAERSTEIN, Eduardo. “Discriminação de idade, classe e raça: suas interações e associações com saúde mental em estudantes universitários brasileiros”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, nº 1, p. 175-186, 2014.

BRASIL, **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006, 262 pág.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**, v. 23, nº 3, p. 715-726, 2015.

COSTA, Maria Cecília Solheid da. **Terra de Todas as Gentes: A reinvenção da diversidade étnica em Curitiba**. Revista da Academia Paranaense de Letras, nº 35, Curitiba, 1996.

COUTO, Márcia Thereza. Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, nº 2, p. 357-369, 2002.

EPSTEIN, A.L. **Ethos and identity**. London, Tavistock, 1978.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. Raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**, v. 1, nº 1, p. 117-136, 2017.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de; OLIVEIRA, Leonardo Alves de; SOARES, Pâmela Karoline. Relações de gênero e representações sociais relativas à atuação de homens professores de crianças. **Formação Docente**, v. 7, nº 1, p. 36-54, 2015.

HAHNER, June. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, v. 19, nº 2, p. 467-474, 2011.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, nº 1, p. 165-178, 2002.

LEAL, Nuno; EUSÉBIO, Celeste; ROSA, Maria João da. Atitudes em relação às pessoas com deficiência: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, nº 4, p. 689-710, 2020.

MACHADO, Maria das Dores; MARIZ, Cecília. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as Igrejas Pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os Grupos Carismáticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, nº 34, p. 1-15, 1997.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 2ª edição, 1989.

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre**

intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares. Brasília; 2016, 146 p. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioIntoleranciaViolenciaReligiosaBrasil.pdf>>.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, nº 1, p. 1-21, 2019.

PEREIRA, Annelise; DIAS, Susane; LIMA, Tiago; SOUZA, Luana. As crenças sobre a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho. **Temas em Psicologia**, v. 25, nº 2, p. 563-575, 2017.

PEREIRA, Annelise; MONTEIRO, Maria Benedicta; CAMINO, Leoncio. Estudo da validação das escalas de crenças sobre a natureza da homossexualidade e de preconceito contra homossexuais. **Laboratório de Psicologia**, v. 7, nº 1, p. 21-32, 2009.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Annelise; CAMPOS, Luciene. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, nº 1, p. 73-82, 2011.

RANGEL, Flavio Medeiros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Superlotação das prisões brasileiras: operador político da racionalidade contemporânea. **Estudos de Psicologia**, v. 21, nº 4, p. 415-423, 2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, nº 37, p. 178-217, 2014.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninos e meninas: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, nº 26, p. 145-168, 2006.

SANCHES, Mário Antonio. **O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Antropologia, 1997.

TECHERA, José; GARIBOTTO, Giorgina; URRETA, Alejandra. Los “hijos de los presos”: vínculo afectivo entre padres privados de libertad y sus hijos/as. Avances de um estúdio exploratorio. **Ciências Psicológicas**, v. 6, nº 1, p. 57-74, 2012.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, nº 33, p. 265-283, 2009.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Serviço Social e (neo)conservadorismo: rupturas e continuidades necessárias ao debate da profissão

*Social Work and (neo)conservatism: necessary ruptures
and continuities in the profession's debate*
*Trabajo Social y (neo)conservadurismo: rupturas y
continuidades necesarias en el debate de la profesión*

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0003-2505-7866>

Mikaele De Vêras Matias²

<https://orcid.org/0009-0004-2472-4502>

Anna Raquel Andrade Gonzaga³

<https://orcid.org/0009-0003-2443-4014>

Recebido em: 12/04/2024

Aprovado em: 08/07/2024

1 Doutora, mestre e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (DSS/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB). Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPs/UEPB). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2781009304496825>>. E-mail: <moemaserpa@servidor.uepb.edu.br>.

2 Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em Serviço Social pela UEPB. Discente bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/UEPB. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8416410136556778>>. E-mail: <mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br>.

3 Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em Serviço Social pela UEPB. Discente bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/UEPB. E-mail: <anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br>.

Resumo: O presente artigo aborda o processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro e o tensionamento que envolve a presença do tradicionalismo e do conservadorismo no interior da profissão. As reflexões aqui sistematizadas caminham no sentido de ressaltar a permanência do conservadorismo na profissão, ainda que sob novas roupagens, após o espraiamento da intenção de ruptura e o redirecionamento da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional, tendo como base o viés crítico da teoria marxista. As determinações da atual crise estrutural do capital e suas consequências societárias recompõem as bases do novo cenário posto para a profissão: o neoconservadorismo, o pensamento pós-moderno e a recuperação de correntes teóricas conservadoras no interior do Serviço Social. É fundamental ampliar o debate dos fundamentos do Serviço Social, incorporando os desafios presentes na formação e no exercício profissional para, assim, fortalecer e manter hegemônico o atual projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Renovação do Serviço Social Brasileiro. Conservadorismo. Pós-modernidade.

Abstract: This article deals with the process of Renewal in Brazilian Social Work and the tension between the presence of traditionalism and conservatism within the profession. The reflections systematized here go some way towards highlighting the permanence of conservatism in the profession, albeit in new guises, after the spread of the intention to break away, and the redirection of the profession within the scope of training and professional practice, based on the critical bias of Marxist theory. The determinations of the current structural crisis of capital and its societal consequences have laid the foundations for the new scenario for the profession: neo-conservatism, post-modern thinking and the recovery of conservative theoretical currents within Social Work. It is essential that we broaden the debate on the foundations of Social Work, incorporating the challenges present in professional training and practice, in order to strengthen and maintain the hegemony of the profession's current ethical and political project.

Keywords: Social Work. Renewal of Brazilian Social Work. Conservatism. Post-modernism.

Resumen: Este artículo aborda el proceso de Renovación del Trabajo Social Brasileño y la tensión entre la presencia de tradicionalismo y conservadurismo en la profesión. Las reflexiones aquí sistematizadas contribuyen a evidenciar la permanencia del conservadurismo en la profesión, aunque con nuevos ropajes, tras la difusión de la intención de ruptura y el redireccionamiento de la profesión en términos de formación y práctica profesional, a partir del sesgo crítico de la teoría marxista. Los determinantes de la actual crisis estructural del capital y sus consecuencias societales han recompuesto las bases del nuevo escenario para la profesión: el neoconservadurismo, el pensamiento posmoderno y la recuperación de corrientes teóricas conservadoras dentro del Trabajo Social. Es imprescindible ampliar el debate sobre los fundamentos del Trabajo Social, incorporando los retos presentes en la formación y la práctica profesional, para fortalecer y mantener la hegemonía del actual proyecto ético y político de la profesión.

Palabras clave: Trabajo Social. Renovación del Trabajo Social Brasileño. Conservadurismo. Posmodernismo.

Introdução

O conservadorismo sempre esteve atrelado ao Serviço Social desde a sua gênese. Com o movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro, importante momento vivenciado pela profissão, o Serviço Social passou a questionar sua base, até então fundamentada no tradicionalismo e na intervenção conservadora e apoiada no fundamentalismo católico.

O movimento não foi um processo inteiramente crítico, mas, em boa parte, conservador. Entretanto, foi um momento ímpar no âmbito da categoria profissional, uma vez que inaugurou um novo período na profissão, que está, até os dias atuais, em processo contínuo de reconstrução. Os frutos do movimento de intenção de ruptura seguem, de acordo com o projeto ético-político da profissão, em busca de romper com o conservadorismo, o tradicionalismo e todas as formas de preconceito, tendo como base a orientação teórica da crítica da teoria social marxista.

Na referida análise, compreende-se que a ruptura com o conservadorismo não se deu de maneira imediata e absoluta, uma vez que,

mesmo na contemporaneidade, ainda encontram-se traços conservadores impregnados no exercício profissional. Entretanto, o afastamento das citadas práticas tradicionais na profissão foi um processo essencial para que se pudesse compreender o atual projeto ético-político profissional do Serviço Social e sua visão crítica no que diz respeito às expressões geradas diante da contradição expressa no binômio capital-trabalho.

Considerando-se a atual fase de crise do capital e seu conjunto de efeitos na sociabilidade, destaca-se o acirramento do neoconservadorismo em contexto ultraneoliberal,⁴ cenário que repercute no interior do Serviço Social de maneira frontal. O avanço do ideário conservador e do pensamento pós-moderno comparece na formação profissional, bem como no seu exercício profissional, de modo a naturalizar as desigualdades sociais, ao passo que empobrece o pensamento crítico e de totalidade de interpretação do real. Refletir a respeito do cenário posto é a intencionalidade deste artigo.

Ruptura e continuidade do conservadorismo no Serviço Social

O Serviço Social surge na década de 1930 na sociedade capitalista na idade dos monopólios (NETTO, 2011) enquanto especialização do trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade (IAMAMOTO, 2014). Naquela conjuntura de importantes mudanças no interior da sociabilidade burguesa, o(a) assistente social participa, enquanto expoente da classe trabalhadora e demandada pelo Estado, da dinâmica contraditória do capital, que lhe é estrutural, uma vez que o(a) profissional se insere nos mecanismos de dominação, ao passo que dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, como destaca Iamamoto (2014).

A referida perspectiva de gênese da profissão pressupõe a apreensão da totalidade e do conjunto de expressões da “questão social” que a sociabilidade burguesa gera constantemente. No entanto, tal tese não é seguida por todos os teóricos que abordam a questão da emergência

4 O termo “ultraneoliberalismo” vem sendo utilizado para denominar e caracterizar a fase mais avançada do neoliberalismo. Destaca-se que o ultraneoliberalismo também se caracteriza pela ampliação do ajuste fiscal permanente, pela difusão de desinformação como estratégia de governo, pelo neoconservadorismo e pelo uso da violência, principalmente com a militarização das favelas e a criminalização da pobreza.

do Serviço Social, pois existem outras perspectivas de análise para o surgimento da profissão. A exemplo disso, Vieira (1980) aponta que o Serviço Social sempre existiu na sociedade, ainda que sob outra nomenclatura, porque, para a autora, a profissão se trata de uma “evolução da ajuda”, que se encontra em seu estágio mais avançado.

Tal compreensão da profissão, alinhada ao pensamento conservador, desvincula o surgimento da profissão da necessidade social posta naquele momento pelo capital e pelo conjunto de contradições desencadeadas pela fase monopolista do capitalismo. Além disso, a mesma perspectiva desconsidera a relação capital-trabalho e suas contradições, bem como a historicidade da profissão, tendo em vista seu surgimento por requisição da própria dinâmica da sociabilidade em um dado momento histórico.

Assim, considerando a visão de totalidade na emergência do Serviço Social, a profissão surge com um viés conservador, acompanhado de traços tradicionais da Igreja Católica e com o intuito de controlar a classe trabalhadora sob a orientação do Estado capitalista. O enfrentamento das expressões da “questão social” se dava, naquele momento, pelo assistencialismo. Nesse sentido, não se objetivava a busca por políticas sociais mais abrangentes e ampliadas para dar respostas às demandas da população, mas se tentava o enquadramento dos indivíduos nas demandas postas pela ditadura.

Seguindo as requisições de sua emergência, o conservadorismo acompanha a profissão por várias décadas e influencia historicamente o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, uma vez que, segundo Barroco (2015, p. 634), “a profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários”.

Pensando no referido processo de constituição do Serviço Social brasileiro, Netto (2001) nos auxilia a apreender tal movimento quando apresenta os três momentos que consolidaram o rompimento com o tradicionalismo presente na profissão, possibilitando sua aproximação com o marxismo e com a teoria social crítica (modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura). A partir de então, a profissão passou a questionar suas bases tradicionais e sua intervenção conservadora pautada nos ensinamentos doutrinários que tinham como objetivo o ajustamento do indivíduo frente aos “problemas sociais”.

O dado processo não se deu apenas no cenário nacional, uma vez que a crise do Serviço Social tradicional foi um fenômeno que atingiu os países da América Latina, devido ao contexto social que tais países vivenciavam. A mudança em âmbito continental ficou conhecida como Movimento de Reconceituação Latino-Americano e deve ser compreendida de acordo com o contexto histórico que os países vivenciavam, considerando os aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e as particularidades de cada país.

No entanto, é necessário destacar a transformação ímpar ocorrida no Serviço Social brasileiro, que teve na autocracia burguesa um dos fatores impulsionadores da deterioração do Serviço Social tradicional, que já vinha em curso antes da ditadura. Os períodos que compuseram tal processo foram denominados, por Netto (2001), de modernização conservadora, que se deu não pelo questionamento da autocracia burguesa, mas pela busca por teorias que viessem a responder às demandas postas ao Serviço Social com firme caráter tecnicista, adequando a profissão ao desenvolvimento do País. A reatualização do conservadorismo pode ser compreendida como o momento em que a profissão recuperou componentes conservadores de sua herança histórica pelo viés fenomenológico. Por fim, houve a intenção de ruptura em um momento no qual a profissão empreendeu esforços na intenção de romper, de fato, com o conservadorismo por intermédio da crítica sistemática ao tradicionalismo, tendo como base a visão crítica da teoria social marxista (NETTO, 2001).

Tendo em vista o mencionado processo vivenciado pelo Serviço Social brasileiro, a partir dos anos de 1980, a profissão investiu na construção de um projeto profissional crítico, que teve como base a defesa dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo a emancipação de todas as formas de exploração e dominação. A constituição do referido projeto perpassou consecutivas rupturas com o conservadorismo e teve início em um período de condições sócio-históricas propícias para as mudanças enfrentadas pela profissão, confirmando assim uma importante metamorfose no Serviço Social, especialmente sob o prisma ético-político, o que impactou o redirecionamento da formação e do exercício profissional.

As décadas de 1970 e 1980 foram essenciais para a estruturação das bases do que passou a ser chamado de projeto ético-político do Serviço Social. Sua consolidação na década de 1990 teve como principais expressões o Código de Ética Profissional de 1993, as Diretrizes

Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993. Assim, “pode-se afirmar que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX” (NETTO, 2006, p. 17). Dessa forma,

a dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006, p. 16).

Destaca-se a importância do Movimento de Renovação para a ruptura com o tradicionalismo existente desde os primórdios da profissão, metamorfoseando o Serviço Social. É importante mencionar que a aproximação com a teoria social crítica tem seu marco com o livro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (2014), escrito por Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, de maneira que a referida obra constitui a primeira interlocução entre a teoria marxista e a profissão. A partir da apreensão da totalidade e da concepção da “questão social”, os autores abordaram o significado histórico-social do trabalho dos(as) assistentes sociais e sua inserção na divisão social do trabalho com base na análise de uma sociedade de classes e de seus efeitos para a classe trabalhadora.

A relação do Serviço Social com o legado do Movimento de Renovação Brasileiro foi de continuidade e ruptura, uma vez que, mesmo a profissão rompendo com o tradicionalismo conservador, este ainda continua presente no seu interior, tendo em vista que permanece se revigorando nos dias atuais sob novas roupagens. Boschetti (2015) salienta que, embora o enfrentamento do conservadorismo seja hegemônico na profissão, ele não foi extirpado, uma vez que a profissão se desenvolve em relações sociais fundadas no pensamento conservador. Destaca-se que, atualmente, tem-se presenciado o avanço de uma ofensiva neoconservadora no interior da sociedade e no Serviço Social, de maneira que impacta a profissão. Trata-se de um cenário que será abordado adiante.

Expressões do neoconservadorismo na contemporaneidade: impactos para o Serviço Social

Para apreendermos as expressões do neoconservadorismo no Serviço Social, é necessário destacar, inicialmente, como se configura o conservadorismo na sociedade, uma vez que ele vem se revigorando na atualidade. Ainda que não possamos aprofundar o debate teórico do conservadorismo, tendo em vista as limitações deste artigo, as reflexões de alguns autores permitirão uma aproximação ao debate.

Nesse sentido, Souza (2015) contribui, apontando a diferença entre o conservadorismo clássico e o conservadorismo moderno: enquanto o primeiro se coloca como antiburguês, o segundo passa a defender a burguesia. O conservadorismo clássico pode ser identificado como um

[...] sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Em síntese: antiburguesas. É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade (SOUZA, 2015, p. 4).

No entanto, o conservadorismo moderno, segundo Souza (2015), passa a cancelar qualquer possibilidade de construção de um projeto societário contrário à ordem vigente, uma vez que o modo de produção capitalista impede a construção de uma nova ordem societária que venha a favorecer e emancipar a classe trabalhadora. Portanto, o conservadorismo moderno tem o intuito de conservar e manter o sistema capitalista atual, ou seja, o conservadorismo não se coloca mais contrário à burguesia, como fazia o conservadorismo clássico; agora, ele passa a defender os seus interesses.

Além disso, o conservadorismo moderno passa a trazer o que há de mais conservador, como os ideais do liberalismo, o pragmatismo, o positivismo e a individuação. Nas palavras do autor,

construindo uma síntese, é possível afirmar que o conservadorismo moderno, em linhas gerais: (i) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo “presentista”; (ii) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo

e o empirismo; (iii) o conservadorismo moderno também hiperdimensiona e hipostasia o saber prático; (iv) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (v) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (vi) engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as “mudanças necessárias”, sem recair nas variadas formas de “totalitarismo” (SOUZA, 2015, p. 19).

Destarte, atualmente, tem-se presenciado o avanço de um neo-conservadorismo, segundo alguns autores, como veremos adiante, como expressão do pós-modernismo, trazendo para o campo profissional um cenário de disputa do espaço teórico e prático, marcando as ameaças de um retrocesso para a profissão.

As ideias pós-modernas possuem um caráter acrítico, de modo que desconsideram as contradições presentes no capitalismo. Além disso, o pós-modernismo “[...] enquanto ideologia procede também no intuito de deslegitimar o marxismo, esse é um alvo claro” (CANTALICE, 2016, p. 243).

Segundo Cantalice (2016), ao negar a totalidade da vida social, a dialética e o historicismo, além de focar no imediatismo, na vida cotidiana manipulada e na aparência dos fenômenos sociais, o referido pensamento invade a profissão.

O pós-moderno se constitui como uma ideologia e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente, tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea – em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa (CANTALICE, 2016, p. 243).

No Serviço Social, as ideias pós-modernas encontram um terreno fértil, tendo em vista que o conservadorismo nunca foi expurgado da profissão. Diante disso, em momentos de revigoração do conservadorismo, “[...] estratos conservadores [...] passam a se reagrupar” (CANTALICE, 2016, p. 246). Por isso,

é preciso que se ressalte que não estamos apenas falando de alterações cotidianas, estamos diante de amplos desafios, que podem descerrar para a profissão um novo momento, sobretudo, porque já é possível identificar tais possibilidades regressivas no âmbito da profissão – práticas terapêuticas, empoderamento, economia solidária, dentre outros (CANTALICE, 2016, p. 250).

A exemplo, é possível destacar o surgimento de algumas correntes conservadoras, defendidas no interior do Serviço Social brasileiro, que têm influenciado a profissão, além do pensamento pós-moderno, como o “Serviço Social Libertário” e o “Serviço Social Clínico”. Tais expressões conservadoras mostram-se avessas ao marxismo e têm como objetivos enfatizar a teoria liberal, o viés psicologizante, dentre outros aspectos, impondo a necessidade de desvincular a profissão da luta em defesa da classe trabalhadora e de uma sociedade emancipada.

O Serviço Social Libertário, enquanto movimento alinhado ao conservadorismo, busca “difundir as ideias liberais a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais” (SILVEIRA, 2019, p. 4). Trata-se de uma difusão que busca confrontar a orientação teórico-política do Serviço Social brasileiro, promovendo os ideais econômicos ultraliberais, alinhados ao conservadorismo moral (SILVEIRA, 2019). O Serviço Social Clínico, por sua vez, possui um caráter higienista que prega o ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente pelo uso de terapias pelos profissionais, de modo que intencionam o retorno à psicologização dos indivíduos, conforme já foi defendido em outros momentos da história da profissão.

A presença de tais movimentos no interior da profissão busca negar o materialismo histórico-dialético, uma vez que o foco da intervenção profissional não se dá na realidade material e nem nas condições objetivas dos usuários. A totalidade da vida social é deixada de lado. Segundo Cunha e Nunes (2020), a atuação profissional do Serviço Social Clínico

[...] incorpora teorias biológicas, psicológicas para adentrar nas manifestações comportamentais dos processos conscientes e inconscientes, uma atuação relacionada aos danos e desordens mentais, cognitivas, emotivas, afetivas e das incapacidades de desenvolvimento, voltada

às disfunções de ordem biopsicossocial, a qual demarca claramente a restauração das determinações conservadoras presentes na gênese da profissão, alinhadas aos avanços conservadores da sociedade contemporânea (CUNHA; NUNES, 2020, p. 343).

As autoras ainda complementam que

[...] os/as assistentes sociais que optam pelo exercício da clínica em sua práxis profissional ferem a integralidade do atendimento aos/às usuários/as na medida em que não seguem as orientações dos órgãos de representação da profissão e passam a desempenhar uma função que, dentro da divisão social e técnica do trabalho, não lhes compete, deixando as suas atribuições privativas ao encargo de profissionais que não são habilitados para desempenhá-las ou simplesmente deixando de atender o que é matéria do Serviço Social nas demandas que chegam aos espaços sócio-ocupacionais (CUNHA; NUNES, 2020, p. 344).

Portanto, “essa visão conduz ao entendimento de que as crises sociais e as expressões da questão social são consequências de uma desagregação moral” (BARROCO, 2015, p. 625). Assim, estão “[...] contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização” (BARROCO, 2015, p. 625). O cunho psicologizante fortalece o ocultamento das determinações reais das expressões da “questão social” contemporânea. Na reflexão de Barroco (2011, p. 209), ela acrescenta que

o neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças.

Na realidade brasileira, a mencionada ofensiva neoconservadora foi explicitada claramente a partir do governo ilegítimo de Michel

Temer, com o golpe de Estado de novo tipo⁵ em 2016, que inaugurou o acirramento do neoliberalismo no Brasil, período que muitos autores denominam como de ultraneoliberalismo. Portanto, as expressões da “questão social” em seu governo, principalmente a pobreza, se agudizaram e passaram a ser tratadas como caso de polícia. É importante destacar que o “Estado penal,⁶ a criminalização da pobreza e a judicialização da questão social” (ANDRADE; LIRA, 2021, p. 40) passaram a ser adotados como estratégias do neoliberalismo de enfrentamento da crise estrutural do capital, com o intuito de lucrar em cima da repressão policial e da militarização das favelas.

Com o governo Temer, o enfrentamento dado à “questão social” retoma sua feição mais perversa, como destaca Barroco (2015, p. 629), uma vez que “[...] a moralização das expressões da questão social, típica do (neo)conservadorismo, não é dirigida prioritariamente ao ajustamento dos indivíduos, mas à sua punição”.

Ressalta-se que o governo Temer também propiciou o fortalecimento da ideologia de criminalização da pobreza, o que se manifesta pelo aumento do controle e do caráter punitivo por parte do Estado, fazendo aumentar o Estado penal, em detrimento do Estado social (WACQUANT, 2001), sendo que este último é o que deveria assegurar as políticas sociais para a classe trabalhadora.

A tal respeito, Andrade e Lira (2021) salientam que

[...] a ideologia conservadora dominante naturaliza a criminalização da pobreza e legitima a função penal do Estado como uma estratégia de gerir e controlar as desigualdades sociais, constituintes das contradições do modo de produção e reprodução do capital. Logo, as forças repressivas e punitivas vão, paulatinamente, ocupando o lugar das políticas sociais (ANDRADE; LIRA, 2021, p. 41).

A partir de 2019, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, o projeto destrutivo e conservador se intensificou. Bolsonaro resgatou o que havia de mais conservador no País, unindo-se às forças reacionárias e de matriz fundamentalista, buscando sua ideologia no recôndito da sociedade, que é

5 O golpe de Estado ocorrido em 2016 foi um golpe de novo tipo: midiático, jurídico e parlamentar. Um golpe que ocorreu dentro da democracia brasileira. Não ocorreu da forma “tradicional”, como em 1964, por intermédio da repressão; não foi preciso colocar os tanques de guerra nas ruas.

6 Para um aprofundamento a respeito do crescimento do Estado penal e da criminalização da pobreza no mundo, sugerimos conferir Wacquant (2001).

de raiz escravocrata, racista e elitista (BORGES; MATOS, 2020). Assim, seus seguidores encontraram cada vez mais espaço para destilar ódio, uma vez que se ampliou a “[...] perseguição aos movimentos de defesa das pautas progressistas; LGBTQIA+, quilombolas, mulheres, indígenas, meio ambiente. A perseguição à chamada ‘ideologia de gênero’ e projeto como ‘escola sem partido’” (BORGES; MATOS, 2020, p. 73).

É importante destacar que, de maneira contraditória, mesmo dentre tais grupos minoritários, também existiram amplos segmentos que apoiaram Bolsonaro, uma vez que tivemos indígenas, mulheres e até mesmo segmentos da população LGBTQIAPN+ que saíram em defesa de Bolsonaro. Assim, o que se vê é a influência do conservadorismo sobre a classe trabalhadora em suas diferentes questões de gênero e étnico-raciais, mesmo que o referido conservadorismo ameace a existência dos mencionados grupos sociais.

O que acontece é que, no Brasil, mas não apenas por aqui, se aliou à agenda econômico-financeira um aprofundamento do neoconservadorismo. O governo tem se manifestado pelo culto à violência policial e [pela] ideologia repressiva (rebaixamento da idade penal, armamentismo, extensão de penalidades) e também pelas intolerâncias às “minorias” sexuais, com fortes apelos religiosos (contra legalizações: aborto, drogas/produtos psicoativos, uniões homoafetivas) (BORGES; MATOS, 2020, p. 74-75).

Ressalta-se que a profissão não se encontra imune à referida lógica, pois os(as) profissionais passaram a ser requisitados(as), pela via das políticas sociais, para atuar de forma policialesca, conservadora e irracional, confrontando a lógica dos direitos humanos e sociais, bem como do Código de Ética Profissional e dos demais arcabouços legais que norteiam a profissão, uma vez que

[...] o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policialescas, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família (BARROCO, 2015, p. 633).

No dado cenário, a profissão recai com mais facilidade no imediatismo, no pragmatismo e no retorno da filantropia como principais formas de enfrentamento da “questão social”. É no mesmo contexto que se torna evidente o que Netto (2013, p. 14) aponta como o “quadro regressivo do Serviço Social: o assistencialismo”. Tais aspectos configuram o acirramento do conservadorismo, que nunca foi superado integralmente pela profissão. Há, na mesma direção, uma tendência de retrocesso profissional, que acompanha a dinâmica histórica da sociabilidade burguesa: uma reprodução, em certa medida, do senso comum, uma vez que a cotidianidade⁷ dificulta a reflexão crítica.

Segundo Heller (1972), a vida cotidiana é a vida de todo homem. Ela aparece como “[...] base de todas as reações espontâneas dos homens ao seu ambiente social, na qual frequentemente parece atuar de forma caótica” (LUKÁCS *apud* HELLER, 1977, p. 12). Destarte, tal vida cotidiana possui características que marcam e interferem na atuação profissional, pois está presente em todas as esferas da vida social. A autora ainda aponta que, ao se suspender o cotidiano, voltamos para ele de forma modificada. Pode-se, portanto, suspender a vida cotidiana de várias formas: pelo trabalho emancipatório, pela arte, pela cultura, pela filosofia etc.

Segundo Netto e Carvalho (1996, p. 22), a suspensão da vida cotidiana não é uma tarefa fácil, uma vez que são raras “[...] as pessoas que não se deixam intoxicar por esse cotidiano. Raras são as pessoas que o rompem ou o suspendem, concentrando todas as suas forças em atividades que as elevem deste mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e a consciência do ser homem total [...]”. Além disso, o contexto vivenciado, como o contexto atual de revigoração do conservadorismo, estimula os indivíduos a assumir posturas conservadoras e, assim, os profissionais também incorporam os mesmos ideais e os imprimem na ação profissional, uma vez que

as profissões não são imunes a essa invasão. A intolerância e o racismo institucional perpassam pela formação e pelo exercício profissional. O irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da

7

A respeito da cotidianidade, sugerimos conferir Agnes Heller (1972).

história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade. Mas a incorporação do irracionalismo não decorre somente de opções ideológicas. São oriundas também da reprodução do senso comum, favorecida pela precarização das condições objetivas de trabalho, de aprendizado e de existência dos alunos e professores (BARROCO, 2015, p. 633).

Trata-se de um movimento que coloca um grande desafio para os(as) assistentes sociais na contemporaneidade, tais como: o enfrentamento das expressões da “questão social” no contexto de uma sociedade tradicionalmente conservadora que agudiza as expressões da “questão social”, como o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Um movimento que preconiza a supressão dos direitos humanos, explicitada, por exemplo, mediante: (I) projetos de redução da maioria penal, que regularmente tramitam no Poder Legislativo brasileiro; (II) pautas que defendem a culpabilização das vítimas de estupro; (III) críticas à Lei Maria da Penha; e (IV) a devoção à pena de morte, dentre outros elementos.

Barroco (2011) destaca que

a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente (BARROCO, 2011, p. 213).

Considerando-se tais aspectos, é necessário e urgente reafirmar a posição crítica do Serviço Social diante da reconfiguração do capitalismo e de suas novas determinações, uma vez que o conservadorismo continua se revigorando na sociedade e no interior da profissão. Nesse sentido,

não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta, porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas (BARROCO, 2015, p. 634-635).

Assim, é necessário expressar, na prática e na teoria, a defesa do projeto ético-político profissional do Serviço Social e da ampliação dos direitos sociais, para que seja possível enfrentar, de forma combativa, os avanços do neoconservadorismo no interior da profissão e da sociedade, tendo-se como horizonte a emancipação da classe trabalhadora, uma vez que o conservadorismo parte de uma análise que ultrapassa a profissão e possui raízes na sociedade de classes.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas colocam em debate os tensionamentos produzidos no interior da profissão frente ao revigoramento do conservadorismo e de suas expressões neoconservadoras. Ao reproduzir, ainda que fora da proposta hegemônica da profissão, a ideologia neoconservadora, o Serviço Social ameaça os avanços historicamente conquistados pela categoria profissional.

Frente ao referido debate, é necessário reafirmar permanentemente os princípios do projeto ético-político profissional do Serviço Social, para que, por intermédio de uma perspectiva crítica e de totalidade, a categoria profissional mantenha estratégias que coadunem com a luta dos trabalhadores, compreendendo as fraturas sociais ocasionadas pela sociabilidade burguesa, buscando novas formas de defender os direitos da classe trabalhadora.

É importante, ainda, levar em consideração que os ataques às políticas públicas e sociais afetam frontalmente o trabalho na profissão. As contrarreformas neoliberais, sobretudo das políticas que compõem a seguridade social, têm acarretado o aumento da pobreza, uma vez

que fragilizam os vínculos de tais trabalhadores dentro dos espaços de atendimento, o que favorece o acirramento da precarização do trabalho dos assistentes sociais e dos trabalhadores de uma maneira geral.

É necessário manter uma capacitação continuada na profissão que possibilite uma permanente reflexão e uma reafirmação da posição crítica do Serviço Social perante o avanço do ideário conservador, com a defesa intransigente do projeto ético-político, da ampliação dos direitos sociais e, sobretudo, da emancipação da classe trabalhadora, para que seja possível enfrentar, de forma combativa, os retrocessos no interior da profissão e da sociedade.

Referências

ANDRADE, Patrícia da Silva; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Neoliberalismo e criminalização da pobreza no Brasil. *In: Revista Serviço Social em Perspectiva*. Montes Claros, v. 6, nº 2, jan./jun., 2022. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4644/4967>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011, p. 205-218. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *In: Serviço Social e Sociedade*, nº 124. São Paulo: Cortez, 2015, p. 623-636. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf>>.

BORGES, Maria Elizabeth Santana; MATOS, Maurílio Castro de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (orgs.). Políticas sociais e ultraliberalismo*. Minas Gerais: Navegando, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *In: Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 124, p.

637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/?format=pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CANTALICE, Luciana. O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *In: Temporalis*, v. 16, n° 32, p. 231-259, fev. 2017.

CUNHA, Angely Dias da; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. *In: Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n° 2, p. 328-350, jul./dez. 2020.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. *In: Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 2020.

LUKÁCS, Georg. **Prefácio** (jun. 1971). *In: HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana*. Trad.: J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). Serviço Social e Saúde*: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. *In: Revista Intervenção Social*, n° 41, Lisboa, 2013, p. 11-29. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1075/1/IS_n41_1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a “nova” direita vai ao Serviço Social. *In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019. Marxismo sem tabus – enfrentando opressões*. Niterói, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *In: Serviço Social & Sociedade*, 2015, nº 122, p.199-223. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

_____. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, 2016.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **A história do Serviço Social**: contribuição para a construção de sua teoria. 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Cultura e Representação

Culture and Representation
Cultura y Representación

Leonardo Martins Prudente¹
<https://orcid.org/0009-0008-1921-9463>

Recebido em: 12/09/2024
Aprovado em: 08/10/2024

Stuart Hall (1932-2014) foi um dos mais renomados teóricos culturais e cofundador dos estudos culturais. Ele se dedicou a estudar como as imagens, com suas disputas e seus questionamentos, ajudam a compreender a realidade, os valores, as identidades e as relações de poder. São inquietações que estão ligadas à sua trajetória de vida. De origem inter-racial e nascido na Jamaica colonial, Hall emigrou para o Reino Unido em 1951, onde seguiu carreira acadêmica. Seu incômodo com a representação do negro no capitalismo colonizador e no império britânico o levou a debater como as representações culturais influenciam a política.

¹ Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal. Especialista em Desenvolvimento Humano pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Administração pela UnB. Bacharel em Relações Internacionais pela UnB. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8814792712328282>>. E-mail: <leoprudente@gmail.com>.

Sua obra intitulada “*Cultura e Representação*”,² já considerada um clássico, conta com uma apresentação do professor Arthur Ituassu, uma introdução e dois capítulos. A introdução expõe a relação entre a representação e a cultura. O primeiro capítulo (“O papel da representação”) aprofunda a teoria de Hall, dialogando com outros pensadores. Já o segundo capítulo (“O espetáculo do outro”) investiga a representação do negro na mídia. Ambos trazem exemplos, leituras complementares e atividades para facilitar a compreensão dos processos de produção e circulação de sentidos.

Os conceitos centrais abordados por Hall incluem a linguagem (que, unindo idioma, gestos e símbolos, dá sentido às coisas e cria significados culturais, funcionando como um sistema representacional) e a cultura (entendida como um conjunto de valores em comum e significados compartilhados entre os membros de um grupo ou sociedade). Hall também explora o conceito de sentido, que fundamenta nossas noções de identidade, pertença e diferença, construído por meio da linguagem e das práticas cotidianas. Trata-se de um conceito produzido tanto pela mídia quanto por expressões culturais, práticas e rituais cotidianos, o que nos ajuda a estabelecer normas e convenções que ordenam a vida social.

No capítulo primeiro, Hall examina a representação no circuito cultural, a qual consiste na produção de sentido por meio da linguagem para expressar algo sobre o mundo ou representá-lo para outras pessoas. O sentido não está apenas no objeto representado (abordagem reflexiva), nem é imposto pelo emissor (abordagem intencional), mas é construído pelo sistema de representação e fixado por códigos. Apoiando-se no linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913) e no filósofo Michel Foucault (1926-1984), Hall discute a flexibilidade dos significados e a relação entre poder, discurso e produção de conhecimento.

Para Saussure, o signo é a união de dois elementos: o significante (que corresponde à forma) e o significado (que consiste em uma ideia ou um conceito). Cada vez que se ouve ou se lê o significante, evoca-se o significado. Logo, os dois são necessários para produzir sentido. A oposição e a diferença em relação a outros significados ajudam a definir o significado. Para Hall, o grande feito de Saussure foi estabelecer que não há vínculo natural ou fixo entre significante e significado, uma vez que a relação entre eles é aberta à mudança histórica e à produção de

novos sentidos a partir de um processo ativo de interpretação, no qual o receptor é tão importante quanto o emissor: a representação é uma prática.

Foucault desvia sua atenção da linguagem para o discurso, concebido como um sistema de representação. Significados e práticas significantes são construídos dentro do discurso, ou seja, nada tem sentido fora do discurso, de modo que assim também acontece com o poder, que não se irradia de uma fonte única, como tendemos a pensar, mas circula entre opressores e oprimidos, apesar da dominância do Estado, da lei ou de uma classe privilegiada. Foucault se interessava especialmente pelas rupturas e descontinuidades radicais entre períodos ou formações discursivas distintas.

No segundo capítulo, Hall explora a estereotipagem racial como prática de representação na mídia e na cultura popular. O objetivo é mostrar como funciona a representação na prática. Fazendo uso de exemplos do uso da imagem do negro na mídia, o autor demonstra como os significados flutuam. Para o pensador, a maneira pela qual a “diferença” do negro é apresentada pode ser descrita como um regime de representação.

Com base no pensamento da antropóloga britânica Mary Douglas (1921-2007), Hall registra que o que perturba a ordem cultural é o aparecimento de coisas na categoria errada ou que não cabem nas classes existentes. Culturas estáveis exigem que as coisas não saiam do lugar, pois os limites simbólicos são centrais para a cultura. Logo, a marcação da diferença leva ao cerramento de fileiras, ao estigma e à expulsão do que é percebido como impuro ou anormal. Paradoxalmente, a diferença também é poderosa: é atraente por ser proibida, um tabu, uma ameaça.

Historicamente, argumenta Hall, o negro foi visto como bárbaro, selvagem, primitivo, sujo, incapaz, preguiçoso e inferior. Trata-se de um pensamento que é registrado nas incursões europeias no continente africano, na colonização e na escravidão. Ora, se tais diferenças são culturais, então, elas podem ser modificadas e alteradas. No entanto, se elas são naturais – como defendiam os proprietários de escravos –, são, portanto, fixas e permanentes. A naturalização dessa diferença é, portanto, uma estratégia de representação que fixa a diferença para sempre: uma tentativa de deter a fluidez do significado. Daí surgem os estereótipos de representação do negro por cartunistas e caricaturistas da época.

Os vestígios dessa representação persistiram ao longo do século XX. O movimento abolicionista americano até tentou mudá-la, mas acabou por reforçar, na verdade, a representação da bondade do branco. O advento do cinema também manteve a mesma representação estereotipada. A partir dos anos de 1960, começaram a surgir papéis do negro que se encaixava nos padrões desejáveis por aqueles que lhe atribuíam representação: domado, assexuado, que se vestia bem, falava corretamente e se portava à mesa. A mudança só veio na década de 1980, com o colapso do sonho integracionista do movimento dos direitos civis e o crescimento de uma subclasse negra, marcada pela pobreza e pela criminalização. O momento veio acompanhado de um crescimento da autoconfiança afirmativa e por uma insistência pelo respeito à identidade cultural negra, simbolizados pelo impacto da música negra, pelo reconhecimento do tema “raça” pelo cinema e pelo surgimento de papéis mais variados para atores negros.

Enquanto prática de produção de significados, a estereotipagem reduz, naturaliza e fixa a diferença; em seguida, divide o que é normal e aceitável do anormal e inaceitável; logo, fixa limites e determina a exclusão daquilo que não lhe pertence. A estereotipagem é a manutenção da ordem simbólica, um exercício de violência simbólica. Hall ressalta que ela tende a existir onde há enormes desigualdades de poder, já que se volta contra grupos subordinados ou excluídos. Como aponta Foucault, o poder circula: é, ao mesmo tempo, fruto e fonte do discurso. Poderosos e sem poder estão presos na circulação do poder. O problema, segundo Hall, é que o estereótipo se refere tanto ao que é imaginado quanto ao que é percebido como real. O significado mais profundo não está na representação midiática, mas naquilo que não é dito, é implícito. Trata-se de uma dinâmica que aprisiona o negro, que é obrigado a ir e vir entre os extremos do que é aceitável e inaceitável.

Portanto, pergunta-se: o sistema dominante de representação pode ser desafiado, contestado e modificado? Historicamente, Hall enumera três estratégias de transcodificação adotadas a partir de 1960. A primeira foi a inversão de estereótipos, que colocou o negro no centro de produções cinematográficas, que o retrataram de maneira diversa – assim como os brancos –, as quais lograram obter sucesso comercial. Mas críticos as viam como exploração negra. A segunda estratégia consistiu na substituição das imagens negativas por várias imagens positivas de pessoas negras, de suas vidas e de suas culturas, sem,

contudo, deslocar a existência do sistema binário de representação. Já a terceira estratégia está mais preocupada com as formas de representação racial do que com a introdução de um novo conteúdo. De modo a considerar as ambivalências da representação e a impossibilidade de se fixar o significado, essa contraestratégia reconhece positivamente o corpo negro como local de estratégias representacionais, fazendo que os estereótipos operem contra eles próprios. O resultado consiste de maior participação e visibilidade do negro no esporte, no entretenimento, na música e na moda, enfim, na cultura popular. No entanto, Hall destaca que os negros ainda não conseguem fazer parte dos ingleses ricos e nem estão bem representados no mundo corporativo.

Por fim, Hall questiona: o que foi dito sobre raça pode ser aplicado a outras dimensões da diferença?

Fiel ao espírito da Revista SER Social, ele aponta que pesquisadores e profissionais da Política Social devem compreender a relação entre representação e poder, bem como sua capacidade de gerar ou manter estereótipos e desigualdades. Como sustenta Hall, a cultura é um espaço de luta em que os significados são contestados; portanto, as políticas sociais não devem ser concebidas a partir de representações binárias, reducionistas ou negativas sobre grupos, fenômenos ou dinâmicas sociais ou em reforço às referidas representações. Ao contrário, devem criticá-las com vistas à inclusão e à equidade em meio à flutuação do significado. Igualmente, é crucial que grupos submetidos à violência simbólica e social participem da criação e da implementação de políticas sociais para construir novas formas de representação e de significados.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams

Culture and Social Transformation: Gramsci, Thompson and Williams
Cultura y transformación social: Gramsci, Thompson y Williams

Verônica Moreira Oliveira¹

<https://orcid.org/0009-0008-0809-7376>

Recebido em: 19/09/2024

Aprovado em: 08/10/2024

É nítido que, na era digital, vivemos transformações na produção e no consumo, na educação e na cultura, na sociabilização, na participação política e nos modos de vida em geral. Com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), os acessos são facilitados, assim como a manipulação e o controle são intensificados. Como devemos pensar as relações sociais e as lutas de classe nesse contexto? A obra “*Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams*”,² das professoras e pesquisadoras Angela Maria Souza Martins e Lúcia Maria

1 Especialista em Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. Especialista em Arte-Educação e Tecnologias Contemporâneas pela UnB. Bacharel e licenciada em Artes Visuais pela UnB. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8962742900822654>>. E-mail: <veronicasersocial@gmail.com>.

2 MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams**. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

Wanderley Neves, é um instrumento didático para pensar a centralidade da educação, da cultura e da comunicação na formação das relações sociais e seu potencial no necessário processo de transformação social.

As autoras começam, no capítulo 1, com a contextualização da “Era de Ouro” em países capitalistas, no pós-Segunda Guerra Mundial. Destacam que importantes mudanças nos modos de vida vieram acompanhadas pela intensificação das contradições entre o trabalho socialmente produzido e a apropriação privada da riqueza, entre a prática coletiva da política e a apropriação do poder por pequenos grupos e entre a organização histórica e coletiva dos símbolos, os valores sociais e a apropriação e difusão seletiva da cultura.

Em breve retrospectiva das principais mudanças econômicas e políticas que ocorreram no capitalismo monopolista do século XX, as autoras apresentam os contextos de vida dos pensadores estudados no livro: Antonio Gramsci (Itália, 1891–1937), Edward Palmer Thompson (Grã-Bretanha, 1924–1993) e Raymond Henry Williams (País de Gales, 1921–1988), mostrando como os três perceberam a importância da educação e da cultura para a transformação social.

No capítulo 2, as autoras apresentam as tradições do materialismo histórico, citando expoentes como Lênin, Stálin, Bukharin, Lukács e Rosa Luxemburgo, fazendo um contraponto entre o materialismo histórico clássico e o materialismo histórico humanista, com foco nas contribuições dos três autores centrais do livro.

As autoras destacam que Gramsci criticou o economicismo e defendeu a importância das atividades humanas nos processos sociais. Para ele, no processo hegemônico, os mecanismos ideológicos são instrumentos diferenciados de dominação, os quais não atuam pela coercitividade, mas sim pelo consenso, sendo que a classe dominante defende as suas verdades e seu espaço pelo convencimento ideológico.

Thompson também criticou a primazia da economia e defendeu que o processo social deve ser analisado em sua totalidade na perspectiva da reciprocidade, pois os aspectos da formação sócio-histórica se intercomunicam. Entendendo que é a partir das relações humanas que as classes se efetivam, Thompson propôs a compreensão dos processos históricos a partir da “agência humana”.

Williams, concordando com as críticas de Gramsci e de Thompson sobre a visão dicotomizada da realidade, reconheceu a importância da

cultura para a compreensão das dinâmicas sociais e colocou a atividade humana no cerne do materialismo histórico. Para Raymond, a consciência é uma das forças produtivas centrais do ser social e os processos de dominação de classe se dão também pela reprodução dos modos de ser e da consciência.

A partir das contribuições dos três teóricos, as autoras destacam a importância dos processos culturais, políticos e ideológicos nas relações de produção e reprodução social e enfatizam que o materialismo histórico deve ser compreendido no âmbito das experiências, das ações e das relações humanas, dentro da cultura do que é vivido.

No capítulo 3, Martins e Neves abordam o consenso entre os três autores supracitados, destacando que a cultura é não só a força produtiva que desenha as relações sociais e a dominação de classe, mas também o elemento propulsor de transformação social.

Ao criticar as concepções marxistas que limitam o entendimento das atividades superestruturais às atividades econômicas, compreendendo a importância da subjetividade para o processo de transformação social, Gramsci destacou a centralidade da cultura na organização da sociedade. Nessa perspectiva, delineou o marxismo humanista e defendeu uma revolução cultural para a construção da contra-hegemonia, na qual as classes subalternas realizariam uma reforma intelectual e moral.

Thompson compreendeu que a classe é uma formação, além de econômica, também cultural. Ele destacou a importância da “agência humana”, isto é, da experiência, nos processos de transformação social. A partir de estudos sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson projetou o socialismo humanista, que deveria ser focado na reconstrução da natureza humana, por meio da garantia das condições de vida e, de modo especial, da ampliação das satisfações culturais.

Concordando com Gramsci e Thompson, Raymond Williams entendeu a cultura como uma prática intelectual inerente a todos os seres humanos. Defendendo a inseparabilidade de estruturas como política, arte, economia e família, ele teorizou o materialismo cultural, a fim de destacar a centralidade da atividade humana na construção e na transformação das relações sociais.

Williams recorreu ao conceito gramsciano de hegemonia para abordar a combinação de forças políticas, culturais e sociais que configuram a desigualdade entre as classes sociais – burguesia e proletariado.

Ele denunciou o controle, por uma minoria detentora do poder, dos meios de produção, de divulgação ou comunicação e do acesso aos bens culturais. Como alternativa, Raymond propôs o que chamou de *longa revolução*: longa no sentido do tempo, mas também no sentido de ampla, pois afetaria todo o modo de vida, isto é, a economia, a educação, a comunicação, a organização do Estado e os modos de pensar.

No capítulo 4, as autoras explanam sobre a educação enquanto prática cultural que geralmente atua para a difusão das relações sociais hegemônicas, mas que também tem potencial para a transformação social. Na sociedade da cultura urbano-industrial nascente, a educação formal estava dividida entre a “escola clássica” (que preparava a classe dominante e os intelectuais para a vida política) e a “escola profissional” (que preparava as classes instrumentais para as necessidades da indústria e para a conformação subalterna). Por isso, Gramsci criticou o modelo formativo do Estado capitalista e propôs a escola unitária, apresentando um projeto educacional orgânico, no qual haveria uma formação única para todas as classes, uma escola que deveria acontecer em tempo integral e ser pública. Acreditava que, assim, a educação seria capaz de realizar uma reforma intelectual e moral e contribuir para a construção de relações socialistas.

As autoras pontuam que Thompson trouxe a noção de experiência para a centralidade da prática educacional, problematizando o confronto entre a cultura letrada e a cultura popular e defendendo a relação dialética na prática educacional, na qual tanto o educador quanto o educando compreendem a realidade a partir do reconhecimento das especificidades das experiências de cada um deles.

Ao longo dos 17 anos em que atuou na educação de trabalhadores, Thompson se afastou cada vez mais da erudição universitária tradicional e propôs um novo tipo de escolarização: o “departamento extramuros”, focado em projetos de extensão e na prática social das teorias que deveriam acontecer na comunidade.

Assim como Gramsci, Thompson destacou o papel fundamental da educação na sedimentação de valores e práticas culturais de controle social, muito presente na formação da classe operária inglesa, por meio da distinção entre a cultura letrada e a cultura popular, ao perceber que os trabalhadores que não dominavam a erudição eram desqualificados, ao passo que os que adquiriam a cultura letrada fragilizavam o seu

vínculo com os seus pares.

É interessante pensar que o processo de erudição de pessoas de origem subalternizada ainda tende a distanciá-las de seus vínculos com suas comunidades, expropriando as pessoas de sua identidade intelectual. Trata-se de um sintoma que foi apontado também por Williams como reflexo da perspectiva hegemônica e colonialista, que desvaloriza as culturas populares.

A partir das conhecidas afirmações “a cultura é algo comum” e “a educação é algo comum”, Williams defendeu que a educação deveria acontecer no meio da comunidade, mantendo a coesão social. Em suas reflexões sobre a democratização da educação e da cultura, Williams reconheceu a importância dos sistemas de comunicação modernos (o rádio, o cinema e a televisão) para a formação da nova sociabilidade.

Williams fez importantes teorizações sobre o conceito de comunicação, desde a distinção entre os modos de comunicação que se baseiam nos recursos humanos imediatos (como a fala) e os modos de comunicação intermediados por material não humano (como o megafone, os gravadores, o rádio e a televisão), até reflexões sobre a relação entre o poder e a comunicação. Assim, o autor demonstrou que os modos de comunicação intermediados pelo trabalho implicam uma seletividade baseada na divisão de classes, em que conteúdos hegemônicos são privilegiados e produções de artistas e intelectuais independentes são marginalizadas.

Acreditando, contudo, que a comunicação é um processo comunitário, Williams propôs um sistema democrático de comunicação, cujos meios de comunicação seriam propriedade de toda a sociedade.

Ao final da leitura do livro, algumas questões ficaram latentes: como atualizar as problematizações sobre comunicação abordadas por Williams para os tempos de hoje, uma vez que vivemos em uma época de computadores pessoais e redes sociais? Que desafios os novos tempos impõem à educação e à cultura? As TIC, intensamente presentes na vida hodierna, têm servido, sob novas formas, à manutenção das classes hegemônicas, mas, por outro lado, rompem com o monopólio da comunicação, permitindo uma multiplicidade de vozes e novos arranjos com vistas a uma “longa revolução em direção a uma democracia educada e participativa”.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

“Domado eu não vivo, não quero seu crime” Da (des)proteção social à criminalização de adolescentes na cidade de Salvador

Mariana Gonçalves Roliano

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Ortegá

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: junho de 2024

Palavras-chave: Proteção social; Criminalização; Medidas Socioeducativas; Salvador; Adolescentes.

Keywords: Social protection; Criminalization; Educational measures; Salvador; Adolescence.

As medidas socioeducativas estão previstas no artigo 112 da lei 8069 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como medidas a serem aplicadas aos adolescentes aos quais forem atribuídos atos infracionais previstos no art. 103. Nos artigos 117 ao 119 estão previstas as medidas socioeducativas em meio aberto Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. Ambas regulamentadas pela lei 12594 de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Para compreender a relação entre proteção social e criminalização de adolescentes é realizada a exploração das relações dialéticas presentes

na construção sócio-histórica brasileira entre desde o poder colonial. Com o subsídio histórico são analisadas as possibilidades de proteção social a partir da crise do Estado de Bem Estar Social e como o Estado tem se apresentado diante das manifestações da questão social. Destaca-se o contexto de política de guerra às drogas como fator importante na construção das propostas no campo da segurança pública e apresenta particularidades dessas propostas no município de Salvador. A execução das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Salvador é analisada a partir da compreensão da uma rede de proteção para adolescentes partindo da oferta dos serviços municipais e relacionando com os achados da pesquisa no que tange a relação dos serviços públicos com as possibilidades não estatais. O último capítulo também apresenta o mapeamento da oferta dos CREAS e de instituições mencionadas pelos participantes da pesquisa apontando as principais atividades ofertadas, as origens dessas instituições e como se dão os encaminhamentos entre os serviços. Confirma-se ao fim que Salvador possui uma rede de proteção social para adolescentes em conflito com a lei, porém fragmentada e insuficiente, o que se soma ao coro nacional de discussão de políticas públicas para adolescentes. Ficam constatadas as questões de raça e classe na relação entre proteção social e criminalização restando explícito que face do estado que se apresenta para a juventude negra e periférica na cidade de Salvador é a face punitivista.

Socio-educational measures are provided for in article 112 of law 8069 of 1990, which provides for the Child and Adolescent Statute. As measures to be applied to adolescents to whom infractions as provided for in art are attributed. 103. Articles 117 to 119 provide for socio- educational measures in an open environment, Provision of Services to the Community and Assisted Freedom. Both are regulated by law 12594 of 2012, which establishes the National Socio-Educational Assistance System (SINASE) and regulates the execution of socio- educational measures aimed at adolescents who commit an infraction. To understand the relationship between social protection and criminalization of adolescents, the dialectical relationships present in the Brazilian socio-historical construction since colonial power are explored. With the historical subsidy, the possibilities of social protection following the crisis of the Social Welfare State and how the State has presented itself in the face of manifestations of the social issue are analyzed. The context of the war on drugs policy stands out as an important factor in the construction of proposals in the field of public security and presents particularities of these proposals in the municipality of Salvador. The implementation of

socio-educational measures in an open environment in the municipality of Salvador is analyzed based on the understanding of a protection network for adolescents, based on the provision of municipal services and relating it to the research findings regarding the relationship between public services and non-public possibilities. state-owned. The last chapter also presents the mapping of the offer of CREAS and institutions mentioned by research participants, pointing out the main activities offered, the origins of these institutions and how referrals between services occur. In the end, it is confirmed that Salvador has a social protection network for teenagers in conflict with the law, however fragmented and insufficient, which adds to the national chorus of discussion of public policies for teenagers. The issues of race and class in the relationship between social protection and criminalization are confirmed, making it clear that the face of the state that presents itself to black and peripheral youth in the city of Salvador is the punitive face.

Educação Domiciliar e Nova Direita: A mercantilização sob o discurso de liberdade educacional no DF/Brasil

Kaline Ferreira Monteiro

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB

Data da defesa: maio de 2024

Palavras-chave: Educação Domiciliar; Direito à educação; Obrigatoriedade Escolar; Nova Direita; Mercantilização.

Keywords: Home Education. Right to education. School Obligation. New Right. Commodification.

Este trabalho tem como objetivo analisar os argumentos do movimento em defesa da Educação Domiciliar, influenciado pela Nova Direita sob o discurso de liberdade educacional. Feito um levantamento das

produções acadêmicas no período de 10 anos (2012-2022), confirmou-se o crescente interesse na temática da Educação Domiciliar. Quanto à metodologia utilizada, realizou-se análise documental do Projeto de Lei nº 6.759/2020 no Distrito Federal e das páginas online de associações defensoras da educação domiciliar. Identificou-se que as associações fundamentam suas escolhas e orientações pelo viés religioso e também com intuito de mercantilização de materiais pedagógicos. Em meio aos argumentos e pautas defendidas, o direito à educação é posto à prova, sendo questionado em diversos pontos, entre eles a obrigatoriedade escolar. Os resultados confirmam a hipótese inicial da pesquisa, de que as instituições que divulgam a educação domiciliar utilizam argumentos que reivindicam a liberdade educacional. Há a tentativa de regulamentar e implementar a Educação Domiciliar, distorcendo o papel da escola, renegando-o a um serviço mercantil, privando aos sujeitos da obrigatoriedade escolar em uma instituição regular de ensino, em detrimento de uma educação sem regulamentação.

This paper aims to analyze the arguments of the movement in defense of Home Education, influenced by the New Right under the discourse of educational freedom. A survey of academic output over a 10-year period (2012-2022) confirmed the growing interest in the subject of Home Education. As for the methodology used, a documentary analysis was carried out of Bill No. 6.759/2020 in the Federal District and of the online pages of associations advocating home education. It was identified that the associations base their choices and guidelines on religious bias and also with the aim of commercializing teaching materials. Amid the arguments and agendas defended, the right to education is put to the test, being questioned on several points, including compulsory schooling. The results confirm the initial hypothesis of the research, that the institutions that promote home education use arguments that claim educational freedom. There is an attempt to regulate and implement Home Education, distorting the role of the school, renouncing it to a commercial service, depriving subjects of compulsory schooling in a regular educational institution, to the detriment of unregulated education.

A Internação Sanção no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: dos fundamentos legais ao cenário atual

Luiza Beatriz de Gusmão Stawiarski

Orientador: Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá

Nome do curso: Programa de Pós Graduação em Política Social – PPGPS

Data da defesa: 19 de setembro de 2024

Palavras-chave: SINASE. ECA. Internação Sanção. Medidas Socioeducativas.

Keywords: Juvenile Justice System. Social – educacional measure. “Sanctioned internment”.

Essa pesquisa analisou quais são e como estão sendo executadas as normativas e demais elementos que levam à aplicação de internação sanção no Distrito Federal no ano de 2023. A internação sanção está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art.122 e se caracteriza por ser um tipo de internação que não é uma nova medida socioeducativa, mas sim um instrumento do Poder Judiciário para intensificar a responsabilização do adolescente que está evadido ou em descumprimento da medida socioeducativa imposta anteriormente. Esse estudo parte da compreensão de que a internação sanção não deve servir apenas como um mecanismo judicial de punição, mas para que além de punir, seja um dispositivo judicial que também responsabiliza e esteja alicerçado na base pedagógica do sistema socioeducativo. No processo de investigação foi possível constatar que a maioria dos adolescentes que estão em cumprimento de internação dentro desse recorte temporal, são jovens vinculados à medida socioeducativa de semiliberdade. Ainda, detectou-se que majoritariamente os adolescentes não participam de suas respectivas audiências que decretam a internação sanção e por isso são apreendidos posteriormente por um mandado de busca e apreensão. Para a pesquisa foram enviados questionários para o Poder Judiciário e Ministério Público, além de analisadas sessenta e três atas de audiência. Com os resultados foi possível observar que a maioria das medidas de internação sanção é aplicada a partir da terceira evasão do adolescente, quando já não há vínculo com o sistema socioeducativo, o

que sugere que esse tipo de internação está sendo determinado de forma atrasada. É notório que há um movimento dos órgãos e das equipes que atuam no cumprimento da internação sanção no Distrito Federal para qualificação da execução dessa internação, entretanto, ainda são necessárias ações de formação continuada e atualização das normativas para que de fato esse mecanismo de responsabilização faça sentido para os adolescentes e suas famílias.

This research analyzed how the regulations and other elements that lead to the application of sanctioned incarceration in the Federal District in the year 2023 are being implemented. Sanctioned incarceration is provided for in the Child and Adolescent Statute, in Art. 122 and is characterized by being a type of internment that is not a new socio-educational measure, but rather an instrument of the Judiciary to step up accountability adolescents who have escaped or are in breach of the previously imposed socio-educational measure. This study understands that sanctioning incarceration should not only serve as a judicial punishment mechanism, but so that in addition to punishing, it is a judicial device that also holds responsibility and is based on the pedagogical basis of the socio-educational system. In the investigation process, it was possible to verify that the majority of adolescents who are undergoing internment within this time frame are young people linked to the socio-educational measure of semi-freedom. Furthermore, it was detected that the majority of adolescents do not participate in their respective hearings that decree the sanction of internment and that is why they are subsequently apprehended by a search and seizure warrant. For the research, questionnaires were sent to the Judiciary and Public Prosecutor's Office, in addition to analyzing sixty-three hearing minutes. With the results it was possible to observe that the majority of incarceration sanctions are applied after the adolescent's third dropout, when there is no longer any link with the socio-educational system, which suggests that this type of incarceration is being determined late. It is clear that there is a movement by the institutions and teams that work to comply with sanctioned incarceration in the Federal District to qualify the execution of this incarceration, however, continued training and updating of regulations are still necessary so that this accountability mechanism actually works meaning for teenagers and their families.

Acesso à atenção primária à saúde pelos homens da Comunidade quilombola de Mesquita-Goiás: interseccionalidade de raça, gênero e classe social

Access to primary health care by men in the Quilombola Community of Mesquita-Goiás: intersectionality of race, gender and social class

Luís Henrique Belem De Oliveira

Nome da orientadora: Lucélia Luiz Pereira

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da defesa: 27 de maio de 2024

Palavras-chave: homens quilombolas, saúde masculina, acesso à saúde, racismo, gênero e classe social.

Keywords: quilombola men, men's health, access to health, racism, gender and social class.

A compreensão do quilombo na atualidade perpassa pela recuperação do histórico de expropriação, dominação e exploração da população negra no Brasil. Após séculos de escravidão, o Brasil passou por um processo de abolição, em que a inserção do negro nas novas relações de produção capitalista ocorreu de forma subalterna e marginalizada, acarretando um conjunto persistente de desigualdades que vivenciamos na atualidade. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma raça, gênero e classe social influenciam no acesso ao direito à saúde pelos homens quilombolas de Mesquita-Goiás na atualidade. Para tanto, realizou-se entrevistas semi-estruturadas e revisão bibliográfica sobre o tema que auxiliou na fundamentação teórica e na reflexão crítica. Esta pesquisa foi submetida, por meio da Plataforma Brasil, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pelo parecer nº 6491590. Foram entrevistados 10 homens quilombolas e 7 profissionais da saúde. O roteiro de entrevista foi elaborado, a partir do problema de pesquisa, com questões relacionadas ao acesso dos serviços de saúde, raça, gênero e classe social. A realização

das entrevistas aconteceu na própria comunidade, com visitas a Unidade Básica de Saúde. Após a coleta de dados, houve transcrição das entrevistas e análise os dados, a partir da técnica de análise de conteúdo. A pesquisa apontou que as comunidades quilombolas enfrentam múltiplos desafios no acesso à saúde, como a desigualdade geográfica, educacionais, falta de infraestrutura adequada, escassez de profissionais de saúde, além do racismo institucional, as desigualdades de gênero e as disparidades socioeconômicas. A interseccionalidade de raça, classe social e gênero produzem e reproduzem estereótipos e expectativas nos níveis institucionais, acarretando a invisibilidade das necessidades de saúde masculina. Portanto, raça, gênero e classe social são marcadores estruturais que determinam como ocorrerá o acesso e utilização dos serviços de saúde pelas populações. Verificou-se a existência de desafios culturais, institucionais e administrativos para implementação de um cuidado integral para os homens quilombolas, que perpassa pela necessidade de enfrentamento aos eixos de opressão de raça, gênero, classe, além de mudanças culturais, organização dos serviços e formação dos profissionais.

Understanding quilombo today involves recovering the history of expropriation, domination and exploitation of the black population in Brazil. After centuries of slavery, Brazil went through a process of abolition, in which the insertion of black people into the new relations of capitalist production occurred in a subordinate and marginalized way, resulting in a persistent set of inequalities that we experience today. This research has the general objective of analyzing how race, gender and social class influence access to the right to health by quilombola men in Mesquita-Goiás today. To this end, semi-structured interviews and a bibliographical review were carried out on the topic, which helped with theoretical foundations and critical reflection. This research was submitted, through Plataforma Brasil, and approved by the Research Ethics Committee (CEP), under opinion no. 6491590. 10 quilombola men and 7 health professionals were interviewed. The interview script was prepared based on the research problem, with questions related to access to health services, race, gender and social class. The interviews took place in the community itself, with visits to the Basic Health Unit. After data collection, the interviews were transcribed and the data was analyzed using the content analysis technique. The research showed that quilombola communities face multiple challenges in accessing health, such as geographic and educational inequality, lack of adequate infrastructure, shortage of health professionals,

in addition to institutional racism, gender inequalities and socioeconomic disparities. The intersectionality of race, social class and gender produces and reproduces stereotypes and expectations at institutional levels, resulting in the invisibility of men's health needs. Therefore, race, gender and social class are structural markers that determine how populations access and use health services. It was verified the existence of cultural, institutional and administrative challenges to implement comprehensive care for quilombola men, which involves the need to confront the axes of oppression based on race, gender, class, in addition to cultural changes, organization of services and training of professionals.

As vozes e o ativismo das mulheres negras – a participação feminina do movimento negro na Constituição Federal de 1988: memórias, lutas e resistências

*The dispute for hegemony over the conception of disability in Brazil
based on the construction of the Single Disability Assessment Model
between the years 2015 and 2022*

Cristiana dos Santos Luiz

Orientadora: Ângela Vieira Neves

Nome do curso: Programa de Pós Graduação em Política Social - PPGPS

Data da Defesa: 4 de novembro de 2024

Palavras-chave: Movimento Negro; mulheres negras; ativismo; protagonismo; Constituição Federal.

Keywords: Black movement; Black women; activism; protagonism; Constitution of the Federative Republic of Brazil.

Palabras claves: movimiento negro; mujeres negras; activismo; protagonismo; Constitución Federal

A presente tese tem por objetivo analisar a participação, o ativismo político, o protagonismo e as vozes das mulheres negras, em especial das filiadas e ex-filiadas, nos processos de concepção da Constituição de 1988. Observa-se, portanto, o impacto dessa atuação e seu protagonismo na luta contra o racismo, bem como no processo de consolidação da temática da promoção da igualdade racial e nas propostas apresentadas pelo Movimento Negro para a Constituição de 1988. Para isso, foram entrevistadas as ativistas negras Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro e Helena Theodoro. A partir dos relatos dessas entrevistadas, analisamos a participação das ativistas negras na Constituinte. A pesquisa revelou que, a partir desse processo, houve uma atuação política e uma participação significativas das ativistas negras, que contribuíram de forma relevante no documento entregue pelo movimento negro, fruto da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte (CNNC), no qual foram apresentadas as demandas do Movimento Negro para esse marco regulatório. Realizamos, neste trabalho, a articulação entre sete categorias de análise: 1) ativismo; 2) protagonismo; 3) organização e mobilização do Movimento Negro; 4) lutas e resistência; 5) participação social; 6) demandas e ganhos constitucionais; e 7) altivez e dororidade. A tese também aborda a organização e mobilização do Movimento Negro para participar desse processo. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, a entrevista semiestruturada foi utilizada como nossa principal ferramenta de coleta de dados e material empírico. Foi possível confirmar nossa hipótese de que, na elaboração da Carta Magna de 1988, houve uma intensa atuação política das ativistas negras, que contribuíram significativamente no documento fruto da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte, que apresentava as demandas do Movimento Negro para esse marco regulatório e foi entregue ao presidente da época, José Sarney, na Assembleia Nacional Constituinte. De igual modo, as ativistas negras tiveram uma participação importante no debate racial realizado na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, que impactou nos ganhos que a comunidade negra obteve na Constituição de 1988. O estudo mostrou, ainda, que as divergências dentro do Movimento Negro não impediram a construção de um documento coletivo com as principais pautas propostas pelas ativistas. O documento foi apresentado à Constituinte. A Constituição Federal de 1988 incorporou parte desse documento. Notamos, neste estudo, a necessidade das mulheres negras

de criarem um espaço onde pudessem debater suas especificidades, uma vez que suas particularidades não eram consideradas nem no movimento feminista nem no Movimento Negro, que utilizavam o argumento de que essa demanda dividia os movimentos. Nesse período, o feminismo negro e o pensamento feminista negro estão se consolidando. Por fim, identificamos que o racismo, o sexismo e o machismo foram evidenciados nesse processo – estes dois últimos inclusive dentro do Movimento Negro – e dificultaram a busca pelo protagonismo das mulheres negras neste contexto de lutas e resistências.

The aim of this dissertation is to analyse the participation, political activism, leadership, and voices of Black women, particularly current and former affiliates, in the processes shaping the Brazilian Constitutional text promulgated on October 5, 1988. The impact of this involvement and their leadership in the fight against racism is examined, along with the role played in establishing themes of racial equality promotion and in the proposals submitted by the Black Movement for the Constitution of the Federative Republic of Brazil. To achieve this, interviews were conducted with Black women activists Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro, and Helena Theodoro. Based on these testimonies, we analyse the involvement of Black women activists in the Constitutional Assembly (1988). The research revealed that, through this process, there was significant political engagement and participation by Black women activists, who made substantial contributions to the document submitted by the Black Movement, which resulted from the National Convention of Black People for the Constitutional Assembly. This document presented the demands of the Black Movement for this regulatory framework. In this study, we focus on seven categories of analysis: 1) activism; 2) leadership; 3) organisation and mobilisation of the Black Movement; 4) struggles and resistance; 5) social participation; 6) constitutional demands and achievements; and 7) pride and sisterhood. The dissertation also discusses the organisation and mobilisation of the Black Movement to participate in this process. Through the methodological procedures of this research, semi-structured interviews were employed as the primary tool for data collection and empirical material. It was possible to confirm our hypothesis that in drafting the Constitutional text of October 5, 1988, there was intense political involvement by Black women activists, who made significant contributions to

the document produced at the National Convention of Black People for the Constitutional Assembly, which presented the Black Movement's demands for this new regulatory framework and was submitted to then-President José Sarney at the Constituent Assembly (1988). Likewise, Black women activists played a crucial role in the racial debate conducted in the Subcommittee on Black People, Indigenous Populations, Disabled Persons, and Minorities, which influenced the gains achieved by the Black community in the Constitutional text of October 5, 1988. The study further showed that the internal disagreements within the Black Movement did not prevent the construction of a collective document with the main issues proposed by the activists. This document was submitted to the Constitutional Assembly. The Constitutional text enacted on October 5, 1988, incorporated parts of this document. In this study, we observe the need for Black women to create a space where they could discuss their particularities, given that these were not considered within the feminist movement or the Black Movement, which argued that this demand would divide the movements. During this period, Black feminism and Black feminist thought were in the process of consolidation. Finally, we identified that racism, sexism, and machismo were evident in this process – the latter two even within the Black Movement – hindering Black women's quest for leadership within this context of struggle and resistance.

La presente tesis tiene como objetivo analizar la participación, el activismo político, el protagonismo y las voces de las mujeres negras, en particular de las afiliadas y exafiliadas, en los procesos de concepción de la Constitución de 1988. Se observa, por lo tanto, el impacto de esta actuación y su protagonismo en la lucha contra el racismo, así como en el proceso de consolidación de la temática de la promoción de la igualdad racial y en las propuestas presentadas por el Movimiento Negro para la Constitución de 1988. Para ello, se entrevistaron a las activistas negras Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro y Helena Theodoro. A partir de los relatos de estas entrevistadas, se analiza la participación de las activistas negras en la Asamblea Constituyente. La investigación reveló que, a partir de este proceso, hubo una actuación política y una participación significativas de las activistas negras, quienes contribuyeron de forma relevante en el documento entregado por el Movimiento Negro, fruto de la Convención Nacional

del Negro para la Constituyente, en el que se presentaron las demandas del Movimiento Negro para este marco normativo. En este trabajo, realizamos la articulación entre siete categorías de análisis: 1) activismo; 2) protagonismo; 3) organización y movilización del Movimiento Negro; 4) luchas y resistencia; 5) participación social; 6) demandas y logros constitucionales; y 7) altivez y sororidad. La tesis también aborda la organización y movilización del Movimiento Negro para participar en este proceso. En los procedimientos metodológicos de la investigación, la entrevista semiestructurada fue utilizada como nuestra principal herramienta de recopilación de datos y material empírico. Fue posible confirmar nuestra hipótesis de que, en la elaboración de la Carta Magna de 1988, hubo una intensa actuación política de las activistas negras, quienes contribuyeron significativamente en el documento, fruto de la Convención Nacional del Negro para la Constituyente, que presentaba las demandas del Movimiento Negro para este marco normativo y fue entregado al presidente de la época, José Sarney, en la Asamblea Nacional Constituyente. Asimismo, las activistas negras desempeñaron un papel importante en el debate racial que tuvo lugar en la Subcomisión de los Negros, Poblaciones Indígenas, Personas con Discapacidad y Minorías, lo cual impactó en los logros obtenidos por la comunidad negra en la Constitución de 1988. El estudio mostró, además, que las divergencias dentro del Movimiento Negro no impidieron la construcción de un documento colectivo con los principales puntos propuestos por las activistas. Dicho documento fue presentado en la Asamblea Constituyente. La Constitución Federal de 1988 incorporó parte de este documento. Observamos, en este estudio, la necesidad de las mujeres negras de crear un espacio donde pudieran debatir sus especificidades, ya que sus particularidades no eran consideradas ni en el movimiento feminista ni en el Movimiento Negro, que utilizaban el argumento de que esta demanda dividía los movimientos. Durante este periodo, el feminismo negro y el pensamiento feminista negro estaban consolidándose. Finalmente, identificamos que el racismo, el sexismo y el machismo se evidenciaron en este proceso, siendo estos dos últimos incluso presentes dentro del Movimiento Negro, lo cual dificultó la búsqueda del protagonismo de las mujeres negras en este contexto de luchas y resistencias.

Experiências de opressões e resistências entre trabalhadoras maranhenses do setor de telemarketing

Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Nome da orientadora: Prof.^a Dr.^a Marlene Teixeira Rodrigues

Data da defesa: 15 de julho de 2024

Palavras-chave: Trabalhadoras de Telemarketing. Opressões. Resistências. Gênero. Raça. Classe.

Keywords: Telemarketing Workers. Oppressions. Resistances. Gender. Race. Class.

Palabras clave: Trabajadoras de Telemercadeo. Opciones. Resistencias. Género. Carrera. Clase.

A presente tese empenha uma análise crítica sobre a experiência de trabalhadoras maranhenses do setor de telemarketing, especialmente em relação às estratégias de resistência por elas articuladas frente à precarização que enfrentam em suas atividades laborais. A abordagem crítica da pesquisa parte do materialismo histórico-dialético e o amplia através da perspectiva interseccional a fim de desvelar as opressões de gênero, raça e classe impelidas à força de trabalho das mulheres no referido setor, cuja precariedade das condições trabalhistas representa uma das principais características do imperativo neoliberal: a regressão dos direitos e conquistas civilizatórias. Contextualiza-se que a força de trabalho no setor é majoritariamente composta por mulheres e, a partir de entrevistas realizadas com trabalhadoras do telemarketing em São Luís/MA, a maioria se declarou negra ou parda, em condições de vulnerabilidade diversas que, associadas à realidade socioeconômica da região, as condicionam ao exército de reserva (superpopulação relativa) promovido pelo desemprego. A pesquisa também aponta que, no caso do Maranhão, essas trabalhadoras não possuem representação sindical, condição que as fazem vulneráveis à expropriação do valor da sua força de trabalho inerente ao processo de acúmulo de capital. Assim, os aportes teóricos da pesquisa se constituem de obras referenciais sobre a

temática para a apreensão de sua totalidade, a qual é visada a partir da pesquisa empírica engendrada em entrevistas com trabalhadoras de um call center da capital maranhense a fim de reconhecer, pela experiência, a realidade laboral sob estudo. Esse material subsidiou a reflexão crítica sobre as opressões sofridas pelas trabalhadoras e sobre as ações de resistência empreendidas por elas para permanecerem no trabalho. Argumenta-se, portanto, que a realidade evidenciada possui estreita relação com as históricas heranças coloniais e patriarcais do Brasil, as quais se reproduzem no mercado de trabalho e perduram ao longo do tempo através da divisão sexual e da racialização, conformando um conjunto de precariedades ao qual as trabalhadoras são expostas. As conclusões desta tese argumentam sobre a necessidade de revelar as práticas opressoras instituídas no mercado de trabalho e sobre a importância de compreendê-las de forma interseccionada para que seja possível enfrentar efetivamente as desigualdades contidas na exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras.

This thesis undertakes a critical analysis of the experience of workers from Maranhão in the telemarketing sector, especially in relation to the resistance strategies they articulate in the face of the precariousness they face in their work activities. The critical approach to the research starts from historical- dialectical materialism and expands it through the intersectional perspective in order to reveal the oppressions of gender, race and class imposed on the women's workforce in that sector, whose precarious working conditions represent one of the main characteristics of the neoliberal imperative: the regression of rights and civilizational achievements. It is contextualized that the workforce in the sector is mostly made up of women and, based on interviews carried out with telemarketing workers in São Luís/MA, the majority declared themselves black or mixed race, in conditions of different vulnerability that, associated with the reality socio-economic status of the region, conditions them to the reserve army (relative overpopulation) promoted by unemployment. The research also points out that, in the case of Maranhão, these workers do not have union representation, a condition that makes them vulnerable to the expropriation of the value of their labor power inherent in the process of capital accumulation. Thus, the theoretical contributions of the research are made up of reference works on the subject to understand its totality, which is aimed at based on empirical research engendered in interviews with workers at a call center in the capital of Maranhão in order to recognize, through experience, the

work reality under study. This material supported critical reflection on the oppression suffered by female workers and on the resistance actions undertaken by them to remain at work. It is argued, therefore, that the reality highlighted is closely related to the historical colonial and patriarchal legacies of Brazil, which are reproduced in the labor market and persist over time through sexual division and racialization, forming a set of precariousness to which female workers are exposed. The conclusions of this thesis argue about the need to reveal the oppressive practices established in the labor market and the importance of understanding them in an intersecting way so that it is possible to effectively confront the inequalities contained in the exploitation of women's workforce, especially women black.

Esta tesis realiza un análisis crítico de la experiencia de los trabajadores de Maranhão en el sector del telemercadeo, especialmente en relación a las estrategias de resistencia que articulan frente a la precariedad que enfrentan en sus actividades laborales. El enfoque crítico de la investigación parte del materialismo histórico-dialéctico y lo expande a través de la perspectiva interseccional para revelar las opresiones de género, raza y clase impuestas a la fuerza laboral femenina de ese sector, cuyas precarias condiciones laborales representan una de las principales características. del imperativo neoliberal: la regresión de los derechos y los logros civilizatorios. Se contextualiza que la fuerza laboral del sector está compuesta mayoritariamente por mujeres y, con base en entrevistas realizadas a trabajadores de telemercadeo en São Luís/MA, la mayoría se declaró negra o mestiza, en condiciones de diferente vulnerabilidad que, asociada a la La realidad del estatus socioeconómico de la región, los condiciona al ejército de reserva (sobrepoblación relativa) promovido por el desempleo. La investigación también señala que, en el caso de Maranhão, estos trabajadores no tienen representación sindical, condición que los hace vulnerables a la expropiación del valor de su fuerza de trabajo inherente al proceso de acumulación de capital. Así, los aportes teóricos de la investigación se componen de obras de referencia sobre el tema para comprender su totalidad, lo que tiene como objetivo basarse en una investigación empírica engendrada en entrevistas con trabajadores de un call center en la capital de Maranhão para reconocer, a través de experiencia, la realidad laboral objeto de estudio. Este material apoyó la reflexión crítica sobre la opresión que sufren las trabajadoras y sobre las acciones de resistencia emprendidas por ellas para permanecer en el trabajo. Se sostiene, por tanto, que la realidad resaltada está estrechamente

relacionada con los legados históricos coloniales y patriarcales de Brasil, que se reproducen en el mercado laboral y persisten en el tiempo a través de la división sexual y la racialización, formando un conjunto de precariedades a las que están expuestas las trabajadoras. expuesto. Las conclusiones de esta tesis argumentan sobre la necesidad de revelar las prácticas opresivas establecidas en el mercado laboral y la importancia de entenderlas de manera transversal para que sea posible enfrentar efectivamente las desigualdades contenidas en la explotación laboral de las mujeres, especialmente las mujeres negras.

“Não é um espaço pra mim, né, a UnB”: maternidade, trabalho reprodutivo e Política de Assistência Estudantil

“UnB is not a place for me, right?”: motherhood, reproductive work and Student Assistance Policy

“Este lugar no es pa’ mí, ¿no? La UnB”: maternidad, trabajo reproductivo y Políticas de Ayudas para Estudiantes

Lorrany Rodrigues do Nascimento

Nome da orientadora: Marlene Teixeira Rodrigues

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da defesa: 10 de julho de 2024

Palavras-chave: Cuidado; Política Social; Assistência Estudantil; Universidade de Brasília; Maternidade.

Keywords: Care; Social Policy; Student Assistance; University of Brasília; Motherhood.

Palabras claves: Cuidado; Política Social; Ayuda para Estudiantes; Universidad de Brasilia; Maternidad.

Esta tese foi pensada em um contexto de avanço do neoconservadorismo no Brasil, especialmente da última década, caracterizado pela

deslegitimação das Políticas Sociais e afirmativas que têm como foco os direitos reprodutivos das mulheres e pelo reforço do modelo de família nuclear, o qual se fundamenta na particularização do cuidado. Nessa conjuntura, setores de direita também buscaram invalidar a Educação Superior pública, sendo o desinvestimento estatal nas Universidades e Institutos Federais justificados com base na ideia de que seriam ambientes de desordem. Tendo por pano de fundo um contexto de reforço do trabalho reprodutivo como atribuição feminina e de restrição ao acesso à educação superior, adotou-se como objeto de estudo a trajetória acadêmica de jovens mães que são estudantes de graduação nos campi que compõem a Universidade de Brasília (UnB). O objetivo central da pesquisa foi identificar as dificuldades enfrentadas no exercício do trabalho reprodutivo associado à maternidade de forma concomitante à graduação. Dentre as principais categorias de análise destacam-se: democratização do ensino superior no Brasil, Patriarcado, divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo, Cidadania, Política Social, juventude e maternidade. O método empregado foi uma conjugação entre o Materialismo Histórico-Dialético e a Decolonialidade e a metodologia foi qualitativa. Foram realizadas entrevistas não-estruturadas guiadas com 8 estudantes dos 4 campi da UnB. Os resultados indicaram que as estudantes são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, principalmente no que se refere ao cuidado. As políticas institucionais estatais não se mostram compatíveis com as demandas e as necessidades das estudantes e de suas (seus) filhas (os). No plano estrutural, observa-se: 1) inexistência de vagas suficientes em creches públicas e conveniadas; 2) horários de funcionamento que não levam em conta a rotina laboral ou acadêmica das mães; 3) pouca abertura para a participação das(dos) responsáveis; 4) o modelo de família nuclear tomado como referência na legislação favorece a isenção dos pais com relação ao provimento material e suporte afetivo quando o relacionamento com a mãe é rompido. Já com relação às políticas institucionais, ainda não se concretizaram iniciativas que sejam voltadas, de maneira mais ampla, à coletivização do trabalho de cuidado. De modo geral, as iniciativas que foram formalizadas, como o Projeto Cirandas na Faculdade de Planaltina (FUP) e o Espaço de Acolhimento na Faculdade de Educação (Fe) do campus Darcy Ribeiro, se restringem às estudantes de determinados cursos. Conclui-se que as omissões estatais no que se refere à proteção à maternidade e à infância se relacionam ao caráter parcial que a Cidadania assume sob o Capitalismo Patriarcal e que a resistência das mulheres

que são mães e estudantes nesse contexto se fundamenta, sobretudo, no fortalecimento das redes de apoio nas famílias, nas comunidades e no ambiente acadêmico.

This thesis was conceived in the context of the advance of neoconservatism in Brazil, which has been characterized by the delegitimization of social and affirmative policies that focus on women's reproductive rights and the reinforcement of the nuclear family model, which is based on the particularization of care. In this context, right-wing sectors also sought to invalidate public higher education, with state disinvestment in universities and federal institutes justified on the grounds that they were environments of disorder. In a scenario of reinforcement of reproductive work as a female attribution and restriction of access to higher education, the object of study was the academic trajectory of young mothers who are undergraduate students at the campuses that make up the University of Brasília (UnB). The main objective of the research was to identify the difficulties faced in carrying out reproductive work associated with motherhood concurrently with graduation. The main categories of analysis include: democratization of higher education in Brazil, patriarchy, sexual division of labor, reproductive labor, citizenship, social policy, youth, and motherhood. The method used was a combination of Historical-Dialectical Materialism and Decoloniality, based on qualitative methodology. Guided unstructured interviews were conducted with eight students from the four UnB campuses. The results indicated that female students are primarily responsible for reproductive work, especially with regard to care. State institutional policies are not compatible with the demands and needs of students and their children. At a structural level, the following can be observed: 1) lack of sufficient places in public and contracted daycare centres; 2) opening hours that do not take into account the mothers' work or academic routine; 3) little openness to the participation of guardians; 4) the nuclear family model taken as a reference in the legislation favours the fathers' exemption from material provision and affective support when the relationship with the mother is broken. Regarding institutional policies, initiatives that are more broadly focused on the collectivization of care work have not yet been implemented. In general, the initiatives that were formalized, with the Cirandas Project at the College of Planaltina (FUP) and the Reception Space at the College of Education (Fe) of the Darcy Ribeiro

campus, are restricted to students of certain courses. The conclusion is that the state omissions regarding the protection of motherhood and childhood are related to the partial character that citizens rights assume under patriarchal capitalism. The resistance of women who are mothers and students in this context is based, above all, on the strengthening of support networks in families, communities, and the academic environment.

Se ha pensado en esta tesis en un contexto de avance del neoconservadurismo en Brasil, especialmente en la última década, caracterizado por la deslegitimación de las Políticas Sociales y afirmativas, enfocadas en los derechos reproductivos de las mujeres, y por el reforzamiento del modelo de familia nuclear, el cual se basa en la particularización del cuidado. En esta coyuntura, sectores de la derecha también intentaron invalidar la educación superior pública, justificando la desinversión estatal en las Universidades e Institutos Federales con base en la idea de que son ambientes de desorden. Siendo el telón de fondo un contexto de reforzamiento del trabajo reproductivo como atribución femenina y de restricción del acceso a la educación superior, se ha adoptado como objeto de estudio la trayectoria académica de jóvenes madres que son estudiantes de pregrado en los campus que integran la Universidad de Brasilia (UnB). El objetivo principal de la investigación ha sido identificar las dificultades a las que se enfrentan para realizar el trabajo reproductivo asociado a la maternidad de forma simultánea al pregrado. Entre las principales categorías de análisis se resaltan: la democratización de la enseñanza en Brasil, el patriarcado, la división sexual del trabajo, el trabajo reproductivo, la ciudadanía, la Política Social, la juventud y la maternidad. El método empleado ha sido una combinación de Materialismo Histórico-dialéctico y Decolonialidad, y la metodología ha sido cualitativa. Se han realizado entrevistas no estructuradas guiadas a 8 estudiantes de los 4 campus de la UnB. Los resultados han indicado que las estudiantes son las principales responsables del trabajo reproductivo, sobre todo en lo que se refiere a los cuidados. Las políticas institucionales del Estado no se compatibilizan con las demandas y necesidades de las estudiantes y de sus hijas/os. A nivel estructural, se observa: 1) la inexistencia de plazas suficientes en guarderías públicas y subsidiadas; 2) horarios que no tienen en cuenta las rutinas laborales o académicas de las madres; 3) poca apertura a la

participación de las/los responsables; 4) el modelo de familia nuclear considerado como referencia en la legislación favorece la exención de los padres en lo que se refiere a la provisión material y al apoyo afectivo cuando se rompe la relación con la madre. En lo que respecta a las políticas institucionales, todavía no ha habido iniciativas dirigidas, de forma más amplia, a la colectivización del trabajo de cuidado. De forma general, las iniciativas que se han formalizado, como el Proyecto Cirandas en la Facultad de Planaltina (FUP) y el Espacio de Acogida en la Facultad de Educación (Fe) del campus Darcy Ribeiro, están restringidas a las estudiantes de determinados cursos. Se concluye que las omisiones del Estado en lo que se refiere a la protección a la maternidad y a la infancia están relacionadas con el carácter parcial de la ciudadanía bajo el capitalismo patriarcal, y que la resistencia de las mujeres que son madres y estudiantes en este contexto se basa, sobre todo, en el fortalecimiento de las redes de apoyo en las familias, en las comunidades y en el entorno académico.

Os Guias Alimentares, as Necessidades Humanas e do Capital

The Food Guides, Human Needs, and Capital Needs
Las Guías Alimentarias, las Necesidades Humanas y del Capital

Olivio José da Silva Filho

Nome do orientador: Newton Narciso Gomes Junior

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da defesa: 9 de maio de 2024

Palavras-chave: comida; guias alimentares; necessidades humanas; necessidades do capital.

Keywords: food; dietary guidelines; human needs; capital needs.

Palabras clave: comida; guías alimentarios; necesidades humanas; necesidades del capital.

Os Guias Alimentares Baseados em Alimentos (GABAs) são importantes instrumentos para a construção de Políticas Sociais de Alimentação, Nutrição e Saúde, bem como orientações científicas realizadas pelos órgãos do Estado para os comensais. O objetivo da tese é investigar se os Guias Alimentares Baseados em Alimentos podem contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesse sentido, a partir da perspectiva do método crítico-dialético, no primeiro capítulo da tese foi observada essa relação a partir da experiência histórica de desenvolvimento dos GABAs e o aprofundamento em seis experiências: Brasil, Chile, Estados Unidos, Canadá, Portugal e Espanha. No segundo capítulo, o foco foi estabelecer a relação entre as necessidades humanas básicas (NHB) e os guias alimentares, destacando a autonomia culinária como elemento-chave. Foram discutidas políticas sociais e alimentação, considerando a segurança alimentar e as NHB, além de abordar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e os desafios da autonomia culinária por ações de EAN. No terceiro capítulo, o debate girou em torno das necessidades do capital e os guias alimentares, explorando teoricamente as necessidades do capital à luz das NHB. Foi discutido o consumo no modo de produção capitalista, com destaque para os alimentos ultraprocessados, e também abordou-se o “guia alimentar do capital”, ressaltando os interesses do capital em detrimento das NHB e da sociedade. Os avanços experimentados através da incorporação da Classificação NOVA de alimentos no Brasil, Chile e Canadá e em outros países, mesmo que apresentem avanços significativos em termos de GABAs no sentido da autonomia culinária e da realização do DHAA, como instrumento seguro e promissor, as necessidades do capital operam na contramão. Seja através da cacofonia alimentar e de orientações difusas e confusas que tem como objetivo, estabelecer um Guia Alimentar do capital, cujo mote é não pare de consumir, ou, ainda, por intermédio de iniciativas políticas e não raro governamentais, flexibilizarem normas e conceitos em desfavor das recomendações dos Guias Alimentares para atender interesses da indústria da alimentação e os requerimentos das necessidades do capital. Enquanto o DHAA vai de encontro com as NHB, e, em certa medida, algumas experiências de GABAs, estão na mesma direção o sistema alimentar atual prioriza os interesses do capital, levando a consequências negativas para a saúde pública e o meio ambiente. A classificação NOVA, que identifica os ultraprocessados, destaca-se como uma ferramenta importante para essa

discussão, como o principal avanço em termos de GABAs. Apesar de avanços recentes, a solução requer uma abordagem mais ampla, incluindo a organização da classe trabalhadora para redefinir a importância da comida como estrutural para o desenvolvimento e às NHB.

The Food-Based Dietary Guidelines (FBDGs) are important instruments for constructing Social Policies on Food, Nutrition, and Health, as well as scientific guidelines provided by governmental institutions for consumers. The thesis aims to investigate whether Food-Based Dietary Guidelines can contribute to ensuring the Human Right to Adequate Food (HRAF). In this regard, from the perspective of the critical-dialectical method, the first chapter of the thesis observed this relationship based on the historical experience of FBDG development and a detailed study of six experiences: Brazil, Chile, the United States, Canada, Portugal, and Spain. In the second chapter, the focus was on establishing the relationship between basic human needs (BHN) and dietary guidelines, highlighting culinary autonomy as a key element. Social policies and food were discussed, considering food security and BHN, as well as addressing Food and Nutrition Education (FNE) and the challenges of culinary autonomy through FNE actions. In the third chapter, the debate revolved around the needs of capital and dietary guidelines, theoretically exploring the needs of capital in light of BHN. Consumption in the capitalist mode of production was discussed, with an emphasis on ultra-processed foods, and the “capital’s dietary guide” was also addressed, highlighting capital’s interests at the expense of BHN and society. Although advances experienced through the incorporation of the NOVA Classification of foods in Brazil, Chile, and Canada and in other countries, even if they represent significant advances in terms of FBDGs in the direction of culinary autonomy and the realization of HRAF, as a safe and promising tool, capital’s needs operate in the opposite direction. Whether through food cacophony and diffuse and confusing guidelines aimed at establishing a dietary guide of capital, whose motto is never to stop consuming, or through political initiatives, often governmental, that flexibilize norms and concepts to meet the interests of the food industry and the requirements of capital’s needs. While HRAF goes against BHN, and, to some extent, some FBDG experiences are in the same direction, the current food system prioritizes the interests of capital, leading to negative consequences for public

health and the environment. The NOVA classification, which identifies ultra-processed foods, stands out as an important tool for this discussion, as the main advancement in terms of FBDGs. Despite recent advances, the solution requires a broader approach, including the organization of the working class to redefine the importance of food as structural to development and BHN.

Los Guías Alimentarios Basados en Alimentos (GABAs) son importantes instrumentos para la construcción de Políticas Sociales de Alimentación, Nutrición y Salud, así como orientaciones científicas realizadas por las instituciones del Estado para los comensales. El objetivo de la tesis es investigar si los Guías Alimentarios Basados en Alimentos pueden contribuir a la garantía del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada (DHAA). En este sentido, desde la perspectiva del método crítico-dialéctico, en el primer capítulo de la tesis se observó esta relación a partir de la experiencia histórica de desarrollo de los GABAs y el estudio en profundidad de seis experiencias: Brasil, Chile, Estados Unidos, Canadá, Portugal y España. En el segundo capítulo, el foco fue establecer la relación entre las necesidades humanas básicas (NHB) y los guías alimentarios, destacando la autonomía culinaria como elemento clave. Se discutieron políticas sociales y alimentación, considerando la seguridad alimentaria y las NHB, además de abordar la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) y los desafíos de la autonomía culinaria mediante acciones de EAN. En el tercer capítulo, el debate giró en torno a las necesidades del capital y los guías alimentarios, explorando teóricamente las necesidades del capital a la luz de las NHB. Se discutió el consumo en el modo de producción capitalista, con énfasis en los alimentos ultraprocesados, y también se abordó el “guía alimentario del capital”, resaltando los intereses del capital en detrimento de las NHB y de la sociedad. Aunque los avances experimentados a través de la incorporación de la Clasificación NOVA de alimentos en Brasil, Chile y Canadá y en otros países, incluso si presentan avances significativos en términos de GABAs en el sentido de la autonomía culinaria y la realización del DHAA, como instrumento seguro y prometedor, las necesidades del capital operan en sentido contrario. Ya sea a través de la cacofonía alimentaria y de orientaciones difusas y confusas cuyo objetivo es establecer un Guía Alimentario del capital, cuyo lema es no dejar de consumir, o, aún,

mediante iniciativas políticas y, a menudo, gubernamentales, flexibilizando normas y conceptos en detrimento de las recomendaciones de los Guías Alimentarios para satisfacer los intereses de la industria de la alimentación y los requisitos de las necesidades del capital. Mientras que el DHAA va en contra de las NHB, y, en cierta medida, algunas experiencias de GABAs, van en la misma dirección, el sistema alimentario actual prioriza los intereses del capital, lo que conlleva consecuencias negativas para la salud pública y el medio ambiente. La clasificación NOVA, que identifica los ultraprocesados, destaca como una herramienta importante para esta discusión, como el principal avance en términos de GABAs. A pesar de los avances recientes, la solución requiere un enfoque más amplio, incluida la organización de la clase trabajadora para redefinir la importancia de la comida como estructural para el desarrollo y las NHB.

Análise da Dívida Pública Federal no Período de 2000 a 2024 sob a ótica da Auditoria Cidadã da Dívida Pública

Analysis of the Federal Public Debt in the Period from 2000 to 2024 from the perspective of the Citizen Audit of the Public Debt

Analyse de la dette publique fédérale au cours de la période 2000-2024 dans la perspective de l'audit citoyen de la dette publique

Análisis de la Deuda Pública Federal en el Periodo 2000 a 2024 desde la perspectiva de la Auditoría Ciudadana de la Deuda Pública

Rozimeire Satiko Shimizu

Nome da orientadora: Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da defesa: 12 de julho de 2024

Palavras-chave: Estado. Endividamento Público. Dívida Pública Federal. Política Social. Auditoria Cidadã da Dívida.

Keywords: State. Public Debt. Federal Public Debt. Social Policy. Citizen Debt Audit.

Mots-clés: État. Endettement Public. Dette Publique Fédérale. Politique Sociale. Audit Citoyen de la Dette.

Palabras clave: Estado. Endeudamiento público. Deuda Pública Federal. Política social. Auditoría Ciudadana de la Deuda.

Este trabalho apresenta a análise contextualizada da dívida pública federal brasileira no período de 2000 a 2023, sob a ótica crítica da Auditoria Cidadã da Dívida Pública (ACD). O período de análise foi delimitado em virtude do início das atividades da entidade sem fins lucrativos ACD, que é a única instituição que estuda e analisa a dívida pública, nas esferas municipal, estadual e federal. Os objetivos específicos são: analisar a dívida pública brasileira em cada conjuntura histórica dos governos democráticos, a partir de 2000 até 2023; analisar a gestão da dívida pública em cada conjuntura, em relação aos cortes de gastos e privatizações; identificar a correlação entre a dívida pública federal e o desmonte das políticas sociais em cada conjuntura histórica em análise. A problemática que circunscreve o objeto da pesquisa refere-se ao alto grau de endividamento público, no processo do neoliberalismo, na extração dos recursos públicos para o setor financeiro, o que impede o avanço das políticas públicas e, sobretudo, das políticas sociais. A racionalidade e deturpação na execução financeira do orçamento federal, em que quase 50% deste é destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal, na conveniência do Estado, no sistema da dívida pública, que é o pagamento da dívida pública sem contrapartida em investimentos, somente no seu próprio refinanciamento. Como metodologia de estudo utilizou-se o método de pesquisa do materialismo histórico-dialético da tradição marxista, de forma a analisar a economia política da dívida pública, e, como procedimentos metodológicos, a pesquisa documental e bibliográfica, baseados nos documentos da ACD, tais como livros, cartilhas, relatórios, regulamentos e estudos, além de outras fontes dos bancos de dados do Ministério da Economia/Tesouro Nacional, Tribunal de Contas da União e Congresso Nacional. Entre os resultados identifica-se que a ACD é fundamental para garantir a transparência, publicização e controle social da dívida pública brasileira, que tem subtraído recursos das áreas sociais e que se transformou no sistema da dívida pública, que tem submetido o país a ajustes fiscais, teto de gastos, metas de superávit primário e ao arcabouço fiscal. Recomenda-se, nas considerações finais,

que a dívida pública seja auditada, para fazer cumprir a Constituição Federal, e com participação da sociedade civil, e que seja incluída essa auditoria novamente no orçamento da União, de modo a verificar de que se trata a dívida pública federal, para onde foram aplicados os recursos, quem se beneficiou, quem são os credores e se há alguma irregularidade no momento de contrair e adimplir a dívida pública federal.

This thesis presents a contextualized analysis of the Brazilian federal public debt from 2000 to 2023, from the critical perspective of the Citizen Audit of Public Debt (ACD). The period of analysis was delimited due to the beginning of the activities of the non-profit entity ACD, which is the only institution that studies and analyzes public debt, at the municipal, state and federal levels. The specific objectives are: to analyze the Brazilian public debt in each historical situation of democratic governments, from 2000 to 2023; analyze public debt management in each situation, in relation to spending cuts and privatizations; identify the correlation between federal public debt and the dismantling of social policies in each historical situation under analysis. The problem that circumscribes the research object refers to the high degree of public debt, in the process of neoliberalism, in the extraction of public resources for the financial sector, which impedes the advancement of public policies and, above all, social policies. The rationality and distortion in the financial execution of the federal budget, in which almost 50% of it is destined to the payment of interest and amortizations of the federal public debt, at the convenience of the State, in the public debt system, which is the payment of public debt without counterpart in investments, only in your own refinancing. As a study methodology, the historical-dialectical materialism research method of the Marxist tradition was used, in order to analyze the political economy of public debt, and, as methodological procedures, documentary and bibliographical research, based on ACD books, booklets, documents, such as reports, regulations and studies, in addition to other sources from the databases of the Ministry of Economy/National Treasury, the Federal Audit Court and the National Congress. Among the results, it is identified that the ACD is fundamental to guarantee the transparency, publicization and social control of the Brazilian public debt, which has taken away resources from social areas and has transformed into the public debt system, which has subjected the country to fiscal adjustments.

, spending ceiling, primary surplus targets and the fiscal framework. It is recommended, in the final considerations, that the public debt be audited, to enforce the Federal Constitution, and with the participation of civil society, and that this audit be included again in the Union budget, in order to verify what the federal public debt, where the resources were applied, who benefited, who the creditors are and whether there is any irregularity when contracting and paying the federal public debt.

Cet article présente l'analyse contextualisée de la dette publique fédérale brésilienne dans la période 2000-2023, dans la perspective critique de l'Audit citoyen de la dette publique - ACD. La période d'analyse a été délimitée en raison du début des activités de l'entité qui étudie et analyse la dette publique, aux niveaux municipal, étatique et fédéral. L'objectif général est d'analyser la dette publique fédérale brésilienne sous l'œil critique de l'ACD. Les objectifs spécifiques sont les suivants: analyser la dette publique brésilienne à chaque moment historique des gouvernements démocratiques, de 2000 à 2023; analyser la gestion de la dette publique à chaque étape, en relation avec les réductions de dépenses et les privatisations; Identifier la corrélation entre la dette publique fédérale et le démantèlement des politiques sociales dans chaque conjoncture historique analysée. Le problème qui circonscrit l'objet de la recherche se réfère au degré élevé d'endettement public, dans le processus du néolibéralisme dans l'extraction des ressources publiques pour le secteur financier, qui empêche l'avancement des politiques publiques et notamment des politiques sociales. La rationalité et la fausse représentation dans l'exécution financière du budget fédéral, dans lequel près de 50% de celui-ci est destiné au paiement des intérêts et des amortissements de la dette publique fédérale, à la convenance de l'État, dans le système de la dette publique, qui est le paiement de la dette publique sans contrepartie en investissements, uniquement dans son propre refinancement. Comme méthodologie d'étude, la méthode de recherche du matérialisme historique-dialectique de la tradition marxiste a été utilisée, afin d'analyser l'économie politique de la dette publique et comme procédures méthodologiques, la recherche documentaire et bibliographique, basée sur les documents de l'ACD, tels que les livres, livrets, rapports, les règlements et les études, ainsi que d'autres sources des bases de données du ministère de l'Économie/Trésor national, Cour fédérale des comptes et Congrès national. L'hypothèse de travail qui circonscrit l'objet de la recherche

se réfère à l'endettement public brésilien comme l'une des conséquences structurelles du modèle de développement économique et social, depuis le début de la colonisation du pays, qui a l'État comme dépositaire du capital dans ses différentes configurations, de l'accumulation primitive au capital financier. Parmi les résultats, il est identifié que l'analyse de la dette publique fédérale en constante augmentation, du fait des taux d'intérêt élevés, par le système de refinancement et de dette publique et que l'ACD est fondamentale pour assurer la transparence, la publicité et le contrôle social de la dette publique brésilienne, qui a soustrait des ressources aux domaines sociaux et s'est transformée en système de dette publique, ce qui a soumis le pays à des ajustements budgétaires, à des plafonds de dépenses, à des objectifs d'excédent primaire et au cadre budgétaire. Il est recommandé, dans les considérations finales, que la dette publique soit auditée, afin de se conformer à la Constitution fédérale et avec la participation de la société civile ; que cet audit soit à nouveau inclus dans le budget de l'Union, afin de vérifier en quoi consiste la dette publique fédérale, où les ressources ont été utilisées, qui en a bénéficié, qui sont les créanciers et s'il y a une irrégularité au moment de contracter et de payer la dette publique fédérale.

Este artículo presenta el análisis contextualizado de la deuda pública federal brasileña en el período de 2000 a 2023, desde la perspectiva crítica de la Auditoría Ciudadana de la Deuda Pública (ACD). El periodo de análisis se delimitó debido al inicio de las actividades de la entidad sin fines de lucro ACD, que es la única institución que estudia y analiza la deuda pública, a nivel municipal, estatal y federal. Los objetivos específicos son: analizar la deuda en cada coyuntura histórica de gobiernos democráticos, desde el 2000 hasta el 2023; analizar la gestión de la deuda pública en cada coyuntura, en relación con los recortes de gastos y las privatizaciones; Identificar la correlación entre la deuda pública federal y el desmantelamiento de las políticas sociales en cada una de las coyunturas históricas analizadas. La problemática que circunscribe el objeto de la investigación se refiere al alto grado de endeudamiento público, en el proceso del neoliberalismo, en la extracción de recursos públicos para el sector financiero, lo que impide el avance de las políticas públicas y, sobre todo, de las políticas sociales. La racionalidad y tergiversación en la ejecución financiera del presupuesto federal, en el que casi el 50% del mismo se destina al pago de

intereses y amortización de la deuda pública federal, a conveniencia del Estado, en el sistema de deuda pública, que es el pago de la deuda sin contrapartida en inversiones, solo en su propia refinanciación. Como metodología de estudio se utilizó el método de investigación del materialismo histórico- dialéctico de la tradición marxista, con el fin de analizar la economía política de la deuda pública, y, como procedimientos metodológicos, la investigación documental y bibliográfica, a partir de los documentos del CDA, tales como libros, cuadernillos, informes, reglamentos y estudios, además de otras fuentes de las bases de datos del Ministerio de Economía/Tesoro Nacional, el Tribunal de Cuentas de la Unión y el Congreso Nacional. Entre los resultados, se identifica que el CDA es fundamental para garantizar la transparencia, la publicidad y el control social de la deuda pública brasileña, que ha sustraído recursos de las áreas sociales y que se ha transformado en el sistema de deuda pública, lo que ha sometido al país a ajustes fiscales, tope del gasto, las metas de superávit primario y el marco fiscal. Se recomienda, en las consideraciones finales, que la deuda pública sea auditada, para hacer cumplir la Constitución Federal, y con la participación de la sociedad civil, y que esta auditoría se incluya nuevamente en el presupuesto de la Unión, a fin de verificar de qué se trata la deuda pública federal, dónde se aplicaron los recursos, quiénes se beneficiaron, quiénes son los acreedores y si hay alguna irregularidad al momento de contratar y pagar la deuda pública federal.

A política de educação permanente para trabalhadores(as) da atenção primária à saúde do Distrito Federal

Lanysbergue de Oliveira Gomes

Nome do orientador: Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da defesa: 9 de maio de 2024

Palavras-chave: Educação Permanente; Política de Saúde; Trabalho; Educação; Atenção Primária.

Keywords: Permanent Education; Health Policy; Work; Education; Primary Care.

A presente pesquisa objetiva analisar, sob o olhar dos(as) gestores(as) de saúde, os limites e as possibilidades da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), voltada aos(as) trabalhadores(as) da Atenção Primária no Distrito Federal, considerando o que está previsto na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e o Plano de Educação Permanente em Saúde do Distrito Federal (PEPS-DF). Seus objetivos específicos são: 1) Conhecer como está sendo implementada a Política de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Atenção Primária do Distrito Federal; 2) Analisar como a PNEPS incide na formação de trabalhadores(as) da Atenção Primária; 3) Identificar os limites e as possibilidades para a efetivação da PNEPS na Atenção Primária no Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa cuja abordagem é eminentemente qualitativa, na qual, para o alcance da finalidade proposta, contou com pesquisas do tipo bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir das seguintes categorias teóricas de análise: educação permanente em saúde, trabalho e educação, atenção primária. A pesquisa documental, por sua vez, se debruçou sob legislações, normativas, publicações institucionais, bases de dados e de indicadores epidemiológicos, em nível nacional e local, acerca da EPS e da saúde pública em geral. O campo empírico em que se deu a coleta de dados foram os sete Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS) da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ao todo, o Distrito Federal possui sete Regiões de Saúde (Centro-Sul, Leste, Sudoeste, Central, Oeste, Sul e Norte), definidas a partir da territorialização da gestão da saúde e organizadas, institucionalmente, em Superintendências. Os resultados apontaram, dentre outros, para a existência de certa dificuldade, por parte dos(as) gestores(as), em fornecer uma discussão substancial sobre o tema da Educação Permanente, o que pode sugerir uma lacuna no entendimento ou na capacidade de articular os conceitos sobre educação permanente, educação continuada, educação formal e seus objetivos. Ademais, a necessidade de superar questões estruturais, a falta de recursos humanos, o baixo conhecimento sobre a Educação Permanente e, por fim, a não incorporação/adoção pela SES dos princípios preconizados pela

PNEPS para a formação dos seus quadros e, conseqüentemente, o fortalecimento do sistema de saúde, se colocam como fortes indicadores das configurações atuais com que a saúde no Distrito Federal tem lidado com a temática da educação permanente.

This research aims to analyze, from the point of view of health managers, the limits and possibilities of the National Permanent Health Education Policy (PNEPS), aimed at Primary Care workers in the Federal District, considering what is provided for in the National Permanent Health Education Policy (PNEPS) and the Permanent Health Education Plan of the Federal District (PEPS-DF). Its specific objectives are: 1) To find out how the Permanent Health Education Policy is being implemented within the scope of Primary Care in the Federal District; 2) To analyze how the National Policy affects the training of Primary Care workers; 3) To identify the limits and possibilities for the implementation of the Permanent Education Policy in Primary Care in the Federal District. This is an eminently qualitative study which, in order to achieve the proposed goal, relied on bibliographical, documentary and field research. The bibliographic research was based on the following theoretical categories of analysis: permanent health education, work and education, primary care. The documentary research, in turn, looked at legislation, regulations, institutional publications, databases and epidemiological indicators, at national and local level, on Permanent Health Education and public health in general. The empirical field in which the data was collected was the seven Permanent Health Education Centers (NEPS) of the Federal District Health Department. In all, the Federal District has seven Health Regions (Centro-Sul, Leste, Sudoeste, Central, Oeste, Sul and Norte), defined based on the territorialization of health management and institutionally organized into Superintendencies. The results pointed, among other things, to the existence of a certain difficulty on the part of the managers in providing a substantial discussion on the subject of Permanent Education, which may suggest a gap in understanding or in the ability to articulate the concepts of permanent education, continuing education, formal education and their objectives.

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL / SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

Ademar Ribeiro Romeiro: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil.

Ailson Barbosa de Oliveira: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

Ana María Mansilla Castaño: Fundación Diagrama Intervención Psicosocial, Murcia, Espanha.

Antonia de Jesús Angulo Tuesta: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

André Luiz Paiva: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, RN, Brasil.

Bárbara Domingues Nunes: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), RS, Brasil.

Caroline Magalhães Lima: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Cibelle Dória da Cunha Bueno: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Débora Tupinikim: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Diego de Oliveira Souza: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Arapiraca, AL, Brasil.

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Edilane Bertelli: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, SC, Brasil.

Eliana Bolorino Canteiro Martins: Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, Brasil.

Everton Melo da Silva: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Arapiraca, AL, Brasil.

Fabília Cristina de Castro Maciel: Universidade Aberta (UAb), Lisboa, Portugal.

Fernanda Nunes da Rosa Mangini: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

Giselle Ávila Leal de Meirelles: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Givânia Maria da Silva: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Jairo de Carvalho Guimarães: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.

Janaina Lopes do Nascimento Duarte: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Jéssica Degrandi Soares: Secretaria Municipal de Educação de Timbó, Timbó, SC, Brasil.

João Daniel Dorneles Ramos: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), São Paulo, SP, Brasil.

Júlio César Lopes de Jesus: Instituto Nacional do Seguro Social, Aracaju, SE, Brasil.

Kátia Regina de Souza Lima: Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Kelma Jaqueline Soares: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Kênia Augusta Figueiredo: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Larissa Souza Pinheiro: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, PB, Brasil.

Luiz Felipe Barros Silva: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil.

Luiza Sousa de Carvalho: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Marcelo Paula de Melo: Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Maria José Antunes da Silva: Universidade Federal de Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil.

Maria Nilvane Fernandes: Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

Miriam de Souza Leão Albuquerque: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Mirella Rocha: Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Michelly Ferreira Monteiro Elias: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Michele Negrini: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

Monique Soares Vieira: Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, RS, Brasil.

Raquel Souza: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Rayane Noronha Oliveira: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

Rodrigo Campos Bortoletto: Instituto Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

Sérgio Paes de Barros: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Silvana Marinho: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Simone Cristina Dufloth: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Tales Willyan Fornazier Moreira: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Teófilo Otoni, MG, Brasil.

Thaís Kristosch Imperatori: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Thiana Orth: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.